ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA

Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres

ASSIS

2021

ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA

Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutor em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

T646m

Tokuda, André Masao Peres
Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres / André Masao Peres Tokuda. Assis, 2021.
375 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

1. Violência contra a mulher. 2. Masculinidade. 3. Psicologia social. 4. Relações de gênero. 5. Gêneros (grupos sociais). I. Título.

CDD 301.412

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **Masculinidades e psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres**

AUTOR: ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA
ORIENTADOR: LEONARDO LEMOS DE SOUZA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Participaçao Virtual)
Departamento de Psicologia Social / UNESP/Assis

Prof. Dr. ADRIANO BEIRAS (Participaçao Virtual)
Departamento de Psicologia / UFSC/Florianópolis

Prof. Dr. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO (Participaçao Virtual)
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/Assis

Profa. Dra. DANIELLE JARDIM BARRETO (Participaçao Virtual)
UNIPAR/Umuarama

Prof. Dr. WILIAM SIQUEIRA PERES (Participaçao Virtual)
UNESP/Assis

Assis, 12 de março de 2021

Dedico ao meu pai, minha mãe, minha irmã, minha sobrinha e meu cunhado que sempre me apoiaram e foram à base forte, em todos os momentos, para que pudesse alcançar meus objetivos. E a todas as mulheres, pela resistência, luta e força.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos funcionários e as funcionárias, colegas e docentes da Pós-Graduação em Psicologia da UNESP/Câmpus de Assis, por sempre terem sido muito solícitos/solícitas quando precisei e contribuírem teoricamente e metodologicamente para a construção dessa pesquisa.

A todos/todas os/as participantes dessa pesquisa, sem dúvida pessoas que buscam em suas atuações uma sociedade com mais equidade e sem violências, as quais demonstraram toda paixão pelo que fazem e a força que tiveram e tem para que tais ações possam continuar ocorrendo.

Aos participantes da banca de qualificação, Adriano Beiras e Fernando Silva Teixeira-Filho, que contribuíram muito para que essa tese pudesse ser feita de forma atual, problematizadora e coerente.

A todos e todas que fizeram e fazem parte do PsiCUqueer, pelas diversas discussões e potencializações. Pessoas que problematizam a vida, seja na academia, no bar, na rua e em seus modos de viver. Em especial a Danielle Jardim Barreto, membra da banca de defesa, por toda parceria desde o mestrado, e ao meu sempre amigo, Wiliam Siqueira Peres, pelo incentivo na iniciação científica e mestrado para que estivesse na vida acadêmica, pesquisando e estudando.

Ao meu orientador e amigo Leonardo Lemos de Souza, pelas boas discussões, conversas e aprendizados ao longo desses anos, além da paciência e liberdade, o que possibilitou que pudesse fazer essa pesquisa um pouco distante de Assis, e por todo carinho e afeto que transmitiu nesses anos.

Agradeço aos meus inúmeros amigos e amigas que a cada desânimo, tristeza, raiva e todos os sentimentos e sensações possíveis estiveram comigo Zé, Du, Caio, Evelyn, Juliana Ferreira, Juliana Barros, Anatiele, Gui, Rods, Alan e Marquinhos, obrigado por

todo apoio e carinho. Assim como, as/os docentes e ex-docentes da AEMS, que tanto me ajudaram ao longo desses anos.

A Isabella Tufano Alvarenga, por ter me acompanhado e aguentado nos últimos anos de pesquisa, ter tido paciência e me incentivado a continuar, a dar o meu máximo, e acreditar em mim, estando ao meu lado, te amo!

A todos meus familiares, que sempre estão torcendo por mim, em especial as minhas tias Marilza e Vilma, que me inspiram para ter determinação e força, e minhas avós (*in memorian*) pela força que sempre tiveram e passaram para todos/todas nós.

A minha irmã e amiga, Josiane Peres Tokuda Kuboki, pelo apoio, carinho e preocupação, quem sempre esteve e estará ao meu lado, e pela qual tenho todo amor e desejos de alegrias. Ao meu cunhado Sérgio Ituo, por sempre estar presente e pela preocupação comigo e toda minha família. E a minha sobrinha, nossa alegria e amor, para quem olho e me inspiro para ser sempre uma pessoa melhor.

Agradeço em especial a minha mãe e ao meu pai, não caberiam todas as palavras de agradecimentos que tenho, sei o quanto lutaram e lutam, as dores, tristezas, cansaços e saudades que tiveram, e muitas vezes esconderam, para que eu pudesse conseguir tudo o que desejava e almejava, espero que a cada dia possa de alguma forma retribuir cada sorriso e alegrias que tive, pois foram graças a vocês, obrigado e eu amo vocês.

Gostaria de agradecer a todos os deuses e todas as deusas que me acompanharam em todos esses anos, em meus pensamentos e orações, aliviando o cansaço, a ansiedade e trazendo bons pensamentos. E a minha psicóloga, que me ajudou a enxergar a minha força para superar os obstáculos.

Meu muito obrigado a todos e todas que de alguma forma contribuíram para que essa dissertação pudesse ser construída.

TOKUDA, André Masao Peres. **Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres**. 2021. 375f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdades de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir a construção, manutenção e organização dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres e a inserção das Psicologias nestas ações. Essas iniciativas têm como propósito o combate às violências e suas reincidências, além da responsabilização e mudança de crenças, pensamentos e comportamentos desses homens, problematizando as relações de poder que ainda dão subsídios para a dominação masculina e submissão feminina. Tais questionamentos são importantes quando se pensa as violências contra as mulheres como resultado dos processos sociais e culturais que naturalizam o masculino como superior e as violências como expressões das masculinidades, autorizando os homens a cometerem tais atos para manutenção das relações desiguais de poder. Para realizar essa discussão utilizamos o método narrativo, que nos deu a possibilidade de entrar em contato com algumas vivências dos/das entrevistados/entrevistadas a partir de respostas aos nossos questionamentos. Realizamos entrevistas, por videoconferência, com sete pessoas que atuaram/atuam como facilitadores/facilitadoras em grupos com homens autores de violências contra as mulheres. Vale ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP/Câmpus de Assis. A análise das narrativas deu-se por meio da Análise Temática e construímos as discussões dos relatos iniciando com os atravessamentos na vida dos/das participantes que os/as fizeram estudar e participar dos grupos com homens, perpassando a construção, organização e estruturação dessas iniciativas, desde questões financeiras, recursos humanos, a discussões teóricas e metodológicas. Por fim, apontamos sobre o uso dos conhecimentos psicológicos nestes projetos, como a Psicologia pode se inserir e ocupar tal espaço em conjunto com outras disciplinas. Consideramos que os grupos com homens autores de violências contra as mulheres, alinhados as discussões de gêneros, feministas e de masculinidades, assim como, ao enfoque reflexivo, com facilitadores/facilitadoras sendo capacitados/capacitadas, realizando discussões sobre as relações de poder e os regimes de verdade que atravessam as relações de gêneros, são tecnologias importantes para o combate às violências contra as mulheres e transformação da sociedade, pois buscam produzir não só o fim das agressões, mas a mudança de crenças e pensamentos desses homens, desconstruindo a ideia de uma única masculinidade e da superioridade masculina. Defendemos, então, a construção de uma política pública específica, com diretrizes para a construção, estruturação e manutenção desses grupos, além de recursos financeiros e humanos, dando a possibilidade de termos ainda mais ações com qualidade e podendo alcançar seus objetivos de modo efetivo. No entanto, apostamos que os grupos com homens autores de violências não devem ser substitutos de ações já construídas para o combate às violências contra as mulheres, e sim como parte das estratégias de enfrentamento. Em suma, entendemos que a Psicologia tem espaço nessas iniciativas com o olhar ampliado, a escuta ativa e questionando os regimes de verdade, os processos de normatização da vida e cristalização das identidades, buscando a equidade nas relações de poder que transpassam nossa sociedade, ou seja, psicólogos/psicólogas críticos à realidade.

Palavras-chave: Violência contra mulher. Masculinidade. Psicologia Social. Gênero.

TOKUDA, André Masao Peres. **Masculinities and Psychologies in working with groups of men who committed violence against women**. 2021. 375f. Thesis (Doctor in Psychology). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdades de Ciências e Letras, Assis, 2021.

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the construction, maintenance, and organization of groups with men who have committed violence against women and the insert of Psychologies in these actions. These initiatives has the purpose of combating violence and its recidivism, in addition to the accountability and change of beliefs, thoughts and behaviors of these men, problematizing the power relations that still give subsidies for male domination and female submission. Such questions are important when you think about violence against women as a result of the social and cultural processes that naturalize the masculine as superior and violence as expressions of masculinity, authorizing men to commit such acts to maintain the unequal power relations. To carry out this discussion we used the narrative method, which gave us the possibility to get in touch with some experiences of the interviewees based on answers to our questions. We conducted interviews, by videoconference, with seven people who acted/act as facilitators in groups with men who committed violence against women. It is worth mentioning that this research was approved by the Research Ethics Committee of UNESP/Assis campus. The analysis of the narratives were carried out through Thematic Analysis and we built the discussions of the reports starting with the happenings in the lives of the participants who made them study and participate in the groups with men, going through the construction, organization and structuring of these initiatives, from financial issues, human resources, to theoretical and methodological discussions. Finally, we point out the use of psychological knowledge in these projects, how Psychology can be inserted and occupy such space along with other disciplines. We consider that groups with men who commit violence against women, aligned with the discussions of genders, feminists and masculinities, as well as, to the reflective focus, with facilitators being trained, carrying out discussions about the power relations and the truth regimes that cross gender relations, are important technologies for combating violence against women and transforming society, as they seek to produce not only the end of the aggressions, but the change of beliefs and thoughts of these men, deconstructing the idea of a single masculinity and the male superiority. We defend, therefore, the construction of a specific public policy, with guidelines for the construction, structuring and maintenance of these groups, in addition to financial and human resources, giving the possibility of having even more quality actions and being able to reach their objectives effectively. However, we believe that groups with men who committed violence should not be substitutes for actions already taken to combat violence against women, but as part of the coping strategies. In short, we understand that psychology has space in these initiatives with an expanded view, active listening and questioning the truth regimes, the processes of standardization of life and crystallization of identities, seeking equity in the power relations that permeate our society, or that is, psychologists critical the reality.

KEYWORDS: Violence against women. Masculinity. Social Psychology. Gender.

TOKUDA, André Masao Peres. **Masculinidades y Psicologías en el trabajo con grupos de hombres que cometieron violencia contra la mujer**. 2021. 375f. Tesis (Doctor en Psicología). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdades de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo discutir la construcción, mantenimiento y organización de los grupos con hombres autores de violencia contra las mujeres y la inserción de las Psicologías en estas acciones. Estas iniciativas tienen como propósito el combate a las violencias y sus recurrencias, además de la responsabilidad y el cambio de creencias, pensamientos y comportamientos de estos hombres, problematizando las relaciones de poder que aún subsidian la dominación masculina y la sumisión femenina. Tales preguntas son importantes cuando se piensa la violencia contra las mujeres como resultado de los procesos sociales y culturales que naturalizan al hombre como superior y las violencias como expresiones de masculinidades, autorizando a los hombres a cometer tales actos para mantener relaciones desiguales de poder. Para hacer esta discusión se utilizó el método narrativo, que nos dio la posibilidad de entrar en contacto con algunas experiencias de los/las entrevistados a partir de las respuestas a nuestras preguntas. Realizamos entrevistas, por videoconferencia, con siete personas que actuaron/actúan como facilitadores en grupos con hombres autores de violencias contra las mujeres. Cabe resaltar que esta investigación fue aprobada por el Comité de Ética en Investigación de UNESP/ Campus de Assis. El análisis de las narrativas se realizó a través del Análisis Temático y construimos las discusiones de los relatos comenzando con los cruces de la vida de los/las participantes que los/las hicieron estudiar y participar de los grupos con hombres, pasando por la construcción, organización y estructuración de estas iniciativas, desde cuestiones financieras, recursos humanos, hasta discusiones teóricas y metodológicas. Al fin, señalamos el uso de los conocimientos psicológicos en estos proyectos, como la Psicología puede insertarse y ocupar tal espacio en conjunto con otras disciplinas. Consideramos que los grupos con hombres que cometen violencia contra las mujeres, alineados con las discusiones de géneros, feministas y masculinidades, así como, con el enfoque reflexivo, con facilitadores siendo capacitados/capacitadas, realizando discusiones sobre las relaciones de poder y regímenes de verdad que cruzan las relaciones de género, son tecnologías importantes para el combate a las violencias contra las mujeres y transformación de la sociedad, pues buscan producir no solo el fin de las agresiones, sino el cambio de creencias y pensamientos de estos hombres, deconstruyendo la idea de una masculinidad única y superioridad masculina. Defendemos entonces la construcción de una política pública específica, con directrices para la construcción, estructuración y manutención de estos grupos, además de los recursos financieros y humanos, dando la posibilidad de tener aún más acciones de calidad y poder lograr sus objetivos de manera efectiva. Sin embargo, apostamos que los grupos con hombres autores de violencias no deben ser sustitutos de las acciones ya edificadas para combatir la violencia contra las mujeres, sino como parte de las estrategias de afrontamiento. En resumen, entendemos que la psicología tiene espacio en estas iniciativas con un mirar ampliado, la escucha activa y cuestionando los regímenes de verdad, los procesos de estandarización de la vida y cristalización de identidades, buscando la equidad en las relaciones de poder que permean nuestra sociedad, o sea, psicólogos y psicólogas críticos con la realidad.

Palabras clave: Violencia contra la mujer. Masculinidad. Psicología Social. Género.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14

2. MASCULINIDADES 19

2.1 Movimentos e Estudos sobre Masculinidades 22

2.2 Dominação Masculina 32

2.3 Masculinidades Hegemônicas 36

2.4 Produção de subjetividades masculinas 41

2.5 Casa dos Homens 55

2.6 Pesquisas sobre as masculinidades 61

3. VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES 69

3.1 Violências contra as mulheres e as ações do estado 69

3.2 Estudos sobre as violências contra as mulheres 81

4. GRUPOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES 91

4.1 História 93

4.2 Mapeamentos na América Latina 102

4.3 Grupos com homens autores de violências contra as mulheres no Brasil 121

4.4 Funcionamento 127

4.4.1 Prática 141

4.4.2 Facilitadores 143

4.4.3 Avaliação 148

4.4.4 Dificuldades 150

4.5 Críticas 151

4.6 Pesquisas sobre grupos reflexivos com autores de violências contra as mulheres 153

5. AS PSICOLOGIAS NA INTERFACE COM A JUSTIÇA 159

6. PROBLEMA DE PESQUISA 175

7. OBJETIVOS 179

8. METODOLOGIA..... 179

9. QUEM DÁ CORPO A ESSA PESQUISA E VIDA AOS GRUPOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES..... 195

9.1 Felipe 195

9.2 Kátia..... 199

9.3 Cláudia..... 204

9.4 Psicólogo Militante..... 210

9.5 Flávio 217

9.6 Gabriel 224

9.7 Cristina..... 227

9.8 As iniciativas com os homens de maneira "resumida"..... 234

10. DISCUSSÕES POSSÍVEIS 247

10.1 Interesse na área de gêneros e masculinidades e a entrada nos grupos com homens autores de violências contra as mulheres..... 248

10.2 A criação dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres.. 255

10.3 Os objetivos dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres 258

10.4 Nomeações e enfoques dos grupos 263

10.5 Organização e funcionamento das ações com homens autores de violências contra as mulheres 271

10.6 Facilitação: treinamento, capacitação e características 292

10.7 Percepções sobre os resultados alcançados com os grupos, avanços e obstáculos 299

10.8 Avaliações e outras questões dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres 307

10.9 Abordagens teóricas e olhares para as violências contra as mulheres..... 317

10.10 A Psicologia e os grupos com homens autores de violências contra as mulheres 322

10.11 Outras linhas potentes..... 329

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 333

REFERÊNCIAS 342

APÊNDICE 1 367

APENDICE 2 368

ANEXO 1..... 371

1. INTRODUÇÃO

A fala de uma autora trouxe pensamentos sobre a escrita e o objeto de pesquisa. Maria Luisa Bizzarri (2010, p. 19), em sua dissertação sobre a prática clínica de Donald Woods Winnicott, fala: “Alinho-me a um pensamento expresso pelo Dr. George Makari, M.D. que se pergunta: ‘Será próprio também dos psicanalistas, como Friederich Nietzsche assinalou certa vez com relação aos filósofos, que suas teorias sejam necessariamente autobiografias disfarçadas?” Pensando sobre essa problematização levantada, com a ideia de que a pesquisa nos atravessa de forma íntima, em questões que precisamos repensar e reavaliar “internamente”, a desconstrução das masculinidades parece ser o ponto chave em nossas ideias.

Na construção do tema dessa pesquisa, Nietzsche estaria certo ao afirmar que tem um caráter autobiográfico. Começo a discutir masculinidades através da academia, com a minha iniciação científica e chegando ao doutorado vejo a ligação com os questionamentos feitos sobre os meus atos performativos masculinos. O processo de subjetivação e o fazer gênero se iniciam na gestação, principalmente quando se sabe qual genital o feto tem, porém, essa questão para mim só ficou mais consciente a partir de 2010 e 2011, quando iniciei os estudos sobre as relações de gêneros e sexualidades, no terceiro ano do curso de Psicologia, e comecei a pensar o quanto somos edificados por linhas normativas cis heterossexuais, machista, misógino e sexista.

Com leituras e os processos de autoavaliação sobre como estar no mundo fez com que outros modos de ser homem fossem possíveis, poder expressar sentimentos e emoções em público, não precisar ser o “machão”, ter fragilidades, não ter que saber tudo ou ser o mais “forte”. Essas questões foram uma das variáveis que impulsionaram até esse tema de pesquisa.

Outro ponto foi presenciar, quando fazia graduação e mestrado em Psicologia pela UNESP/Câmpus de Assis, algumas ações e atitudes que eram julgadas como “incorretas”. Todavia, muitas delas eram tomadas no calor da emoção ou por ter sido a última solução encontrada quando o Estado se cala. Algumas mulheres, alunas da UNESP, ao terem conhecimento de que outra havia sofrido violência física por parte de namorado/companheiro, iam até a casa do acusado de agressão para depredar o imóvel e se “possível” agredir tal pessoa, talvez como última alternativa, ou seja, buscavam justiça com as próprias mãos, porque muitas vezes o Estado, neste caso principalmente a polícia, se tornou omisso. Inúmeras violências contra as mulheres eram relatadas e denunciadas por alunas, especialmente, quando essas estavam voltando para casa depois das aulas e nada era feito para dar mais segurança, proteção e prevenir tais casos.

As ações levantaram questionamentos em relação a como intervir junto às pessoas que cometem violências contra as mulheres. Partindo da ideia de que apenas o aprisionamento e medidas protetivas não promovem mudanças de comportamentos, crenças e pensamentos, tivemos contato com trabalhos sobre o combate às violências contra as mulheres, o que nos chamou atenção às pesquisas e relatos de atuações com grupos de homens. Como veremos no decorrer do trabalho, essas ações ainda estão em crescimento no país e a Psicologia pouco aparece, fazendo com que surgissem as perguntas dessa pesquisa, o que são os grupos com homens autores de violências contra as mulheres? Como se organizam? Como se estruturam teórica e metodologicamente? A Psicologia tem espaço nessas ações? Como ela é inserida?

Então, objetivamos nessa pesquisa discutir a Psicologia na interface com a Justiça, mais especificamente, como tem se posicionado no combate às violências contra as mulheres, com ênfase nos grupos com homens autores dessas violências. Problematizar como estas ações foram construídas, como se organizam e quais abordagens teóricas e

metodológicas são utilizadas, a importância das teorias para o alcance dos objetivos, qual o papel do Estado nessa área e como a Psicologia pode contribuir nessas iniciativas.

Dessa maneira, o trabalho foi estruturado em dez capítulos, iniciando a apresentação dos estudos sobre masculinidades, sua história e desenvolvimento ao longo do tempo e as problematizações surgidas, entendendo o fazer masculino como não universal, mas, territorial e subjetivo, sendo atos performativos atravessados por regimes de verdade que nos levam a crer em "naturalizações, porém, são processos sociais, culturais e históricos; esse embasamento teórico nos auxilia para entender a importância dos grupos e como eles podem, com a abordagem ampliada, buscar uma mudança social, de crenças e comportamentos desses homens.

Em outro capítulo, apresentamos o que são os grupos com homens autores de violência contra as mulheres, como foram construídos no mundo e no Brasil, além de um mapeamento sobre como essas ações eram/são realizadas na América Latina e Brasil, discutindo ao fim como se estruturam e organizam essas iniciativas, quais são as principais recomendações encontradas. Mais à frente apontamos o que se entende sobre violências contra as mulheres, as legislações construídas e os dados que se tem até o momento, assim como, os estudos sobre o tema; esse capítulo é importante para que pudéssemos compreender a importância e como são inseridos os grupos nas leis brasileiras e internacionais.

Em seguida, discutimos como a Psicologia tem se inserido na interface com a justiça, as mudanças que precisam ser pensadas e realizadas na atuação das/dos psicólogas/psicólogos nessa área, agindo com princípios éticos e políticos em favor dos direitos humanos e saúde mental, escapando do papel de avaliadora/avaliador. É significativo pensarmos como as Psicologias precisam se aliar a outros saberes e

reinventar o trabalho com as masculinidades, especialmente no desenvolvimento dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres.

Escolhemos o método narrativo para construção desta pesquisa, pois nos permitiu acesso a história de vida das sete pessoas entrevistadas, não a biografia de vida, mas algumas vivências que foram sendo contadas como respostas aos nossos disparadores, fazendo com que fosse possível entender mais sobre como se interessaram pelos estudos de gêneros, feministas e de masculinidades, assim como, por atuarem nos grupos, como se construíram e estruturaram tais projetos, o embasamento teórico e metodológico, quais abordagens psicológicas são utilizadas nas atuações e como se dão os atravessamentos da Psicologia nessas ações. As entrevistas foram feitas pelo *Google Meet* por estarmos vivenciando a pandemia de Covid-19, o que nos exigiu o distanciamento físico para maior segurança. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP/Câmpus de Assis, com o número do processo 28350020.3.0000.5401.

Após apresentado o método narrativo, realizamos uma breve apresentação de cada pessoa entrevistada e alguns dados que foram permitidos serem pensados a partir das histórias contadas. Em seguida, será realizada a discussão de alguns pontos possíveis entre tantos outros que poderiam ser pensados ao ouvir, ler e reler as narrativas, esses foram os que nos atravessaram com maior intensidade, então construímos as problematizações primeiro entendendo como cada pessoa começou a estudar questões de gêneros e masculinidades, e de que modo passaram a auxiliar os grupos, entendendo assim, um pouco das linhas que foram compondo essas pessoas e o que as fizeram estar nessas ações.

Discutimos como os projetos foram construídos, sendo que alguns iniciaram antes da Lei Maria da Penha, sendo pioneiros nessa discussão, então pensamos a respeito dos objetivos, enfoques, organização e funcionamento dos grupos, como cada parte desse

processo é importante para que a transformação dos homens seja possível; questionamos a respeito da capacitação das/dos facilitadoras/facilitadores, os avanços e obstáculos encontrados até o momento, como são realizadas as avaliações e monitoramento das ações, como atravessamento de todos esses pontos está a necessidade de construção de uma política pública específica, que dê suporte financeiro e humano, e diretrizes para que esses projetos possam alcançar mais pessoas e tenham ainda mais qualidade.

Problematizamos as abordagens teóricas, os olhares para as violências contra as mulheres e a inserção do saber psicológico nessas ações, entendendo que devem estar alinhados aos estudos de gêneros, feministas e masculinidades, que tenha o olhar ampliado para a vida e sociedade, não individualizando e psicologizando as violências e as pessoas, que se pense em sujeitos sociais, em processo de subjetivação, não acabados/prontos. Por fim, problematizamos questões específicas de algumas/alguns entrevistadas/entrevistados, que se apresentaram potentes, com a necessidade de ações não só com grupos de homens, mas também em trabalhos paralelos, uma rede de enfrentamento as violências contra as mulheres, assim como, a união entre os grupos com as universidades, para que se continue desenvolvendo novas possibilidades de atuações e que os dados produzidos nos projetos sejam sistematizados e publicados, dando assim maior visibilidade e força para que se tornem políticas públicas, e como última discussão o atravessamento da homofobia nas discussões dos grupos e a importância dessas ações demarcarem as hierarquias de gêneros e as relações de poder que nos são apresentadas como naturais, que precisam ser combatidas e eliminadas.

A organização do trabalho foi pensada para que a/o leitora/leitor chegue ao final da leitura refletindo sobre como os grupos têm importância no combate as violências contra as mulheres, alinhados a uma rede de enfrentamento e não como ações isoladas. Mas não é um trabalho engessado, poderíamos ter iniciado apresentando o que são os

grupos com homens autores de violências e como esses podem auxiliar na mudança dos atos performativos masculinos, apresentando em seguida a ideia das masculinidades como processos sociais e culturais e finalizando com nossas discussões, ou seja, essa estrutura é maleável, podendo ser quebrada e reorganizada a partir do interesse, motivo e olhar que se faz dela.

2. MASCULINIDADES

O que é ser homem? Como se constroem as masculinidades? Como se processam as masculinidades ao longo da vida? Como se desconstroem os machismos? Por que as masculinidades podem ser violentas e não saudáveis aos próprios homens? Como foi o meu processo de subjetivação? Estas são questões que faço a partir do momento que comecei a estudar e pesquisar sobre gêneros e sexualidades, quando o que eu entendia como natural passou a ser desconstruído.

Estudar masculinidades e violências contra as mulheres para um homem cis e heterossexual parece "combinar", pensando na ideia de lugar "comum" e "identificação", pressupondo que as agressões são geralmente praticadas por esse grupo de pessoas. No entanto, pensar as masculinidades e machismos também é um processo de autoavaliação, pois não falarei somente do outro, de sujeitos distantes, como a falsa objetividade que a pesquisa positivista busca, mas este capítulo também terá um pouco de como nossas subjetividades se processaram ao longo dos anos, produzindo comportamentos machistas, duros de serem pensados, lembrados e descontruídos e a busca pela desconstrução da ideia de uma única masculinidade possível. Então, ao longo da pesquisa bibliográfica, para este e demais capítulos, muitas linhas de subjetivação foram se conectando, desconectando e reconectando.

Vale ressaltar que utilizarei a ideia de masculinidades, no plural, devido à compreensão que não existe uma identidade coletiva, universal, hegemônica, fechada, globalizada e cristalizada, e sim processos de subjetivação, sendo locais e temporais. Com isso, será pensado que em cada território, história de vida, cultura e sociedade se constroem maneiras de ser e estar, através de negociações macro e micropolíticas (ECCEL, 2009; SEFFNER, 2003).

Para melhor compreensão dessa diferença, parte-se da ideia de que gênero se difere de sexo, pois não se refere ou se reduz aos órgãos genitais, tão pouco ao mero exercício da prática sexual, ou seja, os corpos e os gêneros são construídos em um processo histórico, social e cultural e que não existe uma combinação mútua entre sexo, gênero e desejo/prática sexual como se naturalizou em nossas sociedades.

O conceito de gênero nos remete aos modos pelas quais os corpos foram significados pelo contexto social, político e cultural, estabelecendo diferenças de poder e dominação (SCOTT, 1995). Estas normas são processadas através de discursos que se materializam sobre os corpos e os organizam em categorias deterministas, gerando desigualdades, discriminações, preconceitos e, principalmente, violências (BUTLER, 2003).

Aposto na crença de que os gêneros, assim como os sexos, são construídos nas relações a partir de negociações políticas e de poder, que indicam lugares e práticas relativas ao masculino e feminino em contextos específicos. Essas hierarquizações colocam em funcionamento diversas tecnologias que funcionam como máquinas binárias e universalizantes de produção de sensações, pensamentos, desejos, atitudes, comportamentos, relações, valores, estereótipos, conceitos e preconceitos, discursos e práticas das/dos sujeitas/sujeitos, os quais são apoiados por instituições centralizadas pelo

Estado, e outras reguladoras como a família, escola, igreja e prisão (FOUCAULT, 2015). Joan Scott (1995, p.86) afirma:

> Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (l) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Os gêneros são nossas identidades primeiras, o que nos insere na cultura, política e sociedade. Assim, entende-se os gêneros como atos performativos, que se constituem no fazer e não na nomeação, ou seja, os gêneros não são essenciais; não somos homens, mas nos fazemos homens (BUTLER, 2003). Estas referências nos permitem problematizar os binarismos de modo crítico, evitando as respostas prontas e cristalizadas, nos ajudando a sair da ideia de que para ser homem é necessário ter um pênis e para ser mulher uma vagina, limitando as identidades e expressões de gêneros e as vidas. Esses regimes de verdades acabam por impor modos de ser e estar, produzindo relações de poder desiguais, levando muitas vezes às violências contra as mulheres e a população LGBTQIA+[1]. Vale ressaltar que na sigla anterior utilizamos a letra "Q" representando o *queer* por ser comumente utilizado para representar pessoas que não desejam, não se apresentam com nenhuma identidade, todavia existem discussões sobre o essa colocação, pois o movimento *Queer* problematiza as identidades, discutindo a necessidade de se enquadrar em uma ou outra, e por isso se torna contraditório se identificar como tal, no entanto preferimos manter o uso por essa sigla ter maior visibilidade nos dias atuais.

[1] LGBTQIA+: sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexual e todas as outras maneiras identitárias de gênero e orientações sexuais. Ao longo do texto discutirei o uso do termo LGBTQIA+fobia ao invés de homofobia.

Como veremos ao longo do capítulo, a luta das mulheres no Brasil e no mundo fez com que inúmeros pensamentos, leis e comportamentos fossem alterados, desconstruídos e (re)pensados, chegando até às masculinidades, fugindo da imposição de um único modelo de masculinidade no qual a virilidade, agressividade e repressão dos sentimentos são traços essenciais (BANIN; BEIRAS, 2016). Com isso, ao longo deste capítulo, será discutida a história dos estudos sobre masculinidades, os principais pontos teóricos, problematizar a produção de subjetividades masculinas e mapear os principais estudos sobre o tema no Brasil.

Vale apontar que, ao longo de todo o trabalho, utilizaremos o termo "homens autores de violências" ou a abreviação HAV. Não utilizaremos os termos agressores, violentadores, como muito mencionado em leis e trabalhos sobre o tema (BANIN; BEIRAS, 2016; LIMA; BÜCHELE, 2011), pois acabam por estigmatizar e cristalizar estes homens, como se não sofressem violências, ou até mesmo como se apenas este comportamento os definisse, deixando de lado outras possibilidades de ser e estar no mundo. Com isso, ao falarmos em autores de violências, nos referimos a uma ação cometida por estes sujeitos, não os limitando a uma única identidade de violentadores. Outro termo que tem sido utilizado é "homem em situação de violência", em referências aos homens que possam terem cometido e/ou testemunhado violências contra as mulheres, terem sofrido violências ou terem/estarem vivenciando todas essas situações. No entanto, escolhemos utilizar o temo "homens autores de violências contra as mulheres" por ser mais conhecido e difundido na literatura.

2.1 Movimentos e Estudos sobre Masculinidades

Muitos pesquisadores apontam o início dos estudos sobre masculinidades a partir dos anos 70, do século XX. Cecchetto (2004) cita que precisamos ter cuidado ao falar que

as pesquisas envolvendo homens surgem somente nos anos 70, pois anteriormente já se discutia a questão da sexualidade masculina, principalmente em relação à homossexualidade, assim como, o homem sempre esteve presente em estudos e relatos históricos. A novidade foi pensar esses sujeitos como uma categoria de gênero. Essa "confusão" se dá, também, pelo fato de nas duas primeiras ondas feministas não existirem discussões sobre os homens pois partia-se do princípio que os homens, enquanto categoria privilegiada, não se viam pertencentes a um gênero, mas como símbolos da raça humana, não conseguindo identificar os diversos marcadores sociais e culturais que os colocaram, ao longo da história, como dominantes, escritores da história, personagens principais do conto da superioridade do homem branco de classe média (OLIVEIRA, 1998). Além do fato, como aponta Giffin (2005), que a participação dos homens nas discussões feministas nos anos 60 foi vetada pelas mulheres devido às desigualdades de gêneros vivenciadas na sociedade até então, lembrando que ainda não haviam surgido as discussões sobre o conceito de gênero.

Mas, a partir da década de 1950 já se tinham pesquisas voltadas aos homens. Talcott Parsons incorporou a ideia de papeis sexuais às discussões sobre estrutura familiar e tal problematização parte da diferenciação biológica dos corpos, macho e fêmea, para definir características e estereótipos associados aos homens e às mulheres (CECCHETTO, 2004). A partir da ideia de papéis sexuais, foi se criando o pensamento de que a pessoa que nasce com o sexo de fêmea teria maior predisposição para os afazeres domésticos, cuidado com os/as filhas/filhos e esposa/marido e não teria força para trabalhar fora de casa, devido a um olhar biologizante e "naturalista" (FOUCAULT, 2015; RUBIN, 1975).

Essa teoria construída e fortalecida ao longo do tempo é uma das linhas que atravessam pessoas com o sexo de fêmea em seus processos de subjetivação, sendo

impostos diversos comportamentos tidos como ideais e naturais para quem tem vagina como órgão sexual. A domesticação da mulher serviu ao capitalismo e à sociedade burguesa por longo tempo, transformando as pessoas do gênero feminino em "mulher para casar", ou seja, "bela, recatada e 'do lar"[2], que mantém o homem no trabalho (FOUCAULT, 2015).

Essa domesticação parte de um aparato social, no qual se encontram diversas instituições de manutenção da ordem como a família, religião, escola, Estado e a *mass media*. Rubin (1975, p.159) denomina essa biopolítica e biopoder como "sistema sexo/gênero", que seria "[...] uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana [...].". Enquanto enquadradas neste sistema, as pessoas que nasceram com o sexo de macho deveriam ter o gênero masculino e comportamentos estereotipados como sendo de homem, tais como ser viril, não emotivo, heroico e forte. Já as pessoas com sexo de fêmea, serem do gênero feminino e apresentarem características esperadas para as mulheres como, por exemplo, delicadeza, meiguice, serem emotivas e submissas aos homens. As primeiras críticas a essa ideia se deram por não discutirem as relações de poder existentes entre as identidades de gêneros, ou seja, ignoravam a ideia da "dominação masculina" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

A partir dos anos 70, com as lutas dos movimentos feministas, os estudos sobre as mulheres e as discussões sobre gêneros ganharam força entendendo que as identidades são produtos sociais, históricos e culturais e a masculinidade passa a ser interrogada,

[2] Essa expressão foi diluída pelo Brasil, principalmente nas redes sociais, após a revista Veja lançar uma matéria com o título "Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar'", criando-se a ideia de que as mulheres devem ser bonitas, se enquadrando em um padrão de beleza imposto, o qual a ex-presidenta Dilma Rousseff não se enquadrava. Outras características são: ficarem em segundo plano, não terem atenção, deixar o público para o homem/marido e serem boas donas de casa, que cuidam da família, mas também com sua vida social/pública. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acessado em: 03 abr. 2018.

saindo do lugar de “natural” e universal, pois é confrontada as diferenciações de masculino e feminino a partir somente das características biológicas (CECCHETTO, 2004).

Contudo, para que isso ocorresse, também foi necessário descolar a ideia de que gênero seria sinônimo de mulher (ou feminino), assim com o pensamento de que “homem” seria a representação do “ser humano”. As pesquisas passam a ser não só sobre a dominação masculina e seus efeitos, mas sobre como se dá a produção de subjetividades masculinas, que permite aos homens esse lugar de dominante (KIMMEL, 1992), porque os homens passam a participar das discussões feministas na academia, aceitando a reflexão que existe a desigualdade entre homens e mulheres (GIFFIN, 2005).

Cecchetto (2004) coloca que, com a desconstrução da ideia de papeis sexuais e a crescente problematização sobre uma identidade masculina inacessível, o grupo de estudiosas/estudiosos do denominado *Men’s studies* começa a ganhar visibilidade. Tal movimento surge nos anos de 1970 e 1980, momento em que aparecem os maiores estudos sobre masculinidades, principalmente em países anglo-saxões, com autores como Carrigan, Connell e Lee, os quais, influenciados pelos estudos feministas, começam a olhar para as masculinidades como papéis sociais e culturais. Os pesquisadores ligados aos *Men’s* Studies, além de olharem para as masculinidades como identidades de gêneros, acrescentam que essas são atravessadas por outras linhas e marcadores sociais como raça, classe, cor e etnia, ideia que ainda hoje precisa ser reafirmada a todo momento (CECCHETTO, 2004).

Vale ressaltar que a teoria dos papéis sexuais fez parte de muitas pesquisas de grupos ligados aos *Men's Studies* devido à aproximação de alguns autores com a escola sociológica de Chicago, onde tais conceitos surgiram nos anos de 1930 e 1940 (CECCHETTO, 2004). Estes buscavam independência para este campo de pesquisa e

faziam críticas ao feminismo e seus ataques às masculinidades, como Goldberg (1973) e Vilar (1973) (GOMÁRIZ, 1992). Preocupados com a visibilidade do feminismo/mulheres e a perda do poder masculino, começaram estudos sobre homens, por homens, para homens (HEILBORN; CARRARA, 1998).

Este movimento, ligado a Goldberg e Farrel, ficou conhecido como *Men's Rights* e ocorreu em solos americanos e europeus, mesclando ações que visavam a igualdade de direitos (entendiam que algumas leis favoreceriam as mulheres), antifeminismo (colocando o feminismo no mesmo patamar que o nazismo, entendendo que as mulheres queriam eliminar os homens e que também são violentas) e em defesa do patriarcado (CHAGOYA, 2014). Infelizmente, esses movimentos podem facilmente serem vistos no Brasil atualmente, talvez não de forma organizada, mas em discursos que tentam deslegitimar as lutas das mulheres. Para isso, utilizam-se de termos como "*feminized*" para falar de mulheres que consideram feministas radicais, e "João da Penha", em alusão a Lei Maria da Penha, como se fosse necessária uma lei para proteger os homens que são agredidos e/ou "forçados" a realizarem o serviço doméstico.

Bonino (2002 apud CHAGOYA, 2014) coloca que em paralelo existiu também o grupo com homens que presavam por uma masculinidade natural, na qual o homem seria o mais forte e provedor. No entanto, isso não faria com que não pudessem entrar em contato com suas emoções e praticassem a não violência. O grupo não estaria contra e nem apoiaria os movimentos femininos e suas conquistas. Este movimento ficou conhecido como Mitopoético e surge no momento de entrada das pesquisas sobre masculinidades nos estudos de gêneros, mas acabam se distanciando das teorias feministas, buscando estudar de maneira autônoma as masculinidades (GOMARIZ, 1992).

Segundo Oliveira (1998), a vitimização dos homens iniciou-se nos anos 50 ganhando maiores proporções, principalmente no meio universitário e a partir dos anos 70 com obras como *The Male in Crisis* (BEDNARIK, 1970) e *Dilemmas of Masculinity* (KOMAROVSKY, 1976). A visão de alguns estudos sobre masculinidades acaba por vitimar os homens, apontando injustiças sociais contra estes, o que pode ser prejudicial às lutas das mulheres, pois essas constroem suas discussões em paralelo aos princípios dos direitos humanos, e o primeiro grupo tende a problematizar direitos individuais, ou seja, a continuação da dominação masculina (FIGUEROA-PEREA, 2013). O que acaba por gerar a produção do discurso de "crise da masculinidade", que ganhou força na década de 1970, apresentando a ideia de que existia uma pressão para que se exercesse uma masculinidade rígida e que isso sufocava os homens, juntamente com empoderamento feminino e as lutas do movimento gay. O pós-guerra e a "perda" de espaço no ambiente público são um dos fatores que levaram a se discutir a "crise da masculinidade". Outro fator foi a crescente manifestação por parte dos homens de que uma masculinidade viril não poderia ser alcançada e permitida a todos, levando a ideia de necessidade de libertação desse fardo. A virilidade que antes era - e ainda é - apontada como característica essencial para o "homem de verdade" torna-se um peso quando se iniciam as revisões sobre as masculinidades nos anos de 1970 (CECCHETTO, 2004). No entanto, para Cecchetto (2004) essa não é a realidade dos homens latino-americanos, os quais têm outros marcadores de masculinidade, como honra e vergonha.

A preocupação dos homens era a perda de espaço e a necessidade de aprenderem a realizarem tarefas que antes ficavam a cargo das mulheres, como se suas identidades fossem roubadas, além dessas saírem do estereótipo de donzelas a serem salvas, frágeis e que precisam do príncipe encantado. No Brasil, essa ideia passou a ser discutida nos anos 90 por Nolasco (1993), que apontava mudanças nos comportamentos dos homens e que,

autorizados pela "*mass mídia*", começavam a pensar a redistribuição das tarefas domésticas e de cuidados com filhos/filhas, fato impensável em outros momentos. Oliveira (1998) aponta que Kaufman e Nolasco utilizam do capitalismo e do trabalho para justificarem a vitimização dos homens, como se tais fatores ajudassem no sufocamento do homem, através da alienação e repressão de desejos, tendo como resultado a violência e dominação masculina perante as mulheres.

Contudo, essas discussões, segundo Badinter (1993), já se faziam presentes nos séculos XVII e XVIII entre os aristocratas da França e Inglaterra, por serem sociedades mais liberais em relação às mulheres. Na França, se tem o início do grupo "as preciosas francesas", que questionam a dominação masculina e o papel das mulheres na sociedade, lutando para a emancipação feminina, pelo fim do casamento e pela ideia do amor ser a submissão da mulher ao homem. Neste momento, também surge o grupo "os preciosos", homens que iniciaram movimento de se aproximar dessas mulheres, se preocupando com a aparência, vestimenta e comportamentos mais sutis. Essas questões são tratadas no livro "As ligações perigosas" (*Les liaisons* dangereuses) de Pierre-Ambroise-François Chordelos de Laclos (1741-1803), publicado em 1782. O romance epistolar tem como protagonistas a marquesa de Merteuil e o visconde de Valmont. A história baseia-se na troca de cartas entre as/os personagens, tendo como foco a sedução, manipulação e o prazer, e retrata a aristocracia francesa, com algumas mulheres sendo emancipadas, tendo desejos sexuais e não se subjugando aos homens. A marquesa de Merteuil manipula, domina e não teme Valmont, que se transforma, ao longo da história, de macho dominante e conquistador em sentimental e dominado. Com isso, o romance reproduz a ideia das preciosas francesas, as mulheres no poder, o que levaria à crise masculina (BADINTER, 1993).

Badinter (1993) acrescenta que, na Inglaterra, a preocupação masculina em demonstrar virilidade também foi uma forma de responder ao empoderamento feminino. Nos séculos XIX e XX, países como os Estados Unidos da América (EUA), Áustria e França vivem a "crise da masculinidade" devido às mudanças sociais, industrialização, democracia e movimentações feministas, com as quais as mulheres começam a ganhar a vida pública.

É importante mencionar que vamos ao encontro de algumas/alguns autoras/autores que se posicionam sobre essa discussão sobre a não existência de uma "crise nas masculinidades", na qual os homens estariam perdendo espaço e/ou se transformando, mas, o que estaria ocorrendo, a partir do feminismo, são mudanças nas relações de gêneros e sexualidades em toda a sociedade, que passou a discutir e desconstruir a ideia de papéis sexuais, cristalizações identitárias e relações desiguais de poder, (re)pensando diversos pensamentos que eram tidos como "naturais" e "normais" (CONNELL, 1995).

Então, dentro dessa "crise masculina" criou-se a ideia de que os homens seriam aniquilados (CONNELL, 1995) e que o papel social masculino os sufocava, pois exigia demais, não permitindo que houvesse meios para respirar e se sensibilizar (OLIVEIRA, 1998). Pensamento este que individualiza a masculinidade, não levando em consideração seu caráter processual, histórico e social, colocando o homem como vítima de uma "masculinidade tradicional", como se fosse uma patologia, não uma produção social. Tal pensamento, ainda hoje, é ventilado quando se fala de masculinidade, pregando a vitimização do homem e que quando suas amarras fossem desfeitas "novos homens" surgiriam (OLIVEIRA, 2000).

Por exemplo, os grupos de homens que buscam na terapia reconstruir suas masculinidades, lutando entre a "tradicional" e a não machista/misógina, com isso

conseguiriam entrar em contato com seus corpos e emoções (CHAGOYA, 2014). Este movimento se aproxima da ideia construída de "masculinidades não tóxicas" em oposição à "masculinidade tóxica", ou seja, a busca por uma identidade masculina "saudável", na qual permite ao homem a aproximação com o que é "tido" como feminino, cuidados com o corpo, saúde, sentimentos, entre outros.

O termo "masculinidade tóxica", que se popularizou através de *youtubers* e blogueiros, remete a uma ideia pouco problematizada, por quem o utiliza, de patologia, imoralidade e individualização do problema, o que vai contra aos preceitos dos Estudos de Gêneros, os quais discutem a masculinidade a partir de uma construção social e cultural, entendendo, como exemplo, os problemas em relação às violências contra as mulheres como algo coletivo, e não devido a uma psicopatologia ou imoralidade individual. Também pode-se discutir que o termo remete somente ao masculino, como se não houvesse feminilidades negativas/hegemônicas, não dando conta da pluralização do gênero masculino (VENTUROZA, 2019).

Outro movimento é dos grupos de homens que buscam reconstruir a masculinidade, aproximando-se do que é colocado como feminino, tais como docilidade e afetividade, além de estarem mais preocupados com a criação de seus filhos e suas filhas (CHAGOYA, 2014). Segundo Chagoya (2014), este grupo não se alinha as identidades masculinas "tradicionais", buscam se desvincular. Entretanto, esperam que sendo "novos homens" sejam recompensados, ou seja, continuam buscando privilégios.

E por fim, temos os homens que se colocam como pró-feministas e/ou antissexistas. Este movimento seria formado por homens de classe média, estudiosos de ciências sociais e/ou humanas, e brancos, que buscam também a desconstrução das masculinidades tradicionais. Aparecem, já na década de 1970, como antissexistas unindo-

se às lutas por direitos civis. Nos anos de 1990, alinham-se aos movimentos feministas e se intitulam como pró-feministas (CHAGOYA, 2014).

Chagoya (2014) alerta que os homens que se dizem pró-feministas precisam se atentar ao fato de que isso não anula que eles ainda estão no grupo de privilegiados e que são atravessados pelos machismos/misoginias, pois seria um erro acreditar que se livraram dessas amarras dos dispositivos de sexualidade. Os "novos homens" podem produzir "novos" tipos de violências, muitas vezes sem perceberem, visto que essas novas formas de controle do tempo, espaço e distribuição desigual dos trabalhos podem ser invisíveis aos "olhos", pois são práticas sutis que contribuem para perpetuação da "dominação masculina" como, por exemplo, os homens que se colocam como superiores por lutarem contra os machismos ou por fazerem serviços "tidos" como das mulheres. Renunciar a violência, permitir o contato com o próprio corpo, emoções e sentimentos não os fazem "novos homens" e nem os colocam em conjunto às lutas de igualdade. Para isso, precisa-se vivenciar esses pensamentos com atitudes e comportamentos, além da necessidade de se construir uma nova sociedade, pois ser homem (seja novo, velho, tradicional ou outras nomenclaturas que se construírem ao longo do tempo) em nossa cultura/sociedade ainda é ser privilegiado, é reproduzir estruturas desiguais de poder (CHAGOYA, 2014), pois aquele que nasce com um pênis já se torna privilegiado a partir do momento que nasceu, devido à estrutura desigual de nossa sociedade nas relações de gêneros (BANIN; BEIRAS, 2016).

Resumidamente entre os anos de 1950 e 1970, houve estudos sobre os homens relacionando delinquência com a ausência do pai e a necessidade dos homens poderem expressarem suas emoções, o que não era visto como algo masculino, até então. Após esse período, os estudos passam a ser sobre masculinidades dominantes e subalternas, as mudanças no ser homem e a vitimização destes, apontando dificuldades e "crises da

masculinidade", o que se levou a discutir novas possibilidades de "masculinidades hegemônicas" atualizadas, mas sem que a hierarquia social fosse danificada (CARRIGAN; CONNELL; LEE, 1987 apud GIFFIN, 2005).

2.2 Dominação Masculina

Após a discussão a respeito dos movimentos e estudos sobre masculinidades, faz-se necessário apresentar como se deu, ao longo da história, a dominação masculina, que culmina no conceito de "masculinidade hegemônica", refletindo na produção de subjetividades masculinas. As masculinidades, feminilidades e outros processos de subjetivação são processadas ao longo das vivências pessoais e sociais. As linhas de masculinidades sempre tendem a serem batalhas para negar a/o outra/outro, onde se luta para ser homem, porque isso leva a tornar-se dominante. Devido a essa questão, não se tem uma preocupação em afirmar-se feminina, porque a feminilidade é subjugada em nossa sociedade retendo, muitas vezes, às ideias negativas (BOURDIEU, 2012).

Vale ressaltar que, na pré-história, existiam sociedades matriarcais, nas quais as mulheres eram as pessoas mais valorizadas, o poder perpassava por seus corpos devido a possibilidade biológica de reprodução, característica que fazia com que as mulheres fossem reverenciadas. Anos depois, essa diferença biológica foi utilizada para justificar a imposição da mulher à vida privada e aos cuidados da família, ou seja, atualmente utiliza-se esse "dom" para que se responsabilizem pelos cuidados com as/os filhas/filhos e a casa, sendo imposta ao âmbito doméstico (MAUX, 2014).

A ideia do matriarcado começa a se diluir quando se inicia a agricultura e os homens acabam por assumir tal atividade, que era peça importante no sustento da família. Outro fator é que, ao observarem os animais, perceberam que a fêmea precisava do macho

para poder engravidar, resultando, então no "falo[3]" como símbolo de poder, não como foi pensado anos depois pela Psicanálise, a qual através de Freud construiu a teoria sobre a castração, momento no qual as crianças começariam a perceber diferenças anatômicas entre meninos e meninas, e também quando é apresentada ao menino uma terceira figura - a do pai -, que "possuí" o amor de sua cuidadora inicial, reconhecendo a derrota o filho abdica de seu objeto de desejo inicial para que não seja castrado, transformando psiquicamente o "pênis" em um símbolo de poder e fecundidade (MAUX, 2014).

Essa ideia já se fazia presente na sociedade anos antes de Freud. No entanto, somente após suas teorias se propagarem, essa ideia ganhou força, sendo possível falarmos em "sociedade falocêntrica", a qual dá àqueles que possuem o "falo" o lugar de dominantes, onde o sêmen fértil passou a ser demonstração de virilidade e autoridade, consideração feita até os dias de hoje, como veremos a frente (MAUX, 2014).

Segundo Bourdieu (1995, 2012), a dominação masculina está culturalmente inscrita na sociedade e enraizada nas estórias, nos contos, nas músicas, na literatura, filmes e obras de arte. A história foi construída/conduzida pelos homens brancos, na qual o masculino sempre está no lugar do protagonista e as mulheres colocadas em segundo plano, mesmo quando deveriam ser reverenciadas.

Com esses processos não se tem espaço para contestação das masculinidades, por isso demorou mais para ser problematizada. Ocorre uma mudança quando as feministas trazem para a consciência social que a dominação masculina foi uma construção social feita ao longo de toda história e que gerou privilégios aos homens em diversas esferas da vida. Por essa questão, a luta das feministas por igualdade de direitos e respeito às diferenças é entendida, muitas vezes, pelos homens, como uma perda de espaço e de

[3] O falo é descrito nos dicionários como símbolo do pênis, da fecundidade. Era usado em rituais antigos na Grécia, como uma insígnia. Dentro do linguajar psicanalítico freudiano, é visto como elemento para estruturação sexual, que passou a ser entendido como símbolo de poder e dominação.

privilégios, fazendo com que ataquem constantemente esses grupos e todas as mulheres que acabam por conseguir poder. Naturalizou-se a dominação masculina e a heterossexualidade, fazendo com que a partir dessa base as relações, pensamentos, sentimentos e sociedades se estruturassem, sendo um dos combustíveis para as violências contra as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ (BOURDIEU, 2012).

A naturalização das relações de gêneros auxilia na continuidade da subordinação do feminino, pois incorpora a dominação através da violência simbólica pela cristalização da sujeição. O seu combate não pode ser somente pela conscientização, porque vem sendo imposta desde o nascimento da pessoa e ao longo de toda história e sua normatização encontra-se nas linhas mais íntimas e duras do sujeito, não sendo possível muitas vezes ser desterritorializada apenas por informações (LONNGI, 2005).

As relações de sexos/gêneros/desejos/práticas sexuais "normatizadas" são incorporadas devido às repetições que as colocam como verdades absolutas e inegáveis, perpetuando e normalizando nossa percepção sobre a divisão de tarefas e espaços, fazendo com que homens deixem de aprender a limpar a casa ou cozinhar por acreditarem que tais tarefas são "coisas de mulher", não entendendo que são tarefas aprendidas e não dadas ao nascer devido a genitália que a pessoa possui. Infelizmente, com o passar do tempo, esse pensamento foi se legitimando como verdade, apegando-se a biologia anatômica e reprodutora, principalmente através da ideia de vocação (BOURDIEU, 2012).

Boris (2011) problematiza a ideia construída de feminilização da dependência e do cuidado como se fossem aspectos naturais das mulheres, criando-se a cultura de que o homem, para conseguir cuidar de um bebê, precisa entrar em contato com seu lado feminino, deixando de perceber que essas características não são dadas, mas socialmente construídas e apreendidas.

Segundo Dorin (1978 apud BORIS, 2011), o termo “sexo” tem em sua etimologia o mesmo que palavras como setor e seção, ou seja, divisões. Com isso, criou-se uma separação entre o macho e a fêmea não só nas diferenças biológicas, mas também na produção de subjetividades, sendo sempre “criadas/criados” de maneiras distintas, para que se mantenha essa dualidade em todos os momentos da vida. Sendo assim, a anatomia - mais especificamente o órgão sexual - é nossa primeira linha de subjetivação, desde o útero ou até mesmo na idealização da/do filha/filho.

Esse pensamento torna-se mais prejudicial aos sujeitos dominados quando acabam por reproduzir esta ideia, assim reconhecendo e afirmando seu lugar de submissão, não sendo resistência e tomando o masculino como o correto e nobre, ou seja, o exemplo a ser seguido (BOURDIEU, 2012). Com isso, tudo que se refere ao masculino tem maior visibilidade e valorização. Como exemplo, podemos utilizar o esporte e as práticas televisionadas, pelas emissoras no Brasil, com transmissão aberta são de modalidades praticadas por homens; quando são exercidas por mulheres só ganham espaço na grade televisiva em momentos de grandes eventos, como as Olímpiadas, tendo esse fato como um dos motivos para as mulheres receberem salários inferiores em comparação aos homens nas mesmas modalidades e níveis profissionais. Outro exemplo é quando um homem passa a cuidar de uma/um filha/filho, sua valorização é ainda maior, como se fosse herói por fazer algo que não seria sua “vocação”, se aproximando da fala de Boris (2011) e a criação do mito de que somente a mulher tem esse “dom” do cuidado. Através dessa naturalização da dominação masculina e das relações de gêneros continuamos a presenciar uma sociedade falocêntrica.

2.3 Masculinidades Hegemônicas

Como apontado, até os anos 70 ainda não tínhamos discussões relativas às masculinidades como identidade de gênero portanto, só havia questionamentos sobre as diferenças entre homens e mulheres, quem nasce com pênis e vagina e seus comportamentos. Assim sendo, se pensava na ideia de uma única masculinidade, partindo da consideração que se vivia em uma sociedade androcêntrica[4]. Então, a imposição de uma única identidade servia para continuação da "dominação masculina", uma defesa ao empoderamento das mulheres (BORIS, 2011).

Com início dos Estudos de Gêneros, outros olhares tornam-se possíveis sobre as masculinidades, enxergando-as como categorias sociais e linhas no processo de subjetividades. Assim, se inicia a construção de teorias discutindo o homem não só em sua diferenciação com as mulheres, mas refletindo as identidades masculinas, as relações entre os homens e como a dominação masculina continua se perpetuando. Na década de 1970, temos o início dos *Men's studies*, que tem como uma de suas principais representantes, até hoje, Raewyn Connell[5]. A cientista social australiana construiu o conceito de "masculinidade hegemônica" (CONNELL, 1995), o qual ganhou grande repercussão em todo o mundo e tem sido muito utilizado na literatura desde então. Connell (1997) entende o conceito de hegemonia - utilizando leituras de Antonio Gramsci - como um grupo que se coloca como liderança de uma determinada classe, tornando-se o dominante, "ideal".

> A masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração genérica da prática que incorpora a resposta atualmente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou é tomado para garantir) a posição

[4]Práticas androcêntricas, aquelas que desconsideram as pessoas do sexo/gênero feminino, colocando a masculinidade como universal (CARDOSO; BEIRAS, 2018a).
[5] No início de sua carreira profissional, a autora assinava seus trabalhos como Robert William Connell. Após transição de gênero, passou a utilizar Raewyn Connell.

> dominante dos homens e a subordinação das mulheres. (CONNELL, 1997, p. 12, tradução nossa[6]).

Então, entende-se por masculinidade hegemônica as identidades normatizadas colocadas como ideais, centrais, hierarquicamente no poder em certos grupos e/ou sociedades, a qual servirá como referência para outras. No entanto, é instável, sempre em processo e territorial, ou seja, se altera ao longo do tempo e espaço (CONNELL, 1995). A masculinidade hegemônica pode ser performada por diversos homens, isto é, não só por quem detém algum poder financeiro ou político. Para isso, são processadas a partir de quatro conjuntos: o primeiro seria aquilo que é essencial aos homens, como exemplo, a força; o segundo atributo seria a ideia do que "realmente são", partindo de uma leitura positivista, teríamos uma escala na qual cada um verificaria qual o seu percentual de masculinidade, existindo variações de masculinidades; o terceiro conjunto seria algumas normas, modelos do que devem ser, quais papéis sexuais e de gêneros que podem assumir; e o quarto lugar, a noção de diferenciação e distanciamento do feminino, sendo o "não feminino" (CONNELL, 1997).

Connell (1997) complementa, ainda, com a ideia da existência de três possibilidades de relações entras as masculinidades: a primeira através das subordinadas, entendendo a heterossexualidade como dominante e a homossexualidade, bissexualidade e outras expressões afetivas e sexuais como subordinadas; a segunda, com a cumplicidade à masculinidade hegemônica, nem todos os homens irão cumprir todas "características" dessa, porém, ficam ao entorno, auxiliando, tendo ligação para não perder privilégios,

[6]Texto original: "*La masculinidade hegemónica se puede definir como la configuración de práctica genérica que encarná-la la respuesta corrientemente aceptada al problema de la legitimidad del patriarcado, la que garantiza (o se toma para garantizar) la posición dominante de los hombres y la subordinación de las mujeres*." (CONNELL, 1997, p. 12).

essa aproximação traz ao sujeito maior perspectiva de sucesso. Como colocou Connell (1997, p. 14, tradução nossa):[7]

> Isso pode ser feito reconhecendo outra relação entre grupos de homens, a relação de cumplicidade com o projeto hegemônico. Masculinidades construídas de maneira a permitir a realização do dividendo patriarcal, sem as tensões ou riscos de ser a primeira linha do patriarcado, são cúmplices nesse sentido.

Eccel (2009) coloca que mesmo os homens que não se enquadram em alguma masculinidade hegemônica acabam por aproveitar os privilégios, não se contrapondo muitas vezes aos dominantes para que não sejam excluídos como outros são. Em cada grupo/instituição poderá existir uma masculinidade hegemônica, que será composta por diversas outras através da troca de experiências e vivências, para que possam continuar tendo os privilégios sobre as outras identidades de gêneros. E a terceira é relativa a questões de raça/cor, pois os homens negros tornam-se objetos simbólicos para construção das masculinidades brancas, podem até individualmente estarem no lugar de masculinidade hegemônica, mas como grupo não são tratados de tal maneira, sempre são marginalizados, não se tornam os exemplos, o ideal (CONNELL, 1997).

Diversas críticas foram feitas a respeito do conceito de "masculinidade hegemônica" construída por Connell (1995), entre elas está a de Fialho (2006), que utiliza as teorias de Antonio Gramsci para discutir o adjetivo "hegemônico". Segundo o autor, o conceito de masculinidade hegemônica remete a ideia de uma disputa por poder, pelo lugar mais alto da hierarquia das masculinidades, o que leva a problematizar se existe uma identidade masculina que detém este poder e se as outras identidades estão "lutando" para ocupar este lugar ou se apenas querem existir.

[7] Texto original: "*Esto se puede hacer al reconocer otra relación entre grupos de hombres, la relación de complicidad con el proyecto hegemónico. Las masculinidades construídas en formas que permiten realizar el dividendo patriarcal, sin las tensiones o riesgos de ser la primera línea del patriarcado, son cómplices en este sentido*." (CONNELL, 1997, p. 14).

Entretanto, a ideia de “masculinidade hegemônica” não é cristalizada, ou seja, é processual, como colocou Kimmel (1992) e nem todos os homens se sentem no lugar de dominante. Michael Kimmel também desenvolveu a ideia de “masculinidade hegemônica”, anos depois de Connell, nos EUA (BRITO, 2018). Sua conceituação se aproxima muito das ideias postuladas pela socióloga australiana, que fala sobre a existência de uma hierarquia entre as diversas masculinidades, a qual cria a masculinidade dominante e as subalternas em intersecção com a raça, cor, classe social, naturalidade, desejo sexual e outros marcadores sociais possíveis.

O conceito de interseccionalidade ganhou maior conotação, em 1989, com a teórica americana Kimberlé Crenshaw, defensora dos direitos civis e jurista na área de antidiscriminação. O termo foi usado para alertar e demonstrar que não existe um feminismo universal e único, assim como não é possível falar somente na categoria mulher, separada de outras condições subjetivas, como classe, raça e sexualidade, além do fato de falar de raça e etnias sem tocar nas relações de gênero limita as discussões e as vidas. Sendo assim, interseccionalidade diz sobre as lutas das mulheres negras para tornar visível que diferentes categorias sociais, raça, gênero, etnia, sexualidade, entre outras, fazem parte do processo de subjetivação e são linhas que se entrecruzam nessa estrutura (AKOTIRENE, 2019).

Kimmel (1998) já apontava a importância de se ter em mente as masculinidades de maneira pluralizada pois são dependentes da cultura e sociedade, com embates entre o feminino e masculino, como já apontado. Mas também há “lutas” entre as diferentes identidades masculinas a partir de outros marcadores sociais, como classe, raça, etnia, geração e escolaridade. Essas diferentes linhas se interseccionam, articulando diferentes categorias. Com isso, o jovem, negro, de classe média, com ensino médio completo de São Paulo pode não ter a mesma visão de masculinidade que o adolescente, negro, de

classe média, com ensino médio completo de Salvador. As características das regiões, dos estados, das cidades são distintas, um pode se sentir parte da cidade, cultura e sociedade local, o outro pode vir a se perceber à margem, alvo da polícia e fazendo parte da cultura local como bandido, menino de rua ou "cotista" (colocamos entre aspas cotista, porque muitas vezes é utilizada para desmerecer pessoas que conseguem uma vaga na universidade pública através de cota racial/escola pública, mas as cotas foram propostas que o Estado achou para que houvesse diminuição de desigualdades sociais e raciais, sendo políticas públicas afirmativas).

Desta maneira, percebe-se que as categorias se interseccionam, construindo diversas masculinidades e, muitas vezes, existe em cada território uma masculinidade hegemônica, a qual é imposta como ideal e sendo o norte para as outras, servindo de referência para definir as dissidências como não pertencentes ao masculino. Pensando assim, em cada grupo social se constrói modos de se viver como homem, dentro do ambiente familiar a ideia de masculinidade pode partir de que o masculino deve ser provedor e protetor da família, na imagem ligada ao "pai da família" e ao mesmo tempo o pensamento que a filha deva concluir o ensino superior e ser independente. Ou a criança que em casa aprende que deve tratar meninos e meninas da mesma maneira e no ambiente escolar é ensinada do contrário, tendo a separação entre os gêneros, com atividades diferentes para meninos e meninas. Esses diferentes dispositivos/ tecnologias fazem com que cada pessoa seja única, assim como as masculinidades, que se constroem a partir de processo biopsicossocial (ECCEL, 2009).

Eccel (2009) aponta que as masculinidades hegemônicas vão se alterando ao longo do tempo, espaço, território e contexto sócio-histórico, acreditando que, no século XXI, tais masculinidades seriam mais tolerantes, preocupadas com a diversidade e

igualdade de gêneros, mas o que se observa são discursos diferentes do esperado, levando ao aumento de violências contra mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Esse entendimento de múltiplas masculinidades e a existência daquelas que são "dominantes" e as que são "dominadas" nos ajuda a problematizar a universalização da masculinidade, assim como quando colocamos como sinônimos masculinidade e patriarcado, o que leva a pensar em uma universalidade dos homens, fato que não é real pois existem homens que se "encaixam" nas masculinidades dominantes e outros que são colocados dentro das dominadas/subalternas. Então, muitas vezes, as pessoas desse segundo grupo podem não estar dentro do sistema do patriarcado e até mesmo alguns do primeiro grupo podem não representar esse sistema social (FIGUEROA-PEREA, 2013). O entendimento de como se dá a "dominação masculina" e o conceito de "masculinidade hegemônica" nos dá subsídios para discutir como se processam as subjetividades masculinas.

2.4 Produção de subjetividades masculinas

Parti da ideia que as identidades são processos sociais, históricos e geográficos, mas que tendem a ser naturalizadas, positivadas como "aquilo que sou" (brasileiro, homem, branco, heterossexual, entre outras linhas), o que traz uma lista extensa de negações, muitas vezes não percebidas "daquilo que não sou" (não sou japonês, mulher, negro, homossexual, etc.), ou seja, as identidades são produzidas pela linguagem, pertencendo a uma cadeia de signos, enfatizando que identidade e diferença caminham juntas (SILVA, 2000). Nessas negações temos a tendência de acreditar que nossa identidade é a natural, a normal, a correta e que a identidade do outro está errada, principalmente quando as identidades e diferenças são inseridas em um sistema binário

de valoração (de negação/afirmação ou melhor/pior), produzindo hierarquias. Concordo com o pensamento de Kehl (1996, p. 11 e 12):

> As identidades são as próteses subjetivas produzidas nas sociedades de massa - e quem vive no século XX sabe que a afirmação das diferenças, constituídas como grupos identitários, tem tido antes o efeito de produzir a intolerância do que o diálogo e a convivência na diversidade. É notável que agrupamentos sociais se diferenciem e se representem segundo traços identitários sexuais, raciais, nacionais, étnicos, religiosos e, porque não [...], de classes. Mas esperar que a marca identitária dê conta da subjetividade, que a permanência a um grupo defina, por exemplo, para os indivíduos os caminhos a ser percorridos pelo desejo e o objeto de sua satisfação, é a meu ver um dos modos contemporâneos de alienação.

A noção de identidade infere uma semelhança/identificação a qual passa a ser vista como "o certo". Nessa associação, carregamos modos de ser e estar, o que, muitas vezes, contribuem para o fortalecimento de pessoas não pensantes e alienadas, principalmente em seus desejos. Silva (2000) aponta que, para a construção da identidade nacional, são produzidos laços imaginários para que pessoas, sem nenhuma ligação, possam se identificar com uma identidade em comum. Para isso são criados símbolos representativos, tais como bandeira, hino, língua nacional e a partir de "mitos fundadores", momentos históricos -verdadeiros ou não - dão início a uma identidade nacional.

Apesar de parecer que as identidades são fixas, Silva (2000) aponta que estas atuam em dois movimentos: de fixação e desestabilização. No primeiro, a busca é sempre por uma cristalização/territorialização que nunca é alcançada pois as identidades são fluídas e os processos são subversivos. Apesar de existirem fronteiras, essas podem ser quebradas, ultrapassadas como, por exemplo, as identidades de gêneros (em seu binarismo, masculino e feminino) tidas como fixas, principalmente por uma determinação biológica, são descontruídas pelas identidades *drag-queen* e *drag-king*.

Nesse sentido, Butler (2003) discute o conceito de gêneros a partir da noção de que nossos corpos vão sendo generificados a partir da nossa "existência social", a partir

do momento em que é sabido se o feto tem pênis ou vagina. Antes disso, não existe uma "pessoa generificada", apenas um embrião e é, a partir da revelação do sexo, que se observa o início de discursos e atos de masculinidades ou feminilidades. Pensando que nossa sociedade é engessada neste binarismo, inicia-se um fazer-se homem ou mulher através da repetição de comportamentos, desejos e pensamentos, ou seja, os gêneros não são cristalizados, fixos e nem naturais, mas fazem parte do processo de subjetivação e vão se construindo a partir da repetição de atos performativos. Parte-se, então, do pensamento que o corpo também é construído a partir do contato social e não dado previamente. O feto que tem pênis é tido como "macho"/"menino" a partir da sua relação com a/o outra/outro, ou seria somente um feto/bebê. Por exemplo: uma pessoa que não enxerga somente torna-se uma "pessoa com deficiência" quando tem o contato social com uma sociedade de pessoas que em sua maioria são videntes. O que a torna diferente é o contato com o/a outro/outra e/ou a nomeação dessa diferença, e não somente seu aspecto físico, ou seja, a nomeação vem após o fazer e as relações. Os atos performativos são coletivos e não individuais e precisam ser realizados ao longo da vida para ser reconhecidos, ou seja, desde o nascimento performar a masculinidade para ser reconhecido como menino e depois como homem. Sendo assim, os atos são "normatizados", regulados e julgados pela sociedade (BUTLER, 2011). Vale ressaltar que performatividade não é atuar a/o outra/outro, mas se fazer na representação (BUTLER, 2003), como bem explicado:

> A distinção entre expressão e *performance* e deveras crucial, porque se os atributos e actos de gênero, ou seja, as várias maneiras de um corpo mostrar ou produzir os seus significados culturais, são performativos, então, não há nenhuma identidade pré-existente pela qual um acto ou atributo possa ser avaliado; não existiriam actos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e o postulado de uma identidade de gênero verdadeira seria revelado como uma ficção reguladora. (BUTLER, 2011, p.83).

Enquanto pessoas, nós nos transformamos a todo instante e esses processos de subjetivação são operados através do embate de forças de poder e saber, que constroem

dobras e modos de ser e estar no mundo, a partir do social e do individual. Muitas vezes, através de linhas duras de alienação baseadas em identidades prontas, repetidas, que podem ser conectadas e transformadas pela singularização e criação, a invenção e/ou transformação de novas identidades, ambos os modos de subjetivação não se distanciam e sempre estão em batalha; aquela que aparece como singular, pode ser transformada em hegemônica e globalizada e pode encontrar resistências em certos territórios e corpos, então aparecem as revoluções moleculares, a singularização, que também podem se tornar alienadas, duras. Como exemplo, podemos citar que as pessoas com o desejo/afeto homossexual masculino tiveram que lutar pelo direito a singularidade e a diferença. Também se construiu masculinidades hegemônicas gays, nas quais pessoas homoafetivas afeminadas não eram bem-vistas, entre outras formas de expressão, demonstrando que sempre se precisará do embate entre as linhas duras e de fuga, uma busca constante por novos devires (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Como já apontado, partimos da ideia de que a vida é sempre um processo de construção, desconstrução e reconstrução, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, composta por linhas que se conectam, desconectam e reconectam na produção de subjetividades (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Neste sentido, as masculinidades fazem parte deste sistema de composição de subjetividades, enquanto linhas que atravessam a vida das pessoas fazendo parte do processo de subjetivação, de ser e de estar no mundo.

Boris (2011) utiliza este tipo de leitura para pensar as masculinidades como subjetividades construídas nas relações sociais, sendo individuais e particulares, ressaltando que apesar dos pontos comuns que possam existir entre pessoas de uma mesma cultura não existe uma identidade masculina, um dado universal que faria apontar "esse é um homem". Entretanto, essa ideia ainda é muito propagada devido à globalização

gerada pelo capitalismo, quando grandes empresas começaram a ocupar diversos países ao redor do mundo, não levaram somente seus produtos, mas também outros modos de ser e estar, impondo padrões do que é ser homem, o que Connell (2000, p. 248, tradução nossa) denominou como "masculinidade empresarial transnacional"[8]. Esse processo advém de três momentos da história, começando pelo período colonial, quando homens saiam para conquistar territórios e implantar suas masculinidades, impondo aos locais como deveriam se portar a partir de então, negando qualquer cultura já existente. Esse primeiro momento abre caminho para o segundo ponto, o de estabilização das sociedades, quando a cultura europeia começa a ser ensinada e valorizada como a correta e única possível. Por último, com a globalização e neoliberalismo, algumas formas de masculinidade passam a ser "naturalizadas" como universais como, por exemplo, as imagens dos atletas e artistas de cinema que se tornam representantes de masculinidades universais (ECCEL, 2009).

Através desses exemplos, nos apegamos a alguns traços como identificadores de masculinidade, como é o caso da virilidade. Contudo, a ideia de virilidade como sinônimo de masculinidade não existia na Grécia antes de Cristo. As mulheres poderiam ser viris através da inteligência e sagacidade para resolver eventuais problemas - qualidade esperada de pessoas viris. Com o passar do tempo e com as inúmeras guerras, a virilidade passa a ser associada ao guerreiro e como os homens que eram colocados para lutar tornar-se uma característica apenas dos homens (VIGARELLO, 2013).

A virilidade passou a representar a ideia final de homem, aquele que é completo, o máximo de "masculinidade" possível, tendo a qualidade do guerreiro, corajoso e sexualmente dominante (VIGARELLO, 2013). Além disso, as práticas homoeróticas eram tidas como uma forma dos meninos tornarem-se viris e ter relações sexuais com

[8] Termo utilizado por Connell (2000, p. 248) *"transnational business masculinity".*

outro homem era parte do processo de seu desenvolvimento (ZANELLO, 2018). Ainda não se tinha a ideia construída da relação entre dois homens como homossexualidade e essa ideia foi construída tempos depois, como aponta Foucault (2015). Atualmente, temos um afastamento entre os homens e qualquer sinal de aproximação é visto como homossexualidade, o que não condiz com o código do "homem viril", demonstrando esse caráter histórico-social da virilidade (ZANELLO, 2018). O ideal de homem, ainda na Grécia, se reconstrói a partir do aparecimento dos sofistas e filósofos que dão a intelectualidade maior peso nas características esperadas do "homem completo", mas a força e sexualidade ativa não perdem espaço (VIGARELLO, 2013).

Na Roma Antiga, o homem viril tem características muito próximas do que temos atualmente, como a penetração na prática sexual, abafamento da expressão de emoções e sentimentos. Uma diferença para a atualidade é a prática homoerótica com outros homens considerados inferiores socialmente ou pela faixa etária, se mantendo como penetrador (THUILLIER, 2013 apud ZANELLO, 2018).

Na modernidade, a virilidade a ser vista de maneira diferente com a ideia do homem ideal não é mais atrelada a figura do guerreiro, mas a arte da sutileza passa a ser o esperado. O nobre da corte, com sua elegância e poder, passa a ser referência pois tem o controle sobre os animais e sobre outras pessoas, o que torna a virilidade sinônimo de poder (VIGARELLO, 2013). No Brasil, a virilidade brasileira se confunde com a história do país, tendo como protagonismo inicial a virilidade europeia que colocava como característica ao homem branco a dominação de sua família e das pessoas escravizadas, e ao homem preto o trabalho, ou seja, o primeiro para ser viril deveria saber controlar tudo e todas/todos, e o segundo ter força para o trabalho braçal (ZANELLO, 2018).

Se na Grécia se pensava em virilidade a partir do guerreiro e do homem completo, atualmente ser viril remete a dominação do espaço público, da mulher, dos homens tidos

como inferiores, de suas emoções e expressões e da vida sexual, a qual é representada pelo pênis ereto e pela penetração, se aproximando da ideia de virilidade romana. Associamos a ideia, ainda representada atualmente, que o homem branco é visto como mais intelectualizado e que teria mais condições para exercer funções de poder e o homem preto teria melhor estrutura física para aguentar os trabalhos braçais. Já a prática sexual continua sendo sinônimo de virilidade para ambos, mas muitas vezes mais associada ao homem preto. A etnia também é uma categoria social produtora de subjetividades, nesse sentido pessoas ocidentais tem maior valorização em relação as orientais, e na intersecção com as masculinidades, a oriental será menos reconhecida, devido aos estereótipos e estigma construídos ao longo da história.

Algumas mudanças ocorreram com o processo sócio-histórico que as sociedades passaram ao longo do tempo como o ganho de força dos movimentos feministas. No Brasil não foi diferente e isso gerou a desconstrução de uma masculinidade heterossexual, machista e baseada no patriarcado e o fomento dos movimentos estudantis de 1968. Essas mudanças também trouxeram alterações na ideia de virilidade sexual masculina que era vista pelo pênis ereto e a penetração também passou a ter como característica a satisfação sexual feminina (ZANELLO, 2018). O homem que já precisava a todo o momento estar se provando merecedor deste lugar de "dominação masculina", sua virilidade psíquica, não demonstrando qualquer tipo de insegurança, fragilidade e medo, sendo provedor da família, não deixando sua honra e de sua família ser manchada e demonstrando publicamente que era o "homem da casa", afirmando sua virilidade sexual, ativo, impenetrável, com apetite sexual aflorado e agora tendo, também, que fazer a mulher gozar (sentir prazer). O gozo masculino passar a ser o gozo do gozo feminino e não trazer prazer sexual à parceira também seria uma demonstração de falta de virilidade (BOURDIEU, 1995).

Ser macho também era/é não negar, em nenhum momento, ter relação sexual com uma mulher e se mostrar sempre pronto para praticar o coito, o que também era/é uma das características de ser viril (BOURDIEU, 1995). Essa ideia era muita aceita pelo Estado que, em 1987, aprovou o direito a visita íntima nas penitenciárias masculinas e somente em 2001 nas femininas, como se somente os homens tivessem desejo sexual.

Em sua tese, a autora Maux (2014) aponta os cangaceiros e coronéis como figuras representantes das masculinidades hegemônicas construídas no nordeste brasileiro, principalmente através dos cordéis e histórias populares. Essas figuras representariam o conceito de "cabra-macho", homens viris, corajosos e violentos, tendo seus atos de violência mais valorizados, como se demonstrassem virilidade/hombridade, tendo o assédio sexual como nível mais alto de afirmação de que a/o outra/outro é apenas sujeito/sujeita, dominada/dominado. Muitas dessas ideias são enfatizadas através de filmes e desenhos como, por exemplo, no desenho japonês "*Dragon Ball*". Neste desenho, o herói sempre é aquele que vai para batalha e coloca sua vida em risco para salvar a todas/todos e, mesmo com medo, se coloca à frente. Outro exemplo é o filme "Tropa de elite", que mostra um processo seletivo onde os participantes demonstram estar prontos para servir nas provas de resistências e quando o fazem viram chacotas e são desvirilizados, como se fossem menos homens.

Em resumo, atualmente no Brasil podemos dizer que a definição de "homem de verdade" está associada à vida sexual e ao trabalho, ou seja, estaria dentro do "dispositivo de eficácia" apontado por Zanello (2018), no qual ser homem é ser ativo/"comedor" (vocabulário utilizado cotidianamente entre os homens, representando aquele que tem relação sexual ativa com várias mulheres), heterossexual e trabalhador/provedor, e quando esses critérios não são preenchidos, há a possibilidade de que esses homens não se sintam merecedores do status de "homem".

Precisamos pensar que mesmo existindo essa ideia de masculinidade, ela não é universal e essa identidade de gênero se intersecciona com outras linhas, gerando diversos atravessamentos na produção de subjetividades masculinas a partir de categorias sociais (AKOTIRENE, 2019). Entre essas categorias está a de classe, existindo diferentes maneiras de se pensar as masculinidades dependendo do status social que se ocupa. Então, para grande parte da população com baixa renda, a força e a virilidade são essenciais para a classificação de "homem de verdade", já que essas são uma das principais características buscadas pelos/pelas empregadoras/empregadores dessa população, que atuam em grande parte no chão de fábrica[9] e na construção civil. Mas esses aspectos não são cobrados dos homens de classe alta, ou seja, destes são esperados inteligência verbal (que consigam resolver problemas de ordem mais abstrata) e cavalheirismo com as mulheres, fato que muitas vezes é considerado como uma ação mais afeminada pela população com baixa renda e acabam por considerar os outros como menos evoluídos (ECCEL, 2009). Essa ideia também aparece na diferenciação da masculinidade de pessoas dos centros urbanos e daquelas que vivem em zonas rurais, sendo que quem mora nas cidades enxergam os moradores das zonas rurais como menos desenvolvidos e são percebidos por esses como mais afeminados e com ações menos masculinas.

Eccel (2009) aponta que no século XIII, nos EUA, havia duas masculinidades hegemônicas: a do aristocrata, pessoa da classe alta econômica, que se vestia elegantemente e era cordial, denominado estilo "Patriarcal gentil", e existia o trabalhador, que se expressava pela força física e corpo bem definido, chamado de "Artesão heroico", modelo muito semelhante com a diferenciação que temos atualmente. No século XIX, aparecem os "*Self-made man*", homens que construíram seu legado no negócio por conta

[9] Chão de fábrica é expressão utilizada para nomear trabalhadoras/trabalhadoras que atuam na linha de produção, diferenciando as/os daquelas/daqueles que ficam na parte administrativa.

própria e demonstram a masculinidade através da dedicação da maior parte de seu tempo ao trabalho e aos bens de valores altos como carros, casas, motos, lanchas e outros. O que importa não é ser o mais forte ou mais inteligente, mas ser o mais bem sucedido (ECCEL, 2009), demonstrando que as masculinidades hegemônicas são fluídas, se alterando local e historicamente.

Outra questão que influencia na definição do que é "ser homem" é o momento histórico do país e do mundo. Entre 1910 e 1950, período das duas grandes guerras mundiais, as masculinidades militares eram hegemônicas e o perfil de homem esperado era o que tinha amor à pátria, força, bravura, trabalho e disciplina, o chefe e provedor da família, representante da virilidade. Nos períodos sem guerras, a masculinidade burguesa entra em ascensão com a ideia do homem trabalhador, provedor, que tem tempo e cuida da família (ECCEL, 2009). No Brasil, em 2018, o perfil militar voltou a ganhar força com a eleição para presidente de um militar da reserva e com a nomeação para diversos cargos do governo de pessoas ligadas às Forças Armadas. Essa ideia de masculinidade está atrelada às questões de religiosidade e conservadorismo e conclui-se que uma das razões para reaparecem com força foi para inibir movimentos pela igualdade de gêneros no país e para que a dominação masculina e cisheteropatriarcal não fosse discutida.

Cobo (2011 apud CHAGOYA, 2014) fala que, atualmente, existem três tipos de homens: os bárbaros, os moderados e os pró-igualdade. Em grande parte, as violências contra as mulheres ocorreriam devido a uma reação de homens pró-patriarcado (bárbaros) contra os direitos e visibilidade que as mulheres têm ganhado ao longo do tempo, demonstrando que esse tipo de violência também é estrutural, enfatizado quando falamos sobre a honra masculina. Outra característica construída como sinal de masculinidade, que ainda hoje é muito falada e discutida, passou a ser uma das linhas de subjetivação do homem a partir do fim do século XVIII (ZANELLO, 2018), e serviu como justificativa

para diversos crimes, nos quais tinha como protagonistas homens traídos e o assassinato de suas esposas, conhecidos como crimes pela honra ou passionais.

A honra ainda é um marcador sinônimo de masculino. Até 1940, quando vigorou o Código Penal de 1890[10], o cometimento de crimes motivados por alterações emocionais - os chamados "crimes passionais" e "crimes em defesa da honra" - eram aceitos pelos/pelas juristas, que se apegavam ao artigo 27 "Não são criminosos", parágrafo 4*:* "Os que s*e* acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de commetter o crime [...]". Sendo assim, os homens que cometiam assassinatos em defesa da honra, quando eram traídos, por ciúmes ou até mesmo quando um outro homem tentava algo contra sua esposa, eram inocentados por entender que a honra seria parte da pessoa, uma das "essências" de nosso corpo. Contudo, a honra sempre é masculina, pois era "permitido" o crime de honra aos homens e não as mulheres; essas só tinham sua honra defendida. Essas leis em favor dos homens entram na lógica do dispositivo de sexualidade de Foucault (2015), servindo para a manutenção das desigualdades de gêneros.

O atual Código Penal de 1940, em seu artigo 28 promulgado pela Lei n. 7.209 de 11 de julho de 1984[11], define que a alteração emocional ou a paixão não excluem a imputabilidade penal, fazendo com que não se possa livrar uma pessoa de um crime com a justificativa de defesa da honra. Apesar da alteração realizada na lei penal, ainda é aceita socialmente tal justificativa para um crime, com a ideia de que quem sofreu (foi assassinado/assassinada, espancado/espancada) foi por fazer algo errado, impondo a culpa à vítima. Isso fica exemplificado nos comentários retirados de um site que vinculava

[10] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>. Acessado em: 04/12/2018.
[11] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acessado em: 04/12/2018.

a notícia da morte do jogador Daniel Corrêa, que teve seu pênis cortado e foi brutalmente assassinado, conforme segue:

Fonte: *Site* UOL[12]

Com essas imagens observa-se o quanto os crimes pela defesa da honra são valorizados e justificáveis por parte da sociedade. O cometimento de assassinato para defender dignidade do homem e da mulher é visto como um mal tolerável, partindo da ideia da Lei de Talião, findada na expressão "Olho por olho, dente por dente". A produção de subjetividades masculinas continua construindo uma legião de homens que lutam para

[12] Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2018/11/02/caso-daniel-jogador-mandava-fotos-de-mulheres-no-whatsapp-diz-amigo.htm>. Acessado em: 04/12/2018.

não perderem o lugar de poder nas relações de gêneros, utilizando do machismo e de violências contra as mulheres, tendo como resultado o aumento de feminicídios, conforme aponta reportagem de Cíntia Acayaba e Léo Arcoverde (2019), que traz dados de um aumento de 76% de casos de feminicídios no primeiro trimestre de 2019 em São Paulo. Seffner (2003, p.140) aponta que existe:

> [...] um conjunto de traços [...] que assinala a forma hegemônica da masculinidade [...]: uso da violência em diversas circunstâncias da vida, incluída aí a vida sexual; vivência de agrupamentos masculinos [...]; a tendência a dominar superando aquela da conciliação; uso de piadas sexistas, com depreciativo para mulheres e homens afeminados; [...] a noção de chefe da família [...].

Para que a "dominação masculina" possa ser perpetuada, os homens precisam continuar a desempenhar esses papéis que podem levar à tríplice violência masculina, contra as mulheres, contra outros homens e auto violência (GIFFIN, 2005). A violência contra si pode ficar exemplificada na pesquisa realizada por Tokuda e Peres (2018), que encontraram nas falas de pessoas que estavam encarceradas, devido ao comércio ilegal de drogas ilícitas, relatos de fazerem essas atividades por estarem desempregados e sendo sustentados pelas esposas, o que não era algo correto para um "homem de verdade". Esse pensamento demonstra que a perda de poder é assustadora para alguns homens e que estar em segundo plano é visto como fragilidade, algo insustentável pois estariam se afastando daquilo que entendem como masculinidade. A subjetividade masculina cobra constantemente "do homem de verdade" o afastamento de qualquer resquício de feminino, passividade e cuidado, o que pode ajudar a explicar a falta de cuidado com sua saúde (BORIS, 2011).

A ideia de ser viril, impenetrável e não frágil acaba por fazer com que os homens tenham posturas "agressivas" com seus próprios corpos e sentimentos. Isso fica demonstrado no não cuidado com a saúde, não busca por exames que podem auxiliá-los a terem melhor qualidade de vida, como é o caso dos cuidados com a próstata e a

existência da fuga constante de cuidados médicos, além da sensibilidade escondida, que não se pode mostrar a luz do dia (MAUX, 2014). Relacionado a essas ideias, também acabam por se envolver mais em acidentes de trânsito e em brigas, devido ao pensamento de que ser macho é ter carro veloz e dirigir em alta velocidade, ou seja, não existe preocupação com a saúde e qualquer atenção neste assunto seria tido como ser frágil, "mulherzinha" (MAUX, 2014). Essa explanação fica comprovada na pesquisa de Moura (2012) que apresenta uma taxa de mortalidade maior entre os homens do que em mulheres, sendo três vezes maior naquelas com causas externas (acidentes e violências). Os dados do Ministério da Saúde demonstram essa falta de cuidado do homem com seu próprio bem-estar, fazendo com que vivam 7,3 anos a menos do que as mulheres devido à falta de cuidados com saúde, sendo que acessam mais o Sistema Único de Saúde (SUS) em sua Atenção Especializada, ou seja, quando o quadro de sua saúde já está mais agravado (CADAXA, 2016).

Outro ponto a ser discutido é a fertilidade, que muitas vezes é considerada um aspecto para a hombridade e a preocupação com a saúde reprodutiva é quase nula entre os homens, só ocorrendo a busca por um cuidado com médicos urologistas quando se esvaziam as chances do "problema" estar na mulher. Em geral, essa é a dinâmica que ocorre com casais, onde a não reprodução é vista, em primeiro lugar, como algo errado com a mulher, colocando-a como principal responsável pela procriação. Ser estéril pode significar, para algumas pessoas, não ser homem e, muitas vezes, essa questão precisa ser tratada como um luto, por isso a dificuldade em conhecer o próprio corpo (MAUX, 2014).

Vale colocar que a performatividade do papel masculino - o qual tem como características o distanciamento das mulheres e a busca pela superioridade e independência – é uma das variáveis que levam os homens a serem mais propensos a comportamentos autodestrutivos, o que pode ser visto como vitimização. Entretanto, estes

comportamentos fazem e são realizados com esse intuito, para que se mantenha a "dominação masculina" e para que não haja perda de privilégios, então se tornam vítimas ao mesmo tempo em que são seus próprios algozes (OLIVEIRA, 1998).

2.5 Casa dos Homens

Até o momento discuti como se dá a produção de subjetividades masculinas, a proposta de masculinidades hegemônicas, bem como, onde e com quem esses meninos e homens "aprendem" como ser "homem de verdade". Segundo Wezer-Lang (2001), esses ensinamentos são passados na "Casa dos Homens", lugares onde existem relações monossexuadas (clubes esportivos, bares, colégios e outros). A entrada se inicia com o afastamento da relação com as mulheres, como mães e irmãs, e o agrupamento com outras pessoas do mesmo sexo, uma fase de homossociabilidade. Esses grupos são entre meninos de idades próximas, longe do olhar de mulheres e homens mais velhos. Com o passar do tempo e através do amadurecimento, os grupos e locais vão variando, deixando de ser somente no pátio da escola e passam para grupos de alguma atividade esportiva, amigos de uma mesma vizinhança, pessoas com interesses em comuns. Os homens permanecem da infância até a velhice participando da casa dos homens e só vão variando os grupos e locais de encontros. Não podem sair desses grupos pois é na relação com estes que se afirmam enquanto masculinos, sempre existindo o iniciado e o iniciador, aquele que já está há mais tempo no grupo e/ou é mais velho e que passa suas experiências aos mais novos.

O que Connell (1997) denominou como "masculinidade hegemônica", Welzer-Lang (2001) coloca como "grandes-homens", que são aqueles que além de serem dominantes das mulheres também o são de certos homens, que estão no poder e por isso estão acima dos outros, devido a status político, dinheiro, fama e outras características.

Essas relações de poder entre os homens são importantes na constituição subjetiva masculina, pois aquele que detém o poder torna-se a referência, o modelo a ser seguido e buscado, podendo ser um irmão mais velho, o pai, a figura paterna, o avô, professor, jogador de um esporte admirado, um artista, uma celebridade e assim por diante. Essa pessoa torna-se o ideal de masculinidade a ser alcançado por esse menino (WELZER-LANG, 2001). Por exemplo, entre os anos de 2014 e 2020 no Brasil, o jogador de futebol Neymar tem sido essa figura para algumas crianças e jovens, que observam nele uma figura masculina de sucesso entre os homens e as mulheres, então acabam por imitar seus cortes de cabelo, suas vestimentas e modos de agir, acreditando que com isso terão aprovação dos outros homens e alcançarão o sucesso que desejam. Apesar disso, a figura do Neymar não é unanimidade entre os homens no país, os quais podem buscar em outras pessoas/celebridades essa figura de "grande homem".

Ainda neste sentido, pode-se perceber a partir da ideia de Welzer-Lang (2001) que a participação em atividades esportivas, no Brasil, tem ligação com a ideia de querer ser homem, sendo que esses espaços são ocupados majoritariamente por meninos, trazendo a ideia de que praticar algum esporte é sinal de masculinidade, de estar entre "iguais". Ser parte deste grupo também leva a aceitar sofrimentos por não ser tão bom como os outros e por isso ser deixado de lado/não ser escolhido, o que pode gerar a ideia de não pertencimento ao grupo e/ou não ser homem o bastante, mas também, desgastar o corpo e não poder reclamar. Existe a ideia de que ter pênis é não sentir dor e que a expressão dessa dor seria "coisa de mulherzinha", ou seja, precisa sofrer calado ou corre o risco de ser excluído deste grupo seleto. Sendo assim, temos uma guerra travada entre os meninos e seus corpos e limitações; a busca é sempre por superar o outro, mas também a si próprio.

Nestas relações entre homens é ensinado a diferenciar-se e negar qualquer relação com o feminino, ideia de que é necessário não ter qualquer aspecto do outro para afirmar

a própria identidade, ou seja, se sou homem, não sou mulher, tenho relação heterossexual, não sou homossexual. É como se entrássemos em uma caixa, um quadrado e, assim, permanecemos durante toda a vida, não podendo cruzar as fronteiras e, muitas vezes, utilizando um aspecto da vida para justificar que não pertence à outra identidade. Por exemplo, quando uma pessoa é apontada como homossexual, ela se utiliza da afirmação "sou casado" para demonstrar que é heterossexual, ou sou homem porque tenho pênis e/ou barba; ter algo que a outra identidade "não tem" ou "não deveria ter" fundamenta minha igualdade com outros do meu grupo (BORIS, 2011).

Esse processo ajuda na construção da "guerra" entre os sexos, na qual os homens tendem a ter dificuldade de reconhecer as vitórias/conquistas das mulheres, não as aceitam enquanto pessoas ativas e não submissas. Por isso, muitas vezes as pessoas do gênero feminino que se destacam são atacadas (ECCEL, 2009), como ocorreu com a ex-presidenta Dilma Rousseff. Esta acabou por sofrer um golpe quando havia sido eleita para seu segundo mandato de presidenta do Brasil e sua imagem foi atacada diversas vezes enquanto mulher; não se aceitava utilizar o termo "presidenta", com a justificativa que o correto seria "a presidente", mas, segundo diversos dicionários, pode se utilizar o substantivo feminino "presidenta", referindo-se a uma mulher eleita a presidência de um país. Outra forma de ataque foi o uso de adesivos em carros, que tinham a imagem de uma mulher com as pernas abertas e com o rosto da ex-presidenta, e sua vagina seria a boca do tanque de combustível. Após todos esses ataques, Dilma acabou por sofrer um golpe político e, entre as diversas variáveis envolvidas (questões políticas, judiciárias, luta de classes e outras), podemos colocar as relações de gêneros como uma das razões para que tenha sido tirada da presidência. Em um país com grande parte da população sendo machista e misógina, a ascensão social de uma pessoa do gênero feminino soou

como “desrespeito” e “afronta”, o que corrobora a ideia de que o fato dela ser mulher foi uma das inúmeras linhas para que sofresse o golpe.

A divisão das relações sexuais entre mulheres e homens, passivas e ativos se naturalizou no processo social. As pessoas com o gênero feminino, em grande parte da sua vida, serão persuadidas e impostas a terem comportamentos e pensamentos que as levem à submissão, em todas as esferas, na hora do sexo, na relação com o marido, com os filhos do gênero masculino, com o/a chefe, em suas relações sociais e quando saem desse papel são atacadas, como se não pudessem ocupar tal espaço (BOURDIEU, 2012).

Para essas masculinidades que acreditam que a “dominação masculina” deve se perpetuar, as mulheres são apenas objetos de seus desejos, ideia que continua sendo passada para as novas gerações na “Casa dos homens”; segundo Vasconcelos et al. (2016) em pesquisa realizada com adolescentes do gênero masculino. A ideia que estes têm é que as mulheres devem continuar sendo submissas aos homens, ficando responsáveis pela casa, filhos/filhas, tendo pouca visibilidade pública e com menores salários. Infelizmente, muitos desses ensinamentos são transmitidos pelos pais, avôs, tios, primos, e homens famosos.

Dentro da “Casa dos homens” é ensinado o distanciamento do feminino e, principalmente, da homoafetividade, o que é um dos fatores que levam a LGBTQIA+fobia e que também é colocado por diversos autores/autoras (ANDRÊO et al., 2016; ECCEL, 2009; DIAS, 2009; MAUX, 2014; SEFFNER, 2003) como uma das bases das masculinidades. Existe um reconhecimento e negociação com o feminino e a homossexualidade, apontando as diferenciações existentes e impondo a desvalorização, ao que remete ao feminino, e descrédito ainda maior, ao segundo grupo. Isso contribuiria para reforçar as masculinidades como superiores. Em artigo intitulado “Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros”,

Andrêo et al. (2016) aponta que a homofobia (pensamentos, linguagem e comportamento de ódio destinados a pessoas que mantém relação sexual e/ou afetiva com pessoa do mesmo sexo) se coloca como uma das linhas no processo de construção das masculinidades, pois ajuda a negar o universo feminino e qualquer possibilidade de perda do poder nas relações de gêneros.

> A homofobia é uma forma de controle social que se exerce entre os homens, isso desde os primeiros passos da educação masculina. Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo [...] senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos homossexuais. Homofobia e dominação das mulheres são as duas faces de uma mesma moeda. Homofobia e viriarcado constroem entre as mulheres e entre os homens as relações hierarquizadas de gênero. A homofobia é o produto, no grupo dos homens, do paradigma naturalista da superioridade masculina que deve se exprimir na virilidade. (WELZER-LANG, 2001, p.118).

Em seus estudos, Vasconcelos et al. (2016) mapeou que entre jovens do gênero masculino persiste-se a ideia de não aceitação da homossexualidade, principalmente a masculina, vista como pior do que a feminina; o medo de tornar-se/ser afeminado é maior do que ter relações sexuais com outros homens. Seffner (2003) aponta que, em alguns grupos, essa intimidade entre homens é considerada como "natural" e seria a verdadeira relação entre homens, sendo que qualquer característica feminina é tida como mal-entendido (SEFFNER, 2003).

Neste sentido, ter relação sexual com outros homens poderia ser aceita, desde que você seja o ativo; a penetração torna-se sinal de masculinidade. Ser penetrado e/ou ser "passivo" é lido como fraqueza; transar com outro homem não faz homossexual ou afeminado aquele que foi "ativo", mas o que foi o "passivo", pois esse seria o "papel sexual" da mulher, pensamento comum nas penitenciárias masculinas quando a relação com outro homem é permitida, desde que seja "ativo"; o "passivo" será tido como "mulherzinha", aquele que foi dominado (SÀEZ; CARRASCOSA, 2011). Tem-se o que Bourdieu (1995) colocou como uma dominação do dominante, ou seja, as masculinidades cobram de seus membros um preço para continuarem ocupando o topo da hierarquia das

identidades de gêneros. Com isso, a naturalização de que ter um pênis é sinal de virilidade, força e impenetrabilidade, características construídas socialmente, mas que se tornaram "naturais", como se já estivessem no DNA de todos os homens; por isso o medo de se aproximar do que é tido como feminino.

Essas naturalizações, cristalizações dos corpos faz com que o heterocentrismo fortaleça a perpetuação da masculinidade como dominante, pois coloca as outras orientações sexuais/afetivas como inadequadas e inferiores, principalmente as masculinas (VASCONCELOS et al., 2016). Aqueles que não se provam enquanto masculinos são tidos como iguais às mulheres (que já são tidas como inferiores), sofrendo sansões por não lutarem junto aos outros para a perpetuação da dominação (BOURDIEU, 2012). Tem-se a ideia de que ser homem é ser heterossexual e penetrador e qualquer desvio desse padrão não é aceito. Por esse motivo, ouvimos muito falas: "Tem dez mulheres e meia", referindo-se a homossexuais masculinos e por estes não expressarem seu desejo e/ou afeto dentro do que é tido como "normal", não são considerados homens.

Como já apontado, as masculinidades precisam ser constantemente reafirmadas em cada comportamento e se faz necessário que os homens se "mostrem" enquanto machos e não femininos e afeminados; qualquer deslize pode ser apontado e tachado como "mulherzinha", "viado" e/ou "bicha", como se fossem xingamentos. Em uma reunião de amigos, o cruzar de perna, punho "quebrado" e/ou fala sensibilizada pode ser "diagnosticado" como "viadagem", "bichisse" e/ou "coisa de mulher", modo de se produzir virilidade ou desfeminização. Os homens se policiam constantemente para que não tenham suas masculinidades colocadas em prova, devido a um *script* já "normalizado" de como devem se comportar, principalmente, em público (MAUX, 2014). São os atos performativos apontados por Butler (2003, 2011), que precisam ser repetidos constantemente para que possam ser aceitos.

Todavia, a ideia de uma identidade masculina hegemônica, universal, globalizada, fechada e cristalizada se perde quando pensamos na multiplicidade, nos processos de subjetivação territoriais, históricos, sociais e individuais e no quanto poderíamos ter vidas mais leves e potencializadas. Com isso, associa-se a ideia de Brito e Leite (2017) que propõe a masculinidade *queer*[13], uma identidade não estável, não cristalizada e desterritorializada, mas uma identidade fluída, que se processa ao longo do tempo, dos territórios, das vivências subjetivas, das cores, raças, sexualidades, afetos e desejos, sem fronteiras e amarras.

2.6 Pesquisas sobre as masculinidades

Ainda hoje, no Brasil, são escassas as pesquisas que tenham como tema as masculinidades e isso acontece, muitas vezes, por questões já apontadas neste capítulo como a ideia de ter sido naturalizado o homem como dominante, o gênero forte, por isso não necessitando e desejando que seja discutida sua construção ao longo do tempo, tornando-se invisível, somente visível quando começa a se ter mudanças e discussões sobre sexualidades e gêneros.

Simon (2016) verificou em sua pesquisa uma diferença brutal de publicações sobre masculinidades no Brasil e no mundo. Em nosso país foram encontradas 30 obras contra 8.000 títulos internacionais, o que demonstra a limitação do tema em terras brasileiras. Segundo o autor, essa diferença tem diversas justificativas, entre elas estão a falta de interesse pelo tema, pois ainda há a ideia de que não se deve estudar uma categoria de gênero "dominante"/privilegiado e/ou que se deva distanciar estudos feministas de

[13]*Queer* é originário da língua inglesa e significa desviado, torcido. Esse termo foi empregado pelas/pelos americanas/americanos em meados dos anos de 1920 para ofender pessoas que escapavam da heteronormatividade, mas que depois foi utilizado por homossexuais para se autoafirmarem até meados dos anos 30, quando se generaliza o termo "*gay*". A teoria *Queer* surge anos depois confrontando as políticas identitárias enquanto limitantes, pensando a desconstrução das identidades (CÓRDOBA, 2005).

pesquisas sobre masculinidades, entre outros fatores. Quando ocorrem, tais estudos acabam se concentrando em violência, saúde, sexualidades e outros pontos são pouco discutidos, o que demonstra o quanto se faz necessário ampliar as pesquisas sobre os homens e seus processos de subjetivação (FIGUEROA-PEREA, 2003 apud MEDRADO; LYRA, 2008).

Em uma breve busca utilizando como assunto "masculinidades", no *site* de pesquisa *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, foram encontradas 59 publicações. Sendo uma em 2002, duas em 2005, duas em 2006, três no ano de 2007, duas em 2008, quatro em 2009, mesmo número nos anos de 2010, 2011 e 2012, cinco em 2013, três em 2014, seis no ano de 2015, 10 em 2016, quatro em 2017 e cinco em 2018. As publicações de pesquisas sobre masculinidades em revistas indexadas no *Scielo* são muito recentes, com início em 2002, ficando dois anos sem artigos e retomando com quatro publicações nos anos de 2005 e 2006, chegando a 59 até o início de 2019. Pesquisas sobre violências contra mulheres somaram um total de 239 publicações no mesmo *site*, ou seja, existe uma preocupação com o tema, mas não se tem muitas discussões sobre as masculinidades e os processos de subjetivação que tendem a levar homens a se sentirem no direito de violentar as mulheres, precisando-se discutir o problema e as variáveis que o produzem, uma das quais é a construção do masculino. Quando filtramos para pesquisas sobre masculinidades e grupos, foram encontrados apenas seis artigos, mas em nenhum deles a questão dos grupos com HAV é abordada. Ao utilizarmos como descritores os termos masculinidades e violência, temos inicialmente 12 publicações e apenas um artigo faz referências ao trabalho com grupos de HAV.

Quando utilizado a palavra-chave "masculinidades" em mapeamento no *site* "Repositório Institucional UNESP", temos 944 resultados, sendo 449 dissertações de mestrado, 282 teses de doutorado, 81 artigos, 32 livros, cinco teses de livre-docência, 91

trabalhos de conclusão de curso, dois resumos, uma resenha e um trabalho apresentado em evento. Desses, 47 publicados em 2007, 56 em 2008, 43 no ano de 2009, 53 em 2010, 66 em 2011, 77 no ano de 2012, 52 em 2013, 80 no ano de 2014, 96 em 2015, 86 em 2016, 95 em 2017, 99 no ano de 2018 e 17 até abril de 2019. Há um aumento nas produções de pesquisas de 2007 até 2018, dobrando o número de trabalhos que têm como assunto "masculinidades".

A partir desses mapeamentos, selecionei alguns artigos da base do *Scielo* que têm como descritor "masculinidades", publicados entre 2017 e 2018. Busquei, assim, a identificação de estudos com esse assunto, rastreando quais são as preocupações nas pesquisas sobre masculinidades. O primeiro é de autoria de Ana Clara Telles Cavalcante de Souza, publicado em 2017 na Revista Estudos Feministas com o título "Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão". O artigo tem como objetivo problematizar a respeito da generização da guerra no Afeganistão, que haveria ocorrido para "salvar" as mulheres e crianças afegãs, não uma retribuição aos atentados de 11 de setembro de 2001, discutindo como as lutas internacionais pela igualdade de gênero têm sido trabalhadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), muitas vezes com o pensamento estereotipado das pessoas do gênero feminino sendo indefesas e as do masculino como heróis, homogeneizando as vivências das mulheres em locais de guerra. A autora conclui que a utilização das questões de gêneros contribuiu para a despolitização da guerra no Afeganistão e ao invés de combater as violências contra mulheres, pode se levar a mais desigualdades de gêneros e limitações das lutas por igualdade (SOUZA, 2017).

Um segundo trabalho é de Mônica Conrado e Alan Augusto Moraes Ribeiro intitulado "Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate", publicado em 2017 na Revista Estudos Feministas. O objetivo do artigo é a discussão de

diferentes conceitos, teorias e suas intersecções com as masculinidades negras, começando com a análise de movimentos e teorias do feminismo negro nos EUA, problematizando a produção de subjetividades masculinas e, por fim, questionando as masculinidades negras e seus estereótipos. A pesquisa problematiza a necessidade de se discutir a intersecção de gêneros, raças, cores, sexualidades e classes em diversas pesquisas para a desconstrução de preconceitos e discriminações que acabam tornando-se invisíveis nas lutas gerais, entendendo que dentro das identidades e pessoas existem muitas linhas se conectando, desconectando e reconectando (CONRADO; RIBEIRO, 2017).

O próximo artigo mapeado é do ano de 2017, também publicado na Revista Estudos Feministas com o título "Masculinidades e docência na educação infantil", com autoria de Angelita Alcie Jaeger e Karine Jacques. O objetivo da pesquisa é a discussão da generização das profissões, com ênfase no curso de Pedagogia e na docência masculina na Educação Infantil (EI). A investigação iniciou-se em 2014, na busca por docentes do gênero masculino na EI pública e houve apenas o retorno de um profissional, que não quis participar da pesquisa. Entre as escolas particulares havia muitos ligados à música e educação física, mas nenhum pedagogo. As pesquisadoras utilizaram as redes sociais na busca de participantes, encontrando três com formação em Pedagogia e atuação na EI. A partir de entrevistas semiestruturadas com os entrevistados, considerou-se que a entrada de homens na EI ainda é pequena. Muitas vezes com resistências e interdições devido à construção social da docência enquanto espaço das mulheres, fazendo parte das generificações das profissões. Coloca-se que para atuar na EI é necessário sensibilidade, afeto e cuidado, atributos que não são ligados aos homens e principalmente aos heterossexuais. Com isso, são necessários mais debates para a desnaturalização da generificação das profissões (JAEGER; JACQUES, 2017).

Outro artigo encontrado é uma entrevista realizada por Marcos Nascimento com Raewyn Connell intitulado "Uma reflexão sobre os vinte anos do livro '*Masculinities*': entrevista com Raewyn Connell", publicado pela revista Ciência & Saúde Coletiva, em 2017. O objetivo do trabalho é falar sobre a vida acadêmica da autora do livro "Masculinidades", lançado em 1995 e seus trabalhos desde então. Connell foi uma das primeiras pesquisadoras sobre masculinidades e lançou o conceito "masculinidade hegemônica" e suas discussões sobre gênero começaram por volta dos anos 70 na área da educação. Na década de 80, quando ainda estava fazendo pesquisa sobre desigualdade social nas escolas, surgiu a ideia de "masculinidade hegemônica" nos resultados e discussões da pesquisa. Assim sendo, ela começou a estudar mais sobre as relações de gêneros voltadas para masculinidades com os ativistas do movimento de libertação *gay*, Tim Carrigan e John Lee, e a ideia era desconstruir o patriarcado e teorizar a homofobia a partir dos homens heterossexuais. Desde então, a autora passou a produzir mais estudos voltados para questões de gêneros e saúde, com intuito de combater as naturalizações e essencialismos (NASCIMENTO; CONNELL, 2017).

Outro artigo encontrado é de autoria de Helen Barbosa dos Santos e Henrique Caetano Nardi, publicado com o título "Entre o trabalhador e o vagabundo: produção de masculinidades na história da saúde no Brasil", na revista Temas em Psicologia no ano de 2018. O objetivo do trabalho é analisar a construção social das masculinidades a partir da medicalização e da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). A partir deste objetivo, o trabalho foi construído na historização do homem no Brasil, os que foram escravizados e trazidos para cá, e a produção da ideia de vagabundo a partir do momento da abolição em 1888, pensamento que vem acompanhado da medicina social e seu caráter higienista, na qual buscava organizar a sociedade a partir de ideais da elite brasileira, onde o negro não era só o bandido, mas também o "louco". Com o passar dos

anos, há a valorização do trabalhador como pessoa merecedora de prestígio, reverência e aquele que não trabalha é dado como vagabundo, pessoa que não "presta" pois não é produtivo para o ideal capitalista. Com isso, os autores consideram que exista racismo científico nas áreas da saúde e criminal, que separam pessoas saudáveis das perigosas. Sendo assim, a criminalização e medicalização auxiliam na produção de masculinidades aceitas ou não (SANTOS; NARDI, 2018).

Também encontramos o artigo "'Mas se o homem cuidar da saúde fica meio que paradoxal ao trabalho': relação entre masculinidades e cuidado à saúde para homens jovens em formação profissional", de Camylla Tenório Barros, Daniela Tavares Gontijo, Jorge Lyra, Luciane Soares de Lima e Estela Maria Leite Meirelles Monteiro, publicado na Revista Saúde e Sociedade, em 2018. O objetivo do trabalho é discutir como homens, em formação profissional, entendem a masculinidade e os cuidados com a saúde no trabalho. Para isso, entrevistaram 27 homens com idade entre 17 e 19 anos, matriculados em uma escola técnica em Recife/PE. Os resultados apresentados demonstram que entre os participantes ainda se tem a ideia de masculinidade ligada ao machismo e ao homem provedor. Já na questão sobre cuidado com a saúde, muitos colocaram uma não preocupação devido à rotina de trabalho e estudo, não tendo tempo para cuidarem da saúde, o que enfatiza uma não prioridade neste aspecto. Entretanto, outros apontaram que buscam ter hábitos saudáveis (alimentação saudável e exercícios físicos) e apoio à saúde fornecido pelas empresas onde trabalham. Com o trabalho considerou-se que existe a necessidade da discussão entre masculinidades e saúde, pensando na prevenção e cuidado com a saúde do homem e não apenas ações para evitar gastos às empresas ou pós-ocorrido problemas de saúde (BARROS et al., 2018).

O estudo seguinte foi publicado na Revista Brasileira de Enfermagem em 2019, com o título "*Naturalization, reciprocity and marks of marital violence: male defendants*

perceptions" e de autoria de Gilvânia Patrícia do Nascimento Paixão, Alvaro Pereira, Nadirlene Pereira Gomes, Anderson Reis de Sousa, Fernanda Matheus Estrela, Ubirajara Ramos Pereira da Silva Filho e Igor Brasil de Araújo. O objetivo da pesquisa foi mapear as percepções de homens que cometeram violência conjugal sobre tal violência. Para isso, realizaram entrevistas individuais e grupo focal com 23 participantes, com idade entre 25 e 62 anos. Como resultado conseguiram analisar que, para os entrevistados, a violência conjugal faz parte do casamento, algo natural de acontecer e que deveria ser uma questão discutida entre o casal e não exposta ao público, concluindo que se faz necessário dar maior visibilidade aos diferentes tipos de violências existentes, não só a física, assim como, desnaturalizar a ideia de resolução de conflito através da agressão e como natural em um casamento (PAIXÃO et al., 2018).

O penúltimo artigo consultado tem como título "A vida psíquica do homem e a morte de mulheres", publicado na Revista Psicologia & Sociedade em 2018, de autoria de Alex Simon Lodetti, Livia Espíndola Monte, Mara Coelho de Souza Lago e Maria Juracy Figueiras Toneli. O objetivo do estudo é discutir conceitos como femicídio, feminicídio e masculinidades e problematizar como crimes contra as mulheres têm sido tratados dentro do sistema judiciário. A pesquisa discute a tolerância e menor rigor nos julgamentos de casos de violências contra as mulheres, sendo tratados com menor grau de periculosidade e, muitas vezes, dando oportunidade à pessoa que cometeu a violência de justificar sua ação por razões psíquicas/emocionais, atenuando seu comportamento violento. Neste sentido, conclui-se que as ideias do homem enquanto dominante e de direito sobre as mulheres prevalece mesmo após inúmeras leis para proteção das mulheres, fazendo com que continuemos em uma sociedade falocêntrica e as mortes dessas mulheres sejam explicadas pela honra (LODETTI et al., 2018).

O último artigo mapeado é de autoria de Mariana Azevedo, Benedito Medrado e Jorge Lyra, publicado em Cadernos Pagu no ano de 2018, intitulado “Homens e o movimento feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória”. O estudo tem como objetivo a discussão do enlace entre feminismo no Brasil e os homens como sujeitos na luta feminista. Os autores discutem o surgimento do movimento feminista e do próprio conceito de feminismo, a princípio uma terminologia médica, patológica a qual foi utilizada por um médico, em 1871, para descrever que homens acometidos por tuberculose passavam a ter traços de feminização. Já em 1882, o termo feminismo começa a ter uma ação política/social, com a primeira feminista publicamente, Hubertine Auclert. A participação dos homens nas lutas das mulheres se dá no século XIX e, muitas vezes, devido a serem os únicos com possibilidade de estudo e por serem os atores políticos com credibilidade em uma sociedade machista e patriarcal, “emprestando” às mulheres este prestígio. Atualmente, existem homens que se colocam enquanto pró-feministas e aliados ao feminismo, mas têm os que desejam a identidade feminista, o que para muitas estudiosas não seria possível por ser um movimento das mulheres. No entanto, há a discussão de que se pensamos as mulheres e pessoas do gênero feminino enquanto construção social, pode-se ter pessoas do sexo de macho e identificação com o gênero feminino. Analisando desta forma, considera-se a necessidade de pensar a partir de política de coalizão (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2018).

Nestes nove trabalhos podemos mapear a necessidade que as/os pesquisadoras/pesquisadores veem de descontruir a noção de masculinidade universal, a qual coloca o masculino como dominante, não legitimando outras identidades a não ser a do homem macho, viril e detentor do poder, produzindo um único modo de ser, fato maléfico às próprias pessoas com identificação neste gênero, pois as normatizam e despotencializam. Ainda são poucos os estudos sobre masculinidades e não há muita

discussão acerca dos modos de ser e estar daqueles que estão no topo, sendo necessário essas reflexões para que se possa desconstruir as naturalizações do homem enquanto dominante e da mulher como submissa. Precisamos do empoderamento das mulheres e outras identidades que são jogadas à margem, mas também tem se a imprescindibilidade da revisão entre os homens sobre a equidade de gêneros e sexualidades.

3. VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

3.1 Violências contra as mulheres e as ações do estado

> Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Lei nº 11.340/2006).

Apesar das diversas leis para combater as violências contra as mulheres ainda se tem dados alarmantes sobre essa situação, a cada hora 503 mulheres, acima de 16 anos, foram vítimas de agressão física em 2016, um total de 4,4 milhões no ano; 29% das brasileiras relataram já ter sofrido algum tipo de violência, sendo os maiores índices entre as verbais e físicas e em 61% dos casos a pessoa que cometeu a violência era conhecida/conhecido (SANTOS, 2017)[14]. Segundo o Painel de Violência contra Mulheres[15], em 2017 quase cinco mil mulheres foram assassinadas no Brasil, 4.928, sendo o estado de Roraima o responsável pelo maior número de mortes. Em outra pesquisa, o Instituto de Pesquisa Data Senado (2019) constatou que 36% das mulheres no

[14] Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 26 de fev. de 2018.

[15] Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%AAncia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>. Acesso: 28 de jul. de 2020.

Brasil já sofreram algum tipo de violência doméstica, sendo que as agressões sofridas foram em sua maioria ações de parceiros e ex-parceiros.

A família, enquanto uma instituição de manutenção da ordem, já no seu princípio contribuiu para a desigualdade de gêneros. Quando o conceito surge na Roma Antiga, o homem é colocado como principal membro e a mulher somente coadjuvante, dando início a ideia de patriarcado, a qual dava ao patriarca (o homem) o poder sobre sua mulher, filhos/filhas e as pessoas escravizadas, nessa sociedade a mulher se mantém hierarquicamente abaixo do homem, e as/os filhas/filhos subordinadas/subordinados ao homem mais velho, então quando o pai falece, o "homem da casa" é o filho mais velho. Não podemos dizer que vivemos em uma sociedade patriarcal, devido a todas as mudanças que ocorreram, essa sociedade sobreviveu até o século XVII, mas as linhas do patriarcado ainda perpassam grande parte da população, as instituições de manutenção da ordem e o próprio Estado (NARVAZ; KOLKER, 2006).

Podem-se perceber resquícios da ideia do patriarcado quando se aponta em pesquisas que grande parte das violências sofridas pelas mulheres são cometidas por homens que são próximos da vítima, devido a ideia de que elas devem ser submissas, de que são donos de suas namoradas/esposas e por isso tem o direito de aplicar algum tipo de agressão para poder "educar", controlar. Em 1986, na Bolívia, dois terços das violências contra as mulheres eram causadas por maridos, namorados e noivos, no Paquistão 99,9% das donas de casa, 77% das mulheres que trabalhavam fora eram agredidas por seus maridos (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Esses dados são similares aos vistos no Brasil, que 61% das violências sofridas por mulheres, em 2017, foram cometidas por pessoas próximas. Na Argentina em 2015 houve 235 feminicídios, 70% causados por pessoas da família (SANTOS, 2017; STÖCKL et al., 2013).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres (35%) no mundo sofreram algum tipo de violência, em maior parte sendo a/o parceira/parceiro como violentadora/violentador. Entre as mulheres assassinadas no mundo, 38% são por seus parceiros do sexo de macho[16]. A Ásia tem o maior índice de violências contra as mulheres causadas por companheiros ou ex-companheiros, 37,7%, seguida da região do Mar Mediterrâneo, 37% e em último a região da Oceania, com 24,6%. Entre as mulheres que sofreram violência por parte de parceiro ou ex-parceiro, as que tinham de 40 a 44 anos foram as mais afetadas (37,8%) e as com menor índice estavam as com idade entre 55e 59 anos, segundo pesquisa da OMS (2013).

Tais dados demonstram que apesar de mudanças nas leis, maior divulgação de casos e discussões sobre o assunto na mídia, às lutas e protestos de grupos de mulheres, feministas, a favor da igualdade de gêneros, entre outros, as violências continuam acontecendo. Fazendo com que sejam necessárias mais discussões sobre esse problema social e de saúde pública, para que não tenhamos mais pessoas sendo assassinadas ou violentadas por serem do gênero feminino, ou do sexo de fêmea. O relato da atriz americana Evan Rachel Wood traz um pouco da realidade sofrida por essas mulheres:

> Há dois momentos específicos de assédio que eu vivi e realmente ficaram grudados na minha mente. [...] Marcados para a vida toda, uma cicatriz mental que eu sinto todos os dias. Minha experiência de violência doméstica foi essa. Abuso tóxico mental, físico e sexual, que começou lento, mas escalou com o tempo, incluindo ameaças à minha vida, gaslighting severo e lavagem cerebral, acordar com o homem que dizia me amar estuprando do que ele achava ser meu corpo inconsciente, e a pior parte, os rituais doentios de prender minhas mãos e pés para ser mental e fisicamente torturada até meu abusador sentir que eu tinha "provado meu amor por ele"*[...]*Eu tinha medo de fugir, ele me encontraria. Eu congelei, e foi como se eu pudesse me ver do lado de fora e pela primeira vez em meses eu senti algo, uma vergonha e um desespero profundos. Não tinha ideia do que fazer para mudar minha situação. Então me senti entorpecida, e logo não conseguia sentir mais nada. Minha autoestima e meu espírito estavam destruídos. Eu estava aterrorizada e aquele medo vive

[16] Quase no mesmo instante que insiro tais dados no texto, uma mulher, recém-universitária do curso de Zootecnia da UNESP de Ilha Solteira, de 17 anos é enterrada após ser assassinada por facadas quando estava indo para a universidade, o acusado é seu ex-namorado. Maria Júlia Martins Quintino da Silva, não é mais uma das 3,5 bilhões de mulheres no mundo e uma das 3,4 milhões de universitárias, e entra no grupo dos 38% de mulheres assassinadas por parceiros ou ex-parceiros.

> comigo até hoje. O que me machuca e me deixa com raiva, mais que o próprio estupro e abuso, é aquele pedaço de mim que foi embora, que alterou o curso da minha vida. Por causa desse abuso e do meu espírito já despedaçado, quando fui empurrada para o chão e aprisionada em um depósito por outro agressor depois de horas em um bar, meu corpo sabia o que fazer por instinto; desaparecer, se entorpecer, fazer aquilo sumir. Ter sido estuprada e vítima de abuso antes fez com que fosse mais fácil ser estuprada novamente, e não o contrário.[17]

As violências sofridas pelas mulheres independem da classe social, econômica, idade, cor, raça, sexo, gênero, prática sexual, e outros fatores, podendo ocorrer com qualquer pessoa. Entretanto, tem sido maior contra as mulheres negras ou pardas, e entre aquelas com idade entre 20 e 29 anos, no ano de 2017 de acordo com o Painel de Violência contra Mulheres[18]. Temos que discutir que cada uma dessas linhas que as atravessam podem ser um dos fatores para violência, não podemos apontar apenas para um grupo, já que assim como a violência contra crianças e adolescentes, as violências contra as mulheres estão em toda sociedade, não ocorrendo somente em uma classe ou outra, conquanto não são iguais para todas as mulheres (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Outro ponto a se discutir é a ideia de violência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002, p. 5) pode se conceituar violência como:

> O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

A utilização da palavra "poder" tem relação com a ideia de violência praticada através da relação de poder/hierárquica, como intimidação e ameaça. Além disso, precisamos entender que a violência pode ser resultado de questões sociais, culturais, relacionais, individuais e ambientais, contudo, nenhum desses fatores isolados podem explicar atos violentos (OMS, 2002). Corradi (2009, p.1 apud BANDEIRA, 2017) coloca

[17] Disponível em: <https://gq.globo.com/Cultura/Cinema/noticia/2018/02/evan-rachel-wood-relembra-estupro-sofrido-em-depoimento-emocionante.html>. Acesso em: 01 de mar. de 2018.

[18] Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%AAncia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>. Acesso: 28 de jul. de 2020.

duas concepções sobre a violência, a primeira é que seria uma ação utilizada como modo de alcançar algo que se deseja; “concepção instrumental da violência”, a segunda coloca a violência como “[...] uma força social plena de significados e dotada de uma capacidade de estruturação da realidade que modela culturalmente o corpo das vítimas e dos agressores, denominada violência modernista.” (CORRADI, 2009, p. 2-3 apud BANDEIRA, 2017), essa concepção pode ser utilizada para se discutir as violências contra as mulheres, que perpassa a construção social e impõe a soberania masculina, construindo a imagem de que as pessoas do gênero feminino são inferiores e por isso precisam ser dominadas, se preciso com violências. Ou seja, as agressões contra as mulheres são legitimadas para que se perpetuem as relações desiguais de poder, e que se permaneça as hierarquias masculinas e de gêneros (BEIRAS et al., 2020).

Este fenômeno também deve ser tratado como subjetivo, apesar de o entendermos como uma questão social e de saúde pública, pois a violência pode ser vivenciada de várias formas, e sofrerá interferência do processo de subjetivação que uma pessoa perpassa em seu desenvolvimento. Por exemplo, a violência verbal pode ser entendida por algumas pessoas como algo “normal”, nada grave, nem ser entendida como violência, enquanto para outras um insulto poderá afetar de várias formas em sua vida, sendo às vezes vivenciada como pior que uma agressão física.

Por essas questões, é muito difícil traçar números reais de violências sofridas pelas mulheres, pois depende dos processos de subjetivação que estas passaram em suas vidas. O estudo de Venturi, Recamán e Oliveira (2004) aponta para essa questão, em entrevista com 2.502 mulheres, 19% disseram ter sofrido violência por algum homem, após ser discutido os diversos tipos de violências que estão sujeitas, 43% afirmaram terem sido vítimas, essa mudança se dá devido à questão dos processos de subjetivação aos quais

passaram e, também, por ainda ter a ideia que somente existe a violência física, a que deixa marca, e esquecendo outras formas de agressões, como veremos abaixo.

Faz-se necessária outra ressalva: violência contra mulher não é sinônimo de violências de gêneros, o primeiro termo surge no Brasil nos anos de 1970 com as lutas feministas, o segundo ganhou difusão a partir dos estudos de gêneros por volta dos anos de 1980 e 1990 (BANDEIRA, 2017), e abrange maior parcela de pessoas – adultas; crianças e adolescentes (SAFFIOTI, 2001), incluindo a LGBTQIA+fobia, que são violências ocorridas contra pessoas que não se enquadram no que é tido como "normal", seja por sua identidade de gênero, prática e/ou desejo sexual e/ou sexualidade. Então discutir as violências contra as mulheres de maneira "específica" tem maior significado por estarmos em uma sociedade patriarcal, machista e misógina (BANDEIRA, 2017), além do fato de que quando se utiliza essa terminologia pode se agrupar todas as mulheres, independentemente da idade, e excluir os homens, o que não ocorre quando se utiliza os termos violência de gênero, doméstica e intrafamiliar (SAFFIOTI, 2001).

Desta forma, as violências de gêneros podem ter como vítimas as mulheres, homens, crianças, adolescentes e pessoas idosas, ocorrendo devido a padrões/normatizações estabelecidos em nossa sociedade, por exemplo, pode acontecer contra um homem cisgênero heterossexual por não reproduzir comportamentos esperados por sua identidade, como, ser viril. Como colocou Susana Penedo (2008) tanto pessoas heterossexuais como homossexuais, e tantas outras que fogem das normas, sofrem com a política da heteronormatividade. Ou seja, todas estão reprimidas, disciplinadas e controladas por esse dispositivo/tecnologia que reduz e naturaliza as expressões humanas.

Resumindo, as violências contra as mulheres são uma das especificidades das violências de gêneros, devendo ser estudada e trabalhada de forma separada, por abarcarem discussões particulares a esse grupo, além da necessidade de que com esses

estudos se construa políticas públicas voltadas para emancipação psicossocial dessas mulheres (SAFFIOTI, 2001).

Faz-se necessário, também, diferenciar as violências domésticas, intrafamiliar, conjugal e contra as mulheres. A primeira é identificada como violências ocorridas contra qualquer membro do grupo familiar, sendo em âmbito doméstico, mesmo pessoas que tenham convívio esporádico. A intrafamiliar seria qualquer tipo de agressão ocorrida contra alguma/algum integrante da família, tendo laço consanguíneo ou não, que prejudique seu livre desenvolvimento. Violência conjugal é entendida como aquela praticada por uma pessoa contra sua/seu parceira/parceiro afetiva/afetivo e sexual, não necessitando ser uma relação estável e/ou legalizada (NARVAZ; KOLLER, 2006). As violências contra as mulheres podem ocorrer no âmbito doméstico ou não, e serem praticadas por pessoas conhecidas ou desconhecidas, por isso devendo ser tratadas de forma específica.

Segundo a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no quinto artigo, a violência contra mulher é entendida como "[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.", causada por pessoa de qualquer sexo, não importando à orientação sexual, ou seja, não é só entendida quando causada por homem (BRASIL, 2006). Como colocou Saffioti e Almeida (1995) não é só pessoa do gênero masculino que causa as violências contra as mulheres, mas toda uma configuração social.

Apesar de ser um tema que tenha ganhado só recentemente a atenção das sociedades e Estados, as violências contra as mulheres ocorrem há muito tempo. Conquanto, as discussões e judicialização são recentes, dizemos isso devido os estudos sobre esse campo de pesquisa terem iniciado no Brasil nos anos de 1980 e a Lei que deu visibilidade e maior poder para o controle é de 2006. Em âmbito internacional somente a

partir de 1945 que se começa a discutir sobre essa questão, no Brasil as discussões jurídicas iniciaram-se somente com a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (LAGO; RAMOS; BRAGAGNOLO, 2010).

Em 1945, nos EUA foi assinada a carta da ONU que criava a Comissão de Direitos Humanos, na qual se pregava a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Esta Comissão se reuniu e criou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, discutindo a necessidade de igualdade de direitos a todas/todos. Ainda assim, se problematizava essa questão no âmbito social, porque se tinha a preocupação de não interferir na família ou nas relações domésticas, o que dificultava as discussões sobre violências domésticas e contra as mulheres, só quando essa ressalva é retirada que se inicia tais problematizações (LAGO; RAMOS; BRAGAGNOLO, 2010). Então em 1979 foi criada pela ONU a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW – *Convention on the Elimination of Ali Forms of Discrimination Against Women*), com o objetivo de coibir discriminações de gêneros.

No Brasil, foi somente em 1983 que houve a criação de políticas públicas na área da saúde voltada para mulher enquanto pessoa e não "mãe", quando foi criado o "Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher" (PAISM), que tinha como objetivo atender todas as mulheres em qualquer etapa da vida. Em 2004 foi adicionado o enfoque de gênero, integralidade e promoção de saúde (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2012). Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 as mulheres e homens passam a ter os mesmos direitos e deveres, como colocado no artigo 5º:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> **I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**, nos termos desta Constituição [...]. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Apesar desses “avanços”, foi apenas em 1993 que a ONU reconheceu a violência contra a mulher como violação dos direitos humanos, a partir da Declaração de Viena (Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres). No ano seguinte aconteceu em Belém do Pará a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”[19], na qual complementou a CEDAW e definiu o que é violência contra mulheres no Capítulo I:

> Artigo 1
>
> Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.
> Artigo 2
> Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica:
> a. que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;
> b. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e
> c. que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A Convenção de Belém do Pará ajudou a definir o que é; as formas, como se manifesta e o que pode causar as violências contra as mulheres. Em 2002 o Brasil assinou o Protocolo Facultativo à CEDAW, colocando que denúncias sobre violação dos direitos das mulheres levariam o Estado a ser submetido a um Comitê. Esse protocolo foi importante para o país, pois devido ao descaso da justiça brasileira com Maria da Penha Maia Fernandes (conhecida nacionalmente como Maria da Penha), o Brasil foi denunciado por não cumprir o protocolo da CEDAW e teve de executar várias sanções, como implementação de legislação específica para casos de violências domésticas e

[19] Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>. Acessado em: 21 set. 2017.

familiares, o que acabou por levar a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei n.11.340/06), que será melhor detalhada abaixo (LAGO; RAMOS; BRAGAGNOLO, 2010).

Mapeando a legislação brasileira, depois da Constituição de 1988, pode-se dizer que em 1995 é que aparece a primeira lei que tratava sobre violência contra as mulheres, e ainda assim, essa não é específica a essa temática. A Lei n. 9.099/1995 foi promulgada com o objetivo de ampliar o acesso à justiça e acelerar as ações penais, então a mesma deveria ser utilizada em casos de "menor complexidade", como exemplo, aluguéis atrasados, brigas de trânsito e de vizinhos, visando a despenalização, e entre esses casos a violência contra as mulheres, pois ainda se via esse tipo de agressão como sendo de menor grau de periculosidade para a população, eram tidas como de "menor potencial ofensivo", levanto os autores a pagarem cestas básicas ou cumprirem medidas socioeducativas. No ano de 2002 é promulgada a Lei n 10.455 modificando a Lei n. 9.099/95, colocando como medida cautelar o afastamento do autor de violência doméstica (LAGO; RAMOS; BRAGAGNOLO, 2010).

Em 2003 é sancionada a Lei n. 10.778[20] que "Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde, públicos ou privados.". No ano seguinte é promulgada a Lei n. 10.886/2004[21] que inclui no Código Penal Brasileiro o tipo especial de crime denominado "Violência Doméstica", incluindo no artigo 129 os parágrafos 9º e 10º:

> Violência Doméstica
> § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:
> Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

[20] Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10778-24-novembro-2003-497669-normaatualizada-pl.html>. Acessado em: 21 set. 2017.
[21] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.886.htm>. Acessado em: 21 set. 2017.

> § 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço).

Apesar de estabelecer a violência doméstica como crime, as punições não passavam de dois anos, o que fazia com que essa prática ainda fosse tratada como menos danosa. Somente em 2006 que é promulgada a Lei n. 11.340[22] – Lei Federal de Violência Doméstica ou Familiar contra Mulher, sendo nomeada de "Lei Maria da Penha", em razão as violências sofridas por Maria da Penha e o descaso da justiça brasileira com seu caso. Maria ficou paraplégica após duas tentativas de assassinato pelo seu marido, que ficou impune por muitos anos, fazendo com que ela procurasse a Comissão Interamericana de Direitos Humanos para ter seus direitos atendidos, sendo o pontapé inicial para surgir alterações no modo como as violências contra as mulheres eram vistas pelo Estado. Esta lei tem como objetivo coibir a violência doméstica contra a mulher, definindo em seu artigo 5º como "[...] violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.".

Apesar de já ter mais de dez anos da promulgação da Lei Maria da Pena (Lei n. 11.340/06), essa ainda é pouco conhecida por grande parte da população, segundo a pesquisa do Data Senado, 77% das entrevistadas colocaram que a conhecem pouco e 18% que tem maior entendimento. Para maior parte das participantes (53%) a lei protege em parte as mulheres, 26% acreditam que protege e 20% entendem que não serve (BRASIL, 2017). Faz-se necessárias mais pesquisas que discutam este tema, além de ser uma questão que deva ser levada para problematizações em toda sociedade, sendo abordada na mídia para que tenha maior visibilidade e possamos combatê-la. A seguir, serão

[22] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acessado em: 21 set. 2017.

apontados alguns estudos voltados para essa temática, com isso mapeando o que tem sido feito e discutido sobre o tema.

Após mais de dez anos de sua promulgação, a Lei Maria da Penha ainda não teve todas suas orientações colocadas em prática, o que ajuda para que as taxas de violência continuem aumentando. O assunto ainda não é visto como urgência tanto por políticas/políticos, como pela população em geral. Muito disso ocorre por ainda se ter o pensamento retrógrado que em "briga de marido e mulher ninguém mete a colher", ou seja, é um assunto que deve ser resolvido apenas entre as pessoas envolvidas e dentro do ambiente doméstico. Com isso as violências contra as mulheres têm sido esquecidas ou tratadas com descaso ao longo dos anos (LAGO; RAMOS; BRAGAGNOLO, 2010).

Essa diminuição da importância que se dá a questões envolvendo pessoas do gênero feminino ocorre por um processo histórico-cultural que nossa sociedade vem passando ao longo do tempo. A Era Vitoriana é um exemplo destes momentos, quando a mulher só tinha serventia em três ocasiões, como reprodutora, quando gerava filhos; enquanto cuidadora do homem, lavando suas roupas, preparando sua alimentação e o deixando no momento que está em casa somente para descansar e ter energias para um novo dia de trabalho; e sua última função seria a de mão de obra substituta, mais barata, quando faltavam homens para o serviço, devido às guerras; criou-se então a ideia da mulher como serviçal da figura masculina, como subsujeita (FOUCAULT, 2015; RUBIN, 1975).

Transformaram a mulher e seu corpo em "mãe", pois deveria servir para a fecundação, cuidado da família e educação das crianças, o contrário/negativo seria a histérica, "mulher nervosa", a mulher ativa. A "histerização do corpo da mulher" serviu para mantê-la no âmbito privado, enquanto o homem é o sujeito público, utilizando-se a ideia de ser natural/normal (FOUCAULT, 2015).

Ideia que ainda hoje se tem e corrobora para a construção de uma sociedade machista, na qual a pessoa do gênero masculino seja colocada como superior a feminina, sendo uma das linhas para as violências de gêneros, pois quando se coloca que o papel da mulher é ser "mãe" e do lar, qualquer fuga na mente de conservadoras/conservadores está dando permissão aos homens para cometerem violências, por não cumprir com seus deveres. Ideia essa que se tem por grande parte da população, vemos isso nas falas, como que a roupa utilizada pela vítima de estupro é o que leva a violência[23], pois se tem o pensamento de que a mulher deve ser "mãe", o que remeteria a não ter sexualidade, ou seja, ficar em casa e só sair na rua na presença do marido, pai ou irmão, com vestimenta que não mostre nenhuma parte de seu corpo. Essa estratégia de controle dos corpos através da "histerização do corpo da mulher" ajudou a se criar a ideia de que essas devem ser apenas donas de casa, uma forma de impor a mulher como dependente do homem, sendo um tabu para diferenciação entre masculino e feminino, servindo também para construção da heteronormatividade e de relações de poder desiguais.

3.2 Estudos sobre as violências contra as mulheres

As pesquisas sobre o tema violência contra a mulher ainda são escassas, apesar de atualmente ser um assunto muito discutido e divulgado. Quando utilizamos como descritor "violência contra mulher", encontramos 353 publicações no *Scielo*, ao filtrar a busca para pesquisas que tenham como assunto a palavra-chave acima, há 239 artigos. Limitando o ano de publicação, o resultado é: 12 publicações em 2007, 15 em 2008, 19 em 2009, 14 em 2010, 20 em 2011, 15 em 2012, 23 em 2013, 29 em 2014, 27 em 2015,

[23] Um terço da população brasileira acreditava (podem acreditar ainda) que a roupa utilizada pela mulher vítima de estupro é o que leva a violência. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml>. Acessado em: 23 mar. 2018.

21 em 2016, 34 em 2017 e 4 até abril de 2018. Pode-se verificar aumento no número de pesquisas sobre o tema com o passar dos anos, porém, ainda temos poucas publicações, visto que se trata de uma questão relevante para a sociedade e com números alarmantes, como apontados acima.

Recorremos às mesmas palavras-chaves no site Repositório Institucional UNESP[24], e encontramos 658 resultados, 280 dissertações de mestrado, 161 artigos, 128 teses de doutorado, 65 trabalhos de conclusão de curso, 16 livros e sete (7) trabalhos apresentados em eventos. Na pesquisa a partir do ano de publicação, temos 27 resultados em 2007, 29 em 2008, 44 em 2009, 41 em 2010, 67 em 2011, 59 em 2012, 79 em 2013, 82 em 2014, 67 em 2015, 42 em 2016, 35 em 2017 e 6 até abril 2018. Os números encontrados nesta segunda base de dados são superiores aos do *Scielo*, mas houve um aumento de publicações de 2007 a 2014 e depois um declínio no número de pesquisas sobre o tema.

Para melhor entendimento do que se tem pesquisado neste campo, selecionamos artigos publicados e disponíveis no site *Scielo* entre os anos de 2017 e 2018, que tinham como palavra-chave "violência contra mulher". Apresentaremos cada artigo como modo de mapear o que tem sido discutido sobre o tema nas pesquisas realizadas na área acadêmica.

O primeiro trabalho encontrado tem como título "Atenção à saúde de mulheres em situação de violência: desarticulação dos profissionais em rede", tendo como autora principal Jaqueline Arboit, publicado em 2017 na Revista da Escola de Enfermagem da USP. O objetivo do trabalho era compreender as ações e concepções das/dos profissionais da saúde em relação às violências contra as mulheres, partindo da hipótese que essas/esses

[24] Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acessado em: 15/04/2018.

poderiam ajudar na detecção e prevenção de situações de violência e na promoção de saúde e bem-estar.

A metodologia utilizada foi qualitativa, a pesquisa desenvolveu-se no ano de 2015 com quatro equipes, uma de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e três de Estratégia de Saúde da Família (ESF), em uma cidade do Rio Grande do Sul (RS). Foram entrevistadas/entrevistados 21 profissionais (sete agentes comunitárias, seis técnicas/técnicos em enfermagem, cinco enfermeiras/enfermeiros e três médicas/médicos), 71,4% eram pessoas do gênero feminino, com idade entre 26 e 66 anos, que atuavam em alguma das unidades de saúde mencionadas, na primeira etapa foram realizadas entrevistas semidirigidas individuais, gravadas e transcritas, as quais abordavam a formação das/dos entrevistadas/entrevistados e questões relativas as ações e concepções de rede de atendimento a violência contra as mulheres (ARBOIT et al., 2017).

Com a análise das entrevistas, chegou-se a duas categorias/concepção sobre rede de atenção à saúde e as ações desenvolvidas pela Atenção Primária à Saúde, na primeira houve três apontamentos, que a rede de atendimento se limita a setores da saúde, deveria ser gerida pelo município em seus diversos setores e por fim houve quem colocasse uma ideia ampliada de rede, na integração de diversas áreas e serviços e um apontamento final de que não existe a rede, não tendo troca de informações entre os setores e áreas. Em relação às ações desenvolvidas dentro das UBS e ESF na questão das violências contra as mulheres, foram apontadas: acolhimento inicial, orientações e encaminhamentos, notificação compulsória de casos confirmados e suspeitos (ARBOIT et al., 2017).

Entende-se, por este estudo, que ainda existe uma inadequação no acolhimento as mulheres que sofreram violências, apesar de serem recebidas em um primeiro momento dentro das unidades de saúde primária, a falta de rede e conhecimento sobre os outros

setores que atuam em relação a essa temática faz com que o atendimento a essas mulheres seja falho, o que pode gerar a continuação da situação de violência. A Lei n. 10.778/2003 estabelece a notificação compulsória de casos envolvendo mulheres que sofreram agressão, mas não existe ainda uma ligação entre os setores da saúde e de segurança em diversas cidades, o que acaba por muitas vezes levando a não notificação ou sendo realizada de forma falha.

O segundo estudo tem como autora principal Laura Augusta Barufaldi, o título do artigo é "Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência", foi publicado na revista de Ciência & Saúde Coletiva no ano de 2017. Teve como objetivo mapear o perfil de mortalidade por agressão em mulheres e se as vítimas de violência notificadas têm a taxa de mortalidade mais alta que as demais. Os dados foram obtidos através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do segundo foram selecionados casos de 2011 a 2015 e do primeiro de 2011 a 2016, utilizando como filtro mortes causadas por agressões.

O número de notificações de violências contra as mulheres foi de aproximadamente 75 mil em 2011 para 160 mil no ano de 2015. Entre os anos de 2011 e 2015 houve 23.278 mil óbitos de mulheres por agressões, sendo 16.889 (72,5%) de adultas, 3.754 (16,1%) adolescentes, 1.589 (6,8%) idosas e 676 (2,9%) crianças. Setenta e cinco por cento (75%) das mortes ocorreram no local da violência, sem que a vítima tivesse tido chance de ser levada ao hospital e 49% foi através de arma de fogo. Segundo o estudo, houve 567.456 notificações de mulheres que sofreram violências, 2.599 foram assassinadas através de agressões entre os anos de 2011 e 2015, 15,9% já haviam sofrido agressões, 48,1% ocorreram no domicílio da vítima e por pessoas próximas/da família. A

pesquisa coloca que mulheres notificadas correm mais riscos de serem assassinadas, devido maior vulnerabilidade (BARUFALDI et al., 2017).

Este estudo se aproxima da pesquisa colocada acima, que se necessita da construção de uma rede de assistência às mulheres que sofreram violências, para que essas possam ser acolhidas, protegidas, empoderadas e possibilitadas de continuar a viver de forma plena. Para isso precisa-se que os serviços sejam intersetoriais, que se articulem para atendimento total e integral, não as deixando vulneráveis para novas agressões.

O terceiro estudo tem como título "Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual", tendo como autora principal Lucielma Salmito Soares Pinto e publicado na revista de Ciência & Saúde Coletiva em 2017. O trabalho teve como objetivo principal verificar os procedimentos e atendimentos a mulheres vítimas de violências na área da saúde. Como método de pesquisa foi realizada seis entrevistas, estruturadas com oito questões relativas ao atendimento de mulheres vítimas de violências sexuais no SUS, com profissionais responsáveis pelo acolhimento e análise de 135 prontuários de vítimas de violência sexual atendidas de 2013 a 2015 (total de 1.335 atendimentos), a fim de examinar os procedimentos realizados no Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (SAMVVIS) da cidade de Teresina no Piauí.

As pessoas atendidas são da capital e cidades próximas, variando de crianças com menos de um ano, até idosas, mas a faixa com maior incidência é entre 10 e 19 anos. Nos atendimentos a humanização, sigilo e respeito à dignidade são prioridades, tendo salas de atendimentos adequadas e individuais, a vítima é atendida por equipe multidisciplinar, é orientada de todos os procedimentos pelos quais irá passar, podendo escolher, sendo orientada sobre os serviços e seus direitos. Contudo, ainda existe desarticulação entre os diversos setores, sendo a vítima às vezes encaminhada para local errado, apesar de as

profissionais serem treinadas e capacitadas. O serviço cumpre com sua regulação, Decreto n. 7.958/2013 – Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde, porém, demonstra a mesma problemática apontada nas pesquisas anteriores, à falta de rede entre os diversos setores, o que leva a falhas nos atendimentos prestados (PINTO et al., 2017).

Outro estudo tem como autora principal Franciele Marabotti Costa Leite, título "Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões", foi publicado em 2017 na revista Ciência & Saúde Coletiva. O trabalho teve como objetivo analisar as taxas de mortalidade feminina por agressão no Brasil entre 2002 e 2012. Os dados foram obtidos pelo SIM, utilizou-se como crivo pessoas do sexo de fêmea, com idade entre 20 e 59 anos e com a causa de morte a agressão. Como apontado acima, houve aumento no número de mortes de mulheres por agressão, passando de 5,84 em 2002 para 6,16 por cem mil habitantes em 2012, na faixa etária delimitada. Na divisão por regiões a região Centro-Oeste é a que tem as taxas mais elevadas, a do Norte, Nordeste e Sul tiveram altas ao longo dos anos e a Sudeste teve queda em seus índices. Segundo o estudo existe uma tendência de estabilidade nas taxas de mortalidade no país, algo que tem acontecido nos EUA, Chile e Equador (LEITE et al., 2017).

Complementando este estudo, temos o artigo "Feminicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional", tendo como autora principal Stela Nazareth Meneghel, publicado na revista Ciência & Saúde Coletiva no ano de 2017. O objetivo era analisar a relação entre os feminicídios com uma série de indicadores em cidades de grande porte. Foram escolhidas 58 cidades, com mais de 400 mil habitantes, com a ideia de associar as mortes de mulheres por agressão a questões socioeconômicas (índice de GINI); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); rendimento médio mensal,

pobreza e mulheres chefes da família; demográficas (conjugalidade feminina, analfabetismo, pessoas não naturais do município, raça/cor, religião); de acesso (domicílios com internet, telefone fixo e/ou celular); e de saúde (mortalidade por AIDS, câncer de colo de útero e mama, taxa de mortalidade masculina por agressão, proporção de taxas de óbitos por causa não definida, médica/médico por cem mil habitantes).

Foram utilizados dados entre os anos de 2007 e 2009 e 2011 a 2013 do Ministério da Saúde (DATASUS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/SIDRA/PNAD) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Entre os anos de 2007 e 2009 houve 4.368 óbitos de mulheres por agressões e nos anos de 2011 a 2013 esses números aumentaram para 4.834, como resultado viu-se que as pessoas negras têm duas vezes mais chances de serem assassinadas do que as brancas, 70,3% eram solteiras, 72% estavam na faixa etária de 10 a 39 anos e maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, outros dados são a correlação das mortes com a pobreza, questões religiosas e locais onde existem índices altos de violência masculina (MENEGHEL et al., 2017).

Estes dois últimos estudos apontam o aumento nas violências contra as mulheres que acabam em feminicídios, ideia que a última pesquisa, de Meneghel et al. (2017), traz da associação entre assassinatos de pessoas do sexo de fêmea com a religião e a violência entre os homens. Segundo as/os autoras/autores a grande difusão no Brasil das igrejas pentecostais tem correlação com as violências contra as mulheres, devido aos rígidos códigos morais que são impostos, à organização patriarcal e a tendência de com isso serem complacentes com a questão das violências para que as mulheres sejam controladas, sendo submissas, um dado pouco divulgado e discutido.

Outra pesquisa que complementa esses dados foi realizada por Ane Freitas Margarites, Stela Nazareth Meneghel e Roger Flores Ceccon, intitulada “Feminicídios na cidade de Porto Alegre: Quantos são? Quem São?”, publicada na Revista Brasileira de

Epidemiologia no ano de 2017. O objetivo foi quantificar e tipificar os feminicídios na cidade de Porto Alegre, apresentando dados sociodemográficos sobre as vítimas, as pessoas que cometeram as violências e a fração de óbitos considerados feminicídios, estes foram obtidos de 89 inquéritos policiais de mulheres assassinadas na cidade entre os anos de 2006 e 2010. Os crimes foram separados entre feminicídios e homicídios, como variáveis foram selecionadas: idade, cor da pele, escolaridade e bairro de residência. Foi observado também o método utilizado para o crime, histórico de violência, denúncia prévia e a relação da pessoa que cometeu a agressão com a vítima.

Foram considerados feminicídios os assassinados causados por parceiros ou ex-parceiros, morte com violência sexual, se houve mutilação genital ou do rosto da vítima e execuções por conta de tráfico que indicavam que o fato de ser mulher potencializou o crime. No período indicado da pesquisa havia 207 óbitos de mulheres indicados no SIM por agressão, porém foram encontrados apenas 89 inquéritos policiais, 64 foram classificados como feminicídios (39 mortes causadas por companheiros ou ex-companheiros íntimos). Tanto as vítimas como as pessoas que cometeram as violências em sua maioria eram jovens, sendo os segundos sempre mais velhos, 84% das vítimas tinham menos de 40 anos e o local mais recorrente era no domicílio. As mulheres negras corresponderam a 20% das mulheres em Porto Alegre, e eram 1/3 das vítimas de feminicídios da cidade, outro dado importante é que metade das vítimas já haviam realizado denúncia contra a pessoa que cometeu a violência (MARGARITES; MENEGHEL; CECCON, 2017). Percebe-se que maior parte dos assassinatos de pessoas do gênero feminino são feminicídios, algo que ainda é pouco discutido no país. A falta de proteção, de políticas públicas voltadas para essa questão acaba levando também àquelas que fazem a denúncia à morte.

Outra pesquisa encontrada tem como pesquisador principal Ricardo de Mattos Russo Rafael, o título é “Perfil das violências por parceiro íntimo em Unidades de Saúde da Família”, publicado em 2017 na Revista Brasileira de Enfermagem. O objetivo do estudo foi verificar o perfil das situações de violência contra mulher por parceiros íntimos em Nova Iguaçu/RJ. O estudo utilizou dados do projeto “Barreiras na busca pelo rastreio de lesões precursoras do câncer do colo uterino: um estudo sobre as relações de violência íntima da Saúde da Família”, a amostra foi de 640 mulheres, que estavam cadastradas e nas salas de espera na ESF, que tivessem entre 25 e 64 anos e com relacionamentos fixos há um ano. Os resultados foram que 21% sofreram violências físicas, 90,6% psicológicas e 39,1% sexuais, as que tinham menos de oito anos de estudo foram as com maior índice de violências. Um dado importante que se destaca das outras pesquisas é o índice alto de violências psicológicas, muitas vezes ignoradas e não se tem discussões, mas que acabam causando graves danos à saúde mental das mulheres (RAFAEL et al., 2017).

A pesquisa de Jordana Brock Carneiro, intitulada “Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas (os)”, publicada em 2017, na revista Escola Anna Nery, teve como objetivo mapear o entendimento que as mulheres que sofreram violência têm sobre os danos causados por essa questão em suas vidas e vida das/dos filhas/filhos. A pesquisa ocorreu em varas de violência doméstica e familiar no estado da Bahia, com entrevistas semiestruturadas e individuais, partindo do disparador “Que repercussões a vivência de violência conjugal desencadeou em sua vida?”. A coleta de dados foi entre 2014 e 2015, e foram entrevistadas 29 mulheres que haviam sofrido agressão por parte de parceiro íntimo e estavam em processo judicial, também foram entrevistadas oito profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, uma assistente social, uma psicóloga, uma conciliadora, duas defensoras públicas, duas promotoras e duas magistradas.

Como resultados, obtiveram que a violência doméstica causa danos biopsicossociais nas pessoas envolvidas, o mais aparente é em relação à saúde física da mulher, como hematomas, dependendo da gravidade causando dificuldades motoras, questões íntimas, como infecções sexuais; no que abrange a sofrimentos psicológicos foram relatados a depressão, baixa autoestima, medo, repulsa e pensamentos suicidas, além de retraimento social e dificuldade de socialização. O estudo demonstrou que para as/os filhas/filhos que presenciam a violência entre os pais há maior possibilidade de terem dificuldades escolares, utilização de drogas e sofrerem violências (CARNEIRO et al., 2017). Essas questões levantadas na pesquisa são importantes para conscientização da população para os danos causados pela violência doméstica nas mulheres e suas/seus filhas/filhos, não só a pessoa agredida sofre, mas toda a sociedade.

Outra pesquisa sobre o tema é de Josianne Maria Mattos da Silva, Marília de Carvalho Lima e Ana Bernarda Ludermir, com o título "Violência por parceiro íntimo e prática educativa materna", publicada na Revista de Saúde Pública em 2017. Essa teve como objetivo entender a relação entre violência conjugal e a prática educativa materna, o estudo foi realizado entre 2013 e 2014 com 631 pares mãe/criança cadastrados em uma ESF da cidade de Recife, a avaliação ocorreu a partir da escala de conflitos *Parent-Child Conflict Tactics Scale*, adaptada e traduzida no Brasil por Reichenheim e Moraes, essa avalia a violência doméstica na prática educativa parental. Das participantes 154 sofreram algum tipo de violência conjugal (física, psicológica e/ou sexual), 592 utilizam de algum tipo de violência (física e/ou psicológica) para educar. As mulheres com menor escolaridade foram as que mais apresentaram relatos de violências e as que mais agrediam as/os filhas/filhos; as crianças de seis a oito anos são as que mais sofrem violências das mães, e por fim, as mulheres que sofreram violências conjugais tem probabilidade duas vezes maior de realizar agressão psicológica nas/nos filhas/filhos.

Se alinhando com o estudo anterior, esta pesquisa aponta como essa questão pode gerar danos não somente a mulher, mas também a suas/seus filhas/filhos, que acabam sofrendo violências em razão de algumas mães sofrerem e construírem a ideia que é algo natural bater e apanhar (física e psicologicamente) (SILVA; LIMA; LUDERMIR, 2017). Esses dados corroboram com a pesquisa de Maria Arleide da Silva, Gilliatt Hanois Falbo Neto e José Eulálio Cabral Filho (2009), a qual aponta que 39,7% das mulheres que sofreram violência doméstica tinham histórias de violência familiar na infância, naturalizando muitas vezes, essas agressões. Outros estudos, como o de Saffioti e Almeida (1995) verificaram que 10,4% das mulheres violentadas presenciaram violências entre os pais. Com esses estudos pode-se perceber que há um vasto campo de pesquisas a serem realizadas sobre as violências contra as mulheres, para que com isso tenhamos mais políticas públicas e envolvimento da sociedade no combate a esse problema de segurança e saúde pública.

4. GRUPOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

As primeiras propostas de políticas públicas no combate as violências contra as mulheres foram direcionadas para as que já haviam sofrido agressões, como modo de remediar o ocorrido, construção de delegacias especializadas, instituições de acolhimento e outros programas. Essas visavam/visam em grande maioria o atendimento as vítimas, fazendo com que os autores de violências ficassem à mercê do sistema judiciário e penal, o que muitas vezes faz com que não tenhamos o trabalho de prevenção e quebra do ciclo de violências de forma ampliada, fazendo com que em muitos casos as mulheres continuem em situação de violência ou outras possam sofrer agressões.

O pensamento focado na punição e no aprisionamento como solução se dá muito, até a promulgação da Lei Maria da Penha, pelos HAV serem julgados a partir da Lei n. 9.099/95, a qual era considera branda, pois muitas vezes os autores eram sentenciados a pagarem apenas cestas básicas, fazendo com que muitas mulheres se sentissem desprotegidas e sem confiança no Estado para protegê-las, demonstrando que essa não era uma preocupação social e política, ou seja, as vidas das mulheres não tinham valor. Passamos a ter transformações a partir das lutas de feministas, as quais denunciavam o descaso com as mulheres, no Brasil apesar dos enfrentamentos das ativistas nos anos de 1970, somente com a implantação da Lei Maria da Penha que se teve maior visibilidade sobre as violências contra as mulheres, momento no qual passamos a ter uma legislação especializada no tema, ainda que existam pressões internas e externas para que se fosse promulgada (AMADO, 2017; TONELI et al., 2010b).

Entretanto, penas mais severas e atendimento somente as vítimas não cessará este problema social, de saúde e segurança pública, faz-se necessário o trabalho com os HAV, pensando a prevenção e transformações sociais e culturais. Com esse pensamento, temos neste capítulo o mapeamento sobre programas de atendimentos a HAV, iniciando com descrição histórica do envolvimento dos homens no combate as violências contra as mulheres e dos primeiros grupos que buscavam responsabilizar os autores pelas agressões. Ao longo do capítulo discutiremos as experiências mapeadas a partir de revisão bibliográfica de programas na América Latina, assim como apontar como funcionam alguns grupos e o que preconizam as diversas cartilhas elaboradas para o trabalho com essa temática.

Vale ressaltar, que grupos com homens autores de violências contra as mulheres se diferem dos grupos de masculinidades ou grupos com homens sobre masculinidades, apesar de algumas iniciativas com HAV aceitarem a participação de homens que não

foram acusados judicialmente de violências contra as mulheres, são duas propostas distintas. Como apontou Beiras[25], os homens que buscam de maneira espontânea os grupos com discussão sobre masculinidades já estão "sensibilizados", ou seja, minimamente já "revisaram" seus comportamentos, crenças e pensamentos, participando de grupos para autoconhecimento, e/ou por não se enxergarem nos padrões das masculinidades hegemônicas, entre outras motivações. Nos grupos com HAV os participantes muitas vezes não "perceberam" as violências que cometeram, e/ou porque seus comportamentos são tidos como impróprios, já que muitas vezes erram e são "autorizados" pela sociedade e cultura a tê-los, assim, acabam por iniciar as sessões de maneira mais defensiva, acusando as mulheres e colocando nelas a culpa pela violência sofrida. Por esse motivo é necessário o trabalho de sensibilização, além da reflexão sobre diversos temas, que muitas vezes também são precisos nos grupos de masculinidades. Para quem tem interesse em grupos sobre masculinidade recomendamos à iniciativa do MEMOH[26], que atua com grupos reflexivos com homens desde 2017, buscando a equidade de gêneros.

4.1 História

Os programas de atendimento a HAV aparecem inicialmente nos EUA por volta dos anos 70 do século XX, em Boston (*Emerge*), Denver (*Amend*), St. Louis (*Raven*) e Duluth (*Domestic Abuse Intervention Project* (DAIP), conhecido depois como *The Duluth Model*), entre os anos 80 e 90 surgem ações na Europa, América Latina e África.

[25] Adriano Beiras em entrevista ao site "Papo de Homem". Título da matéria "Entenda o trabalho com homens autores de violência contra mulheres | Uma entrevista com Adriano Beiras", realizada pela Redação PdH, publicada em 23 de novembro de 2020, 12:05h. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/uma-entrevista-para-entender-o-trabalho-com-homens-autores-de-violencia-contra-mulheres-adriano-beiras>. Acesso em: 26 de nov. de 2020.
[26] Site oficial: www.memoh.com.br.

Estes funcionavam/funcionam de forma particular, cada um com sua metodologia e objetivos, alguns sendo mais punitivos e/ou educativos, com atendimentos em grupos ou individuais, entre outras diferenciações. Como referencial muitos derivavam de ideias feministas, as quais já discutiam as diferenças entre como as mulheres e os homens eram e são vistos pela sociedade, como a cultura impõe modos de ser e viver, gerando a ideia de que o masculino é o dominante (AMADO, 2017; TONELI et al., 2010b).

Algumas dessas instituições não tinham ações direcionadas aos homens como principal atividade, mas em conjunto com outras intervenções com o objetivo de prevenção das violências. A maior parte dessas entidades atendiam também as mulheres. A principal ideia desses trabalhos era o envolvimento/engajamento dos homens autores de agressão no combate as violências contra as mulheres e na construção de novas possibilidades de ser homem, deixando de lado as masculinidades impositivas e violentas, além de buscar o entendimento que faziam/fazem parte do problema e por isso também da solução, fazendo com que refletissem e parassem com comportamentos agressivos (TONELI et al., 2010b).

O programa *Emerge* foi um dos primeiros a ser criado, depois foi formado o *Duluth Curriculum* (trabalho com psicoeducação) e *The Amend Model* (tinha o objetivo de responsabilização dos agressores). O *Emerge – Couselingand Education to Stop Domestic Violence* – surgiu em Boston no ano de 1977, por iniciativa de pesquisadoras/pesquisadores de questões de gêneros e violências contra as mulheres. Com base em estudos identificaram que muitos dos HAV acabavam retornando ao convívio com a vítima, ou em relacionamentos posteriores cometiam agressões contra suas parceiras, ou seja, mesmo após denúncia não se quebrava o ciclo de violências. Com isso deram início aos grupos com HAV com a ideia de diminuir tais comportamentos, quebrar o ciclo de violências. Conjuntamente começaram grupos com adolescentes sobre

masculinidades, a proposta era de se construir identidades masculinas não violentas. Alguns anos depois ajudaram no surgimento do grupo em Duluth, Minnesota (GONÇALVES, 2017; TONELI et al., 2010b).

Em Duluth, se trabalhava com técnicas cognitivas para o controle da raiva, porém esse tipo de tratamento demonstrou-se ineficaz e muitas vezes acabavam por levar os homens a terem mais domínio sobre as mulheres com a utilização das técnicas comportamentais. Por isso em grande parte dos grupos com HAV têm se utilizado como aporte teórico as problematizações das relações de gêneros, entendendo que as violências cometidas não são somente individuais, são construções coletivas e históricas, sendo necessária a desconstrução das masculinidades violentas e das relações de gêneros desiguais de nossa sociedade (AMADO, 2017; TONELI et al., 2010b).

Os documentos referentes ao trabalho de combate às violências contra as mulheres, com ênfase nas atuações com HAV, partem de ideias do movimento feminista e das discussões sobre as relações de gêneros, colocando como principais causas para essas situações de violência às construções sociais e culturais, as quais colocam o homem enquanto dominante e a mulher como submissa, ajudando para a manutenção das desigualdades de gêneros (AMADO, 2017; TONELI et al., 2010b).

Somente anos após as primeiras ações com homens autores de violência, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou o documento "Intervenção com autores de violências domésticas: uma perspectiva global" (tradução nossa[27]), em 2003, no qual mapeou programas que atuassem com HAV. Em 2009 houve o 1º Encontro Anual Europeu da Rede para o Trabalho com Autores da Violência Doméstica[28], em Berlim, na

[27]*Intervening with perpetrators of intimate partner violence: A global perspective.*
[28]*1st. Annual European Network Meeting for the Work with Perpetrators of Domestic Violence.*

Alemanha, com o objetivo de troca de experiências e conhecimentos a respeito da atuação com HAV (BEIRAS; CANTERA, 2014; MISTURA; ANDRADE, 2017).

Na América Latina, o *Coletivo de Hombres para Relaciones Igualitarias* (*CORIAC*)[29], criado em 1993 por Diego Arenas Guzmán no México, tem sido referência no desenvolvimento de grupos reflexivos com homens, o intuito inicial era de realizar discussões com grupos de homens sobre as relações de gêneros e as masculinidades, problematizando a necessidade da igualdade e equidade para diminuição das violências contra as mulheres, repensando a ideia de masculinidades dominantes. Veremos, mais a frente, que tal perspectiva se espalhou para grande parte da América Latina, servindo de modelo para outros programas.

No Brasil, com a promulgação da Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, foi consolidada a ideia de tratamento/reeducação aos homens que cometeram violências contra as mulheres, quando no art. 35 se tem "[...] A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [...] V - centros de educação e de reabilitação para os agressores." e no artigo 45, parágrafo único "Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação." (BRASIL, 2006).

Então, a Lei Maria da Penha já abria a possibilidade para a construção de grupos com HAV por parte do Estado (BRASIL, 2006). Em 03 de abril de 2020 foi promulgada a Lei n. 13.984, que incluiu ao art. 22 da Lei n. 11.340/06 os incisos VI e VII, estabelecendo que quando constatada a prática de violência contra a mulher a/o juíza/juiz poderá estabelecer como uma das medidas protetivas de urgência o acompanhamento do

[29] Disponível em: <http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?id=2831&entidad=Agentes&html=1>. Acessado em: 07 maio 2019.

autor de violências por equipe psicossocial de maneira individual e/ou em grupo, além de encaminhá-lo para programas de reeducação e recuperação (BRASIL, 2020). Apesar de já existir a possibilidade na Lei Maria da Penha da realização dos grupos, a nova medida traz a possibilidade do direcionamento do homem aos grupos na fase inicial do processo.

Vale citar que essa medida já vinha sendo realizada em diversos grupos com HAV no Brasil, os quais em parceria com o poder judiciário já recebiam/recebem os autores de violência após a denúncia, fazendo com que estes fossem obrigados a participar destas ações. Contudo, o entendimento da lei poderia variar a partir da interpretação de cada magistrada/magistrado, tornando importante a promulgação de tais incisos, fazendo com que essa seja uma possibilidade real em todos os lugares do país, não apenas naqueles em que a/o juíza/juiz apoia tais ferramentas. Outra importância da nova medida é que pode gerar maior pressão do poder judiciário para a criação de trabalhos voltados a "reeducação e recuperação" dos homens e a contratação de mais profissionais para a área psicossocial.

Todavia é importante lembrar que antes mesmo da Lei Maria da Penha trazer os grupos como opção para o combate as violências já existiam programas que atuavam com essa temática, como o Instituto PAPAI (Recife), Instituto Promundo (Rio de Janeiro), Instituto Noos (Rio de Janeiro), depois surgiram outros programas, como exemplo, Instituto Albam (Belo Horizonte) e Instituto de Estudos da Religião (ISER) (MISTURA; ANDRADE, 2017). Santo André foi a primeira cidade no estado de São Paulo a instaurar o trabalho com homens autores de violência, a partir de iniciativa de Sérgio Barbosa e Flavio Urra, junto a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres (INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019). São Caetano do Sul veio logo depois, a partir de iniciativa de um juiz criminal da cidade e voluntárias/voluntários interessadas/interessados no assunto, mas rapidamente foram interrompidos por questões políticas (MISTURA; ANDRADE, 2017).

Vale salientar que o Instituo PAPAI foi inaugurado em 1997 por Jorge Lyra e Benedito Medrado, e tinha como principal objetivo o trabalho sobre paternidade, além de discussões sobre sexualidade, masculinidade, reprodução e saúde com adolescentes, não tendo os grupos com homens em seu início, mas foram pioneiros em diversas áreas dos trabalhos com masculinidades no Brasil (MEDRADO; LYRA, 2014). O Instituto Promundo, também, inicialmente não atuava com grupos de homens, seu objetivo era/é a busca por equidade de gênero, a partir de iniciativas que buscassem demonstrar a necessidade de políticas públicas com essa temática, pensando na melhoria de vida de homens e mulheres[30]. Assim como o Instituto Noos, que foi criado por Carlos Eduardo Zuma, Jorge Bergallo, André Souza Rego e Helena Julia Monte em 1992, não tinha como foco inicial a atuação com grupos de homens autores de violência, sendo que o objetivo da instituição era o desenvolvimento de atuações junto a famílias no Rio de Janeiro, dez anos depois que iniciaram o trabalho com homens[31], em 2003 (INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019). Atualmente o Instituto Noos está localizado na cidade de São Paulo.

Segundo o Instituto Noos (2014), no Brasil até 2014 havia sido possível mapear 25 programas de atendimento a autores de violências contra as mulheres. Em levantamento realizado pelo Núcleo Margens e o Instituto Noos em 2016 foram mapeados 41 programas no país, espalhados por quinze estados (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019). De acordo com o levantamento feito em novembro de 2019 pelo Papo de Homem/Instituto PDH e Adriano Beiras (INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019) existem 53 instituições que realizam grupos com homens

[30] Informações disponíveis em: <https://promundo.org.br/sobre-o-promundo/>. Acesso em: 21 de out. de 2020.
[31] Informações disponíveis em: <http://noos.org.br/2018/06/23/historia-do-instituto-noos/>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

autores de violências no Brasil. Sendo seis na região norte, dez na região nordeste, seis na região centro-oeste, dezenove na região sudeste e doze no sul do país.

Dos 53 grupos mapeados, 40 são realizados por/em instituições públicas, seis são iniciativas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), quatro não foram possíveis distinguir sua natureza, duas ocorrem em instituições de ensino superior e uma declarou possuir parceria entre universidade e Tribunal de Justiça. Os produtores e as produtoras do material alertam que podem existir trabalhos com essa temática que não foram mapeados, além do fato de se ter informações incompletas em alguns casos, por exemplo, foi apontado que o "Projeto Basta' é realizado em diversas cidades do Paraná, com isso teríamos 68 iniciativas ao invés de 53 (INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019).

Este número pode ser ainda maior, principalmente porque não existe no país uma rede de compartilhamento de informações entre serviços, com isso algumas iniciativas podem não ser encontradas ou não responderam à pesquisa. O que fica demonstrado com a publicação de um mapeamento nacional exaustivo de iniciativas, programas ou grupos com HAV contra as mulheres no site do Margens[32], o qual mapeou no país 312 ações. Esse mapeamento foi realizado pelo Prof. Dr. Adriano Beiras, Ms. Daniel Fauth Martins e Michelle de Souza Gomes Hugill (CEVID/SC), uma parceria entre o Grupo de Pesquisa Margens, Departamento de Psicologia/UFSC (www.margens.ufsc.br) e o COCEVID (Colégio de Coordenadores), entre essas, 25 grupos/iniciativas estão no Norte do país, 42 no Centro-Oeste, 54 no Nordeste, 65 no Sudeste e 126 no Sul, esses dados demonstram uma grande diferença do que se encontrava até o momento, na última pesquisa foram achadas 53 instituições, sendo que o maior número instalado na região Sudeste

[32] Disponível em: <https://margens.ufsc.br/publicacoes-tecnicas/mapeamento-nacional-das-iniciativas-programas-ou-grupos-para-autores-de-violencia-contra-mulheres/>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

(INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019), diferente da pesquisa atual.

Em 2020, ocorreu a pesquisa "Homens Brasil 2020", um mapeamento sobre iniciativas com a população masculina e/ou sobre masculinidades, realizada em conjunto pelo Instituto PAPAI, GEMA/UFPE, IFF/Fiocruz, UFPA, UFMT e Margens/UFSC[33], pode fazer com que tenhamos dados mais ampliados sobre a realidade brasileira. Benedito Medrado[34]apresentou alguns dados já levantados no estudo, entre o dia 01 e 30 de junho de 2020, houve 152 respostas de instituição que tem atividades ligadas à população masculina ou as masculinidades, 43% sendo sem fins lucrativos, 33% instituições públicas e 24% privadas, grande maioria iniciando suas ações a partir de 2017, sendo ligadas a atividades sobre violências de gênero e estudos de masculinidades e gêneros, 25 apresentaram como sendo grupos terapêuticos com homens, 22 grupos reflexivos com homens autores de violências e 18 grupos de estudos sobre masculinidades, grande maioria destas iniciativas estão nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Essas informações demonstram que atualmente, principalmente a partir dos anos 90, têm ocorrido maior visibilização das discussões em referência às desigualdades nas relações de gêneros e sociais, além de todas as violências que tais questões geram para uma parte da população. Foi o momento também que no Brasil se começou a pensar em responsabilizar os HAV, ou seja, envolvê-los no combate as violências contra as mulheres, fazendo com que façam parte dessa luta, além de romperem com os ciclos de

[33] Informações disponíveis em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdYG7OSkQ8QlQUyx9pScf-wLIlErG3Bp5LArOpQxeyoUvu-qA/viewform>. Acesso em: 21 de out. de 2020.

[34] Em apresentação no "*Simpósio Ubuntu Menengage Solo soyyo si también eres tú*", na conferência "*Estado de las Masculinidades de las Redes em LatinoAmérica y El Caribe: 'Experiencias em laRed de Acciones eInvestigacionescon Masculinidades en Brasil'*", no dia 02 de dezembro de 2020, entre 11min – 16min. Disponível em: <https://fb.watch/27XDvmwrMe/>. Acesso em: 02 de dez. de 2020.

violências e serem produtos e produtores de uma mudança social e cultural em relação às questões de gêneros (BEIRAS; NASCIMENTO, 2017).

É importante lembrar que as primeiras campanhas com envolvimento dos homens de maneira ativa no combate as violências contra as mulheres, exceto as atuações com grupos de homens, surgem após o "Massacre de Montreal", ocorrido em 1989, quando um homem de 25 anos matou quatorze mulheres, deixou outras feridas e logo após suicidou-se, em uma carta escrita momentos antes justifica o ataque devido às feministas estarem reescrevendo a história em favor das mulheres, como se fossem culpadas pelos homens estarem perdendo espaço. Uma ideia recorrente e que faz muitas pessoas atacarem o feminismo, é o pensamento errado de que o movimento seria para aniquilar os homens e/ou torná-los submissos, como se fosse o contrário do machismo. Após esse atentado foi criada a Campanha do Laço Branco (*White Ribbon Campaign*), que busca o combate às violências contra as mulheres a partir da atuação dos homens, que em sua maioria são os causadores de tais problemas (LIMA, 2008).

No Brasil, essa campanha se inicia em 2001 com o lema "Jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos diante dessa violência" [35], organizada pelo Instituto PAPAI, realizada no dia 6 de dezembro, quando ocorreu o massacre, uma forma de lembrar as vítimas e lutar para que mulheres não sejam mais assassinadas por serem mulheres (LIMA, 2008).

No ano de 2002 é iniciado, no Brasil, o Programa H[36], organizado pelo Instituto Promundo e outras organizações da sociedade civil, que se expandiu para mais de vinte países, com ações voltadas para jovens do gênero masculino, discutindo as relações de gêneros e as consequências da continuação de subjetividades masculinas rígidas e

[35] Disponível em: <http://lacobrancobrasil.blogspot.com/p/nossa-historico.html>. Acessado em: 07 maio 2019.
[36] Disponível em: <https://promundo.org.br/programas/programa-h/>. Acessado em: 07 maio 2019.

cristalizadas para os homens e mulheres (LIMA, 2008).Em Portugal, em 2010, o V Plano Nacional Contra Violência Doméstica propunha o trabalho com homens, entendendo uma necessidade de que haja mudanças de crenças socioculturais enraizadas, as quais dão a estes a ideia de que são superiores as mulheres, e por isso podem fazer o que desejam, além do fato destes trabalhos servirem também enquanto prevenção de novos atos violentos, o que já era pensado em outros países (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017).

4.2 Mapeamentos na América Latina

Apresentaremos, neste tópico, diversos programas que atendiam/atendem HAV que foram mapeados por pesquisadoras/pesquisadores brasileiras/brasileiros, que realizaram entrevistas por volta de 2006, com inúmeras pessoas que eram facilitadoras e/ou coordenadoras de tais programas e as publicaram no livro "Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas" organizado por Maria Juracy Filgueiras Toneli, Mara Coelho de Souza Lago, Adriano Beiras e Danilo de Assis Climaco. Este material é usado como dispositivo para conhecimento de como se deu e se estruturam as iniciativas de atendimento a HAV na América Latina e verificar as aproximações com as propostas no contexto brasileiro.

O México é um dos principais países da América Latina quando se trata de programas para HAV, existem diversas instituições que atuam na área, algumas cobram uma taxa para manutenção e outros são gratuitos. Alguns dos grupos que se encontravam na capital em 2006, Cidade do México, eram *Corazonar* de Francisco Cervantes, *Movimiento de Hombres por Relaciones Equitativas y Sin Violencia* (MHORESVI) e *Alternativas para La Equidad y La Diversidad* e *Hombres por La Equidad A.C.*, esta última tem como um dos criadores Roberto Octavio Garda Salas (BEIRAS, 2010a).

Salas tinha como profissão economia, trabalhava em um banco e tinha inclinação por partidos comunistas e socialistas do México. Quando sua filha nasceu sentia muita vontade de falar sobre o acontecido e acabava sendo reprimido por colegas, com a justificativa que não era um comportamento de homem, o entusiasmo com a paternidade não era permitido e isso lhe gerou um dilema, foi quando começou a procurar grupos sobre paternidade ou de homens, mas não achou nenhuma iniciativa neste sentido, e acabou se deparando com o *Centro de Intervención com Hombres e Investigación sobre Género y Masculinidades, A.C* (*CORIAC*), a princípio não se identificou, mas foi encorajado a continuar, depois de um tempo participando foi convidado para trabalhar na instituição. Fazia dois anos que a iniciativa de *CORIAC* havia sido criada por um grupo de amigos quando Salas se tornou membro da instituição, momento também em que essa passava por uma transformação, passando a ter financiamento e com isso um organograma e uma estrutura interna (BEIRAS, 2010a).

Iniciou seu trabalho no *CORIAC* na parte administrativa, e depois de um tempo passou a coordenar os grupos. Passou a viajar pelo mundo para conhecer outras iniciativas na área, e começou a perceber os "privilégios" (viagens, receber para realizar workshops, aparecer em meios de comunicação em massa, confiança das mulheres no trabalho, entre outros) que se tinha enquanto homem e "trabalhador" por atuar em um programa que visava o combate às violências contra as mulheres, e o quanto de responsabilidade esse projeto tinha, pois era visto como uma forma de que os homens fossem "mudar", tudo isto era tido como "natural". Outra preocupação era com a capitalização dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres, ou seja, a transformação do trabalho social, ético e político em um negócio (BEIRAS, 2010a).

Uma outra questão que afastou Salas de *CORIAC* foi acreditar que as/os facilitadoras/facilitadores tivessem uma postura ética com as/os

trabalhadoras/trabalhadores do projeto, com o grupo e individual, que refletissem sobre suas condutas, pensamentos e comportamentos no grupo e fora dele. Esse pensamento se assemelha as ideias de Foucault (2010) a respeito do cuidado de si, quando o autor aponta a necessidade de um olhar para si para que se possa cuidar do outro, uma escolha ética e política, o que Salas cobrava dos facilitadores e das facilitadoras (BEIRAS, 2010a). Além disso, questionava a não utilização por parte das/dos facilitadoras/facilitadores das cartilhas, apostilas e materiais na hora de realizarem os encontros, fazendo com que atuassem de maneira improvisada, não tendo um padrão de qualidade, ou uma estrutura sólida em todos os grupos (BEIRAS, 2010a).

Outra questão para o afastamento de Salas de *CORIAC* tinha relação com o enfoque teórico, prático e metodológico do programa. Para ele os grupos deveriam ter como base as perspectivas de gêneros, as lutas e estudos feministas, fazendo crítica a cristalização da masculinidade, discutindo as violências contra as mulheres por uma visão social e política, o que não se tinha mais em *CORIAC* em seu final, pois estavam tendo enfoque terapêutico em seus grupos, individualizando os atos violentos, focando em questões emocionais (BEIRAS, 2010a).

Outra preocupação de Salas é em relação à aliança que os trabalhos com homens fazem com os próprios participantes, esquecendo que estes projetos precisam estar alinhados com as mulheres, com a proteção delas, assim como devem se engajar aos movimentos LGBTQIA+, das populações indígenas, pretas e tantas outras que sofrem com as relações de poder desiguais em nossa sociedade (BEIRAS, 2010a).

Salas aponta que ao conhecer os diversos modos de intervenções com homens percebeu que havia trabalhos que se focavam em uma variável do "problema", como exemplo, as identidades masculinas, a paternidade, responsabilização, entre outras, porém em sua visão as violências perpassam todos esses pontos, existe uma interseccionalidade,

então todas essas variáveis precisam ser discutidas nos grupos com HAV, pois estes homens são atravessados por diversas linhas em seus processos de subjetivação, deste modo as intervenções precisam ser ampliadas, fugindo do modelo punitivo que "olha" para estes homens apenas como "violentadores" e "agressores", não caindo na estigmatização e gerando mais violências (BEIRAS, 2010a).

O entrevistado de Beiras (2010a) complementa a importância do conhecimento, por parte das/dos facilitadoras/facilitadores, sobre os discursos feministas e principalmente do entendimento das relações de poder que regem a vida em sociedade. O que para ele deveria embasar os trabalhos nesse tema, pois a desconstrução das masculinidades que acabam por ser violentas e dominantes perpassa pela problematização das relações desiguais de poder, então essa discussão é imprescindível nos programas com HAV, entendo que as violências contra as mulheres e as desigualdades de gêneros fazem parte dos jogos de manutenção de poder (BEIRAS, 2010a). Uma problematização feita por Foucault (2015) coloca que nossos comportamentos, pensamentos e ações sofrem interferências direta e indiretamente das tecnologias de poder, como o biopoder e biopolítica. A primeira centrada no corpo como máquina, o adestramento e a criação de modos para tirar todo potencial das pessoas para o trabalho, e de forma conjunta se montou estratégias de controle da população, regulando como se deve viver, mantendo sobre os olhares do Estado a saúde da família, escolarização, trabalho, alimentação, sexualidade e outras áreas da vida, o que foi denominado de biopolítica (FOUCAULT, 2015).

Esse controle da população é uma das variáveis que levam as violências contra as mulheres, pois tais tecnologias aliadas ao dispositivo de sexualidade, machismos e misoginias acabam por mantê-las submissas aos homens, continuam as enquadrando como frágeis e sujeitas do lar, naturalizando e diminuindo seus corpos e vidas, os

colocando enquanto dominantes/donos de todas as fêmeas, como se essas fossem objetos, desumanizadas (FOUCAULT, 2015; RUBIN, 1975). Por essas questões se faz tão importante o trabalho sobre as relações de poder com os homens, para que as mudanças sejam sociais, coletivas e não apenas individuais e/ou focadas em apenas um traço do problema.

Então, para o economista mexicano se faz necessário sistematizar uma metodologia de atuação com grupos de homens, e depois quando for necessário realizar alterações justificadas, para que se consiga fazer trabalhos coesos e que tal atuação possa ser fomentada em outros territórios. Além dessas questões, as instituições deveriam construir cartilhas com princípios éticos de atuação, criando laços de apoio com as feministas, movimentos LGBTQIA+, entre outros grupos. Outro apontamento feito é a necessidade de problematizar as relações de poder e pensar a coalizão com as mulheres, para isso é necessário realizar treinamentos com as/os facilitadoras/facilitadores para que possam ser preparadas/preparados de maneira teórica e prática. Para Salas homens e mulheres podem atuar como facilitadoras/facilitadores, e que grupos com HAV podem funcionar sem o caráter terapêutico, com foco no social e político, mas também pode se existir alianças com terapias através de encaminhamentos, fora dos grupos (BEIRAS, 2010a). Em sua nova instituição:

> O objetivo principal desta [*Hombres por la Equidad*] organização é realizar ações para a prevenção, a atenção e a erradicação da violência de gênero, particularmente atividades de investigação, de atenção e de prevenção, dirigidas a homens sobretudo. Para ensinar novos modelos de masculinidade ou para realizar uma crítica a modelos tradicionais de masculinidade e de formas de ser homem. (BEIRAS, 2010a, p. 83, tradução nossa).

A associação *Hombres por La Equidad* tinha objetivos mais ampliados e tendo como principal foco o atendimento a HAV. Para Salas essa nova instituição, a qual criou, estava retomando as raízes e objetivos iniciais de *CORIAC*, pois para ele muito dos princípios haviam se perdido (BEIRAS, 2010a).

Também no México, Manuel Fuentes Pangtay após participar de um curso sobre masculinidade no programa *Salud y Género* foi convidado para formar o primeiro grupo de homens renunciando a sua violência na mesma instituição, na Cidade do México. Passou pela capacitação do grupo *CORIAC*, apesar disso optou por utilizar métodos próprios e em alguns momentos se alinhando a outras instituições. Pangtay se formou em Antropologia, tornou-se especialista e mestre em Psicologia Comunitária e doutor em Saúde Mental Comunitária (BEIRAS, 2010b).

Seu interesse era pela problematização de comportamentos e pensamentos que são dados como "naturais", os quais não são pensados e discutidos, levando a alienação e normatização. Para o antropólogo a atuação com masculinidades e violências se encaixa nessa questão, de trazer à tona para estes homens que existem outras possibilidades de ser e existir, e que essa mudança só é possível através do enfrentamento das emoções. Essas questões também eram trabalhadas entre os facilitadores, os quais eram somente homens devido à metodologia utilizada pela instituição, de estarem também revisando seus comportamentos e renunciando as violências (BEIRAS, 2010b).

O grupo realizado pela *Salud y Género* não tinha caráter terapêutico, os facilitadores eram voluntários e os participantes encaminhados por terapeutas, Ministério Público e outras instituições do Estado, porém, ainda sim havia dificuldade de chegarem e permanecerem nos grupos. Para Pangtay, a violência física está muito relacionada com o fator econômico, em sua experiência alguns homens deixam de participar dos grupos e de cometer a violência quando conseguem empregos (BEIRAS, 2010b). Contudo essa é uma das linhas que atravessam as violências contra as mulheres, juntamente com a questão econômica estão também pensamentos e comportamentos social e culturalmente construídos.

Na Argentina o grupo que ocorre em Córdoba tinha como objetivos acabar com a violência, responsabilizar as pessoas que cometem violências contra as mulheres por suas ações, discutir sobre emoções e comportamentos, modo de controlar impulsos agressivos, criar espaço para expressão de sentimentos e discussões de novas possibilidades de masculinidades e feminilidades. Para isso eram utilizados procedimentos para reestruturação cognitiva, técnicas de autocontrole e relaxamento, e existia o trabalho com o método da psicodinâmica para expressão de sentimento e experiências. Os grupos eram para homens e mulheres que exerciam e sofriam violências, com caráter psicoeducativo, terapêutico e assistencial, era realizado por uma organização governamental que atuava com HAV desde 2004, quando houve a entrevista tinham como coordenadora Emma Lucía García, que é graduada em Serviço Social e trabalhava há mais de 20 anos na área da violência e o facilitador Edgar Rinaudo, psicólogo (BEIRAS, 2010c).

A maioria dos participantes dos grupos de Córdoba eram heterossexuais e de classe baixa e média. Estes chegavam encaminhados, em grande parte, pelo poder judiciário. A abordagem utilizada era do modelo ecológico, o qual entende a violência a partir de diversas variáveis como família, o social e cultural. O programa tinha duração de seis a doze meses, com encontros semanais de uma hora e meia (BEIRAS, 2010c).

Garcia e Rinaudo eram, também, responsáveis pelo treinamento e capacitação de outros grupos no interior da Argentina. Para ser uma/um facilitadora/facilitador acreditavam que era necessário saber se comunicar, ter conhecimentos sobre questões relacionadas as violências, principalmente com base nas teorias de gêneros e rever as próprias questões pessoais sobre a temática. As principais dificuldades que tinham eram a falta de reconhecimento e o descrédito por parte das pessoas que cometem a violência ao entrarem nos grupos, mas por outro lado, tiveram reconhecimento interinstitucional

por parte da área judiciária e as reabilitações de homens violentos por fazerem parte de um órgão estatal não tiveram dificuldades financeiras (BEIRAS, 2010c).

Marta Inés Lucioni é graduada em Psicologia, especialista em Violência familiar e estudiosa das questões de gêneros. Trabalhava com grupos de HAV desde 1994, chamados de "*Grupos Psicoeducativos de La Conducta Violenta*", em *Buenos Aires* na Argentina. Os encontros do grupo eram semanais, em média com dez homens, estes eram encaminhados por juízas/juízes, mas não se tinha uma lei na Argentina que os obrigassem a participar, alguns procuravam o atendimento por estarem passando por problemas com as parceiras e essas exigiam que participassem e alguns poucos procuravam de forma espontânea. Neste programa se tinha uma mulher facilitadora e um homem facilitador por acreditarem na importância dos HAV ouvirem como uma mulher pensa a respeito das violências, algo que "normalmente" não fazem. Como avaliação faziam contato com as parceiras dos participantes para terem informações sobre a relação do casal (ARAÚJO, S. A., 2010).

O objetivo dos *Grupos Psicoeducativos de La Conducta Violenta* era acabar com a conduta violenta, que os participantes pudessem aprender a resolver seus problemas sem violência e se responsabilizassem por seus atos. Com isso, aprendiam no primeiro nível a identificar um estado de pré-violência para que conseguissem controlar suas ações, em um segundo momento o trabalho era feito pensando individualmente cada sujeito, em sua singularidade. O grupo era frequentado por homens entre 25 e 50 anos de idade, de diversas classes sociais, porém, pessoas com maior poder financeiro acabavam por buscar atendimento particular; segundo a entrevistada existia muita evasão de participantes, principalmente quando conseguiam o perdão das parceiras, devido as desistências o grupo era aberto, mas para Lucioni o ideal é que fosse fechado, com maior comprometimento (ARAÚJO, S. A., 2010).

Já para Marcos Antonio Moreno García, os grupos funcionariam melhor se fossem por demanda espontânea, e os horários e locais também são variáveis importantes de serem pensadas, pois se acontecer em horário comercial, muitos participantes não conseguem comparecer devido ao trabalho. García se formou em Serviço Social, era professor do ensino primário e secundário, como também servidor público do Ministério da Saúde de Honduras, por conta desse segundo cargo em 1997 passou por capacitação para atuar junto a HAV, pois havia sido implantada em seu país a lei de combate à violência doméstica, a qual promulgou o trabalho de ressocialização com HAV (BEIRAS, 2010d).

Os grupos tinham como primeiro objetivo cumprir a lei de combate à violência doméstica, em outro momento desconstruir a cultura machista, sexista e do patriarcado existente nos participantes. Para o entrevistado deveria existir o trabalho individual com estes homens, mas por não ter material humano acabava por trabalhar em grupos, às vezes com mais de 20 participantes (BEIRAS, 2010d).

Os grupos coordenados por García eram fechados, a ideia era que todos pudessem se "desenvolver" no mesmo ritmo, heterogêneos, tendo participantes de todas as idades e classes sociais, e de caráter reeducativo, embasado nas teorias sociológicas, psicológicas e psiquiatras, buscando realizar discussões para igualdade de gêneros. O programa tinha como referência o grupo *Coriac* do México, mas com modificações devido às questões regionais, uma delas era a realização de um evento ao final para socialização dos participantes e suas famílias, outra era o trabalho com os filhos e as filhas destes homens, como forma de prevenção, e a avaliação ao final do processo era feita através de um jogo inventado por García (BEIRAS, 2010d).

Segundo García, para ser uma/um facilitadora/facilitador é preciso estar comprometida/comprometido com o projeto, sempre estudando, se preparando e não ter

vícios em cigarro, drogas e outros, e/ou comportamentos que possam ser prejudiciais. As dificuldades que enfrentavam para a realização dos grupos era a falta de apoio do Ministério da Saúde, de funcionárias/funcionários e estrutura, o que conseguiram foi através do legado deixado por cada grupo realizado. Entre os avanços, apontou sua melhora como pessoa e da relação familiar, e a mudança de comportamentos dos participantes. Em paralelo ao grupo com HAV ocorriam outros trabalhos com mulheres que sofreram violências, e seus filhos e suas filhas, com o objetivo de recuperar a autoestima dessas, mostrar seus direitos e emponderá-las, mas para García deveria se fazer mais atividades de prevenção, o que não conseguiam devido à falta de recursos humanos para organizar (BEIRAS, 2010d).

Também em Honduras, Edmundo Perez Ruiz atuava como assistente social e tinha contato com o *Comité Hondureño de Mujeres Por la Paz-Visitacion Padilla*, devido a essa experiência foi convidado para trabalhar com grupos com HAV, a partir das teorias de gênero, em 1995. Passou por treinamentos e capacitações a partir de instituições que atuavam com essa temática na Costa Rica. Em 1997, como apontado acima, houve surgimento da Lei Contra a Violência Doméstica no país, o que levou essa discussão para área de saúde pública, estabelecendo o trabalho de reeducação de HAV e os obrigando a permanecerem por no mínimo três meses em aconselhamento familiar e/ou grupos reflexivos (BEIRAS, 2010e).

Nos grupos organizados por Ruiz os HAV precisavam pagar um valor pequeno por cada encontro e quando não podiam eram isentos, participavam de seis a doze meses. Não existia avaliação ao final da participação devido à falta de estrutura, somente era atestada a presença da pessoa ao longo do tempo determinado. Os homens eram em sua maioria encaminhados por ordem judicial, mas para Ruiz o ideal seria que a procura fosse

espontânea, com isso haveria menos resistências para se discutir a renuncia ao poder e a violência (BEIRAS, 2010e).

O grupo era em formato aberto, para que se pudesse existir trocas de experiências entre os que já estavam há mais tempo e os mais novos, eram encontros de duas horas semanais. O programa funcionava a partir de cinco etapas, a primeira era a aceitação da realidade, daquilo que são e fizeram, e o reconhecimento da violência cometida; a segunda tratava-se de repensar sobre o comportamento violento ocorrido e em seguida pensar em como esse dano poderia ser reparado; a quarta etapa era a busca pelo bem-estar espiritual, o autoconhecimento e terminava com problematizações sobre as mudanças sociais, lutas contra o machismo e sexismo. O programa partia da ideia de psicoeducação, com questionamentos filosóficos sobre o sentido da vida (BEIRAS, 2010e).

Para Ruiz, as/os facilitadoras/facilitadores precisavam ter conhecimento sobre as relações de gêneros, terem revisado as próprias crenças em relação às masculinidades e ao patriarcado, e atuar com base no respeito aos direitos humanos. Grande parte das/dos facilitadoras/facilitadores dos programas em Honduras eram graduadas/graduados em Serviço Social, mas essa não era uma grande preocupação. As dificuldades encontradas era a falta de materiais e número pequeno de pessoas na equipe (BEIRAS, 2010e).

A organização *Save the Children Noruega* se instalou em Nicarágua no ano 1987, foi responsável por criar programas para proteção de crianças vítimas da guerra civil que houve nos anos 80 no país, ajudou também na luta pelo direito a educação e no trabalho contra violência e proteção de crianças. Era uma organização internacional e grande parte do trabalho era dar suporte para organizações da sociedade civil que faziam programas voltados ao combate às violências. O trabalho com homens a respeito das violências e masculinidades estava no início quando Oswaldo Montoya concedeu entrevista para Beiras (BEIRAS, 2010f).

Os trabalhos desenvolvidos pela instituição em larga escala tinham como participantes mulheres, poucos homens chegavam ao programa, então viram a necessidade de convocar esses homens para que pudessem refletir sobre as violências e masculinidades, pois eram aspectos que poderiam atrapalhar o desenvolvimento de seus filhos e suas filhas. Com isso iniciou-se a construção de oficina para discutir a produção de subjetividades de homens e mulheres, com ênfase no processo de normatização das masculinidades, no qual coloca os homens como dominantes e os fazem reprimir comportamentos e sentimentos, o objetivo era demonstrar que outras masculinidades eram possíveis, principalmente as não violentas (BEIRAS, 2010f).

O contato de Montoya com os estudos de gêneros foi ao final da graduação no trabalho de conclusão de curso, no qual discutiu questões relacionadas às desigualdades de gêneros, se interessou pelo assunto e no mestrado nos EUA teve contato com o grupo *Emerge*, no qual atuou como facilitador em grupos com homens latinos que falavam em espanhol. Para Montoya grupos com HAV devem receber aqueles que buscam de forma espontânea e os que são encaminhados pelo sistema de justiça, com a ideia que assim se tem menos desmotivação, menos desistência dos que vão obrigados; e ajuda a ter mais constância daqueles que procuram por desejo próprio (BEIRAS, 2010f).

Para o psicólogo nicaraguense, seguindo o modelo do programa *Emerge*, o ideal era que se tenha um homem facilitador e uma mulher facilitadora, fazendo com que os participantes comecem a ter outra forma de se relacionar com mulheres e porque essas conseguem trazer outros olhares a respeito das masculinidades. Outra questão importante é que facilitadoras/facilitadores tenham cuidado a respeito das relações de poder que podem exercer sobre os participantes e que passem por processo de análise individual. Aponta também que os programas com HAV devem ser parte de uma grande política

pública de combate às violências, não podem ser isolados e trabalhar de forma individual, tem que haver trabalhos em conjunto com outros setores (BEIRAS, 2010f).

Como apontado acima, Nicarágua passou por uma revolução civil entre os anos 70 e 90 do século passado, na qual a classe trabalhadora começou a se defender das opressões que sofriam. Ao fim desse cenário, houve transformações sociais, políticas e econômicas no país. Nesse momento, a preocupação com o bem-estar social aumentou e começaram a efetivar diversas políticas de assistência à população, sendo por organizações governamentais e da sociedade civil. Um desses trabalhos foi do pesquisador Montoya sobre a violência doméstica contra as mulheres, algo que estava sendo pensado já pelo movimento das mulheres, a questão da desigualdade de gêneros, mas que não era um tema que se discutia entre homens. Muñoz, ainda quando estudante de medicina foi convidado por Montoya para participar de um grupo com homens, em 1993, para se discutir o que é ser homem, as relações de poder e sexualidades (BEIRAS, 2010g).

Muñoz coloca que não tinha consciência da relação entre masculinidades e violências contra as mulheres, que via sua irmã sendo agredida e não intervia por ser algo entre ela e o marido, com a participação no grupo conseguiu construir conhecimentos a respeito das violências, as relações de poder e sexualidades. Após um ano com essas discussões, pegando o embalo da proposta de lei que visava criminalizar as violências domésticas no país, deu início junto a Montoya a um grupo para discutir a lei de combate às violências domésticas, no qual tornou-se coordenador. Pós-revolução muitas pessoas que trabalhavam na área rural foram morar na cidade em busca de oportunidades, e se concentravam em grandes acampamentos/vilas, então Muñoz e seu grupo de discussão tiveram a ideia de fazer oficinas com homens destes acampamentos, o tema era violências e sexualidades, a partir do primeiro encontro outros temas surgiram, e houve um impacto

inicial sobre a questão da violência sexual, pois para muitos dos participantes havia o desconhecimento a respeito dos tipos de violências e o que era tido como “normal” eram na verdade violências (BEIRAS, 2010g).

Após esse período, Muñoz ajudou a fundar a *Asociación de Hombres Contra La Violencia* em 2000, recebiam diversos financiamentos externos, privados, e tinham como base as diversas experiências que seus fundadores e suas fundadoras tiveram em outras instituições e dos grupos com homens que tinham antes da formação da associação. Os grupos eram educativos, de sensibilização e com base no feminismo, ocorriam em comunidades e os participantes eram convidados. A ação era embasada na discussão da construção social a qual os homens são muitas vezes reféns, mas que a mudança, a soltura das amarras dependeria de suas ações. Além dessa questão, era discutido sobre IST’s e aborto, acreditavam que era importante que os homens estivessem alinhados as lutas das mulheres e de todos os seres humanos (BEIRAS, 2010g).

Para Muñoz, para ser um bom facilitador e uma boa facilitadora é necessário que se tenha trabalhado questões internas com relação às masculinidades, violências e sexualidades, porque precisam ser exemplos para os participantes do grupo, além de estar sempre acompanhando os estudos na área, conhecer o que será discutido, mas que não se apresentem em posição superior, as/os facilitadoras/facilitadores precisam se conectar com os participantes, ou não conseguem ter mudanças, segundo o entrevistado (BEIRAS, 2010g).

Em Lima, no Peru, o *Programa Hombres Que Renuncian a Su Violencia* (PHRSV) se baseava e tinha como apoio o programa de *CORIAC*, o caráter era reeducativo, tendo como principal objetivo a interrupção das violências contra as mulheres por parte das pessoas que as cometem, depois a luta pela equidade de gênero e discussão de outras possibilidades de masculinidades não violentas. O grupo atendia

homens que cometeram violências contra mulheres, mas para Miguel Angel Ramos Padilla poderia/deveria receber todos os interessados, pois de algum modo e em algum momento da vida os homens acabam por cometer algum tipo de violência contra as mulheres e não tem essa percepção. O grupo era frequentado principalmente por HAV, com idade entre 30 e 40 anos e participavam de maneira espontânea, homens que queriam parar com suas agressões e aqueles que desejavam rever suas masculinidades, preocupados com as violências contra as mulheres e como ser "homem" (CLÍMACO, 2010a).

Segundo Padilla, o local em que os encontros são realizados é importante para se ter maior participação, quando o *PHRSV* acontecia em um local afastado e de difícil acesso não conseguiam participantes, quando foram para o centro da cidade tiveram maior adesão. Não existia no Peru em 2006 suporte jurídico para fazer com que os HAV fossem obrigados a participar deste tipo de iniciativa, não se tinha aparato para controle, algo que achou no Chile e Argentina, por isso que não houve alinhamento com o poder judiciário. A divulgação se dava através de entrevistas em rádios, emissoras de televisão e jornais, e pela divulgação do programa em diversas instituições de saúde, assistência social e judiciária (CLÍMACO, 2010a).

A Ford foi uma das primeiras apoiadoras do programa, dando condições para que Padilla pudesse conhecer grupos HAV em países da América, depois tiveram financiamento pequeno de outras instituições para divulgação e apoio de prefeituras que cediam locais para realização dos encontros. Após as visitas a diversos modelos de grupos resolveu se basear no método de *CORIAC* por atuarem pensando questões subjetivas, emoções e sentimentos de cada participante, não focando em metodologias educativas, com o pensamento de ir além do enfretamento as violências. O *PHRSV* tinha como base teórica os estudos de gêneros com ênfase nas discussões sobre masculinidades, partindo

da ideia de que os homens não são um grupo homogêneo, que existem diversas possibilidades de masculinidades. Para Padilla quando se atua com HAV se faz necessário discutir relações de poder, a necessidade de dominação para se provar "macho" e a internalização da homofobia devido ao medo de perder o poder (CLÍMACO, 2010a).

De acordo com Padilla, para tornar-se uma/um facilitadora/facilitador se faz necessário participação no programa para renunciar a suas próprias violências, o que é o principal, a parte teórica seria mais simples e rápida, indo de encontro com o que apontou Salas, da imprescindibilidade do cuidado de si (BEIRAS, 2010a; CLÍMACO, 2010a). Além disso, seria necessário se comunicar bem e ter empatia com a/o outra/outro. Dentro do *PHRSV* as/os coordenadoras/coordenadores de grupos não eram pagas/pagos, faziam de forma voluntária (CLÍMACO, 2010a).

O *PHRSV* funcionava, assim como *CORIAC*, com três níveis, cada qual com duração de quatro meses, no primeiro o objetivo era parar com as violências, para isso os participantes precisavam reconhecer seus sinais cognitivos, emocionais e corporais, identificando o momento que estariam prestes a cometer a agressão, e assim se retirando do ambiente para se "acalmar". No segundo nível os objetivos eram discernir os sentimentos e emoções que sentiam com as violências e inúmeras possibilidades de ser homem, não existindo apenas uma masculinidade, fechada e cristalizada, o que ajudava a pararem de culpar as mulheres pelas violências que praticavam. No último nível, se problematizava a equidade de gêneros e as relações de poder desiguais (CLÍMACO, 2010a).

Em pesquisa realizada pelo *PHRSV*, grande parte dos homens que estiveram no programa disseram ter sido positiva a participação no grupo, fazendo com que tivessem mudado seus comportamentos e não haviam mais cometido violências. Apesar desses dados positivos, Padilla apontou a necessidade de acompanhamento destes participantes

após os grupos, monitoramento constante e muitas vezes realização de grupos paralelos para os que terminam todas as etapas (CLÍMACO, 2010a).

Christian Eloy Guzmán Mazuelos participou e tornou-se facilitador no *PHRSV*, antes graduou-se em Psicologia e ingressou no departamento de Psicologia Forense da polícia no Peru, a maior parte dos casos que atendia era de violências contra mulheres causadas por seus companheiros, por não ter tido conteúdos sobre gêneros na faculdade, seu olhar a princípio para esse tema era a partir da Psicologia Clínica e Criminologia Clássica, mas percebeu que não davam conta do que era dito pelas mulheres que atendia, então teve os primeiros contatos com as discussões sobre as relações de gêneros. Com isso realizou duas pesquisas sobre violências em diferentes locais, com o objetivo de discutir as violências sofridas e cometidas por homens adultos e meninos, depois teve conhecimento do *Programa Hombres que Renuncian a su Violencia* (*PHRSV*) através da internet e panfleto. Seu interesse no grupo foi devido ter como base teórica a psicodinâmica, a qual estabelece a importância do terapeuta trabalhar questões internas sobre assuntos que vai atuar, então entrou no grupo como usuário em 2004 e terminou os três níveis em 2006, antes de terminar começou a atuar como facilitador (CLÍMACO, 2010b, 2010c).

Quando iniciou sua participação no *PHRSV,* Mazuelos não se sentia pertencente ao grupo, não tinha consciência que poderia exercer agressões contra sua esposa, após alguns encontros conseguiu identificar as violências emocionais que cometia. Essa questão ocorre com grande parte dos homens, por desconhecimento e/ou mecanismos de defesa, fazendo com que se distanciem da imagem da pessoa que comete agressões, algumas vezes por não terem conhecimento sobre os diversos tipos de violências existentes e por medo de enxergarem em si aquilo que abominam. A participação no *PHRSV* o fez se conscientizar sobre as violências que cometia e sofria, também ajudou a

entrar em contato e expressar suas emoções, enquanto usuário sentiu falta de um trabalho mais individual, não era o objetivo do programa, mas acreditava que poderia agregar, pois muitas vezes não conseguia expressar em grupo o que estava passando internamente (CLÍMACO, 2010b).

O psicólogo expressou à dificuldade em intervir com pessoas que cometem violências, a princípio parece simples o objetivo de fazer com que se responsabilizem e se conscientizem, mas no final é difícil e em alguns momentos frustrantes. Colocou que em determinados momentos atuava como facilitador em grupos de formação de facilitadoras/facilitadores fazendo diversos encontros para discussão sobre outros programas que atendiam essa demanda, buscando mapear as diversas estruturas e com isso se atualizarem, além de discutir conceitos de gêneros e violências, problematizavam os relatos de violências exercidas por estas/estes participantes, usando o grupo para reflexão individual, e discussão do manual da/do facilitadora/facilitador. Nestes encontros discutiam como poderiam melhorar/atualizar o programa, a partir, principalmente, dos critérios de qualidade elaborados pelo "Grupo 25" da Espanha (CLÍMACO, 2010c).

Segundo Mazuelos, para tornar-se facilitadora/facilitador seria necessária uma análise individual sobre as violências de gêneros e ter conhecimento teórico sobre as discussões de gêneros e sexualidades, com ênfase nas masculinidades. Não seria necessário ser psicóloga/psicólogo para atuar em programas com HAV, mas para ele é preciso apoio psicológico e muitas vezes a realização de encaminhamentos (CLÍMACO, 2010c).

As principais dificuldades encontradas pelo *PHRSV* eram de ordem financeira, não tinham investidoras/investidores, a formação das/dos facilitadoras/facilitadores era lenta, e não conseguiam monitorar a segurança das mulheres que haviam sofrido

violências dos homens que participavam dos grupos, não tendo conhecimento se estava sendo eficaz o trabalho. Entre os avanços apontou maior visibilidade do programa, com isso houve aumento da demanda e novas alianças e projetos com instituições públicas e de mulheres (CLÍMACO, 2010c).

No levantamento realizado no livro organizado por Toneli et al. (2010b), cartografou-se que grande parte dos grupos são organizados por iniciativas da sociedade civil, financiados por organizações internacionais, por seus próprios trabalhos e algumas poucas pelo Estado, mas quase todas apontaram dificuldades financeiras como grande problema. Não se tem muita preocupação por parte das/dos governantes em criar políticas públicas que atuem no sentido de trabalhar com os HAV, o que se produz é mais encarceramentos. Vale ressaltar, como apresentado no início do capítulo, no Brasil os grupos com homens autores de violências contra as mulheres têm sido realizados em sua grande maioria com parcerias de instituições públicas, mas também muito por iniciativas individuais e territoriais, não sendo parte de um programa nacional de combate às violências contra as mulheres (INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019).

Grande parte dos programas mapeados não havia profissionais de Psicologia e segundo os entrevistados e as entrevistadas não se tinha uma preocupação com a formação da/do facilitadora/facilitador, porém, apesar da base teórica ser variável entre os grupos, a maioria partia de leituras sobre gêneros e sexualidades, com base nos estudos feministas, mas também se atuava com abordagens teóricas tradicionais na área "psi", como psicanálise, Gestalt e teoria sistêmica, o que nos dá indícios de como os saberes psicológicos estão sendo utilizados nessas iniciativas. A maioria apontou a necessidade das/dos facilitadoras/facilitadores terem revisado seus conflitos internos a respeito das

violências que exercem e sofrem, compromisso com o cuidado de si antes do cuidado com a/o outra/outro (TONELI et al., 2010c).

Também eram diversas as metodologias adotadas em cada programa, sendo de grupos com no mínimo um ano de participação, aos que trabalhavam com prazos mais curtos de três meses (TONELI et al., 2010c). Não há uma homogeneidade nos trabalhos em grupos com HAV, depende muito de como surge às iniciativas e as leituras prévias de suas/seus coordenadoras/coordenadores. Apesar de se fazer mais de dez anos que algumas entrevistas foram realizadas as informações passadas sobre funcionamento dos programas vêm de encontro com o que se pontua em grande parte das cartilhas e estudos atuais, como será visto posteriormente.

4.3 Grupos com homens autores de violências contra as mulheres no Brasil

No Brasil, uma das instituições pioneiras no trabalho com HAV foi o Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais (Instituto Noos), atuando com base na Teoria Sistêmica, a qual tem como abordagem as relações sociais, da pessoa com o meio, ao contrário da Psicanálise Freudiana, que tem sua base de atuação em questões intrapsíquicas. O Instituto Noos foi construído no Rio de Janeiro, como apontado no início do capítulo, para atendimentos com famílias e grupos de gêneros, buscando acolher o máximo de pessoas possíveis, não priorizando atendimentos individuais e de alto custo (BEIRAS, 2010h).

Com o decorrer do tempo e os inúmeros atendimentos realizados com famílias, identificaram demandas relacionadas a diversos tipos de violências entre cônjuges, familiares, contra crianças, adolescentes e idosas/idosos, foi quando iniciaram os grupos reflexivos com homens e depois com mulheres. O objetivo do programa era a desconstrução dos padrões de masculinidades e das relações de gêneros, pautados na

dominação masculina e inferiorização da mulher, tais temas surgem, também, das vivências dos autores enquanto homens e pais, com o incômodo de terem que reproduzir papéis que não desejavam, de insensíveis, duros, fortes e provedores. Em um primeiro momento os participantes eram encaminhados pelo judiciário, com a divulgação do trabalho algumas instituições de saúde e assistência social também passaram a direcionar pessoas para participarem dos grupos, e tinham as demandas espontâneas (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; BEIRAS, 2010h).

Os grupos reflexivos organizados pelo Instituto Noos partiam da ideia de que as violências contra as mulheres não são apenas questões individuais, e sim uma patologia que o homem tem e por isso comete tais atos, e são comportamentos com variáveis múltiplas, sendo seus aspectos particulares, culturais, sociais e históricos, por essa questão que não eram grupos terapêuticos, mas reflexivos de gêneros. Os grupos funcionavam com 20 encontros semanais, com média de duas horas de duração, com oito a dez participantes e dois facilitadores (no início atuavam apenas com homens na facilitação), as regras sobre faltas e atrasos eram acordadas pelo grupo e era feito um pacto de não violência (BEIRAS, 2010h).

As temáticas trabalhadas eram discutidas e pensadas nos primeiros encontros, construídas no grupo, tendo como questões a paternidade, sexualidades, relações familiares, masculinidades, relação com as mulheres e trabalho. Após a escolha dos temas eram realizadas dinâmicas, “disparadoras de conversa”, modo de fazer com que os participantes se conhecessem e começassem a se soltar. Quando a entrevista foi realizada, em abril de 2006, o instituto conseguia colocar em prática um grupo por vez, devido a questões de financiamento, que era a maior dificuldade da instituição, momento em que tinham parceria firmada com a prefeitura, a qual cedia o local para realização das atividades (BEIRAS, 2010h).

Segundo Zuma, eram poucos os homens que deixavam o grupo após participarem dos primeiros encontros, e alguns após a participação queriam retornar, por isso a metodologia foi modificada, a cada três encontros fechados se realizava um aberto para participação de ex-integrantes, fazendo com que continuassem tendo vínculo com o instituto. Apesar de terem uma metodologia registrada/documentada essa não era rígida/dura, poderia variar conforme o grupo necessitava e os facilitadores que coordenavam (BEIRAS, 2010h). Vale ressaltar que o Instituto Noos ao longo do tempo foi modificando sua metodologia, e em 2016 publicaram seu novo método, o qual iremos apresentar e discutir adiante (BEIRAS; BRONZ, 2016). Além da preocupação com a atuação com HAV, o Instituto Noos buscava trabalhar com grupos reflexivos de gêneros antes que as violências acontecessem; como um dos modos de prevenção as violências (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Em pesquisa realizada entre 1999 e 2000 o Instituto Noos, com auxílio do Instituto Promundo, verificou que 77% dos homens participantes dos grupos sentiram que foi positiva a participação nesta ação. Em outros dados, concluiu-se que a participação nos grupos fez com que grande parte dos homens se responsabilizassem pelas violências cometidas, buscassem outras possibilidades de masculinidades, questionando o processo sufocante e violento da constituição da ideia do masculino como dominante, fazendo com que criassem redes sociais mais favoráveis ao seu bem-estar e relações afetivas mais positivas (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004). Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) apresentam que na Espanha a reincidência é de 22% e na América do Norte 32% entre os homens que participaram dos grupos com HAV.

Em pesquisa realizada por Beiras (2014), entre final de 2013 e início de 2014, foram mapeados 25 programas no Brasil, estes foram encontrados a partir de contatos do pesquisador e do Instituto Noos, além de outras indicações feitas por participantes da

pesquisa e através de dados encontrados em buscas no *Google*. Foram enviados questionários com perguntas abertas e fechadas, via *e-mail*, para as iniciativas, 19 responderam. Os estados que tinham grupos com HAV foram: Acre (1), Distrito Federal (2), Espírito Santo (1), Minas Gerais (2), Mato Grosso (1), Paraná (2), Rio de Janeiro (3), Santa Catarina (1) e São Paulo (6).

Em outra pesquisa, a Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA, 2016), com coordenação de Leila Barsted Linhares e Jacqueline Pitanguy, elaboraram o "Relatório de Pesquisa – Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violências", que surge de uma pesquisa telefônica com programas para HAV nas capitais brasileiras, somente em dez foram encontradas programas para esse público, Belém, Belo Horizonte, Distrito Federal, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, Rio de Janeiro, São Luís, São Paulo e Vitória. Após essa etapa houve estudo de caso em três capitais, São Paulo, Natal e Porto Alegre a partir de entrevistas semiestruturadas, além de dois estudos pilotos realizados no Rio de Janeiro e Duque de Caxias.

No estudo de Beiras (2014), 68,4 % eram instituições governamentais, 21,1% eram OSCs e 10,5% parcerias entre as governamentais e OSC, tais informações também foram obtidas pela CEPIA (2016). Os objetivos principais com os grupos eram a responsabilização, interrupção e prevenção das violências. Eram diversos os aspectos epistemológicos e teóricos dos programas analisados, a atuação a partir da perspectiva de gênero foi a mais apontada, seguida de questões relacionadas a masculinidades, direitos humanos, feminismos, psicoeducativa, sistêmica, múltiplas integradas, psicanalítica e pôr fim a clínica comportamental (BEIRAS, 2014).

Nas propostas, a partir de estudos de gêneros, prevalece algo que também foi encontrado nos discursos de facilitadoras/facilitadores de programas da América Latina e na pesquisa da CEPIA (2016). Entre as/os autoras/autores feministas foram mais

citadas/citados Butler, Scott, Saffiotti e Grossi, nas/nos relacionadas/relacionados a masculinidades estão Connell, Nolasco, Bourdieu, Welzer-Lang e Nascimento (BEIRAS, 2014).

Entre as instituições pesquisadas, 68,4% têm atendimentos em grupos e individuais e 31,6% somente em grupos. Existe grande variação no número de encontros realizados, dos que não trabalham com tempo determinado e outras instituições que realizam oito, 16 e até 20 encontros. Variando também a estrutura do grupo, sendo que 52,6 % eram de grupos abertos, 42,1% fechados e 5,3% aberto até determinado período, e o período de realização, sendo semanalmente e quinzenalmente. Sobre as/os facilitadoras/facilitadores, 57,9% têm facilitação mista, 36,8 só com homens e 5,3 só de mulheres (BEIRAS, 2014).

Grande parte dos recursos dos 19 programas mapeados por Beiras (2014) provinha de verba municipal, estadual ou federal, um era voluntário e outros de parcerias entre diversas OSCs e instituições governamentais; na pesquisa realizada pela CEPIA (2016) as instituições que declararam ter financiamento recebiam de instituições governamentais, a maior parte não tinha recursos.

Refazendo a pesquisa de Beiras (2014), Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) conseguiram dados de 26 programas com atendimentos a HAV de 41 mapeados, entre 2015 e 2016, a base dos programas são as teorias de gêneros, em 22 de 26 mapeados, além de leituras feministas e de masculinidades. Doze utilizam/utilizavam método psicoeducativo, sete sistêmico e três cognitivo-comportamental. Cinco são dirigidos por OSC, 19 governamentais e dois de parceria entre OSC e instituições do Estado. Em 16 os objetivos principais são a quebra do ciclo de violência e responsabilização dos HAV. A maioria tem parceria com o setor judiciário, 14; oito são conectados a tribunais de justiça e três com instituições de assistência social. Abertos são 13, o participante pode entrar no

decorrer dos encontros, fechados são 11, quando é formado um grupo ao início e esse permanece até o final, dois iniciam aberto até determinado momento; e 13 têm o público-alvo definido (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Entre os programas pesquisados existe variação do número de encontros, muito devido à estrutura institucional de cada programa, assim como a composição das/dos facilitadoras/facilitadores, e alguns o funcionamento com coordenação mista. Vinte e dois programas demonstraram a importância e dizem capacitar e atualizar as/os facilitadoras/facilitadores. Somente um programa colocou não haver avaliação dos participantes (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Houve aumento do número de programas que foram possíveis de serem encontrados, de 21 em 2014 para 41 em 2016 e 53 no ano de 2019 (BEIRAS, 2014; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019), apesar disso ainda são poucas ações para um problema crescente no Brasil, segundo dados publicados no "Atlas da violência 2019" organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) em 2017 houve o maior número de mulheres assassinadas em 10 anos, com isso se faz necessário cada vez mais a construção de políticas públicas para o combate às violências contra as mulheres de forma ampliada. Ressaltamos, novamente, que algumas ações podem não terem sido mapeadas nessas pesquisas devido a questões de divulgação desses projetos, o não interesse das instituições e profissionais de responderem essas pesquisas e criarem laços e rede de troca de conhecimento sobre o tema, além do fato de muitos programas iniciarem suas ações e por questões financeiras, entre outras, encerrarem seus trabalhos precocemente. Com isso torna-se difícil definir quantas iniciativas com homens autores de violências contra as mulheres existem no Brasil.

Para Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) os grupos com HAV devem se pautar em teorias de gêneros e feministas, além da leitura das violências contra as mulheres com múltiplas variáveis e atravessamentos, utilizando abordagens psicoeducativas e reflexivas, não psicopatologizando e individualizando as violências, buscando mudanças subjetivas, sociais e culturais, não tendo em foco só o comportamento do sujeito; colocando a importância da criação de programas nacionais desenvolvidos pelo Estado, como forma de garantir financiamento e estrutura técnica e profissional pública; e frisam a importância da realização de avaliação e sistematização dos dados para demonstrar a relevância de tais programas, para que se possam ter cada vez mais incentivos públicos (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

4.4 Funcionamento

Como apontado anteriormente sobre os grupos da América Latina, os programas com HAV são diversificados em todo o mundo, na forma de atuação, metodologia, enfoque teórico e objetivo. Existem grupos com objetivo de responsabilização dos homens, de combate às violências contra as mulheres, aqueles que buscam a transformação sociocultural, diminuição de agressões contra as mulheres, em grande parte não existe apenas um foco, mas uma junção de diversos propósitos. Para Geldschläger et al. (2010) os programas com autores de violências contra as mulheres precisam ter como objetivo o fim dessas ações violentas, a proteção das mulheres, ao mesmo tempo em que combate/previne novas agressões, trabalhando com a ideia de que o ato agressivo é uma escolha, e que os homens que os cometem precisam se conscientizar que escolheram cometer a violência, desconstruindo qualquer justificativa ou negação, os responsabilizando pelo ato cometido. Mas além desses fins, que o trabalho possa se

alinhar a busca por mudanças nas relações de gêneros de forma ampliada, que tenhamos, assim, uma sociedade sem desigualdades e qualquer tipo de violências de gêneros.

As teorias que são utilizadas como base para a realização dos grupos também são variadas, alguns programas utilizam a Teoria Cognitivo-Comportamental de Aaron Beck, assim como as Teorias de Gêneros, os Estudos Feministas e de Masculinidades, além da Psicologia Social, Psicodinâmica, Educação Popular de Paulo Freire, Teoria Sistêmica, Construcionismo Social, entre outras (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; GELDSCHLÄGER et al., 2010).

É importante entender essas diferenças de olhares para as violências contra as mulheres, diante disso define-se o modo como as/os facilitadoras/facilitadores irão analisar e atuar com os homens (ANTEZANA, 2012). Na América predominam os grupos que utilizam as teorias de Educação Popular de Paulo Freire, Teoria Cognitivo-Comportamental, Construtivismo Social e os Estudos de Gêneros e Feministas (CARDOSO; BEIRAS, 2018a). Na Europa, segundo Geldschläger et al. (2010), grande parte dos programas encontrados no continente tem como enfoque a Teoria Cognitivo-Comportamental, seguida pela Psicodinâmica e os Estudos de Gêneros.

A base teórica dos grupos se alinha com a abordagem que é dada, assim, temos modelo psicopatológico, que entende a ação violenta do homem contra a mulher como uma questão individual, devido a alguma psicopatologia adquirida, principalmente, por falhas ambientais na infância, com isso a atuação das/dos facilitadoras/facilitadores será a partir desse olhar, trazendo o enfoque terapêutico (ANTEZANA, 2012).

Os trabalhos pró-feministas, que atuam com a psicoeducação, utilizam como abordagem teórica às teorias de gêneros e feministas, nessa perspectiva as ações violentas são vistas como resultado de processos sociais, os quais colocam o homem enquanto superior, dominante, o ser completo, e as mulheres enquanto sujeitadas, devendo ser

submissa, modelo que se perpetua com a utilização dos machismos, sexismos e misoginias. Para buscar essa transformação de olhar, pensamento, atitude e comportamentos utilizam de intervenções educativas, a partir de teorias feministas e embasadas em Paulo Freire, com isso partem do princípio de que todas as pessoas podem mudar sua realidade diante de uma autoanálise crítica, enxergando os atravessamentos sociais em seus processos de subjetivação, desconstruindo a ideia de uma única masculinidade e da superioridade dos homens (ANTEZANA, 2012).

Outro modelo com abordagem psicológica, muito utilizado na Europa e EUA, se baseia na Teoria Cognitivo-Comportamental (TCC), criada por Beck a partir de suas desavenças com a Psicanálise. Estes programas entendem a violência como pensamentos, crenças e condutas disfuncionais, que fazem com que o sujeito não veja tais ações como incorretas, pois tem algum tipo de ganho ou normalizou esse tipo de resposta, com isso utilizam técnicas, como reestruturação cognitiva, controle de raiva, autocontrole, para que o sujeito não volte a cometer os mesmos comportamentos, o que gera, apenas, a individualização da violência (ANTEZANA, 2012).

Com base no modelo cognitivo-comportamental, a intervenção terá como alvo o sujeito e seus pensamentos e crenças “erradas”, as quais foram adquiridas no processo de aprendizagem e socialização, podendo cair no erro de generalizar os autores de violências contra as mulheres, os colocando como “iguais”, além de não combater como se deu a construção dessas ações violentas e a importância da realidade cultural e social na construção dessas crenças disfuncionais, o que pode gerar a mudança momentânea e não a transformação de pensamentos e comportamentos. Nessa perspectiva as/os facilitadoras/facilitadores podem atuar de maneira que se coloquem como detentoras/detentores da verdade, daquilo que é correto, criando uma relação desigual de poder (ANTEZANA, 2012).

Por fim, temos o enfoque Construtivista-Narrativista com Perspectiva de Gênero (CNPG), que analisa os seres humanos como capacitados para construir sua realidade pessoal e social, sendo impactados pela sociedade e momento histórico em que vivem, assim como, entendendo as relações de gêneros como parte desse processo, juntamente com outros marcadores, como classe social, raça, cor, entre outros; que se interseccionam (ANTEZANA, 2012). Nesse sentido, o Construcionismo Social parte da ideia de que o mundo é produzido a partir da linguagem, criando realidades e verdades, que são tidas como não universais e absolutas, mas territoriais e grupais, ou seja, uma determinada realidade poderá ser vista de diferentes maneiras a partir do ponto de vista da/do observadora/observador. Então é necessário atentar-se a quem narra à história, pois irá contar a partir de seu referencial, de seu grupo. A verdade então é produzida na linguagem, a partir de relações de poder, que dão mais veracidade a um ou outro discurso, criando assim as normatizações (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Com isso, as violências contra as mulheres são vistas como resultados de questões sociais, culturais e políticas que se cruzam no processo de subjetivação destes homens, por isso a intervenção é pensada a partir do respeito às vivências destes personagens, buscando a desconstrução de normativas sociais e de gêneros, possibilitando que outros modos de masculinidades possam ser percebidos e exercidos (ANTEZANA, 2012).

Na perspectiva Construtivista-Narrativista com Perspectiva de Gênero deve existir uma aproximação entre facilitadora/facilitador e participante, não reproduzindo uma relação desigual de poder, e não partir do conceito de que os participantes precisam ser ensinados, reeducados, mas que exista uma autorreflexão, permitindo a responsabilização pelos atos violentos, e a desconstrução de uma masculinidade dominante e violenta, construindo relações em equidade (ANTEZANA, 2012). Essa perspectiva se alinha com a concepção de que as violências precisam ser entendidas de

maneira ampla, desde questões socioculturais, levando em conta as relações desiguais de poder entre os gêneros, e fatores pessoais, uma visão ecológica sobre o sujeito, o qual é atravessado por linhas do microssistema (relações diretas, família), macrossistema (crenças, culturas), cronossistema (experiências pessoais), mesossistema (relações, grupos próximos, trabalho, amizades) e exossistema (comunidade mais próxima, instituições como mídia) (BEIRAS; BRONZ, 2016; GELDSCHLÄGER et al., 2010).

Os grupos com HAV precisam analisar quais são os significados de violência, masculinidade, relações de gêneros destas pessoas, pois ao entender suas crenças e pensamentos se tornam possível as problematizações de maneira mais eficaz (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017). É de suma importância que um dos objetivos principais dos programas com autores de violência contra as mulheres seja criar alterações nos discursos e práticas socioculturais dos participantes, para que haja diminuição das violências, assim como das desigualdades de gêneros e das relações de poder, as mudanças comportamentais dos HAV não devem ser as únicas questões a serem trabalhadas, além disso, os programas devem ser uma das variáveis no enfrentamento as violências contra as mulheres, não a única opção (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Outra variação no trabalho com HAV, como já vimos, é no enfoque dado, sendo terapêutico, psicoeducativo e/ou reflexivos. No primeiro caso, grupos terapêuticos, trabalham na resolução de conflitos psíquicos e emocionais, aprofundando em questões relacionadas às estruturas psíquicas de suas/seus participantes, entendendo que o problema seja mais ligado ao individual (AFONSO; COUTINHO, 2006), os grupos que utilizam os modelos cognitivo-comportamental e psicopatológico tendem a ter esse enfoque, já que focam no sujeito para resolução da violência.

Os grupos psicoeducativos, muito utilizados na área da saúde, têm como objetivo a mudança, reflexão e/ou adaptação sobre um problema em comum, podendo gerar a

criação de novas representações, para isso é necessário o conhecimento das crenças, ideias e sentimentos de seus participantes, gerando a possibilidade do diálogo, ao mesmo tempo em que são passadas outras possibilidades de enxergar tal problemática, gerando novos conhecimentos e desmistificando mitos e preconceitos que possam existir. Neste tipo de grupo a/o facilitadora/ facilitador tem papel de "educadora/educador", e pode acabar em alguns momentos centralizando o conhecimento (AFONSO; COUTINHO, 2006). Esses programas em sua grande maioria utilizam como base teórica a Educação Popular de Paulo Freire, que parte do conceito de que o aprendizado é construído no diálogo, a partir da contextualização e respeito ao conhecimento socialmente produzido, fazendo com que a reflexão sobre determinados saberes possa estar mais próxima as vivências das/dos aprendizes (BEIRAS; BRONZ, 2016). Com isso a educação libertária se dá através da problematização, desde o momento em que educanda/educando-educadora/educador se abrem ao inesperado, saindo do imaginário que somente a/o segunda/segundo detém o conhecimento (SILVA, 2016).

Nos grupos com enfoque reflexivo parte-se do mesmo princípio dos grupos psicoeducativos, de conhecer as crenças, ideias e sentimentos de seus participantes para que se possa depois buscar a reflexão e mudança. Contudo, nesse modelo é estimulada maior autonomia e engajamento dos membros na resolução da problemática fazendo com que se impliquem na mudança da percepção, e de seus modos de ser e estar no mundo, para isso o grupo precisa estar livre para se aprofundar em determinados temas que acreditam ser relevantes (AFONSO; COUTINHO, 2006).

Para Sxymanski e Szymanski (2014), o encontro reflexivo se dá com um grupo de pessoas com uma questão em comum, buscando através do diálogo a transformação de uma dada realidade. Assim, a contar do relato de si e do outro haveria a reflexão, então em uma situação de paralisação de um ou mais participantes, o processo de reflexão pode

existir, momento em que a/o facilitadora/facilitador ouve com atenção os relatos, como são narrados, e através do diálogo pensa em conjunto com os integrantes outras possibilidades, novas aberturas, pois com a conscientização torna-se possível enxergar outras vias, seja através das experiências alheias ou na construção de novas aberturas (LABS; GRANDESSO, 2017).

No Brasil, a ideia de grupos "reflexivos" com homens autores de violências contra as mulheres surge com suporte do Instituto Noos, atuavam com base nas teorias de Tom Andersen (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004). Este autor norueguês trabalhava com atendimento familiar, em alguns casos percebeu que algumas famílias estavam "paralisadas", não havia progresso em suas demandas, então sugeriu que essas tivessem acesso a como eram feitas as discussões dos casos em supervisão, criando assim a equipe reflexiva. A ideia central de Andersen é que existe uma pluralidade de formas de se observar o mundo, cada pessoa irá perceber uma experiência de maneira distinta da outra. Além disso, atuava segundo uma nova possibilidade de atendimento as famílias, não privilegiando a interpretação da/do terapeuta, a/o colocando em um lugar de saber sobre a família e que ela estivesse à espera passiva da salvação. A equipe reflexiva surge então com o objetivo de gerar novos olhares e reflexões sobre uma determinada problemática, a partir da narrativa e da posição reflexiva (ANDERSEN, 2002; BUENO, 2018; FIORINI; GUISSO, 2016).

O atendimento, com base nas teorias de Andersen, ocorre levando em conta o encontro entre a família e a equipe. Em um primeiro momento, a/o entrevistadora/entrevistador (a/o terapeuta, as/os terapeutas) iniciam os diálogos com a família, conduzindo a sessão a partir das narrativas apresentadas, e a equipe reflexiva observa e escuta as interações, podendo ser no mesmo espaço, ou em uma sala a parte através de espelho unidirecional. Existe a troca de posições quando a/o

entrevistadora/entrevistador achar necessário, quando a equipe reflexiva comunicar que deseja apresentar suas percepções, ou se o sistema paralisado requisitar uma pausa, então é debatido entre a equipe reflexiva as observações feitas, depois retornam ao lugar de observação e a/o entrevistadora/entrevistador e a família retomam o diálogo, principalmente, refletindo sobre o que foi dito pela equipe reflexiva. Andersen (2002) alerta que existem diversas possibilidades de se organizar a equipe reflexiva. Com a apresentação de novas imagens de mundo espera-se que a família possa construir novas significações e que a "paralisação" possa ser quebrada (ANDERSEN, 20002; BUENO, 2018).

Com isso, seria mais interessante falar em responsabilização e reflexão, pois com essas duas ações o homem que cometeu a violência poderia refletir e alterar seus comportamentos, ideais e crenças, ao mesmo tempo em que se responsabiliza pelo ato cometido, não culpabilizando a vítima. Deste modo espera-se que exista não só a aquisição de um conhecimento, e sim uma mudança ampla, na maneira de pensar, agir, sentir e em suas relações (NOTHAFT; BEIRAS, 2019).

Como colocou Salas em entrevista a Beiras (2010a), acredita-se que um dos focos dos trabalhos com os homens devem ser as relações de poder, pois essas fazem com que as violências continuem se perpetuando em nossa sociedade, rebaixando e colocando as mulheres enquanto submissas, frágeis, objetos de uso do homem, produzindo modos de subjetivação que fazem com que as mulheres se sintam e se subjetivem como menores e inferiores aos homens (FOUCAULT, 2015)

O Grupo 25, um coletivo que trabalha para a prevenção, segurança e reparação dos danos causados pelas violências de gêneros na Espanha, elaborou em 2006 o primeiro caderno de reflexão, com o objetivo de discutir critérios para práticas de combate às violências de gêneros. Esse projeto iniciou-se com o mapeamento de diversos grupos no

mundo, o que gerou a construção de parâmetros de como se trabalhar com grupos reflexivos com HAV. A proposta se deu após alterações na lei espanhola a respeito das violências de gêneros, na Lei Orgânica 01/2004 da Espanha tornou-se obrigatória a participação de HAV em programas reflexivos (GRUPO 25, 2006).

Foram criados 11 critérios de qualidade para intervenções com HAV. No primeiro critério, atuar a partir de discussões de gêneros para acabar com as violências masculinas contra as mulheres, entendendo o caráter sexista e machista que atravessam tais comportamentos, para que se dê continuidade na dominação masculina. Segundo critério, as/os facilitadoras/facilitadores devem ser profissionais graduadas/graduados em Psicologia ou Psiquiatria, tendo como base teórica os estudos de gêneros e estarem em supervisão e/ou terapia permanente, se faz necessário que estes profissionais tenham suporte adequado ao longo de suas atuações. Terceiro critério, intensificar no início do programa o trabalho para cessar qualquer tipo de violência contra as mulheres, garantir a segurança dessas é a prioridade, através de enfoque multidimensional, trabalhando parte cognitiva, comportamental, emocional e história dos HAV (GRUPO 25, 2006).

Quarto critério, não perder o objetivo do grupo com HAV, que é trabalhar o comportamento violento nas discussões de gêneros, não patologizando e atuando com intervenções intrapessoais. Quinto critério, realizar avaliação individual antes de iniciar, com isso espera-se conseguir verificar quais são as principais demandas a serem trabalhadas com esses sujeitos e se estes se encaixam no trabalho em grupo. Sexto critério, organizar/estruturar as intervenções com olhar ampliado, pensando psicoeducação, cognição, emoção e comportamento, ao mesmo tempo em que se tem avaliação individual de cada participante (GRUPO 25, 2006).

Sétimo critério, o grupo deve ter no mínimo um ano de duração, combinar o trabalho do grupo com o individual e quando possível estar em contato com as mulheres

que foram vítimas, para conhecer o caso, ter outro olhar sobre o comportamento agressivo dos participantes e conseguir monitorar os participantes. Oitavo critério, todos os programas precisam elaborar critérios para avaliação da eficácia do grupo com HAV. Nono critério, os grupos não devem ser substitutos as penas, ou seja, não devem servir como medidas mais brandas. No décimo critério, deve-se ter controle de qualidade dos programas, principalmente, os que são subsidiados pelo poder público. No décimo primeiro critério, todos esses aspectos devem ser revisados e atualizados, mais pesquisas na área devem ser feitas para que se melhorem cada vez mais as intervenções (GRUPO 25, 2006).

Em 2011, a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, lançou o livro "Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres", com o intuito de discutir a atuação articulada entre instituições governamentais e OSC no combate às violências contra as mulheres e o empoderamento dessas. Em seu segundo anexo aparece as "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor", proposta elaborada com base em discussões sobre o tema em julho de 2008 no Rio de Janeiro (BRASIL, 2011).

O primeiro ponto a se discutir é que os "serviços" para atuação com HAV, fundamentado nessas diretrizes, são pautados na Lei Maria da Penha, nos artigos 35 e 45, e parágrafo único do artigo 152 – "Nos casos de violência doméstica contra a mulher, a/o juíza/juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.", com isso, tais ações surgem de decisões de juízas/juízes, sendo obrigatórias e pedagógicas, tendo como aporte teórico os estudos feministas e com objetivo principal a responsabilização dos participantes pelas violências cometidas (BRASIL, 2011). Vale ressaltar que essas diretrizes foram propostas em 2008, atualmente

houve alterações (Lei n. 13.984) na Lei Maria da Penha no que tange o trabalho com os HAV, o que deve gerar novas diretrizes para este tema.

Como apontado por diferentes autoras/autores, o trabalho com HAV deve fazer parte da rede de ações que objetivam o combate as violências contra as mulheres, o que também é pregado pelas diretrizes elaboradas em 2008. Para realização desses serviços se vê a necessidade de equipe multidisciplinar e que essa esteja sempre passando por atualizações (BRASIL, 2011). Então vale discutir os locais e instituições onde estes programas têm como base as diretrizes citadas anteriormente. No Brasil são realizados em sua maioria por instituições públicas ligadas ao poder judiciário, no entanto, temos iniciativas em OSC e instituições de ensino superior. Em Portugal, como mapeado por Toneli, Beiras e Ried (2017), os grupos contatados se vinculavam a universidades e um hospital. Então quais locais/instituições estariam mais bem preparadas para a realização de grupos com HAV?

Cardoso e Beiras (2018a) apresentam a ideia de que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) seria a instituição pública que deveria ofertar programas com HAV, pois um dos seus objetivos é o combate à violação de direitos. Apontam, também, que se deve fortalecer a ideia de que dentro dos atendimentos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) devem existir oficinas e atendimentos voltados para discussões sobre gêneros e sexualidades, com o objetivo de combate e prevenção as violências de gêneros e, principalmente, as violências contra as mulheres.

Entretanto, precisamos problematizar antes, quem é considerada/considerado cidadã/cidadão, pessoa viva, pessoa de direitos? A quem a Assistência Social chega? Nem todas as pessoas que estão vivas são consideradas cidadãs, possuidoras de direitos, ou mesmo “pessoas”, pois precisam para isso se enquadrar as normas, a matriz de

inteligibilidade definidas pelo Estado através de suas leis, decretos, referências, entre outros documentos oficiais (CARDOSO; BEIRAS, 2018a). Podemos observar de forma explícita essa questão no momento em que estamos passando pela pandemia do Covid-19, quando o (des) governo propõe "Auxílio Emergencial" para certa parcela da população que está em um "momento" de vulnerabilidade, algumas pessoas, principalmente, as que estão em situação de rua, não conseguem acesso a esse recurso por não possuírem documentos, internet, conhecimento sobre esse auxílio, entre outras questões, que as tornam invisíveis, ou como coloca Foucault, sujeitos infames.

Neste sentido, muitas vezes, as políticas públicas não são acessíveis a todas as pessoas, assim como não são ofertadas, pensadas e realizadas de maneira que atinja a qualquer pessoa, independentemente da idade, classe, raça, cor e gênero. Contudo, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define que as pessoas que devem ser atendidas pelas instituições de assistência social são aquelas em situação de vulnerabilidade (ou melhor, pessoas que foram vulnerabilizadas, por questões econômicas, sociais, de gêneros, raciais, étnicas, entre tantos outros marcadores sociais) e risco social (CARDOSO; BEIRAS, 2018b). O que vemos é que dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se trabalha mais com as mulheres, por ser seu maior público, como apontam Cardoso e Beiras (2018b), tendo como justificativa que os atendimentos são em sua maioria em horários comerciais, momento que os homens estariam trabalhando e as mulheres, partindo do dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2015), estariam em casa, preocupadas com o cuidado da casa e das/dos filhas/filhos.

A ausência do homem no cuidado e nas responsabilidades com a família faz com que as mulheres se tornem o lugar de referência familiar, como já apontava Foucault (2015), as pessoas do gênero feminino foram empurradas, enquadradas no lugar de

mãe/cuidadora, aquela que cuida da família, do lar, passiva e sem desejos sexuais. Essa ideia é reforçada quando as políticas de assistência social são voltadas, em sua maioria, para as mulheres (CARDOSO; BEIRAS, 2018a), outros reforçadores desse dispositivo de gênero são as escolas e a Psicologia, pois são as mulheres as chamadas para resolver possíveis problemas de suas/seus filhas/filhos.

Por essas questões de desigualdades nas relações de gêneros e cristalização de papéis sociais, que se vê em documentos oficiais a ausência de leis e políticas voltadas aos homens enquanto categoria de gênero, e quando ocorre à aparição quase sempre são vinculadas as violências de gêneros, principalmente contra mulheres, com grande direcionamento ao termo "agressor", cristalizando-os nessa identidade e colocando todos os homens no lugar de violentador, como apontou pesquisa de Banin e Beiras (2016). Nos CRAS e CREAS, muitas vezes, a população do gênero masculino acaba tendo acesso quando adolescentes/jovens, mas não em programas específicos para este gênero e sim por conta da faixa etária (CARDOSO; BEIRAS, 2018b). O que poderíamos colocar como machismos de Estado, a falta de políticas públicas sociais e de saúde voltadas as pessoas do gênero masculino, as colocando como impenetráveis, que não precisam de cuidados com a saúde, ou como únicas trabalhadoras da família, não tendo "tempo" para acessar serviços da assistência social, de qualquer forma contínua reforçando dispositivos de sexualidade que aprisionam as pessoas do gênero feminino ao lar, ao cuidado da casa e da família.

Isso pode ocorrer porque até pouco tempo as leis e políticas eram muitas vezes em favor dos homens, servindo para a manutenção das desigualdades de gêneros. Entretanto, com o advento da Lei Maria da Penha, as lutas das mulheres, feministas, população LGBTQIA+ e ampliação das discussões sobre masculinidades, têm em alguns lugares a criação de leis, políticas e projetos voltados aos homens, enquanto uma categoria de

gênero. É possível identificar nestes trabalhos uma pluralização, não colocando estes apenas como agressores, mas sujeitos inseridos em processos de subjetivação (BANIN; BEIRAS, 2016).

Entre essas leis, podemos apontar a Lei n. 16.732 de 1º de novembro de 2017 da cidade de São Paulo, que instituiu o "Programa Tempo de Despertar", com o objetivo de atuarem junto aos homens autores de violências contra as mulheres, promovendo reflexão sobre as ações praticadas (SÃO PAULO, 2017). Temos, também, a Lei n. 16.659 de 12 de janeiro de 2018, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a instituir o "Programa Tempo de Despertar" (SÃO PAULO, 2018) e a Lei n. 20.318 de 10 de setembro de 2020 do estado do Paraná (PARANÁ, 2020), que estabelece princípios e diretrizes para criação de programas reflexivos e responsabilizantes para autores de violências contra as mulheres.

Como apontam Medrado e Lyra (2014), é necessário reconhecer que existem masculinidades que não estão no lugar de dominantes, o que pode fazer com que sejam vítimas de violências de gêneros, desconstruindo a ideia de que homens são somente pessoas que cometeram violências contra as mulheres, entendendo que as relações de poder são fluídas e que as masculinidades são plurais. É preciso a criação de políticas públicas para pessoas do gênero masculino, não só para autores de violência, mas de uma maneira geral, que estas pessoas sejam inseridas nos serviços da Assistência Social e da Saúde (CARDOSO; BEIRAS, 2018b).

Assim, o motivo para os trabalhos com HAV serem realizados em CRAS e CREAS "[...] reside em sua condição de política pública de proteção social que tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários. [...] não é um lugar reconhecido pela punição às usuárias e aos usuários." (CARDOSO; BEIRAS, 2018b, p. 50). Em outros termos, a proteção social básica é responsável, principalmente, pela prevenção, então

podem trabalhar com projetos voltados para discussão das relações de gêneros. Na proteção social especial de média complexidade poderia ser construídos grupos com HAV contra as mulheres, visando o enfrentamento das situações de violências e mudanças sociais e culturais (CARDOSO; BEIRAS, 2018b).

Todavia, não importa existirem leis, normas e referências pensadas para o empoderamento e diminuição das vulnerabilidades da população se quem está na "ponta", quem exerce e faz funcionar essas políticas públicas não compreende o sentido dessas colocações, ou seja, atua de maneira que naturaliza e individualiza a pobreza e as violências (CARDOSO; BEIRAS, 2018a). Desse modo é necessário que além de políticas públicas ao combate às violências contra as mulheres, que se discutam o trabalho com os homens autores, que se construa uma rede de atuação nessa temática de maneira eficaz, com profissionais preparadas/preparados para atender as demandas (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017).

4.4.1 Prática

Os grupos com HAV são realizados em diversas instituições no Brasil, na área pública temos programas ligados a coordenadoria da mulher, governos municipais, instituições forenses; e em iniciativas privadas, existem grupos em universidades e organizações da sociedade civil, como apontado acima, as diferenças também se dão nos modos de organização, funcionamento, profissionais e teorias utilizadas (INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019).

Recomenda-se que os encontros sejam semanais, ao invés de quinzenais ou mensais, pois o alongamento pode gerar dificuldade para que os participantes criem vínculo com o grupo, e cada encontro deve ter duração de duas a três horas, com intervalo para que não seja exaustivo, o que pode levar a falta de atenção e empenho dos homens

nas discussões, assim como é aconselhável que se tenha de 10 a 20 participantes, para que todos possam interagir durante os encontros e também existam mais discussões (BEIRAS; BRONZ, 2016). A permanência nos grupos varia conforme cada programa, o Grupo 25 da Espanha propõe que seja no mínimo um ano de encontros, Beiras e Bronz (2016) apontam que dentro de suas práticas utilizam 12 encontros, mas que existe variação em cada grupo, e que o número de encontros deveria ser acordado pelo grupo, mas que exista uma programação para o término.

Beiras e Bronz (2016) apontam a importância de se realizar ao menos um encontro individual inicial, para que possa ser avaliado se o homem tem condições de participar dos encontros, se é necessária a realização de algum encaminhamento, conhecer um pouco mais sobre a história de vida dessa pessoa até o momento em que realizou a violência, e para que possa ser explicado de maneira detalhada o projeto. Estes autores apontam a preferência pela realização de grupos fechados, que parte da formação do grupo deve permanecer com os mesmos participantes por todos os encontros, fazendo com que esses homens criem mais facilmente um vínculo com o projeto e entre eles, além de que todos estejam em sintonia nos conteúdos trabalhados, o que pode não acontecer em grupos abertos, nos quais os homens podem iniciar em qualquer fase.

A maneira que os homens chegam até os grupos, também, pode ser variada, podendo ser através de encaminhamentos judiciais, de instituições da assistência social ou de saúde, além da procura espontânea (BEIRAS, 2014). Em pesquisa da CEPIA (2016) foi mapeado que as instituições recebiam em sua maioria participantes encaminhados pelo sistema de justiça, com e sem condenação, e com participação sendo obrigatória. Mistura e Andrade (2017) entrevistaram sete homens que participaram por no mínimo seis meses de um grupo reflexivo para HAV na cidade de São Paulo, estes relataram que o ideal seria que a mulher denunciasse as violências que esteja sofrendo, para que o

homem autor das violências seja encaminhado para o grupo, acreditam que é muito difícil que exista a procura de forma voluntária, por isso a denúncia seria importante. Segundo Lemos et al. (2017) a busca dos homens por serviços de saúde ocorre em sua grande maioria em casos agudos, momento em que não conseguem mais "deixar de lado". Isto parece ocorrer, também, com os grupos de HAV, estes só são procurados em grande parte por causa da obrigatoriedade judicial.

A postura ética nos encontros do grupo também é importante, principalmente, em relação ao sigilo e troca de informações com o sistema de justiça, quando se tem acordo de cooperação. Precisa-se deixar definido com os participantes quais as informações que poderão ser passadas para as instituições judiciárias e o que deverá ser mantido em sigilo pelo grupo, necessitam-se ter esse primeiro contrato firmado, devido muitos estarem em processo judicial no momento que fazem parte do programa. Quando os participantes são encaminhados pelo poder judiciário esse acordo sobre as informações discutidas no grupo deve estar bem entendido pelas partes, de modo que só se informe para a/o juíza/juiz dados quantitativos, como ausência e presença, mesmo que a participação seja espontânea precisa-se do cuidado em relação ao sigilo, pois essa condição pode interferir na qualidade do grupo, no próprio posicionamento dos participantes (AMADO, 2017).

4.4.2 Facilitadores

Em grande parte da literatura é apontado que, em maior parte, as equipes são interdisciplinares em programas voltados para HAV, principalmente, com graduadas/graduados na área das ciências humanas (Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais, Serviço Social e Direito). Na revisão sobre os grupos da América Latina pode-se notar que os programas visitados são, em sua maioria, dirigidos por pessoas com interesse

no assunto, e não são todos grupos que se tem a exigência de formação acadêmica de suas/seus facilitadoras/facilitadores.

Segundo Acosta, Filho e Bronz (2004), para ser facilitadora/facilitador de grupos com HAV não precisa de uma formação específica, porém, precisaria passar por treinamento/capacitação. De acordo com Beiras e Bronz (2016) as/os facilitadoras/facilitadores devem passar pela experiência de participar de grupos de gêneros antes de começarem a coordenar grupos com HAV, para que trabalhem questões individuais sobre o tema, além do fato de criarem maior familiaridade com os materiais e proposta dos grupos. Algo que também foi defendido por facilitadoras/ facilitadores que atuam em programas pela América Latina.

Salas, coordenador do *Hombres por La Equidad A. C*. quando Beiras (2010a) realizou entrevista com ele, apontou que as/os facilitadoras/facilitadores deveriam conhecer os princípios e o código de ética do programa que estão inseridas/inseridos, entender e estarem alinhados com os posicionamentos políticos e sociais dos movimentos feministas e gays, entendendo que os projetos com HAV contra as mulheres têm sua principal aliança com as mulheres, ao combate das agressões que essas sofrem, além de ter trabalhado suas próprias questões com as masculinidades, violências, relações de poder e problemas da vida privada.

Não se tem dados sobre capacitação das pessoas que conduzem os grupos, mas especialistas acreditam que seja essencial o treinamento/capacitação dessas para melhores resultados, além do contato anterior, em forma de observação ou participação, com essa forma de atendimento, como apontado acima, servindo de preparação, o que muitas vezes não ocorre, como nos casos encontrados pela CEPIA (2016), nos quais muitos grupos eram realizados por pessoas sem treinamento, apenas com engajamento próprio pelo tema (AMADO, 2017). Os dados coletados por Novaes, Freitas e Beiras (2018) demonstram a

falta de leituras, formação e preparo das/dos profissionais que atuam com homens autores de violências, pois indicam falas dessas/desses de individualização da violência, patologização, estigmatização e naturalização dos gêneros, indo contra aos diversos Estudos de Gêneros, que apontam esse problema como uma questão social e cultural.

O Grupo 25 (2006) da Espanha aponta que tal trabalho deveria ser realizado por profissionais de psicologia e/ou psiquiatria, direcionamento que não é encontrado em outras literaturas. Nas "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor" elaborada pela SPM aponta profissionais de Ciências Sociais, Pedagogia, Psicologia e/ou Serviço Social indicadas/indicados para equipe multidisciplinar (BRASIL, 2011).

Billand e Molinier (2017), em pesquisa de doutorado sobre o trabalho de facilitadoras/facilitadores em grupos com HAV, encontraram uma instituição na qual se tinha a regra de que somente homens eram permitidos a participarem, partindo da ideia de que a presença de mulheres inibia e criava tensões entre os participantes, fazendo com que não fluísse a comunicação dentro da ação. O pensamento que constataram é que homens só dialogam de forma "verdadeira" com outros homens, quando conseguem se identificar com estes. Algo que vai contra o pensamento e funcionamento de outros programas, como apontado acima, para Montoya, psicólogo nicaraguense, os grupos devem ter coordenação mista, para que os participantes já nos encontros comecem a construir outras formas de relação com as mulheres (BEIRAS, 2010f).

Martínez-Moreno (2017) coloca que grande parte das pessoas que buscam formação para construção de grupos com HAV são do gênero feminino, por parte dos homens, aqueles que procuram conhecer sobre essa atuação é devido estarem ligados ao ativismo pela igualdade e equidade de gêneros. No Instituto Noos os grupos eram coordenados apenas por homens, porém, após revisão de suas metodologias passam a ter

facilitação mista, o que tem sido bem recebido pelos participantes (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Dentro da proposta do Instituto Noos, as/os facilitadoras/facilitadores podem participar de maneira ativa dos grupos, não se colocando enquanto neutras/neutros ou detentoras/detentores do saber, podendo nos momentos em que enxergam a possibilidade de falar sobre suas experiências, compartilhar vivências, interagindo com o grupo, o que pode fazer com que o vínculo se tenha maior vínculo com os participantes. E partindo da teoria de Tom Andersen, devem utilizar linguajar cotidiano, não sendo formais ou teóricos, para que possam conseguir criar vínculo com a/o outra/outro (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Faz-se necessário a discussão sobre as vivências das/dos facilitadoras/facilitadores nos grupos com HAV, a participação em supervisões e acompanhamento terapêutico são importantes para que tais experiências não se transformem em sofrimentos psicoemocionais. Além disso, as/os facilitadoras/facilitadores devem estar sempre passando por atualizações teóricas-práticas, sendo treinadas/treinados, capacitadas/capacitados para atuarem nestes programas (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Isso se assemelha com a pesquisa realizada por Silva, Vasconcellos e Figueiredo (2020) de que ser trabalhadora/trabalhador na área da assistência social pode levar a danos psíquicos não contabilizados quando se propõe políticas públicas e intervenções; pessoas que atuam “na frente de batalha”, na implantação e coordenação colocam em risco sua saúde mental e física. Essa questão em pessoas que atuam com grupos de HAV deve ser mais discutida, a necessidade de supervisões e muitas vezes de atendimento psicológico, para que tenham apoio e preservem seus corpos e saúde mental, entendendo que as

demandas/assuntos trabalhados podem ser violentos, e de difícil processamento interno (BILLAND; MOLINIER, 2017).

Essa questão fica mais exemplificada com o relato de Saranovic (2001, p. 149 apud BILLAND; MOLINIER, 2017, p. 146) “Eu não tinha nenhuma vontade de ser comparável a uma mulher espancada e, espontaneamente, nenhuma vontade de refletir sobre a razão pela qual isso me era tão desagradável!”, uma das dificuldades de trabalhar com HAV é a identificação com estes, levando a problematização individual dos atos e/ou pensamentos machistas e sexistas próprios, com isso é necessário pensar o quanto da tentativa de distanciamento não se torna uma defesa para que não precise olhar para si. Atuar e pesquisar sobre HAV é também lidar com “demônios” internos. Por isso dá importância da preparação das/dos facilitadoras/facilitadores, para que antes de iniciarem suas atuações nos grupos que tenham refletido sobre gêneros, sexualidades, masculinidades e relações de poder.

Molinier relata que em uma de suas participações em grupos com HAV chegou um momento em que não conseguia se identificar, se aproximar das falas destes homens, criar empatia, fazendo-o questionar os discursos que estes apresentavam nos encontros, tendo postura impositiva e de embate. O pesquisador aponta que ao analisar a situação, do porquê não conseguir mais ser empático com os participantes, percebeu que uma fala de sua mãe, dela acreditar que eles estavam começando a aceitar as justificativas apresentadas pelos homens e desprezando as experiências das mulheres, e o incômodo que outro pesquisador lhe apontou sobre as falas dos homens, fez com que ele começasse a tomar partido das mulheres. Foi aconselhado que revisse tal posicionamento, pois poderia criar entre os participantes e facilitadoras/facilitadores distanciamento, o que não contribuiria para que houvesse a reflexão que desejavam (BILLAND; MOLINIER, 2017).

Billand e Molinier (2017) apontam algumas estratégias utilizadas por facilitadoras/facilitadores entrevistadas/entrevistados, como a de não ter contato com mulheres que foram vítimas de violências, por parte dos homens atendidos no grupo, e não ler prontuário policial sobre a ocorrência que levou o sujeito a participar da atividade, como modo de defesa e, também, para não criar antipatia com essas pessoas.

Por fim, vale reafirmar que as/os facilitadoras/facilitadores que atuam com grupos de HAV contra as mulheres devem estar atentas/atentos e entenderem que não se pode justificar tais atos, não se deve culpabilizar a vítima, e ter atitude agressiva, de condenação com os participantes. Além disso, é necessário que se tenha conhecimento sobre teorias de gêneros, as relações de poder existentes, entender os diversos tipos de violências existentes e compreender os métodos utilizados para realizar a intervenção (GELDSCHLÄGER et al., 2010).

4.4.3 Avaliação

Como avaliar os homens que passaram pelo grupo e a eficácia destes projetos é uma das preocupações que se tem na área. Ainda são poucos os programas que fazem esse tipo de trabalho, em grande parte não se tem dados sobre reincidência ou alguma forma de avaliação, questão que é discutida nas "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor" e colocada como importante para que se possam prestar contas à sociedade dos trabalhos prestados (BRASIL, 2011). Além disso, a avaliação pode auxiliar a equipe a aperfeiçoar o trabalhado realizado, fazendo com que possam ter ainda mais eficácia (BEIRAS, BRONZ, 2016).

Na pesquisa de Beiras (2014), 94,7% dos programas entrevistados disseram realizar avaliação, já no estudo da CEPIA (2016) pôde se mapear que ainda é falha a questão das avaliações de eficácia dos grupos com HAV, muitas vezes servindo com base

somente a reincidência ou não dos participantes. Os grupos que realizam avaliação se utilizam em grande parte de questionários aplicados no início e término da participação da pessoa no grupo. Outro apontamento necessário é em relação ao monitoramento dos HAV por um período maior que seis meses, a fim de se averiguar a reincidência. Alguns programas apontam de 50% a 90% de eficácia, tendo maior parte dos seus participantes não reincidindo (AMADO, 2017).

Mistura e Andrade (2017), em pesquisa realizada na cidade de São Paulo com homens que participaram de programas para HAV, colocam que os participantes dos grupos apontam que após o tempo no programa conseguiram repensar sobre as relações de gêneros, relacionamentos, tomadas de decisões e outras possibilidades de masculinidades. Nos relatos os autores conseguiram mapear a mudança de leitura de vida, fugindo das normatizações do masculino enquanto dominante e o feminino submisso, além da construção da reflexão dos comportamentos e suas consequências. Em sua tese de doutorado, Beiras (2012) acompanhou um grupo com HAV, que tinha caráter terapêutico, durante vinte encontros, sendo um deles por relato de outros facilitadores por não estar presente. Nesse grupo mapeou que para os participantes os encontros serviram para o desenvolvimento pessoal, desconstrução dos modos de vidas experienciados até então, além de ser espaço seguro para poderem debater questões pessoais que não conseguiam em outros locais, os ajudando a mudarem comportamentos e pensamentos violentos, vendo outras possibilidades de ser e estar no mundo.

Prates (2013), em sua tese de doutorado, analisou os discursos de homens encaminhados judicialmente a grupos reflexivos para autores de violências contra as mulheres, notou que as intervenções buscam fazer com que os participantes busquem repensar a maneira como lidam e enxergam as relações de gêneros, discutindo a necessidade de relações igualitárias, o que para muitos homens ainda é difícil de pensar,

sair do lugar de dominante, de poder. Então as avaliações são importantes para saber se os objetivos dos grupos estão sendo alcançados, o que precisa ser melhorado, mantido ou retirado.

4.4.4 Dificuldades

As avaliações sobre os grupos com HAV também é importante para que se tenham dados de sua relevância para a sociedade, fazendo com que o Estado possa realizar investimentos nessas ações, como já apontado, este trabalho deveria ser parte das políticas públicas de combate às violências contra as mulheres, porém, a avaliação e sistematização dos dados ainda são precárias nos programas desenvolvidos na América Latina, o que pode estar levando a falta de financiamento público destinado a programas com HAV. A falta de verbas para estas ações é um dos principais empecilhos encontrados, devido a muitos programas não terem vínculos permanentes com instituições públicas, então podem ser encerrados a qualquer momento, principalmente dependendo do momento político e das pessoas que coordenam tais instituições (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

A falta de recursos é um dos impedimentos para que tenhamos mais programas com homens autores de violências, pois essas ações não conseguem se estruturar para realizarem os encontros, além de não terem possibilidade para formação e atualização das/dos facilitadoras/facilitadores. Isso ocorre em parte devido à falta de políticas públicas voltadas a essa questão, fazendo com que tenhamos iniciativas territoriais e pontuais, sendo em grande parte realizadas por pessoas interessadas no assunto, não sendo preocupação de governantes públicos (NOTHAFT; BEIRAS, 2019). A falta de recursos financeiros para idealização e manutenção dos programas com HAV é a principal dificuldade nos grupos da América Latina, Portugal e Brasil, fazendo com que muitas

iniciativas encerrem seus trabalhos (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017). O que pode ser problematizado como falta de preocupação por parte do Estado com as violências sofridas pelas mulheres, como ocorria até a obrigatoriedade da construção de políticas públicas de combate a esses comportamentos, muito devido a Maria da Penha.

Para Geldschläger et al. (2010), os programas com homens autores de violências contra as mulheres deveriam ser financiados pelo Estado à parte dos recursos que são direcionados para programas com mulheres. No entanto, o trabalho não deveria ser realizado de forma isolada, mas fazer parte de uma política pública de combate as violências, trabalhando em rede com outras instituições.

Outra dificuldade encontrada é que grande parte dos HAV chegam aos grupos com discursos de que são inocentes, que a culpa do ocorrido é da mulher, que não deveriam estar no grupo porque são pessoas de bem/trabalhadores, que se precisa de uma Lei Maria da Penha para os homens, que querem contar a história do ocorrido a partir de seus olhares, e em casos que participam dos programas antes de seu julgamento acabam sentido que estão sendo punidos antes de serem julgados e ouvidos (MARTÍNEZ-MORENO, 2017).

4.5 Críticas

As primeiras críticas aos programas com HAV apareceram ainda no debate da Lei Maria da Penha, a principal ideia era o cuidado com a vítima, pois todos os recursos deveriam ter como fim os programas para mulheres em situações de violências. Outras críticas são relacionadas às abordagens e metodologias utilizadas por alguns grupos, como a ideia de se trabalhar apenas a reeducação do machismo e da ideia de superioridade masculina, se tendo uma polarização de gênero, focando somente na ideia de

culpabilização da pessoa que cometeu as violências (AMADO, 2017; CALAZANS; CORTES, 2011).

Além dessas questões, ainda se tem a falta de entendimento por parte da população, instituições e movimentos sociais sobre qual é o objetivo do trabalho com HAV; não se tem discussões para a formulação do pensamento de que são pessoas que fazem parte do corpo social e seus comportamentos são reflexos da sociedade machista e sexista que ainda se faz fortemente presente, ou seja, que a violência contra as mulheres é uma questão social e cultural, não apenas individual (TONELI et al., 2010c).

Apesar das críticas, os grupos com HAV são alternativas para que não se continue produzindo o encarceramento em massa e a "criminalização da pobreza", incluindo neste caso também o tráfico de drogas, existindo grande repressão por parte das instituições policiais à população de baixa renda, com grande concentração das ações voltadas para pessoas pardas e/ou afrodescendentes. Seguindo essa lógica, "Na medida em que o Judiciário tende a tratar cada problema como uma questão isolada, desconectada da questão social e econômica, essa dispersão acarreta a ampliação e a posterior fragmentação de suas funções" (ALAPANIAN; NÓBILE, 2010, p.111).

A penalização e o encarceramento como combate às violências contra as mulheres são pouco eficazes, ainda mais tendo no Brasil um sistema prisional falido, no qual se tem mais que o dobro de pessoas presas na quantidade de vagas, número gigantesco de pessoas que não foram julgadas e que já cumprem medida de reclusão (WACQUANT, 2001). Nesse sentido a ideia de se trabalhar com homens autores de violência se faz pela necessidade de que estes possam reconhecer tal ato como uma escolha e não uma reação violenta, ou seja, que a violência cometida é de sua responsabilidade e não dá vítima, com isso busca-se uma transformação sociocultural destes homens e de pessoas que os cercam,

alinhando as ideias feministas, minimizando o encarceramento e que novas violências sejam cometidas por esses homens (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017).

4.6 Pesquisas sobre grupos reflexivos com autores de violências contra as mulheres

São poucas as publicações relativas a grupos reflexivos com HAV. Na base de dados do Scielo não existe o termo "grupo reflexivo", com isso, utilizamos para as buscas os descritores "violência contra a mulher" e "homens", encontramos cinco publicações uma em cada ano (2008, 2011, 2014, 2017 e 2018). O artigo publicado em 2008, "Homens, gênero e violência contra a mulher", de autoria de Lima, Büchele e Clímaco (2008) teve como objetivo discutir o envolvimento dos homens na prevenção e combate das violências contra as mulheres, para isso problematizaram as violências, masculinidades e formas teóricas e práticas do envolvimento dos homens, apresentando as intervenções a partir de grupos com HAV. Na publicação de 2011, "Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres", Lima e Büchele (2011) realizaram revisão bibliográfica sobre atendimentos a HAV na literatura nacional e internacional, discutiram políticas públicas sobre o tema e apresentaram dados sobre pesquisa realizada junto a um programa de atendimento a HAV, em uma cidade de Santa Catarina, a partir da instituição governamental que iniciou os trabalhos em 2004. Entrevistaram dois psicólogos, três assistentes sociais e um educador social, no momento da pesquisa em 2007 os participantes das atividades eram de demanda espontânea, não havia encaminhamento judicial. Ao final do estudo consideraram que a intervenção investigada tinha grande similaridade com as encontradas na revisão de literatura, com pontos positivos, principalmente com o envolvimento dos homens, e negativos, como a falta de avaliação dos participantes.

O artigo de 2014, “Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfretamento”, de Madureira et al. (2014) mapeou 130 Autos de Prisão de HAV para traçar as principais características desse grupo, que foi a de “[...] adultos jovens, casados, com baixa escolaridade e trabalho remunerado.”, destes quase 90% pagaram fiança e foram soltos e alguns já tinham passagem pela polícia pelo mesmo crime, o que fez discutirem que apenas a denúncia não resultaria na diminuição dos casos de agressões, necessitando outros tipos de intervenções. A publicação de 2017 é de Billand e Paiva (2017), intitulado “Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?”, que investigou um grupo reflexivo com HAV de uma organização da sociedade civil, chegando às considerações de que os trabalhos com esse tema precisam partir de uma visão dialógica entre os participantes e facilitadoras/facilitadores, não havendo hierarquia do saber, sem imposição de visões, além de iniciar as discussões a partir da quebra do pensamento da “boa feminilidade”, ou seja, de como esses homens percebem que as mulheres deveriam se comportar, para depois desconstruir a masculinidade violenta. O artigo de 2019, que já discutimos anteriormente é de Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), com o título “Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil”.

Quando trocamos “homens” por “masculinidade”, foram encontrados três artigos. Um já apresentado acima, de Billand e Paiva (2017), outro de 2017 escrito por Nóbrega et al. (2017), intitulado “Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida”, que teve como objetivo mapear como mulheres vítimas de violências enxergam HAV, para isso entrevistaram 20 mulheres que consideraram que as violências cometidas pelos homens perpassam questões sociais, familiares e as identidades de gêneros, como estes processaram a masculinidade violenta

ao longo de suas vidas. O terceiro artigo encontrado é "A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens", de Paixão et al. (2018), que teve como objetivo investigar as vivências de 23 homens que estavam presos por violência conjugal, chegando ao resultado de que os sentimentos vividos foram de injustiça, reconhecimento da violência praticada e desejo de não ter tal comportamento novamente, concluindo-se que são necessárias políticas públicas para atendimento de HAV como modo de combater as violências contra as mulheres.

Utilizando como assunto "processos grupais" e "homens", identificamos duas publicações que já haviam sido encontradas nas pesquisas com outros descritores. Ainda são poucas publicações sobre o assunto, grande parte estão em revistas voltadas para a área da saúde, não havendo publicações em revistas voltadas a Psicologia, como exemplo, "Psicologia: ciência e profissão". Esse número baixo de publicações pode ter relação com a formação acadêmica nos mais diversos cursos, pois não é um tema que aparece nas bases curriculares, assim como, violências contra as mulheres, LGBTQIA+fobia, racismos, discriminações e tantas outras demandas sociais, levando a invisibilização na academia e desconhecimento por parte de profissionais.

Buscando dissertações e teses na base de dados da "Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações" (BDTD[37]) com assunto "grupos reflexivos com homens" foram encontrados oito resultados, sendo quatro dissertações e quatro teses, todas apontando a partir de seus títulos discussões a respeito de grupos com homens autores de violências. Sendo duas dissertações tendo como área de conhecimento a Psicologia, uma em Ciências Sociais e outra em Linguagem, Identidade e Subjetividade; as quatro teses são divididas em Psicologia, Ciências Sociais, Saúde Pública e Medicina.

[37] Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acessado em: 08/10/2019.

A tese de Prates (2013) tinha como objetivo analisar grupos com homens autores de violências contra as mulheres em São Paulo, sua tese é intitulada “A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher”. Billand (2016) é autor da tese “Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo”, sua pesquisa tinha objetivo similar ao de Prates, discussão sobre a eficácia do trabalho de grupo com HAV, na busca pela equidade de gênero. A terceira tese, com o título “Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades”, de Scott (2018) problematizou a intervenção com HAV a partir de grupos na cidade de natal, mapeando, observando e entrevistando os participantes. A última tese encontrada é de Veras (2018), “A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha”, que analisou documentos de grupos reflexivos elaborados nas entrevistas iniciais e relatórios dos encontros.

Das dissertações encontradas, temos a de Silva (2016), com o título “Masculinidades possíveis em um grupo de homens apenados pela lei Maria da Penha”, que teve como objetivo analisar as falas de HAV que participavam de um grupo reflexivo, a análise se deu através de gravações dos participantes nos encontros e análise documental de processos e outros documentos jurídicos. Oliveira (2016) teve objetivo semelhante ao de Silva (2016), que foi discutir narrativas de autores de violências contra as mulheres que participavam de grupo reflexivo, sua dissertação foi intitulada “\’Homem é homem\’: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha”. A terceira dissertação encontrada, “Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço”, com autoria de Oliveira (2018) tinha como objetivo analisar modus operandi de um programa para HAV. Por último, o trabalho de mestrado de Lima (2019), “Produção de

sentido em um grupo reflexivo para homens autores de violência", que objetivou a discutir como participantes e facilitadoras/facilitadores de um grupo reflexivo percebem as questões de gêneros e as violências contra as mulheres.

Ao trocarmos os descritores para "homens autores de violências", foram achados 32 resultados. Destes, 14 tinham como assunto intervenção com HAV, sendo seis encontrados na busca anterior, das nove ainda não apresentadas, duas são teses – nas áreas de Ciências Sociais e Linguística - e sete dissertações – nas áreas de Direito, Sociologia, Psicologia, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Saúde Coletiva e Saúde Pública. A tese de Soares (2018): "-Mas tem gente que não entende assim."//"-É. É por isso que a gente tá aqui.": a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades", discutiu-se como se dá os processos de masculinidades a partir de intervenção em grupos com HAV. A pesquisa de Billerbeck (2018), intitulada "Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná", teve objetivo similar ao da pesquisa de Soares (2018), sobre a produção de subjetividades masculinas de HAV que cumpriam medida judicial em grupo reflexivo.

A dissertação de Araujo (2016), "Perspectivas feministas e de masculinidades: o papel do Poder Judiciário na desconstrução da violência contra a mulher" discutiu como o Poder Judiciário enfrenta as violências contra as mulheres, com ênfase nos grupos reflexivos para HAV. Na pesquisa de Monteiro (2014) se problematizou sobre a eficácia dos grupos com HAV, a dissertação tinha como título "Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/DF". Santos (2012) pesquisou sobre a ressocialização e mudanças de posicionamento de participantes e facilitadoras/facilitadores de grupos reflexivos, sua pesquisa é intitulada "Eu ser um

homem feminino não fere meu lado masculino: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens". Na dissertação "Reflexões sobre família, ética e moralidade da ação violenta em narrativas de homens autores de violência" Garcia (2018) discutiu a respeito das falas de HAV participantes de grupo reflexivo, sobre como os atravessamentos familiares, éticos e morais "normalizavam" comportamentos violentos, lhes dando permissão para tais atos. Veloso (2011) realizou pesquisa sobre a relação conjugal de três casais antes, durante e após o homem participar de grupo reflexivo para HAV, sua dissertação é intitulada "Programa de atenção a homens autores de violência contra a mulher: possibilidades a partir da vivência de casais em situação de violência conjugal".

Na dissertação "Atendimento a homens autores de violência contra a mulher: lacunas, desafios e perspectivas", de Oliveira (2012), o objetivo foi discutir sobre um grupo reflexivo com HAV pioneiro no Brasil, o qual tinha financiamento público. Aguiar (2009), em sua dissertação "Gênero e masculinidades: *follow-up* de uma intervenção com homens autores de violência conjugal" realizou uma pesquisa com sete homens que participaram de grupo reflexivo psicológico para HAV, o objetivo era analisar como esses se perceberam após participarem de tal intervenção e os pensamentos sobre as relações de gêneros e as violências.

Apesar do número baixo de artigos publicados sobre o tema de grupos reflexivos com HAV, tivemos de 2009 até 2019 diversas pesquisas de mestrado e doutorado sobre o tema, muitas discutindo a eficácia de programas no atendimento a autores de violências contra as mulheres. Com indicação de leituras (CARDOSO; BEIRAS, 2018a; GARCIA; BEIRAS, 2019; NOTHAFT; BEIRAS, 2019; NOVAES; FREITAS; BEIRAS, 2018; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017) na qualificação dessa tese, foi possível termos contato com materiais relacionados à Psicologia e Políticas Públicas no âmbito do trabalho com

HAV, os quais utilizamos ao longo do capítulo, por isso não estão nessa revisão de pesquisas da área. Mas podemos apontar que ainda é tímida a produção científica sobre os grupos com HAV e a Psicologia, o que nos levou a uma das questões dessa pesquisa, como a Psicologia tem se associado aos trabalhos com homens. Após essa revisão bibliográfica é possível considerar que a atuação a partir de grupos tem se consolidado no país, e essas têm se mostrado eficazes, o que demonstra a necessidade de investimentos públicos nestes programas, além da construção de políticas públicas mais amplas no combate às violências.

5. AS PSICOLOGIAS NA INTERFACE COM A JUSTIÇA

A Psicologia inicia sua trajetória no Brasil muito antes de ser regulamentada, e a atuação a partir de conhecimentos psicológicos na interface com a justiça ocorre inclusive anterior ao reconhecimento da profissão, já em 1920 com Waclaw Radecke cria-se o Laboratório de Psicologia na Colônia de Psicopatas, que depois passou a ser administrado pela Universidade do Brasil (atualmente nomeada Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em 1941 Eliezer Schneider, graduado em Direito e com mestrado em Psicologia, passou a atuar junto ao Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, sua atuação inicial se dava a partir de aplicação de testes psicométricos em pessoas que estavam presas, devido à tradição que se criou da Psicologia ocupar o lugar de avaliação quando ligada, principalmente, a área jurídica (ROVINSKI, 2009).

Schneider em suas pesquisas iniciais se preocupava em entender a personalidade das pessoas que cometiam crimes, o papel da punição e sua interferência na recuperação dessas pessoas, depois passou a se dedicar ao estudo da interferência dos aspectos sociais, culturais e econômicos na personalidade de pessoas que haviam cometido crimes,

tentando sair da ideia da Psicologia apenas como avaliadora e individualizante, passando a ter o olhar mais social para essa área (ROVINSKI, 2009).

Outros institutos de Psicologia foram criados no Brasil atuando na interface com a justiça, quase sempre ligados a avaliações psicológicas no contexto penitenciário, como foi o caso do Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo da Universidade de São Paulo (USP) (ROVINSKI, 2009). Em 1950, Emílio Mira Y Lopez (1961) lançou o "Manual de Psicologia Jurídica" o que também ajudou na divulgação do saber psicológico na área, na publicação ao autor discutia e apresentava o conhecimento científico da Psicologia, assim como a teoria da personalidade e características do comportamento que poderiam levar ao crime.

Podemos ver que, desde o início, se atrelou a Psicologia a Avaliação Psicológica, como se fosse à única atividade que a/o psicóloga/psicólogo poderiam/podem realizar na área jurídica. Isso porque desde o seu surgimento, no Brasil, a Psicologia se alinhou com a Psicometria, se baseando na Psicologia Clássica e Neoclássica. As/os graduandas/graduandos eram treinadas/treinados para aplicar testes psicológicos, o que ainda reverbera na atuação das/dos profissionais de Psicologia, principalmente, as/os que estão inseridas/inseridos dentro da área jurídica (CAIRES, 2003).

Atualmente, a/o psicóloga/psicólogo ocupam diversos espaços no âmbito da justiça, nos fóruns, penitenciárias, instituições policiais, de acolhimento, socioeducativas, entre outros. Todavia, as atuações ainda são muitas vezes relacionadas às avaliações psicológicas, que acabam por individualizar as demandas e os sujeitos, não tendo o olhar ampliado, analisando a produção de subjetividades das pessoas as quais atendem de maneira simplória, sem levar em conta aspectos sociais, econômicos, culturais e individuais que afetam tais pessoas e seus modos de ser e estar. Além disso, existe a tendência das/dos profissionais se acomodarem neste lugar de poder, de "julgamento" e

não buscar uma atuação ampliada, preocupada com os direitos humanos e a saúde mental, aceitando que seu trabalho é apenas avaliar (ROVINSKI, 2009).

De modo contrário, Schneider, na década de 50, já se preocupava em sair do lugar de psicologista (aplicador de testes), um tema que ainda estamos discutindo quando se fala de Psicologia Jurídica, pois com o passar do tempo ganhou força a ideia da Psicologia quase como sinônimo de avaliação quando em interface com a Justiça. As/os psicólogas/psicólogos dessa área continuam muitas vezes apenas auxiliando juízas/juízes em suas tomadas de decisões, limitando e limitadas/limitados em suas atuações (ROVINSKI, 2009).

Esse viés ocorre também devido o referencial adotado pelos profissionais da Psicologia em suas atuações. No Brasil, ainda temos as teorias psicanalíticas e cognitivo-comportamentais como grandes referenciais nos cursos de graduação em Psicologia e nas atuações das/dos profissionais. A problemática de utilizá-las na área jurídica é por ainda serem aproveitadas, muitas vezes, de maneira com que as demandas sejam analisadas/interpretadas de forma individual, simplificada, intrapsíquica, não levando em consideração os processos sociais, culturais, exteriores as pessoas, limitando-as. Dessa maneira a Psicologia acaba por servir para perpetuação das desigualdades sociais, o encarceramento em massa e a estigmatização de algumas camadas da população, atuando em favor de regimes de verdades que produzem as dualidades, bom-mal, normal-anormal, agressor-não agressor, apto-não apto, entre outras.

Devido a essas questões, a Psicologia Social pode ser importante ferramenta para as/os psicólogas/psicólogos que atuam na área jurídica (GARCIA; BEIRAS, 2019). As teorias da Psicologia Social iniciam nos anos 50, pós 2ª Guerra Mundial, tendo duas grandes bases, os EUA e a Europa, as/os americanas/americanos estudavam como melhorar os relacionamentos em grupos para que fosse possível aumentar a

produtividade, focando suas análises nos indivíduos e na cognição. Na Europa os estudos são voltados para diminuição de catástrofes, buscando entender o funcionamento dos grupos, seus membros, e entre os diversos grupos sociais. Na América Latina, nos anos 70, surgem diversas críticas a Psicologia Social Americana e Europeia, passando a pensar em uma Psicologia Social alinhada ao materialismo-histórico, mais afinado a realidade latino-americana (LANE, 2004).

A Psicologia Social, após superar as críticas em relação aos métodos de pesquisa, passa a olhar a/o sujeita/sujeito de maneira ampla, como ser individual e social, sendo produto e produtor de sua realidade, histórico-social. Assim, a Psicologia Social parte da ideia de que a/o sujeita/sujeito não está dada/dado, completa/completo, imutável, mas que se constitui nos encontros, nas vivências e acontecimentos ao longo de sua vida (MANSANO, 2009). Desconstruindo a ideia de que tenhamos uma personalidade, uma natureza humana, pois o "eu" sempre será múltiplo e processual, não único e fechado, por isso teóricas/teóricos como Deleuze e Guattari (1996) utilizam a ideia de processos de subjetivação.

Desta forma, a Psicologia Social, com a lente dos estudos de Deleuze e Guattari (1996), passa a ver que ao longo de nossas vidas nos construímos e desconstruímos, sendo perpassados por linhas duras, moleculares e de fuga. Nas primeiras estão os conjuntos molares, como as divisões identitárias, que se cristalizam, se fecham e enquadram, criando dualidades, homem/mulher, branco/preto, normal/anormal, tóxico/saudável, entre outras. As linhas moleculares, maleáveis geram fissuras, desterritorializações nas molaridades, produzindo movimentos, multiplicidade e, quando percebidas, são "forçadas" a territorialização, para que se tornem "entendíveis". As linhas de fuga produzem à ruptura, a desterritorialização total, a criação do novo e a explosão das duas linhas anteriores, podendo depois se territorializar e desterritorializar. Vale ressaltar, que

as linhas não são boas ou ruins por si só, pois permitem diferentes tipos de experimentações e significações (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Pode-se pensar em sujeitos múltiplos porque cada pessoa é atravessada por diversas linhas, que as levam a se comportar de diferentes maneiras em cada situação. Além disso, o ser e estar no mundo são políticos e sociais, perpassando relações de poder, então o sujeito não está só, dentro de um "eu", e sim estão muitos outros "eus" (DELEUZE; GUATTARI, 1996; GARCIA; BEIRAS, 2019).

As relações de saber-poder estão intimamente ligadas à subjetividade pelas linhas duras, pois produzem regimes de verdade, o enquadramento, a ordem, a realidade, afirmam e reafirmam quem são dominantes e dominados/dominadas, produzindo modos de subjetivação, assim performamos os modos de mundo que nos são apresentados, os discursos de verdades, até onde nos é permitido, porém, tais linhas podem ser rompidas, e explodidas nos encontros (BUTLER, 2019; DELEUZE; GUATTARI, 1996; MANSANO, 2009). Por isso, pensarmos na Psicologia enquanto problematizadora não só de questões individuais, mas questionadora das estratificações molares se faz necessária, pois pode fazer com que linhas moleculares e de fuga sejam possíveis não só para uma pessoa, e sim para toda sociedade. Neste sentido, entende-se que as violências contra as mulheres estão ligadas a maneira como os gêneros foram e são construídos em nossa sociedade, através de regimes de verdades que podem limitar modos de ser e estar (GARCIA; BEIRAS, 2019).

Então, é possível que na interface com a justiça as/os psicólogas/psicólogos executem a profissão de forma ampliada, através de atuações que vão além da realização de avaliações psicológicas em grupos com pessoas que desejam a adoção, em trabalho com pessoas que estão em disputa de guarda, em ressocialização com pessoas que estão presas e na realização de projetos voltados ao combate e prevenção das violências contra

as mulheres. Também atuando diretamente com as mulheres que sofreram violências, com os homens que as cometeram, mas também com crianças e adolescentes, em instituições de ensino, em empresas, na área da assistência social, da saúde e tantas outras nas quais as/os psicólogas/psicólogos estão inseridas/inseridos.

Essa multiplicidade de campos, atuações e abordagens que nos possibilita falar em "Psicologias", pois existe uma pluralidade de saberes e profissionais, tendo as/os que atuam de maneira mais individualizadora, em consonância com as normatizações e naturalizações que nos são impostas, e aquelas/aqueles que escapam, problematizam, explodem, quebram essas amarras, os regimes de verdade, atuando em favor dos direitos humanos e da potencialidade dos desejos e corpos, não limitando suas atuações e as vidas.

Como apontado no capítulo sobre grupos com HAV contra as mulheres, o CREAS seria a instituição indicada para promoção de projetos com homens, e em sua equipe de referência consta a participação da/do profissional de Psicologia. Essas/esses profissionais alinhadas/alinhados a Psicologia Social, aos Estudos de Gêneros e Feministas, após capacitação, poderiam ofertar ações, auxiliando na prevenção e combate às violências contra as mulheres.

Mas para que todas essas mudanças ocorram, também é necessário que o Sistema Conselhos de Psicologia, criado em 1971, que conta atualmente com 384.510 psicólogas/psicólogos registradas/registrados, sua grande maioria inscrita no estado de São Paulo (111.431) e sendo do sexo fêmea[38], continue construindo orientações para as/os profissionais atuarem no combate e prevenção das violências contra as mulheres, o que é um de seus objetivos, a orientação das/dos profissionais em suas atuações, se posicionando a favor da Psicologia que tenha compromisso social, combatendo a

[38] Dados disponíveis em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acessado em: 23 de nov. de 2020.

desigualdade social e qualquer violação a democracia. Isso fica exemplificado quando em 2005, na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), foi aprovada a criação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que havia sido idealizado em 2004 no "V Congresso Nacional de Psicologia". O objetivo do CREPOP é promover conhecimento sobre as práticas profissionais psicológicas nas políticas públicas, criando e discutindo referências técnicas para essas atuações, e atua em rede com o CFP e CRPs, ou seja, os documentos produzidos servem de apoio para atuação profissional em Psicologia.

Em 2012, o CREPOP, juntamente com os CRPs lançou o documento "Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de violência", a partir de pesquisa realizada em 2008 com psicólogas/psicólogos. A primeira etapa foi de instrumento *online*, sendo nacional, e a segunda presencial, através das 17 unidades locais do CREPOP que ficavam junto aos CRPs. Participaram da pesquisa 103 profissionais que atuavam em programas de atenção as mulheres em situações de violências, 80,4% eram mulheres, 70,9% brancas/brancos, 71,7% acima de 30 anos, 58,9% com pós-graduação, 31% recém-contratadas/contratados, 81,6% atuavam em órgãos públicos e 68,9% ganhavam até 2.000 reais mensais, as instituições de atuação dessas/desses psicólogas/psicólogos eram múltiplas, assim como a forma de execução (CFP, 2012).

> As informações da pesquisa indicam que os atendimentos de mulheres em situação de violência são caracterizados pela complexidade e multidimensionalidade. Diante da complexidade da atuação no campo da atenção e da prevenção da violência contra a mulher, as (os) profissionais têm desenvolvido diferentes modos de lidar para superar os desafios no cotidiano. As(os) psicólogas(os) têm tentado lidar com os desafios de modo criativo e ético, buscando garantir a realização do atendimento às vítimas de violência, apesar das limitações dos Serviços e dos Programas que muitas vezes não possibilitam condições adequadas para a realização do trabalho. (CFP, 2012, p.24).

São diversas as formas de atuação, desta forma o documento de referência elaborado pelo CREPOP foi/é importante para auxiliar as/os psicólogas/psicólogos na atuação da área, para que não tenhamos profissionais que cometam mais violências contra essas mulheres, as despotencializando e estigmatizando. O documento foi construído a partir de consulta pública, sendo expostas discussões em vários setores da sociedade, não somente entre psicólogas/psicólogos. A primeira questão levantada é a prática a partir do pressuposto ético-político, entendendo que as políticas públicas são elaboradas para todas/todos e são ações que entrelaçam a sociedade e o Estado, não são planos de governos, mas políticas do Estado por excelência (CFP, 2012).

Segundo a pesquisa realizada pelo CFP (2012), 47,7% das/dos psicólogas/psicólogos que atuam na área de serviços a atendimento a mulheres vítimas de violência estão em equipes multidisciplinares e 42,5% colocam que o Direito é a profissão que mais influência em seu trabalho. Outra questão levantada é a falta de delimitação em algumas instituições e entre as/os profissionais sobre a atuação da/do psicóloga/psicólogo e da/do assistente social, algo que é recorrente não só nessa área.

Entre as funções atribuídas as/aos psicólogas/psicólogos estão: escuta qualificada, acolhimento, fortalecimento e promoção de autoestima, superação da situação de violência e promoção de autonomia. O discurso comum entre as profissionais é o fortalecimento da mulher, mas, essa questão não deve ser trabalhada apenas de maneira individual, é necessário que tenhamos trabalhos que promovam a emancipação psicossocial de todas as mulheres. O trabalho parte, na maioria das vezes, da coordenação do Ministério da Saúde, da Secretaria de Políticas para Mulheres e do Ministério de Desenvolvimento Social (CFP, 2012).

Partindo desses pressupostos, o documento elege que a prática da/do profissional de Psicologia no enfrentamento das violências contra as mulheres deva sair do modelo

tradicional clínico, e buscar atuações com base na clínica ampliada, social, que produza atuações que discutam a realidade psicossocial dessas mulheres, juntamente com profissionais de outras ciências, atendendo-as de forma integral. No entanto, essas ações muitas vezes esbarram em problemas internos, como falta de tempo para que haja discussões de casos em equipe, pensamentos enraizados em preceitos morais, normatizadores e machistas por parte de pessoas das instituições e impasses externos; falta de comunicação adequada entre os programas que acolhem as mulheres vítimas de violências e os encaminhamentos, e tratamentos incompletos (CFP, 2012). Desta forma a/o profissional deve ter conhecimento sobre a rede de apoio às mulheres em situação de violências de seu território, e quais são suas fragilidades, um exemplo de como poderia funcionar (CFP, 2012, p.79):

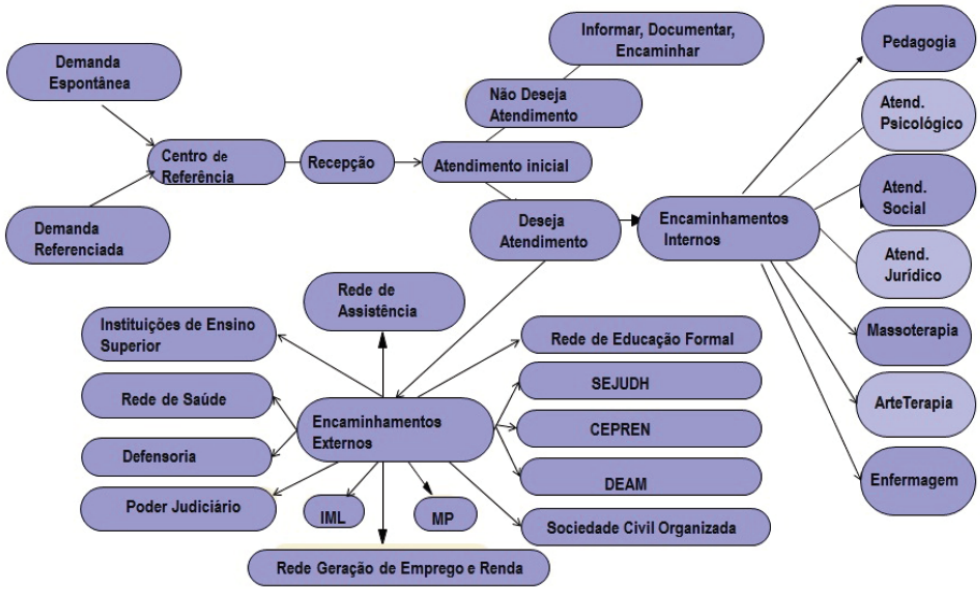

Figura 2: Sugestão de fluxo de atendimento na rede de atendimento à mulher em situação de violência. Este modelo foi elaborado pela equipe do Centro de Referência Maria do Pará, especializado no atendimento de mulheres em situação de violência, por isso apresenta órgãos específicos do estado do Pará. Vale ressaltar que este é em exemplo de funcionamento da rede de atendido e cada estado ou município pode dispor de uma rede diferenciada, com ampliação ou concentração dos serviços. O importante é que as psicólogas (os) conheçam a Rede para construir sua prática.

Esse modelo pode ser utilizado em diferentes localidades, sendo alterado devido às especificidades de cada território. Nessa rede a/o psicóloga/psicólogo pode atuar no acolhimento, avaliação psicológica, atendimentos individuais e em grupos, e realizando encaminhamentos necessários, podendo atender as mulheres em situação de violência, os homens autores de violências e a família em geral, considerando que cada instituição terá seu modo de atuar (CFP, 2012). A atuação individual da/do psicóloga/psicólogo também é uma questão a ser discutida, segundo o documento:

> Uma vez que o papel da(o) psicóloga(o) é promover a reflexão nas mulheres em situação de violência, no sentido de que elas possam reconstruir suas vidas e fazer novas escolhas, é fundamental ter acesso a grande variedade de conceitos e teorias a respeito da violência e a especificidade do gênero. (CFP, 2012, p. 50).

Pensando dessa forma, é necessário que a/o profissional de Psicologia aborde as violências contra as mulheres como uma questão sociocultural, assumindo que a construção social do que é ser mulher e homem são variáveis importantes para discussão dessa problemática. Ainda temos em nossa sociedade o pensamento que a mulher deve ser submissa ao homem, que precisa crescer; casar, ter filhas/filhos, cuidar da casa e da família, além de satisfazer sexualmente o marido, criando expectativas para e nas mulheres, regimes de verdade produzidos principalmente a partir da Era Vitoriana (FOUCAULT, 2015).

Então, é preciso trabalhar o empoderamento psicossocial das mulheres, para que saibam que muitas vezes sonhos e planos construídos socialmente, da família perfeita, serão quebrados, mas que novos sonhos são possíveis e permitidos. Contudo, é preciso visar uma mudança social, que o trabalho seja ampliado para outras populações, não só das mulheres que sofreram violências, pois é importante pensarmos na prevenção às violências e o fim das desigualdades de gêneros (CFP, 2012).

Seguindo o caminho de discutir a atuação da Psicologia nas violências contra as mulheres, apresentaremos mais alguns estudos. Como o de Porto (2013), que em sua tese de doutorado realizou pesquisa documental de publicações da SPM de 2003 a 2010 e entrevistou 12 psicólogas (todas do gênero feminino) do estado do ACRE (no estado tem atualmente 688 psicólogas/psicólogos registradas/registrados no CFP). No ano de 2012, seis tinham experiência com serviços especializados no atendimento de mulheres em situações de violências, e as outras não tinham passado por essas instituições, mas já haviam feito atendimentos às mulheres que sofreram violências. A pesquisa partiu de entrevista semiestruturada, a qual tinha como temas: experiência em realizar atendimento às mulheres em situações de violências, orientações da SPM e a Psicologia nessa área. Foram retiradas frases dos manuais de orientação da SPM e colocadas para as psicólogas colocarem o grau de concordância. A análise dos dados foi a partir de Análise do Discurso com interface com a Psicanálise e o Materialismo Histórico.

Na pesquisa documental, constatou-se que não existem citações sobre as atuações da/do profissional da Psicologia nas instituições de atendimento as mulheres em situações de violências, o que se apresenta é a realização de grupos focais e oficinas, mas que não são limitadas às/aos psicólogas/psicólogos. Outra proposta é a realização de avaliação psicológica para que se entendam questões subjetivas das violências e para possíveis encaminhamentos, em especial a arteterapia. Não existe uma definição sobre a função da Psicologia, mas a ideia de atendimentos multiprofissionais, buscando elevar a autoestima da mulher, pensando a violência a partir de recorte social e pensando em questões subjetivas através do encaminhamento para rede de saúde (PORTO, 2013).

Na pesquisa de campo, as/os psicólogas/psicólogos apontaram que o trabalho clínico é importante nessa área, que a Psicologia precisa trabalhar com questões subjetivas dessas mulheres, em atendimentos individuais ou grupos, não pensando em transformá-

las em feministas militantes, mas trabalhando à questão do empoderamento, algo que deve ser discutido de forma interdisciplinar. Sobre os documentos da SPM apenas três colocaram como úteis, o restante entendeu que somente em um destes que se discute sobre a atuação da/do profissional da Psicologia. Para Porto (2013) o atendimento psicológico pautado somente na questão social da violência não é suficiente, se faz necessário pensar o sofrimento psíquico a partir das teorias e técnicas da Psicologia Clínica, a autora valoriza as conquistas e lutas feministas, e os estudos de gêneros, mas orienta olhar para as violências contra as mulheres, partindo de questões subjetivas, intrapsíquicas, discutindo a questão de forma ampliada.

A pesquisa de Heloisa Hanada, Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira e Lilia Blima Schraiber, publicada em 2010 pela Revista Estudos Feministas, intitulada "Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência", teve como objetivo identificar e analisar a inserção da/do psicóloga/psicólogo na rede intersetorial de atenção a mulheres em situações de violências. A pesquisa foi realizada nas cidades de São Paulo, Recife e Porto Alegre no ano de 2005. Foram realizadas entrevistas com questionário semiestruturado com 100 pessoas que atuavam em instituições que atendiam a demanda das violências contra as mulheres, sendo 19 psicólogas/psicólogos.

A pesquisa demonstrou que houve aumento na contratação de profissionais da Psicologia. Em 2002 contratando 85 e 2005 foram 109, porém há dificuldade na limitação da atuação de cada profissional que compunha a equipe, não entendendo qual seria a função da/do psicóloga/psicólogo e por que esta/este seria importante, desta forma as/os psicólogas/psicólogos acabavam por se adaptar a cada instituição, muitas vezes atuando de forma mais assistencial, mesmo que através da clínica (em atendimentos individuais, grupos, família e casais), além do trabalho de acolhimento emocional e treinamento, formação e suporte as/aos outras/outros profissionais da rede. Conclui-se que a Psicologia

não tem uma função destacada nessa área, mas atua conforme a necessidade de cada instituição, se moldando as propostas de atendimentos (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010).

Em outro estudo, de Danielle Cristina de Oliveira e Lídio de Souza, publicado em 2006 na revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, com o título "Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos", o objetivo foi investigar concepções sobre gêneros e violências conjugais de psicólogo-psicólogas que atuavam com essa demanda em Vitória. Foram entrevistado-entrevistadas nove profissionais (seis mulheres e três homens) que atuavam em programas públicos, o estudo foi realizado em 2004. Como resultado descobriu que a maior parte das/dos entrevistadas/entrevistados entendem a violência conjugal como uma construção social, devido a modelos impostos aos homens e mulheres, trabalhando a questão a partir dos movimentos feministas, enxergando a problemática como um todo, com "n" variáveis, mas outros permanecem com a ideia biologizante de que o homem é mais forte e a mulher frágil.

Na pesquisa "Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família" que tem Nadirlene Pereira Gomes como autora principal, publicada na revista Psicologia USP em 2014, o objetivo foi entender o significado do apoio psicológico dentro da ESF, de uma cidade de Santa Catarina, às mulheres em situações de violências conjugais. A pesquisa foi realizada com 16 equipes de ESFs, o processo para coleta e análise de dados partiu da Teoria Fundamentada nos Dados, as/os participantes foram divididos em três grupos amostrais, o primeiro era composto por 17 técnicas/técnicos de enfermagem, 13 enfermeiras/enfermeiros, 12 médicas/médicos, o segundo tinha duas/dois psiquiatras, duas/dois psicólogas/psicólogos e uma/um assistente social, o terceiro foi constituído por cinco coordenadoras/coordenadores de saúde, ocorrendo assim 52 entrevistas individuais

gravadas. Como resultado foi apontado à necessidade de apoio psicológico às mulheres que sofreram violências conjugais e para suas/seus filhas/filhos, por sofrerem comprometimento da saúde mental, o que levaria a dificuldades no desenvolvimento. Os atendimentos para as mulheres seriam vistos como forma de auxiliá-las a se empoderarem para saírem das situações de violências, outro apontamento feito é a falta de psicólogas/psicólogos e número escasso de profissionais na rede de saúde.

Em artigo publicado na revista Psicologia & Sociedade, em 2003, as autoras Sofia Neves e Conceição Nogueira (2003) detalham sobre a Psicologia Feminista dentro do *setting* terapêutico e o trabalho com a questão da violência contra as mulheres. Essa abordagem surge após a segunda onda feminista, quando as mulheres começam a ter maior visibilidade dentro da área acadêmica, se posicionando contra o sexismo, na busca por igualdade em todas as áreas da sociedade. Essa teoria procura discutir a interferência dos processos sociais, principalmente nas questões de gêneros, no processo de subjetivação, pensando as/os sujeitas/sujeitos como sociais. Com isso, a Psicologia Feminista surge com a ideia central de emancipação social e tomada de consciência, partindo da ideia de que o pessoal é político. No trabalho junto às mulheres em situações de violências a atuação com base nessa abordagem, além de buscar problematizar sobre a dominação masculina, imposta pela sociedade, discute o lugar de vitimização, fazendo que ressignifiquem seus lugares no mundo, empoderando-as para novas perspectivas.

Érika Cecília Soares Oliveira (2014) em seu trabalho “Eu também sei atirar”!: Reflexões sobre a violência contra as mulheres e metodologias estético políticas”, publicado na revista Psicologia: Ciência e Profissão, teve como objetivo problematizar a violência contra às mulheres em relações conjugais heterossexuais em diferentes grupos, como catadoras/catadores de materiais recicláveis, alunas/alunos de um programa de alfabetização, alunas/alunos de um curso profissionalizante e profissionais da saúde. A

metodologia utilizada foi a do “teatro fórum”, no qual se tem cenas de teatro. No caso do estudo, o tema era uma mulher sendo agredida e as pessoas que estavam assistindo eram convidadas para interferirem na continuação da peça.

Foram realizadas cinco apresentações, nessas a autora conseguiu mapear três discursos utilizados, o regulador que parte da ideia de comportamentos normatizados que devem ser cumpridos por homens e mulheres, na qual a segunda deve-se colocar como submissa e quando não cumpre com seus deveres merece apanhar, ou seja, se sofreu violência é porque mereceu. Outro discurso utilizado é o de resistência, a mulher deve se empoderar e ganhar espaço, devendo ser tratada como igual, não sendo submissa ao homem, além da desconstrução de ideias normatizadoras de amor e casamento. E o terceiro discurso é o jurídico, partindo da ideia de que devem procurar as autoridades competentes para poderem ter proteção e para que o homem seja punido. Esse modo de atuar através de pesquisa-ação pode ser importante para a Psicologia ter outros meios de atuação no combate à violência contra as mulheres, buscando a partir dessas reflexões em grupos a desconstrução de discursos reguladores, construindo a ideia de que nossa sociedade é desigual e precisa-se buscar a igualdade para que não haja situações de agressões (OLIVEIRA, 2014).

Em pesquisa de mestrado, Maisa Campos Guimarães (2014) discute sobre a atuação da/do psicóloga/psicólogo junto às mulheres que sofreram violências domésticas, problematizando a formação pessoal e profissional desta/deste. Em um dos capítulos apresenta a discussão sobre a formação das/dos psicólogas/psicólogos, a qual é apontada como deficitária em questões técnicas e teóricas, ou seja, que as/os graduandas/graduandos em Psicologia muitas vezes não estão preparadas/preparados para atuação com a realidade da profissão, coloca como fatores para isso a multiplicidade

teórica, metodológica e filosófica dessa ciência, tornando impossível formar profissionais preparadas/preparados para todas as situações/funções que possam ter.

A pesquisa de Guimarães (2014) utilizou como método a técnica de Balint, com a base teórica da Psicanálise, no qual se utiliza como proposta a pesquisa a partir de grupo de discussão. Foram realizados cinco encontros com oito profissionais da Psicologia (seis do gênero feminino e dois do gênero masculino) que atuavam em instituição de atendimento as mulheres em situações de violências na cidade de Brasília. Como resultado verificou-se a necessidade das/dos psicólogas/psicólogos que atuam com essa demanda terem espaço para discussão e cuidado consigo, devido a atuação fazer com que reflitam sobre suas vivências, gêneros e sua posição ética-política no mundo. A questão do cuidado consigo mesmo é pouco discutida, a noção de necessitar estar bem física e psicologicamente para poder atuar quase não é problematizada entre as/os psicólogas/psicólogos, tema importante para a profissão, pois irá refletir durante a atuação dessas/desses profissionais.

Através destes trabalhos, podemos pontuar que a atuação da/do profissional de Psicologia na área das violências contra as mulheres é plural, devido às diferentes formações, os objetivos de cada instituição e a produção de subjetividades. Maior parte dos trabalhos consultados e recomendações do CFP são para que a/o psicóloga/psicólogo busque empoderar às mulheres em situações de violências, para que possam reagir e sair deste lugar, problematizando assim a realidade social machista, patriarcal e sexista que se encontram. No entanto, não se podem esquecer as questões subjetivas, o processo de subjetivação individual de cada pessoa, entendendo que existem múltiplas mulheres em situações de violências, cada qual com sua singularidade. Assim a/o psicóloga/psicólogo necessita atuar de forma ética-estética-política, se posicionando eticamente em sua atuação, que seja aberta a novos possíveis, não se limitando a uma ideia, teoria ou

abordagem, produzindo novas possibilidades, subjetividades, criando saberes e campos, ação estética e política, lutando contra normatizações que despotencializam a vida.

6. PROBLEMA DE PESQUISA

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, vinculada à Presidência da República (atualmente nomeada Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres -SNPM, vinculada ao Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos), esperava-se que o combate às desigualdades, violências, discriminações e preconceitos de gêneros fosse cada vez mais forte e ampliado. No entanto, verifica-se que a preocupação com as mulheres só ganhou maiores esforços após promulgação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11340/06). Já as pautas para o combate às LGBTQIA+fobias estão pouco movimentadas. A criação da Secretaria e da referida lei foram importantes, mas são ações ainda pequenas diante do número cada vez maior de registros de casos de violências contra as mulheres e feminicídios. A respeito dos programas para atendimento de HAV, também tivemos um crescimento no número de ofertas, principalmente após a promulgação da Lei Maria da Penha, mas:

> Ainda assim, são muitas as dificuldades de criação de serviços como estes, dados diversos aspectos, tais como: políticas públicas ainda ineficientes, mudanças de gestão por questões políticas e fim de mandatos que interrompem serviços iniciados, desconhecimento sobre serviços similares para troca de experiências, necessidade de capacitação continuada dificultada pela falta de recursos e dificuldades de gestão, e dificuldades ainda presentes de desenvolvimento e captação de recursos. (BEIRAS, 2014, p. 5).

Por essas questões, a realização de ações a partir de instituições governamentais tendem a ter maior durabilidade por conseguirem acesso a recursos financeiros e humanos para realização de tais programas, permitindo que possam ter capacitações e atualizações com maior frequência, locais adequados para os encontros e profissionais que consigam dedicar parte de sua carga horária de trabalho para tais fins. No entanto, para funcionar desta maneira faz-se necessária a construção de uma política pública específica, com a

ideia de que sejam programas fixos, não dependendo de escolhas governamentais ou de outra espécie. Algo que ocorreu em Blumenau antes da implementação da Lei Maria da Penha, quando foi sancionada a Lei Municipal n. 5825/01[39], a qual criou o "Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar", que recebe recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e é desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social, direcionando os atendimentos para psicólogas/psicólogos, assistentes sociais e assistentes jurídicos. Com isso, em 2003 conseguiram executar grupos com HAV e que permanecem até atualmente. Ao contrário do que ocorre em outras localidades, onde enfrentam dificuldades com mudança das gestões públicas e a falta de financiamento para dar continuidade aos projetos (BEIRAS, 2014; CATIE, 2019).

No estado de Mato Grosso do Sul, o Tribunal de Justiça, em 2017, proporcionou curso sobre grupos com HAV para as equipes psicossociais dos fóruns do estado. A formação foi realizada pelo Instituto Albam de Belo Horizonte/MG, que é uma organização da sociedade civil com vinte anos de história, um dos primeiros no Brasil a trabalhar com grupos reflexivos. A instituição trabalha com grupos, palestras e capacitação nessa área temática e seu objetivo era, a partir desse conhecimento, que se iniciasse a implantação em diversas cidades de grupos reflexivos. Entretanto, até o início de 2019, somente em Campo Grande (capital do estado) se tinha tal iniciativa. Isso ocorreu por ter poucas/poucos profissionais psicossociais atuando nos fóruns, que são levados/levadas a priorizar outras demandas, principalmente as demandas relativas a avaliações jurídicas.

Na capital, os grupos foram realizados devido às/aos profissionais (psicólogas/psicólogos, assistentes sociais e juíza) terem interesse no assunto e estarem

[39] Disponível em: <https://c-mara-municipal-de-blumenau.jusbrasil.com.br/legislacao/266947/lei-5825-01>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

alocadas/alocados na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Sendo assim, conseguem destinar parte da jornada de trabalho para atuação nos grupos, o que não é possível em outros locais. Têm surgido, no estado, outras iniciativas com a assinatura de termos de cooperação entre o Tribunal de Justiça e instituições de ensino superior. No entanto, estas encontram dificuldades na realização devido à falta de financiamento e de pessoas dispostas para realização do trabalho de forma voluntária.

Muitas vezes, quando não se tem apoio do Estado, os programas não se sustentam e não conseguem se manter com recursos próprios, como no caso do trabalho desenvolvido no Coletivo Feminista, Sexualidade e Saúde, em São Paulo, o qual era coordenado por voluntárias/voluntários sem nenhum tipo de recurso (CEPIA, 2016). Quando consumados por instituições governamentais, esses programas podem ter maior durabilidade/continuidade de seus trabalhados por possuírem recursos financeiros e humanos, o que muitas vezes não é possível em programas de OSC e daqueles que tem acordos de cooperação entre instituições do Estado e as OSC. Contudo, tais atuações precisam estar firmadas em políticas públicas para que não ocorram interrupções em mudanças de governos, ou seja, precisam ser políticas de Estado e não de governos.

Como apontam Leite e Lopes (2013), não existem programas do Estado para intervenção com HAV. As ações são realizadas de forma isolada e não se propõe por parte dos governos atuar com tais pessoas, sendo o aprisionamento, as medidas protetivas e uso de tornozeleiras as formas de combate à novas violências. Ideias semelhantes são vistas no combate ao tráfico de drogas, o encarceramento em massa, criminalização da pobreza, assassinato de jovens negros, ou seja, políticas de guerra ao tráfico e não de solução. No entanto, tais ações têm levado ao maior ganho de poder de facções nas penitenciárias do Brasil e, no caso das violências contra as mulheres, têm levado a mais agressões e novas

vítimas, já que estes homens iniciam novos relacionamentos ou retornam a anteriores e, muitas vezes, dão início a um novo ciclo de agressões.

Outra discussão necessária é sobre o papel da Psicologia nas ações com grupos de HAV. O que se pode mapear nas revisões da literatura é o apontamento de que não é necessária a formação em Psicologia para tornar-se facilitador ou facilitadora; o esperado é que possuam estudos/conhecimentos a respeito das relações de gêneros e se tenha feito uma autoanálise sobre o tema, participando de grupos ou através da terapia. Entretanto, encontramos observações de que parcerias com psicólogas/psicólogos para atendimentos individuais são importantes e necessárias e o Grupo 25 (2005), em sua cartilha sobre atuação com grupos com HAV, apresenta a necessidade de que as/os facilitadoras/facilitadores sejam formadas/formados em Psicologia e/ou Psiquiatria, assim como nas "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor" (BRASIL, 2011), que apontam profissionais da Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais e Serviço Social como capacitadas/capacitados à coordenação dos grupos.

Assim sendo, ressoam algumas questões: Nesses trabalhos, a atuação de pessoas graduadas em Psicologia se faz de maneira diferenciada de outras/outros facilitadoras/facilitadores com outras graduações? Apesar do caráter não terapêutico desses grupos, a atuação das/dos psicólogas/psicólogos seria benéfica? O que as/os profissionais da Psicologia têm feito nessa área? Que Psicologia tem sido proposta nessas atuações? Estas são perguntas que não encontramos respostas na literatura revisada e que tentamos responder ao longo deste trabalho. A partir de pesquisas do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), sabe-se o que tem sido feito e a importância dos trabalhos das/dos psicólogas/psicólogos junto às mulheres que sofreram violências (CFP, 2010), mas não temos essas informações a respeito da atuação

com os HAV, o que seria importante para auxiliar outras/outros profissionais na atuação e visibilização deste campo da profissão.

7. OBJETIVOS

Tivemos como objetivo geral discutir e construir conhecimento a respeito da Psicologia na interface com a Justiça, em especial, no contexto do combate às violências contra as mulheres, com ênfase na problematização sobre os grupos com HAV contra as mulheres. Buscamos coletar narrativas de pessoas que atuaram e atuam nessas ações em diversos estados do Brasil, observando em suas falas a causa e motivação para atuarem nessa área, como se deu a construção e qual a estrutura e as diretrizes teóricas e metodológicas destes projetos e, por fim, como os conhecimentos psicológicos têm sido utilizados nestes grupos.

8. METODOLOGIA

Com este trabalho, pretendemos contribuir para a construção de conhecimentos na área da Psicologia em Interface com a Justiça (conhecida comumente como Psicologia Jurídica), especificamente no combate às violências contra as mulheres, com ênfase nos grupos com HAV contra mulheres. Para alcançar nossos objetivos, em um primeiro momento se fez necessário conhecer a literatura especializada e pesquisar o que se tem construído sobre o tema no contexto brasileiro e internacional. No segundo momento, realizamos entrevistas com sete pessoas que atuaram ou atuam como facilitadoras nos grupos com HAV, com a finalidade de compreender o motivo de iniciarem suas atuações nessas iniciativas, o preparo para atuar, a estrutura teórica e metodológica dos projetos e facilitadoras/facilitadores e como o saber psicológico e a Psicologia tem sido pensados nos grupos.

Vale ressaltar, que o projeto de pesquisa passou por análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus de Assis, através da Plataforma Brasil, tendo sido aprovado com o número do processo 28350020.3.0000.5401. Para seguir os protocolos de segurança para controle da pandemia do Covid-19, optamos pela realização dos encontros de maneira virtual através do *Google Meet*. As entrevistas só foram realizadas após apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As/Os participantes foram encontradas/encontrados a partir de pesquisa no *Google* - com o descritor "grupo com homens autores de violência" -, dados encontrados na literatura e indicações.

Para realização deste trabalho utilizamos o método narrativo, que é uma abordagem teórico-metodológica que respeita e problematiza as variações, não sendo reducionista, e que nos possibilitou discutir as diversas linhas de saber-poder envolvidas. Desta forma, a/o pesquisadora/pesquisador, ao construir as narrativas por meio da audição, leitura, transcrição e interpretação pode analisar as relações/linhas que existem nas falas, não-falas e na construção da narrativa pela/pelo participante.

Pensar os processos de subjetivação das/dos participantes da pesquisa foi importante para a discussão sobre suas participações e a construção dos grupos com homens autores de violências pois, muitas vezes, é a partir das vivências e experiências pessoais que tais pessoas se tornam facilitadoras/facilitadores, levando para os grupos suas histórias de vidas e embasamento teóricos-metodológicos que foram construindo em seus encontros. Isso fica exemplificado no livro de Toneli et al. (2010a), no qual grande parte dos entrevistados e das entrevistadas entram e/ou constroem grupos com HAV a partir de vivências pessoais.

Vale ressaltar que em uma pesquisa científica com seres humanos, de caráter qualitativo, é necessário repensar o modo como construímos nossa relação com a/o

participante e a maneira como conseguiremos elencar as informações que necessitamos, pois podemos construir instrumentos que apenas colham dados categorizados e não uma real história sobre determinado tema, fazendo com que tenhamos materiais mais para corroborar nossas discussões do que informações mais complexas/completas (RIESSMAN, 2002). Com isso, a metodologia narrativa não trabalha com a objetividade comum das ciências naturais positivistas, as quais pensam o mundo de maneira objetiva, com o distanciamento do sujeito e objeto de pesquisa, como se estes estivessem separados, buscando padrões e universalismos (LANE, 2004). O método narrativo é contrário à desumanização e padronização de relatos e foi pensado por feministas e pesquisadoras/pesquisadores das ciências sociais, buscando se aproximar das/dos participantes para que possam narrar suas histórias da maneira que lhes é imaginada no momento (RIESSMAN, 2002).

Vale dizer que as narrativas - orais e escritas - são utilizadas há muito tempo para contar as histórias da humanidade, sendo uma das formas do discurso, então existem diversos tipos de narrativas, contos populares e de fadas, estórias reais e fictícias, entre outras (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003). Ainda assim, a narrativa passou a ser usada como método científico por estudiosas/estudiosos de diversas áreas, como disciplina das ciências humanas, História, Antropologia, Psicologia, Sociologia e Sociolinguística, por volta dos anos 60, mas não existe uma definição em que momento se iniciou o uso deste método na academia (RIESSMAN, 2002; RIESSMAN; QUINNEY, 2005).

Um dos primeiros a usar a narrativa como método de pesquisa foi Gareth Williams, em 1984, quando pediu para que pacientes com doença crônica contassem a respeito da interrupção do curso de vida causado pela doença, assim entendendo quais eram as crenças imaginadas que esse rompimento causou, denominadas de “narrativas reconstruídas”. Outro importante estudioso foi James Gee, que tinha maior atenção às

gravações de áudios, analisando de maneira cuidadosa a entonação das palavras e frases (RIESSMAN, 2008).

Essas maneiras de olhar/ler as narrativas não são comuns em nosso dia a dia. O contar histórias em nosso cotidiano não requer maior atenção e interpretação, ao contrário do que ocorre em pesquisas científicas, todos os detalhes podem ser valiosos e a análise que se faz tem importância para o resultado (RIESSMAN; QUINNEY, 2005). Não importa o método utilizado para construção da narrativa, estas sempre necessitarão de análise posterior, interpretação da/do pesquisadora/pesquisador a respeito dos dados coletados; por si própria não são analisadas (RIESSMAN, 2005). Outra diferença está em sua sequência, consequência, como e qual motivo para se transformar em uma história, ou seja, a narrativa dentro de uma pesquisa será contada a partir de uma questão gerativa, assim será organizada, analisada e interpretada (RIESSMAN; QUINNEY, 2005).

Então, é a partir de uma pergunta gerativa geral ou específica, dependendo do objetivo do estudo, que uma narrativa se inicia em uma pesquisa, que pode ser uma entrevista aberta ou semiestruturada. O objetivo da/do pesquisadora/pesquisador é ir ao encontro com os processos de subjetivação e experiências da/do participante. Pode ser necessária a construção de uma nova pergunta gerativa, para pontos/momentos que ficaram sem entendimento e que possam ser explicados com uma nova narrativa (FLICK, 2004).

Temos, então, um ponto de partida: como se constrói uma história? Uma narrativa é formada por personagens, tema e enredo que se processa e se constrói com o passar do tempo (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003). Para Gergen (1996), as narrativas precisam ter um objetivo final; ao contar uma história é necessário que se estabeleça qual é o ponto final, aonde se quer chegar e é necessário que sejam selecionados os fatos relevantes para o objetivo final, acontecimentos adicionais irrelevantes não seriam necessários. Após

essas duas definições, é necessário que se coloque em ordem a história, para que se torne inteligível. Os personagens precisam ser coerentes ao longo da narrativa. Outro ponto importante seria demonstrar a causalidade de cada fato, criando ligações entre os diversos momentos apresentados. E, por fim, demonstrar seu início e final, deixando exemplificado para a/o ouvinte quando a narrativa começou e terminou.

Todavia, é difícil de se ter uma definição precisa do que é considerado narrativa e não existe um consenso entre as/os estudiosas/estudiosos (GERGEN, 1996; RIESSMAN, 2003). Bruner (1991), por exemplo, aponta 10 características para a construção de uma narrativa: 1) ao narrar uma história, esta é construída em uma linha do tempo, mas não "tempo formal", de dia, meses, anos, e sim o tempo do sujeito, em como foi sua percepção do passar da história, o que Bruner (1991) chamou de “diacronicidade narrativa”; 2) cada narrativa traz consigo traços de particularidades, que podem muitas vezes serem interpretados e analisados a partir de uma generalização; 3) existem, também, as ações intencionais de cada personagem, mesmo que estes sejam inanimados se cria estados intencionais pois sem a intenção não haveria a história, sua participação não seria relevante; 4) uma narrativa pode ser a expressão de uma pessoa sobre determinado tema ou história de vida, porém existe também a interpretação de quem está lendo ou ouvindo e essa busca pelo significado é chamada de hermenêutica, então existe uma interdependência entre as partes e o todo, expressão e significação, são propriedades do círculo hermenêutico; 5) ao se contar uma história é preciso ter um enredo canônico e uma violação, ou seja, precisa de uma linha de raciocínio, estar dentro de uma normatividade, porém, que exista uma quebra de expectativa, o que justifica a história ser contada, gerando novas maneiras de se olhar o mundo; 6) as narrativas não falam de verdades verificáveis, mas de construções de realidade que podem ser analisadas a partir da verossimilhança; 7) as narrativas podem ser divididas em diversos gêneros literários,

mas essas separações servem mais para uma maneira de leitura/interpretação da história do que como pode ser conduzida; 8) contar histórias gera normatividades em seu processo, que são culturais, históricas e sociais, então vão se alterando ao longo do tempo; 9) dentro das narrativas não se busca uma descrição da realidade de maneira objetiva, mas os significados culturais dentro daquele contexto, quais são as noções que se querem passar; 10) o processo de construção de narrativas se dá a partir da junção de diversas histórias que ocorrem ao longo do tempo e essa junção para formar o todo, são conhecidos como tradições, cultura e história, ou seja, quando uma se conta a história de uma família estão se unindo diversas narrativas para se chegar ao todo, que pode ser uma tradição familiar, ou a própria história da família (BRUNER, 1991).

A narrativa precisa de uma pergunta gerativa, de um objetivo, de personagens, de um final e sua construção se dá em uma linha do tempo, na "diacronicidade narrativa" (BRUNER, 1991). Ou seja, ao narrar uma história não estamos falando sobre o tempo, com passado, presente e futuro, mas da relação que a/o narradora/narrador criou com sua narrativa, como essa se estruturou para aquela/aquele que conta, pois quando estão falando do passado também estará falando do presente e futuro, ou seja, ao narrar o meu passado estarei utilizando minhas interpretações atuais (RIESSMAN, 2015).

Assim, a narrativa pessoal, quase sempre, é produzida através de uma sequência lógica de acontecimentos em uma ordem cronológica, podem ter momentos de voltas ao passado ou avanços para o "futuro" (RIESSMAN, 2015). A narrativa traz consigo uma ordem de acontecimentos que se justificam a partir do que foi contato, construindo assim uma linha histórica de vivências de maneira inteligível, temporal, dando lógica a experiências passadas, mas também pode-se ter narrativas categóricas, contar a história de vida através de categorias comuns (REISSMAN, 2002).

Após entendermos como se constrói uma narrativa, é necessário discutir como trabalhar com esse método. Existem diversas maneiras e dentro da História Social e da Antropologia utiliza-se a história de vida, junção de diversos dados sobre a vida de pessoas, desde entrevistas até documentos (RIESSMAN, 2005; RIESSMAN; QUINNEY, 2005) como, por exemplo, Myerhoff (1978 apud REISSMAN, 2002) que produziu uma narrativa sobre idosos judeus do Leste Europeu a partir de informações fragmentadas que lhes foram passadas em pesquisa de campo. Então, a narrativa construída tem aqui que foi contado e a interpretação da autora, de modo que não é possível fazer uma separação, o que ficou conhecido como "abordagem da história de vida".

Outra maneira de utilizar a narrativa é investigar histórias contadas sobre um determinado tema específico, que são dadas a partir de uma série de perguntas, o que é chamado de histórias discretas (REISSMAN, 2002). A sociolinguística é uma das disciplinas que utiliza essas técnicas, Labov (1982 apud RIESSMAN; QUINNEY, 2005). Por exemplo, utilizou respostas gravadas sobre incidentes violentos.

Outra abordagem é da Narrativa Pessoal, na qual a/o pesquisadora/pesquisador, a partir de entrevistas e contatos com as/os participantes, constrói relatos extensos sobre as vidas destas pessoas para que depois possam ser analisados os discursos, estruturas verbais, diferenças e semelhanças nas narrativas, entre outras possibilidades (REISSMAN, 2002). É muito utilizada pela Psicologia e Sociologia, o que seria a narrativa de histórias de vidas, tendo como base longas entrevistas, nas quais as/os narradoras/narradores contam sobre suas vivências (RIESSMAN; QUINNEY, 2005).

A partir de como as narrativas são organizadas, também se articula o modo como serão analisadas. Uma das maneiras de análise, e que iremos utilizar nesta pesquisa, é a Análise Temática, que está mais preocupada com o que foi dito do que como foi dito. Assim, as narrativas são organizadas por temas em comuns e a linguagem se transforma

em meio/tecnologia na obtenção de dados, mantendo a importância no conteúdo e com a necessidade de problematizar que tal método de análise não deve ser entendido com a "objetividade" das pesquisas positivista, como se houvesse distanciamento da/do pesquisadora/pesquisador e ao negligenciamento das individualidades, pois ao agrupar narrativas semelhantes, se perdem os processos de fuga e acabam por normatizar ideias (RIESSMAN, 2005).

Já na Análise Estrutural, a linguagem ganha destaque e a maneira como a narrativa é contada, as tecnologias/dispositivos linguísticos utilizados são analisados de maneira minuciosa; não que o conteúdo seja descartado, mas tem menos relevância nessa análise (RIESSMAN, 2005). Neste sentido, Labov (1982 apud RIESSMAN, 2005), ao analisar narrativas curtas e com temas específicos, interpreta como a história é contada, os detalhes utilizados, as sequências de ações, momentos em que o narrador se posiciona, se afasta e encerra a narrativa, fazendo com que cada detalhe seja importante para análise, diferentemente da primeira metodologia, que está preocupada com o conteúdo da história. Tal método é utilizado, em grande parte, por estudiosas/estudiosos da Sociolinguística e tem como ponto negativo a possível desconexão da narrativa com outros pontos importantes, como o tempo histórico, social, entre outras interações.

Na Análise Interacional, os olhares estão focados no processo de construção da narrativa, na interação entre narradora/narrador e ouvinte, pois o segundo não estará apenas no lugar passivo, mas será ativo na construção da narrativa em seus questionamentos (RIESSMAN, 2005). Neste sentido, a/o pesquisadora/pesquisador está envolvida/envolvido na pesquisa de maneira que auxilia a/o narradora/narrador a contar sua história e, com isso, é possível analisar o dito e o não dito, os gestuais e comportamentos ao longo da narrativa, o que também pode ser um problema pois é difícil transcrever gestos e pausas de maneira eficiente (RIESSMAN, 2005).

A Análise Performativa tende a ter como principal foco a identidade e a maneira que o "eu" é representado dentro da narrativa. Nesta metodologia, a análise se dá na maneira como a/o narradora/narrador se coloca na história, quais são as/os personagens, os locais em que se passam a narrativa, diálogos existentes e como o "eu" é performado, qual identidade ganha espaço no palco da narração (RIESSMAN, 2005).

Sendo assim, a narrativa permite tomar a realidade de maneira processual e fluída, sempre em processo e através dela podemos nos constituir no mundo, enxergamos o "eu" (BROCKMEIER. HARRÉ, 2003). É na relação com o outro que construímos significados, identidade e nossas histórias; ao narrar minha vida ao outro, consigo concretizar toda a trajetória (BUTLER, 2015). Então, as narrativas trazem consigo identidades da/do narradora/narrador, narrações de como nos apresentamos ao mundo e como foi/é/será nossa performance ao longo da vida (RIESSMAN, 2003). A partir de sua narrativa, o/a participante poderá se colocar de maneira ativa e passiva na história, assim como demonstrar que identidade deseja positivar em seu relato (RIESSMAN, 2002).

Utilizamos a narrativa como maneira de criar significados para nossas vivências e nos identificarmos com os outros. Desta maneira, ao relatarmos nossa história de vida estamos ao mesmo tempo significando e ressignificando toda nossa trajetória, construindo relações entre um ato e outro (GERGEN, 1996). Bakhtin (1997) aponta a diferença entre a pessoa que viveu a história para aquela que constrói a narrativa. A primeira é chamada de autora-pessoa ("autor-homem" na obra original, mas que repensando as leituras de gêneros entendemos que a generalização da palavra "homem" não cabe mais em nossa sociedade) e autora-criadora. Neste sentido, a autora-criadora constrói uma narrativa a partir da junção de diversos aspectos da vida que são atravessados por questões culturais, sociais e históricas, criando assim não uma cópia do mundo de maneira objetiva, mas um novo mundo a partir de interpretações. Então, dentro

da narrativa há essa divisão, pois a pessoa que narra a história torna-se, neste momento, autora-criadora.

Outro modo de análise se dá pelo Construcionismo Social, podendo analisar as falas a partir do olhar do *micro social construcionismo,* o qual analisa o mundo a partir da ideia de que somos construídos nas relações cotidianas, intermediadas pela linguagem, e/ou do *macro social construcionismo*, que aborda a realidade através dos jogos de poder, como as sociedades se estruturam (GARCIA, 2018; GERGEN, 1996).

Observamos que existem diversos modos de construir e analisar as narrativas e passamos a discutir o que analisar; este ato irá depender do posicionamento teórico-metodológico que a/o pesquisadora/pesquisador adotará e a partir dos objetivos da pesquisa (RIESSMAN, 2002). Com isso, se faz necessário que a pesquisadora/o pesquisador aponte a partir de qual referencial teórico e processo de subjetivação os dados coletados serão analisados, pois as vivências, experiências e posicionamentos individuais da/do pesquisadora/pesquisador irão influenciar em sua análise (RIESSMAN, 2003).

As narrativas podem ser analisadas, observadas, discutidas a partir de diversas tecnologias como a cultura, política, história, performances e outras, pois uma história pode representar esses diversos pontos, por exemplo, como uma identidade de gênero é performada, como performo minha identidade de gênero (RIESSMAN, 2002).

Neste mesmo sentido, faz-se necessário na análise das narrativas tomar cuidado com os significados que a/o pesquisadora/pesquisador atribuem aos enunciados que lhes foram transmitidos, já que, quando analisados fora do contexto do que foi dito, podem ter interpretações muito distintas do que a/o narradora/narrador quis transmitir (BAKHTIN, 2006). É necessário abandonar o ponto de vista único, dominante e central ao realizar uma pesquisa qualitativa, observando a realidade a partir da pluralidade, com o objetivo

de demonstrar o mundo em seus choques, confusões e desigualdades (BOURDIEU, 2008a).

Dentro da pesquisa deve se experimentar, pensar, problematizar e discutir a partir da abertura que se dá para o inusitado, assim aumentando o grau de abertura, ou seja, fazer uma leitura que provoque uma ruptura e crie mundos (EIRADO; PASSOS, 2009; LIMA, 2009). Dentro das pesquisas nas ciências humanas, o desafio para a/o pesquisadora/pesquisador está na capacidade de deixar se surpreender, de conseguir enxergar o mundo a partir de outros óculos, outros pontos de vista (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012).

Assim, segundo André Eirado e Eduardo Passos (2009, p. 125), a "[...] realidade se submete a um ponto de vista.", ou seja, mudar o ponto de vista possibilita a mudança da realidade (grau de abertura). Existe uma "experiência de base": "[...] aquela que dá ensejo ao surgimento da realidade de si e do mundo.". Essa lembrança se dissipa dando lugar a uma vivência como se fosse "propriedade do sujeito" e como "condicionada pelo objeto". Há, assim, o que os autores chamaram de "uma inversão de base":

> Nossa aposta é que a inversão de base, que é responsável pelo surgimento de um ponto de vista proprietário, deve-se a uma perda de liberdade frente a experiência e nos faz responder de forma estereotipada diante das situações cotidianas. Perder a base da experiência é tornar-se uma coisa que experimenta, não reconhecendo assim a performatividade da experiência e se constrangendo diante de um sentido dado (grau mínimo de liberdade). [...] Da perspectiva da noção de enação, proposta por Varela, o que interessa é pensar toda a experiência como emergindo de uma experimentação, pois a experiência não concerne ao que já está aí como dado inelutável, mas antes a emergência de alguma mudança. [...] Assim, se há dado, este se constitui na experiência e não pode ser concebido antes do ato de experimentar. [...] Ou seja, a realidade só aparece como *dada* em função de um ponto de vista que force a inversão da base. (EIRADO; PASSOS, 2009, p. 126).

Desta forma, com a experiência de inversão da base pode-se pensar na dissolução do ponto de vista da/do observadora/observador, pois deve-se experimentar o encontro de forma inusitada, ir a campo, estando aberta/aberto para se deixar ser afetada/afetado e afetar, se permitir à abertura para a experimentação e à ruptura.

Assim como dentro da pesquisa qualitativa e o método narrativo, a/o pesquisadora/pesquisador faz parte do processo de construção dos dados, então precisa-se estar atento na análise para essa relação de trocas, pois a objetividade e distanciamento do objeto, muitas vezes pregado pela ciência positivista, não é possível nestes encontros (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012). Como citou Marli Lima (2009, p. 82) "[...] o pesquisador deve se implicar na produção de conhecimento, na criação de possíveis, colocando a si mesmo em análise da implicação.". Reconhecendo que ao realizar uma entrevista estará em uma relação social com a/o participante - e esta é uma relação de poder -, com isso exerce uma "violência simbólica", então os dados obtidos terão sua influência, por isso sua interação deve ser analisada, assim como as informações colhidas (BOURDIEU, 2008b; RIESSMAN, 2008). Ao pesquisar a partir das Ciências Humanas, é necessário estar atento à duplicidade da relação entre o eu e outro, e o eu e outro eu, para essa troca entre a/o pesquisadora/pesquisador e a/o participante (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012).

Nesse sentido, Riessman (2008) acredita que se deve deixar a/o participante livre para narrar sua história, criando um ambiente acolhedor. Dentro da pesquisa narrativa, Flick (2004) orienta a/o pesquisadora/pesquisador a realizar o mínimo possível de intervenções, fazendo com que a/o participante possa contar com tranquilidade sua história, não com a ideia de neutralidade do positivismo. Com isso, a narrativa melhor se adequou ao objetivo desta pesquisa, pois permitiu que a/o participante pudesse se expressar de maneira livre, apresentando suas vivências. Na entrevista também levamos em consideração a inter-relação entre pesquisador e entrevistadas/entrevistados, além da interpretação e análise dos dados (DUARTE, 2009; FLICK, 2009).

Na relação pesquisadora-participante/pesquisador-participante, a/o primeira/primeiro assume o papel de autora-criadora/autor-criador, ou seja, ao participar

da construção da narrativa, indireta ou diretamente, e da análise/interpretação que se faz dessa, a/o estudiosa/estudioso terá dois papéis (BAKHTIN, 1997). Bakhtin apresenta essa ideia quando constrói dois conceitos: “mundo da vida” e “mundo da cultura”. O primeiro seria onde o diálogo entre pesquisadora/pesquisador e participante se desenvolve na construção de uma narrativa, material; já o segundo é o momento em que a/o estudiosa/estudioso transporta esses dados para o texto (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012).

A/o pesquisadora/pesquisador precisa ter atenção em sua análise para a relação pesquisadora-entrevistada (pesquisadora-entrevistado, pesquisador-entrevistada, pesquisador-entrevistado) e sobre a reprodução da narrativa. Riessman (2008) aponta para o cuidado que se deve ter na escolha do método de transcrição das narrativas, pois muitas vezes a maneira como é realizada passa despercebido pelas/pelos pesquisadoras/pesquisadores. Todavia, as entrevistas quando gravadas e, posteriormente transcritas, já se tornam uma tradução e interpretação (BOURDIEU, 2008b).

Quando transcritas, é importante pensar que as narrativas trabalham com a verdade a partir da construção de mundos da/do narradora/narrador. Riessman (2002) coloca que uma/um pesquisadora/pesquisador que queira tornar seus dados mais “realistas” poderá buscar nas histórias dados factuais para serem verificados, além de verificar padrões recorrentes de respostas. Não é necessário que a provemos como verdadeira ou falsa; assim, a narrativa não pode ser falsificada como estudos científicos empiristas, mas pode ser analisada por outros pontos de vista (BRUNER, 1991).

Por outro lado, para algumas/alguns estudiosas/estudiosos, as narrativas podem trazer a verdade sobre determinado fato; entretanto, outras/outros argumentam que ao se contar uma história existe a construção da realidade, de uma verdade, de um fato; um terceiro ponto de vista seria que a narrativa é a transmissão da verdade daquela história

(GERGEN, 1996). Para aquelas/aqueles de base construcionista e performática, o que importa em uma narrativa é entender como as/os participantes se posicionam na história, como se localizam histórica e culturalmente (RIESSMAN, 2002).

Tal fato vai ao encontro da nossa ideia de pesquisa de não buscar verdades absolutas e universais ou estabelecer modelos prontos, ou seja, aceitar a provisoriedade, juntamente com as leituras de Foucault (2007, p. 12), explanando que:

> A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Desta forma, acreditamos que não exista uma realidade verdadeira e imutável. Nessa perspectiva, Passos e Eirado afirmam que:

> Há aqui um efeito de verdade muito interessante: essa verdade que surge da performatividade da experiência não é inelutável e pode ser transformada, ou melhor, na maior parte das vezes se transforma na sequência dos acontecimentos. A impermanência desta verdade afeta inclusive a ciência cuja história é entremeada de mudanças de paradigma. O caráter de mudança dos efeitos de performatividade indica sua variabilidade de tal maneira que quanto maior o efeito de performatividade – isto é, quanto maior a certeza acerca dessa verdade nascida da experiência – menor é o grau de abertura da experiência para a mudança, o que equivale dizer, menor o seu coeficiente ou *quantum* de transversalidade. Assim também, essa variabilidade afeta a atitude implicacional do pesquisador: tanto maior a certeza do pesquisador acerca da verdade que surge em sua experiência com o campo de intervenção, menor a sua dissolvência no plano implicacional e, consequentemente, maior a sua sobre implicação no trabalho de pesquisa. (EIRADO; PASSOS, 2009, p. 13).

Com isso, a narrativa é um método que possibilita a leitura das relações estabelecidas pelos processos de subjetivação no campo social e o mapeamento de linhas influenciadas pelos saberes, poderes e prazeres presentes nos discursos e figurações, que nos atravessam ao longo de nossas vidas. A narrativa dentro da pesquisa social pode nos servir como maneira de entender, observar e interpretar uma determinada época histórica (GARCIA, 2018). Neste sentido, pode ser estruturada de maneira similar, muitas vezes

tendo início, meio e fim, com a união de significados sócio-históricos, ou seja, servindo como “resumo” de um determinado meio social, cultural e histórico (LÁSZLÓ, 2008).

Entendemos, assim, que as narrativas são construções culturais e historicamente situadas a partir do olhar do construcionismo social, o qual pode-se utilizar da narrativa pessoal para compreender o mundo através do olhar da/do narradora/narrador, analisando os processos sociais a partir de histórias individuais (GERGEN, 1996).

A partir da análise das narrativas, podemos discutir não só questões individuais, micropolíticas, mas também macropolíticas, mudanças sociais, políticas e históricas pois quando o locutor narra sua história de vida, experiências e vivências não está apenas falando de si, mas também de suas micro e macro relações, visto que ao pensarmos o processo de subjetivação de maneira rizomático iremos ver que existem diversas linhas que nos atravessam; entre elas estão aquelas que pertencem a socialização de maneira geral e as que se relacionam nos contato próximos, individuais do sujeito (RIESSMAN, 2002).

Bakhtin (1981, 1986 apud BROCKMEIER; HARRÉ, 2003) apresenta a ideia de "princípio dialógico", no qual o eu e o outro está em constante interação. Com isso, o discurso de um sujeito não é individual, mas traz consigo diversas outras vozes. Quando utilizamos a narrativa, partimos da união entre biografia, história e sociedade, pois quando relatamos nossas vivências estamos narrando também como era a sociedade nesta época; assim, ao relatar como ocorreu minha chegada até esta pesquisa de doutorado, também estou relatando também um momento sócio-histórico da sociedade brasileira e da Psicologia, que foi possível pesquisar sobre tal tema (REISSMAN, 2002).

> Como Mills disse há muito tempo, o que chamamos de "problemas pessoais" estão localizados em tempos e lugares específicos, e as narrativas dos indivíduos sobre seus problemas são obras de história, tanto quanto são sobre

> os indivíduos, os espaços sociais que habitam e as sociedades eles vivem. (RIESSMAN, 2002, p. 697, tradução nossa)[40].

Vale citar que a narrativa se constrói a partir da interação da/do narradora/narrador com a sociedade e com o tempo histórico, fazendo com que seu discurso tenha que ser analisado a partir deste contexto (BRUNER, 1991). Contudo, ao utilizar o método narrativo precisamos ter em mente que não se trata da projeção da realidade interna das/dos participantes, mas uma maneira de compreender como estes constituíram suas realidades (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003). Mesmo que estejamos encenando a vida através da narrativa, essa não se descola da nossa relação com o social (RIESSMAN, 2003).

A/o pesquisadora/pesquisador também deve estar atento aos regimes reguladores dos discursos, ou seja, normatizações/regulações que moldam as falas, adequando o que pode ou não ser dito. Assim, através dos discursos que integram um campo de intervenção podemos acessar os processos de institucionalização.

Sendo assim, é a partir dessa base teórica e metodológica que fomos à busca de problematizar as ações com HAV contra as mulheres e quais Psicologias estão sendo usadas nesses locais. Tive como objetivo fazer com que as falas, discursos, desejos e outras intensidades fossem ouvidas e lidas e, para isso, utilizamos as seguintes perguntas gerativas: “Fale sobre você, suas vivências”, “O que é Psicologia?”, “O que são grupos para atendimento a homens que cometeram violências contra as mulheres?”, “Como você enxerga as violências contra as mulheres?”.

[40]*As Mills said long ago, what we call “personal troubles” are located in particular times and places, and individuals’ narratives about their troubles are works of history, as much as they are about individuals, the social spaces they inhabit, and the societies they live in.* (RIESSMAN, 2002, p. 697).

9. QUEM DÁ CORPO A ESSA PESQUISA E VIDA AOS GRUPOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Neste capítulo iremos apresentar, de forma resumida, algumas informações sobre os entrevistados e as entrevistas, para que assim a/o leitora/leitor possa se aproximar um pouco dessas pessoas, algumas de suas vivências até atuarem com HAV contra as mulheres e os trabalhos com grupos com HAV. Os nomes utilizados foram de escolha dos participantes, da participante e dos pesquisadores quando desejado pelas/pelos entrevistadas/entrevistados. Por questão de sigilo também preferimos ocultar os nomes das instituições nas quais as/os participantes atuaram.

9.1 Felipe[41]

O primeiro a narrar suas vivências e a relação com o trabalho com os HAV foi Felipe, de 34 anos, do gênero masculino, graduado, mestre e doutor em Psicologia. Na dissertação e tese pesquisou sobre Psicanálise, gênero e psicopatologias, as duas pesquisas não tiveram relação com os grupos de HAV que participava. Seu interesse na área de gêneros se deu na graduação em Psicologia, acabou se aprofundando nos estudos de gêneros e masculinidades quando foi convidado a integrar a equipe da OSC da qual faz parte até hoje.

Atualmente, Felipe é coordenador de uma OSC e supervisor das/dos facilitadoras/facilitadores, mas iniciou sua trajetória no projeto como observador. Posterior a sua formação começou a auxiliar e após um tempo tornou-se supervisor, porém continuou atuando na coordenação dos grupos. O instituto, inaugurado em 1998,

[41] Nome escolhido pelo entrevistado.

tem sede em Minas Gerais, e começou a realizar grupos com homens antes da promulgação da Lei Maria da Penha, em 2005. Por ser uma OSC o trabalho teve/tem financiamentos de diferentes instituições do Estado, como o Tribunal de Justiça, Juizado Especial Criminal; através de penas pecuniárias, Governo do Estado, Vara de Execuções Penais, além de receitas via capacitações. Por não terem um financiamento regular, quando foi realizada a entrevista (segundo semestre de 2020) não tinham nenhuma parceria firmada, nenhuma das pessoas da equipe tem vínculo formal com a instituição, sendo todas horistas, o que para Felipe dificulta a criação de outros projetos. A instituição atende mulheres vítimas e autoras de violências contra as mulheres, tendo um grupo misto (com mulheres autoras e que sofreram violências), pois se entende que muitas vezes as vítimas e as autoras de violências podem ter experiências de vida semelhantes, o que contribui para a ressignificação de suas vivências.

Para ele, os grupos com HAV contra as mulheres são importantes, principalmente, pelo fato de ser uma maneira eficiente para mudança cultural e social. Entretanto, precisam estar alinhados com outros projetos de combate às violências e terem rigor metodológico, não sendo feitos de qualquer forma, pois podem acabar levando a mais violências. Dentro dessa ação se devem trabalhar hierarquias de gêneros, relações de poder, qualidade de vida e autocuidado dos homens, objetivando a proteção das mulheres e a responsabilização destes homens, no sentido de entenderem que não podem cometer agressões apenas por ser algo proibido, mas que não realizem atos violentos pela empatia, por perceberem os danos que podem causar a outra pessoa. Para tal, é necessário um trabalho complexo, entendendo que a violência não é simplesmente uma escolha e que o homem também é sujeitado às normas de gêneros, por isso é importante trabalhar diversos aspectos das masculinidades, como o afeto, paternidade, escuta, resolução de conflitos, homofobia e o autocuidado.

O projeto trabalha com 16 encontros semanais, com duas horas de duração, tendo um homem e uma mulher na facilitação, e é aberto. A participação é obrigatória, os homens são encaminhados por medidas judiciais, a qualquer momento do processo, porém para Felipe seria preferível que fossem direcionados aos grupos já no início do processo, um aspecto que o instituto sempre defendeu, e por isso comemoraram a efetivação da Lei n. 13.984/2020, que deu a possibilidade dos HAV serem encaminhados com urgência para atendimentos psicossociais individuais ou de grupos.

Felipe colocou que trabalham com grupos reflexivos, mas não nos moldes de Tom Andersen, e sim uma mistura de Grupos Operativos de Pichon-Rivière e Oficinas de Maria Lucia Afonso. O primeiro caso se assemelha pelo objetivo de transformação, mas se afastaria devido ao direcionamento e posicionamento mais firme das/dos coordenadoras/coordenadores. Apesar de não colocar o grupo como psicoeducativo, Felipe aponta que existem momentos que são apresentadas informações aos participantes, o que levaria a ideia de psicoeducação, assim como, não entende o grupo como terapêutico, porque entende às violências contra as mulheres como uma questão social, reflexos de uma sociedade patriarcal, falocêntrica e heteronormativa, que produz modos de subjetivação marcados por relações de poder desiguais, construindo a ideia de dominante e dominado, e não devido às psicopatologias, algo para ser curado, mas que o grupo pode sim ter efeitos terapêuticos. Para ele acabou se construindo uma tradição em chamar esses trabalhos com HAV como “grupos reflexivos”, e mesmo que não utilizem as teorias de Tom Andersen, entende que são grupos reflexivos, pois provoca reflexão, mais do que outros tipos de grupos que são nomeados.

Quando surgem demandas individuais os homens são encaminhados para rede pública, mas para o entrevistado o ideal é que tivessem uma equipe para esse tipo de atendimento especializado, com leituras de gêneros e masculinidades. A avaliação do

trabalho é feita de maneira qualitativa e junto ao grupo. Quando o participante cumpre os 16 encontros, a ideia é que o relato de quem está saindo possa ajudar no acolhimento dos participantes mais novos. Fazem entrevista inicial e pretendem nos próximos grupos aplicar questionário ao final da participação, para que possam comparar as respostas. Felipe aponta à vontade de realizarem grupos focais para acompanhamento dos ex-participantes por um ou dois anos, mas que não tem sido possível devido a questões financeiras. As notícias que acabam tendo sobre os egressos são via tribunal, apontando baixa reincidência, mas por não ser um estudo científico acabam por não divulgar.

Felipe atuava a partir da Psicologia Social quando era facilitador, com ênfase nos Estudos de Gêneros e Feministas, Estudos de Masculinidades e teorias de grupos, porém sua principal formação é em Psicanálise, o que para ele ajuda a analisar as identidades masculinas. Para o entrevistado a/o profissional de Psicologia tem papel fundamental nos grupos com HAV, pois têm bagagem teórica para entender os processos subjetivos, grupais e a formação das identidades masculinas, pontos importantes para que os objetivos dos grupos possam ser alcançados. Entende que outras/outros profissionais possam atuar com os grupos, mas precisam ter uma carga de estudos relacionados a esses temas, que são trabalhados na graduação em Psicologia.

As/os facilitadoras/facilitadores são convidadas/convidados a participarem do projeto, mas precisam ter uma trajetória de estudos de gêneros, conhecer teorias de grupos e interesse em estudos de masculinidades. Depois passam por estágio de observação dos grupos durante quatro a seis meses, além da "intervisão", uma espécie de supervisão quinzenal, que tem estudos de casos e teorias. Para Felipe o ideal era que existisse uma formação inicial sobre grupos com HAV contra as mulheres, depois estudo teórico sobre estudos feministas, de gêneros, masculinidades e teorias grupais, além de supervisão inicial. Para graduação em Psicologia, Felipe, aponta a necessidade de disciplinas

voltadas para estudos de gêneros e aquelas relacionadas às teorias grupais fossem trabalhadas adequadamente e com mais seriedade.

Para o entrevistado, os grupos com homens, dentro de sua realidade, têm resultados significativos, sendo que os homens iniciam com uma postura defensiva, mas que ao longo do processo acabam se soltando, alguns querem continuar além dos 16 encontros, e muitos mudam o olhar que tinham sobre o mundo, resolução de conflitos, as masculinidades, autocuidado, a paternidade, entre outros. O projeto não teve influência de nenhum grupo específico, mas ao iniciar fizeram leituras de trabalhos que eram realizados na Europa para terem uma base na montagem da metodologia, mas a maior parte foi produção da instituição. Durante a pandemia não houve grupos, mas estes haviam sido encerrados antes da expansão da Covid-19 no Brasil.

9.2 Kátia[42]

A segunda entrevistada foi Kátia, gênero feminino, 37 anos, psicóloga, com especialização em Gestalt-Terapia e Psicoterapia Corporal, e mestrado em violência familiar. Atua junto à Secretaria da Mulher, no município em que reside; como gestora de políticas públicas. Seu contato com o tema das violências contra as mulheres se deu inicialmente na Secretaria de Desenvolvimento Social, porque trabalhava com famílias que recebiam Bolsa Família e se deparava constantemente com mulheres e homens em situação de violências. Tinham trabalhos voltados à prevenção e informação sobre as

[42] Katia Valeria Nunes Bastos, de 47 anos, motorista de aplicativo, foi estuprada e assassinada por um homem que havia solicitado uma corrida. Quando não solicitado pela entrevistada ou pelo entrevistado, usaremos o primeiro nome de mulheres que foram vítimas de feminicídio ou sofreram violências por parte de ex-companheiros. A proposta tem como objetivo homenagear tais mulheres de uma maneira simbólica, visibilizando suas histórias de vidas. Disponível em: < https://extra.globo.com/casos-de-policia/21-historias-de-violencia-contra-mulher-nos-ultimos-anos-23509297.html>. Acesso em: 30 de nov. de 2020.

violências contra as mulheres, como a explicação da Lei Maria da Penha e os tipos de violências, algo voltado mais para palestras educativas.

A partir dessas vivências, passou a ter interesse no tema, momento em que foi realizar mestrado na Argentina sobre violência familiar, lá teve o primeiro contato com grupos com HAV contra as mulheres, através de um professor que retornava do Canadá e estava implantando tais serviços no país. Achou interessante a ideia e participou como observadora de alguns encontros. Até então não conseguia ver a importância do trabalho com os homens, acreditando que o trabalho tinha que ser com/para as mulheres. O grupo que acompanhou na Argentina tinha mais o caráter terapêutico, por toda tradição psicológica do país, segundo a entrevistada. Os HAV contra as mulheres passavam por uma entrevista inicial e muitas vezes tinham que passar por uma avaliação psicológica para saber se não tinham o Transtorno *Bordeline*, pois era uma patologia que associavam com às violências contra as mulheres.

Quando Kátia retornou da Argentina, passou a atuar em uma das unidades especializadas em atendimento às famílias e aos autores de violência doméstica, vinculada à Secretaria de Estado da Mulher. Nessas unidades, no município no qual residia, ocorriam os grupos com HAV, e foi quando atuou como facilitadora. Para ela os grupos com HAV são espaços para reflexão e responsabilização, uma maneira para que transformem os modos de se relacionarem com as mulheres e com eles mesmos. Os homens eram encaminhados pelo Ministério Público, por ordem judicial, mas também recebiam participantes por demanda espontânea, todos passavam por um processo individual no primeiro momento, para que pudessem conhecer melhor esses homens, suas vivências até aquele instante. Por existir esse trabalho em diversas unidades públicas com o mesmo propósito, foi criado um protocolo geral para o funcionamento dos grupos, mas

poderiam existir algumas diferenças de um local para outro, devido às vivências de cada território.

Atuavam com grupos fechados, com dez a12 encontros, tendo no máximo 15 participantes, com duas pessoas facilitando, dependendo da equipe poderiam ser psicólogas/psicólogos, pedagogas/pedagogos e assistentes sociais, não tinham critério sobre facilitação mista ou não, devido à limitação da equipe, porque as/os facilitadoras/facilitadores não "escolhiam" atuar com esse tema, era tido como uma função, um projeto que deveriam desenvolver por estarem naquela instituição. Depois de passar pelos encontros, os participantes eram novamente direcionados para entrevistas individuais abertas, para discussão de como chegaram ao grupo, suas percepções após os encontros e o *feedback* das/dos coordenadoras/coordenadores sobre sua participação, mas nada estruturado ou que tenha sido organizado para uma pesquisa. Para mais, eram realizados relatórios para o judiciário sobre a participação desses homens nos grupos e a percepção da equipe. Na unidade de Kátia realizavam contato com os egressos depois de seis meses para mapear como estavam e se houve situações de violências ou alguma questão dos temas trabalhados.

Os grupos com HAV no município de Kátia surgiram após uma demanda das mulheres que haviam sofrido violências e participavam de grupos na rede pública, da escuta atenciosa de profissionais que as atendiam e acolhiam a demanda. Percebendo a importância desse trabalho, os grupos passaram a ocorrer em nove instituições públicas da cidade, e eram/são constituídos enquanto política pública. Segundo a entrevistada, o principal objetivo deste trabalho era a responsabilização dos homens, entendendo que as violências contra as mulheres são produtos sociais, culturais e estruturais, não individuais, por isso o trabalho deve ser em grupo e não individual. O trabalho era pautado na reflexão sobre as masculinidades e sua relação com a violência, não sendo punitivo ou educativo,

mas buscando uma mudança, ampliação da consciência destes homens, para que percebam a interferência das identidades masculinas em suas vidas.

Kátia aponta que as/os facilitadoras/facilitadores não eram capacitadas/capacitados especificamente para atuarem com os grupos de HAV, algumas/alguns buscavam formação por conta própria, e o que se tinha eram estudos e discussões de casos e estudos em equipe. Antes de se tornarem facilitadoras/facilitadores principais, participavam do grupo como observadoras/observadores, para que pudessem conhecer a prática. Em relação à facilitação, percebeu que tinha questões relativas ao gênero, por ser mulher e estar discutindo tal assunto, principalmente nos primeiros encontros em que alguns homens apresentavam colocações machistas, então enxerga que atuar nestes espaços requer cuidado com a saúde mental e capacitação das/dos facilitadoras/facilitadores. A entrevistada apontou que em sua nova função, um dos objetivos é pensar no aperfeiçoamento das/dos profissionais da rede, e que estavam discutindo uma formação em teorias de grupos, sobre masculinidades e gêneros, por entender a importância desses temas para quem coordena os grupos, mas também para todas/todos servidoras/servidores de maneira geral.

Os encontros tinham temas variados, dependendo do grupo, mas uma base era a discussão da Lei Maria da Penha, os tipos de violências, masculinidades, paternidade, expressão de sentimentos e afetos, relacionamento, e outros que surgiam como demanda do grupo. Para a entrevistada um dos obstáculos nos trabalhos com homens é a não percepção da importância destes no combate e prevenção às violências contra as mulheres por parte das/dos gestoras/gestores, políticas/políticos, fazendo que se tenham poucos recursos, e em alguns momentos a não aceitação destes projetos por movimentos feministas, analisando-os como rivais na disputa de verbas. No campo mais micro, vê dificuldade em ter equipes mais especializadas e com mais pessoas atuando com o tema,

também a falta de diretrizes, pois acredita que deva ser um trabalho das políticas públicas, e não projetos isolados, individuais e/ou com profissionais sem capacitação.

Um dos obstáculos, apontados pela entrevistada, é a resistência que esses homens têm ao iniciarem o grupo, e muitas vezes a raiva por estarem ali, isso devido à participação ser obrigatória. Sobre avanços, percebe existir maior divulgação e interesse em discutir sobre masculinidades, o que tem gerado a criação de novos grupos, mas para ela precisam ser repensados os grupos que não discutem às violências contra as mulheres e viram mais "grupos de amigos". Na questão mais micro, vê que os homens ao participarem dos grupos tendem a ter outra visão de mundo, levando a mudança social.

Dentro da instituição em que atuava, havia atendimento as mulheres, as famílias e aos autores de violências contra as mulheres, mas as equipes eram diferentes, ou seja, uma parte das/dos profissionais faziam o trabalho com os homens e a outra fazia com as mulheres.

A atuação de Kátia era a partir da Psicologia Social com ênfase na perspectiva de gênero apesar da instituição não ter uma abordagem específica e de sua formação em Gestalt-Terapia. Para ela a Psicologia é fundamental nessa área, devido à graduação dar bagagem teórica para as/os psicólogas/psicólogos analisarem as perspectivas de gêneros como construtoras da subjetividade, não entendendo apenas o gênero como papéis sociais, mas formadores identitários e com relações de poder envolvidas, algo que não percebe que exista na formação de outras/outros profissionais, como as/os assistentes sociais. Também vê a importância da formação em Psicologia abarcar discussões relativas ao trabalho com grupos, sobre seu funcionamento, dinâmica, e outros aspectos, entendendo que o trabalho não é clínico.

Para Kátia, as violências contra as mulheres têm relação com questões sociais, culturais e estruturais da sociedade machista e patriarcal, gerando a desigualdade de

gêneros, por isso deveriam existir políticas públicas especializadas, maior preocupação do Estado em desnaturalizar às violências contra as mulheres, o que para ela não existe atualmente. A entrevistada ressaltou a importância da unidade em que atuou fazer parte de uma política pública para mulheres, possuindo recursos materiais e humanos para o desenvolvimento do trabalho, não sendo um projeto pontual, o que lhe dá maior sustentação. Por isso aponta que os grupos deveriam ter uma política pública nacional, sendo criada uma normativa para sua execução e ocorrendo em todo país de maneira igualitária.

9.3 Cláudia[43]

Cláudia, terceira pessoa a narrar suas vivências, tem 29 anos, gênero masculino, psicólogo, mestre em Filosofia, sua dissertação foi sobre epistemologia e lógica, e doutorando em Psicologia com pesquisa relacionada ao desenvolvimento moral em homens autores de violência doméstica, utilizando teóricos como Kohlberg e Aaron Beck. Tem vínculo institucional com a Defensoria Pública e leciona em uma Instituição de Ensino Superior particular.

Quando iniciou sua atuação na defensoria, em outra cidade do estado do Paraná, havia na comarca um Juizado Especial para Violência Doméstica, e as pessoas que faziam parte; juiz, promotores e defensores tinham o desejo de construir um trabalho com os HAV contra as mulheres – o entrevistado aponta que prefere falar em homens autores ao invés de agressor, pois coloca que essa pessoa foi autora de um ato violento, identificando-. Foi construída uma espécie de curso para esses homens, em parceria entre

[43] Cláudia Tavares Souza tinha 26 anos quando um policial, contratado pelo marido por ciúmes, jogou ácido sulfúrico em seu corpo. Disponível em: < https://extra.globo.com/casos-de-policia/21-historias-de-violencia-contra-mulher-nos-ultimos-anos-23509297.html>. Acesso em: 30 de nov. de 2020.

a prefeitura, Ministério Público, Poder Judiciário e defensoria, mas Cláudia não chegou a participar, pois foi transferida para outra cidade.

Na nova comarca precisou de dois anos para poder implantar a mesma ideia que estava ajudando a montar na cidade anterior, porque precisava que outras pessoas também tivessem interesse e ajudassem a alavancar o projeto. Quando foi firmada teve as mesmas parcerias, prefeitura, Ministério Público, Poder Judiciário e defensoria. O entrevistado é facilitador principal e apontou que os participantes são em sua maioria encaminhados logo no início do processo via medida protetiva, mas podem ser direcionados a participarem do grupo em qualquer fase do processo, depende do juiz ou da juíza, porém o acordo feito com o juiz é de serem encaminhados logo que a denúncia é efetuada, e são aceitos por demanda espontânea. Não são aceitos homens acusados de terem cometido violências mais "graves", como agressões corporais "graves", estupros e feminicídios, e dependentes químicos, nesses casos o próprio cartório de execução penal e criminal não encaminha para o projeto.

O grupo funciona no fórum da comarca, tendo um encontro por semana, totalizando cinco semanas, e é fechado. Sua duração pode variar de duas horas a duas horas e meia, e ocorre no período da tarde, pois é o horário de funcionamento do fórum e de trabalho da equipe do projeto. A equipe tem dois psicólogos e uma assistente social como facilitadoras/facilitadores, todas/todos fazem parte do quadro de funcionárias/funcionários da defensoria. Faziam o grupo com no mínimo cinco e no máximo quinze participantes, mas com a promulgação da Lei 20.318/2020 no Paraná, irão realizar algumas alterações no funcionamento, que ainda serão discutidas.

No primeiro encontro são apresentadas as regras do grupo, como funciona e o motivo de serem obrigados a participar, é feito pela equipe e um defensor público ou promotor de justiça, esses últimos explicam a parte legal, questões jurídicas. No segundo

encontro são realizadas entrevistas com os participantes, com questões abertas e fechadas, para que possam colher dados sobre essas pessoas, além disso, a Assistente Social apresenta a Lei Maria da Penha e toda sua história, e são mostrados dados sobre as violências contra as mulheres na comarca, estado, país e no mundo, utilizam o relógio da violência para que tenha maior impacto.

No terceiro encontro são somente os participantes e os psicólogos, Cláudia aponta que muitas vezes isso pode ser mal visto, de estarem somente homens, mas para ele é necessário porque muitos homens que participam têm o pensamento de que precisam ser rústicos e brutos, não falar sobre seus sentimentos e sua vida, por isso acredita que esse momento só com homens ajuda a criar uma relação mais forte para que compartilhem suas experiências, entendam o motivo de estarem ali, são explicados os tipos de violências, pois podem estar praticando e não sabem. O entrevistado aponta que não é momento de passar a mão na cabeça dos participantes e aceitar o que fizeram, esse encontro serve para sensibilizar, tentar fazer com que criem empatia com as mulheres que sofreram violências, que se coloquem no lugar delas.

O encontro é feito em estilo roda de conversa, debatem também sobre relacionamentos, o que é abusivo e saudável, o que pode gerar nas mulheres e nos próprios homens, discutem igualdade de gênero, que os homens não são superiores ou donos das mulheres. Segundo Cláudia, é necessário fazer essa sensibilização e não apenas passar "sermão" aos homens do que fizeram, pois muitos não entendem que o ato cometido é uma violência, então utilizam de exemplos de violências que podem aproximar esses homens da realidade vivenciada pelas mulheres, falando "e se fosse sua filha", para o entrevistado isso faz com que se sensibilizem. Utilizam também vídeos com relatos de violências sofridas por mulheres em regiões rurais, que se aproxima com as vivências de

muitos dos participantes, Cláudia aponta que esse encontro acaba sendo um pouco mais longo por essas questões, podendo chegar até três horas de duração.

O quarto encontro é realizado por profissionais do CRAS, CREAS e alguma enfermeira de alguma unidade de saúde da cidade, Cláudia aponta que essas/esses vão para apresentar os serviços da assistência social e saúde do município, o intuito é que os participantes possam conhecer esses trabalhos e que busquem tais serviços quando necessário, fazendo com que tenham maior cuidado com a saúde. O último encontro, geralmente, é realizado por Cláudia, mas pode ser feito pela assistente social ou outro psicólogo da equipe. Serve para fechamento do que foi discutido nos encontros anteriores. A cada encontro os participantes preenchem ao final um questionário sobre aquele dia, no final das cinco semanas eles respondem a outro questionário sobre a percepção que tiveram do grupo e fazem uma autoavaliação sobre como se sentem após a participação. O entrevistado apontou que informalmente o juiz da comarca disse que o número de violências contra as mulheres havia caído após iniciarem os grupos, que teve um caso da promotoria pedir a diminuição da pena após relato de um egresso do grupo sobre sua mudança, mas era um crime “leve”.

O projeto funciona desde 2018, com seis grupos já realizados. A vontade de trabalhar com os homens surgiu após uma vivência que Cláudia teve enquanto atuava como psicólogo na comarca anterior. Ao final do expediente fez o acolhimento de uma senhora, essa queria fazer uma denúncia contra um policial que perguntou o que ela havia feito para o marido ter batido nela quando foi registrar um boletim de ocorrência. Esse caso chamou a atenção do entrevistado por ver que as violências contra as mulheres haviam se naturalizado, não queria que fosse uma rotina em seu trabalho, por isso foi buscar conhecer sobre a atuação com homens e atuar pela prevenção, então além do grupo com os HAV, tem um projeto nas escolas com alunos e alunas do terceiro colegial para

falar sobre racismos, violências, machismos, entre outros assuntos relacionados à violência.

Cláudia fez um curso na primeira comarca sobre os grupos com HAV, depois passou por cursos de aperfeiçoamento que trataram das violências de gêneros, mas nada específico para atuar com HAV, por isso buscou textos, livros e artigos por conta própria para estudar devido à pesquisa de doutorado. O projeto tem como princípios combater às violências contra as mulheres, a reincidência e proteger as mulheres, fazendo uma educação em Direito e Lei Maria da Penha, além de combater aos machismos e promover a igualdade de gêneros. O objetivo principal é o combate a reincidência das violências contra as mulheres.

Segundo o entrevistado, para ser facilitadora/facilitador é necessária uma formação acadêmica que dê bagagem a essa pessoa na atuação com grupos de HAV, como Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Ciências Sociais, além da empatia, saber ouvir, interpretar, manter o diálogo, promover a cultura de paz e conhecer a Lei Maria da Penha. Para Cláudia os avanços que esse trabalho proporciona são a diminuição da reincidência, a possibilidade de mudança de crenças disfuncionais, como os machismos e homofobia, além de propiciar diminuição das desigualdades de gêneros. Os obstáculos são o horário de realização dos grupos, por ser horário administrativo, o que dificulta a participação dos homens e gera mais resistência, que é outra dificuldade no trabalho; outro obstáculo são os números de encontros, para Cláudia realizar mais que cinco semanas é difícil por questões econômicas dos participantes.

Cláudia aponta que, no grupo, a abordagem principal utilizada é a Teoria Cognitivo-Comportamental de Aaron Beck, mas o outro psicólogo que tem formação voltada em Gestalt também contribui. A organização do grupo foi pensada a partir da Psicologia, na organização de uma sessão de terapia, então seria uma ciência importante

nos grupos com HAV. Além disso, a base teórica no trabalho com grupos auxilia na facilitação e a Teoria Cognitivo-Comportamental ajuda em como se colocarem no grupo e a identificar as crenças dos participantes, então a Psicologia ajuda na organização e condução dos trabalhos com HAV.

Para Cláudia, as violências contra as mulheres ocorrem devido à maneira como as pessoas são criadas, as possibilidades que são dadas aos homens e as mulheres, os padrões sociais estabelecidos e que são assimilados desde a infância. As leituras que fazem no projeto são da Lei Maria da Penha, textos publicados da Maria da Penha, conteúdos de Psicologia Jurídica, trabalhos sobre intersecção, desigualdade de gênero, e Cláudia, em particular, faz leituras sobre interacionismo na perspectiva de Piaget, Beck e Kohlberg.

Dentro do projeto são realizadas reuniões antes de iniciar os grupos e após os grupos para fechamento, ambas são feitas pela equipe da defensoria, momento que discutem temas, como deverá ser o grupo, e depois para discutirem como foi o grupo, a participação e o que pode ser alterado. Ao final é feito um relatório geral para informar ao juiz, promotor e escola da defensoria como foi o andamento do grupo, frequência, percepção sobre a participação dos homens e se houve algum comportamento exaltado. Para Cláudia o grupo é tecnicamente reflexivo, para combater a reincidência e educar sobre a Lei Maria da Penha. Durante a pandemia os grupos foram suspensos devido à dificuldade de acesso que poderia ocorrer entre os participantes, pois em sua grande maioria eram pessoas sem instrução ou que moravam em locais que dificilmente haveria internet.

Cláudia cita que, em sua família, sempre ouviu que precisava ser homem, que não podia chorar, tinha que ser “machão”, no curso de Psicologia passou a perceber que não precisava ser assim, que poderia ser outro tipo de homem, e o grupo ajudou nisso, a ter uma masculinidade mais “saudável”, ver onde errava; compreender a ideia de gêneros, e

em como poderia ser ele mesmo sem ferir ninguém, perceber que existem outras masculinidades possíveis. O entrevistado apontou que teve acesso aos Estudos de Gêneros e Masculinidades durante disciplina do doutorado.

Para Cláudia, os cursos de graduação em Psicologia precisam abordar discussões sobre Políticas Públicas e Lei Maria da Penha para que se tenham profissionais mais capacitadas/capacitados a atuarem no combate às violências contra as mulheres, mas também promover eventos sobre gêneros, promovendo a igualdade de gênero.

9.4 *Psicólogo Militante*[44]

O *Psicólogo Militante* tem 29 anos, gênero masculino, graduado em Psicologia, especialista em Psicologia Social e graduando em Geografia. O entrevistado aponta que buscou uma segunda graduação por não ter encontrado na Psicologia estudos sobre gêneros e violências contra as mulheres, o que acabou encontrando na Geografia. Nomeou-se como *Psicólogo Militante* porque para ele a atuação e pesquisa com homens autores de violência são solitárias, um lugar de enfrentamento, que deveria estar dentro de uma política pública e jamais em locais privados.

Seu primeiro contato direto com as questões de violências contra as mulheres se deu no CREAS através de estágio no último ano do curso de Psicologia, mas durante os quatro anos da graduação fez estágio em um hospital psiquiátrico, e muitas das mulheres que estavam institucionalizadas haviam sofrido violências, levando-o a questionar se não havia relação entre as violências e o enquadre nosológico, mas como ainda não tinha respaldo teórico e da instituição, foi buscar no SUAS essa discussão.

[44] Iremos ao longo do texto utilizar nosso quarto entrevistado de *Psicólogo Militante* em itálico, para que fique mais simples localizar suas falas. Esse nome foi escolhido por ele com a justificativa que, "[...] eu falo que as pessoas que estão trabalhando com esses homens não estão inventando a roda, mas estão fazendo uma ação que é de enfrentamento. Então acho que eu colocaria um *psicólogo militante* [...].".

No CREAS iniciou pesquisa sobre resiliência de mulheres que sofreram violências, e nos relatos mapeou que essas queriam continuar com seus companheiros, mas desejavam que esses tivessem uma mudança de comportamento, momento em que percebeu a necessidade de trabalhar com os homens. Quando foi verificar a possibilidade de construir um trabalho com os homens, achou na Rede Mulher da cidade - que é composta pela defensoria, delegacia da mulher, ministério público, serviços de saúde, proteção básica, proteção especial e o CREAS - uma discussão já iniciada a respeito do tema, porém o que faltava para colocarem em prática era a falta de profissionais.

Então, o entrevistado e mais dois amigos decidiram tomar à frente do projeto sem nenhum tipo de financiamento. Para iniciar os grupos receberam capacitação de um professor de São Paulo que já fazia trabalhos na área, um dos pioneiros nesse tipo de iniciativa, e em novembro de 2014 iniciaram os trabalhos com os homens, no começo continuaram em supervisão com o professor a cada seis meses. Para o *Psicólogo Militante* as gestões municipais nunca se interessaram pelo trabalho que era feito, por isso nunca conseguiram financiamento, remuneração para os facilitadores, o que gerou a paralisação dos grupos, como maneira de enfrentamento, o que falaremos adiante. Contudo, aponta que as pessoas que atuavam nas instituições públicas reconheciam o trabalho feito e por isso encaminhavam os homens para participarem. O projeto foi acolhido por uma OSC da cidade, a qual fornecia estrutura física e material de escritório para que o trabalho fosse realizado, por isso para o *Psicólogo Militante* não é um trabalho voluntário, mas uma militância.

Para o entrevistado, o trabalho com HAV contra as mulheres é de humanização e ressignificação, e por isso prefere o termo “autor de violência” ao invés de “homem agressor”, pois a pessoa pode ressignificar a situação e não cometer mais atos violentos. Assim como é uma humanização de quem atua nessa área, pois passa a ver o mundo com

outras lentes, até mesmo fora do grupo. O *Psicólogo Militante* apontou que com as vivências no grupo passou a se humanizar e entender que aqueles homens haviam sido colonizados pelo discurso social machista, e que precisavam ser acolhidos e não colocados para fora.

A participação dos homens era obrigatória, eram encaminhados judicialmente, então chegavam resistentes e revoltados no grupo, mas o *Psicólogo Militante* percebeu que a irritação era também com a vida, com o cotidiano, então passaram a fazer um acolhimento, deixando na recepção antes de iniciar o grupo uma mesa com bolacha, suco, café e refrigerante, para que houvesse uma recepção mais acolhedora, o que gerou também a criação de laços entre os participantes e ao mesmo tempo uma relação mais prazerosa com o grupo, fazendo com que após os 18 encontros quisessem continuar. Outro movimento do grupo importante, segundo o entrevistado, foi dos participantes mais antigos acolherem os mais novos, fazendo com que o grupo passasse a se autogerir e que os facilitadores fizessem menos intervenções.

O *Psicólogo Militante* se identifica enquanto homem cis gay, assim como os outros facilitadores do grupo, e percebia que a cada grupo havia uma reação diferente por serem "fadas", como ele colocou, e que não haviam se preparado para isso. Para ele em alguns grupos isso tinha uma interferência, pois quando falavam sobre afeto, relações amorosas, e colocavam que moravam com o namorado, percebiam um susto de alguns dos participantes, um até perguntou a ele no final de um encontro se era gay e se por isso não era homem, e foi importante porque depois esse questionamento foi levado para o grupo, para discussão. Para mais apontou não ter tido problemas ou questões relativas à sua orientação sexual.

Os grupos com HAV são ações de enfrentamento ao patriarcado e as violências contra as mulheres, segundo o entrevistado, principalmente uma luta contra a opressão

que patriarcado produz a todos e todas. E o objetivo do trabalho era que os homens pudessem criar laços com seus semelhantes, na ideia de que respeitem o outro e a outra. Para facilitar grupos com HAV é necessário gostar de gente, estar disposto a acolher o outro, entendendo que também pode estar nesse lugar, pois o homem que cometeu violência contra mulher é um produto da sociedade, segundo o entrevistado.

O grupo era semanal, com encontros de duas horas e meia, tendo de 18 a 20 encontros, e semiaberto – porque os homens passavam por entrevistas individuais antes de serem incluídos no grupo, como será apresentado abaixo -, com facilitação somente de homens. A ideia era de conversar 'de homens para homens', para *Psicólogo Militante* a facilitação feminina poderia gerar inibição dos homens, por isso optaram por terem só facilitadores homens, além do fato de entender que é uma forma dos homens repararem um pouco toda história de desigualdade de gêneros que fizeram parte.

Inicialmente, os homens passavam por uma, ou duas entrevistas iniciais, para colher dados pessoais, socioeconômicos, de saúde e para os facilitadores conhecerem um pouco de sua história, depois eram apresentados as regras e funcionamento do grupo, então os facilitadores avaliavam se esse homem estava pronto para participar do grupo, caso não, fazia mais alguns encontros iniciais para abordar temas que fossem necessários. Esse processo ajudava para que o funcionamento do grupo não sofresse tanta interferência com a entrada do novo participante, que não houvesse regressão.

Como apontado, os homens eram encaminhados judicialmente no início, meio ou término do processo, mas também pelo CRAS, CREAS, UBS e ESF, para isso fizeram uma capacitação em algumas UBS e ESF que estavam em territórios com mais violências contra as mulheres, a ideia foi que as agentes comunitárias, que estão mais ligadas ao dia a dia das famílias da região, pudessem identificar situações de violência, encaminhando as mulheres para o CREAS e os homens para os grupos. Aceitavam demanda espontânea,

porém não era aceito homens acusados de estupro e/ou abuso sexual, porque entendiam que deveria ser trabalhada essa situação a partir de outra metodologia, assim como pessoas em situação de dependência química "grave". Após os 18 ou 20 encontros encaminhavam ao juiz um relatório sobre a participação no grupo, relativo às faltas e presenças. Ao final dos 18 encontros, havia uma avaliação em grupo sobre a participação de algum membro que estava encerrando sua participação, os facilitadores e outros participantes davam um *feedback* sobre como foi o desenvolvimento deste participante ao longo dos encontros, momento de troca entre todos. O projeto tinha vínculo com o CREAS - sempre foi à instituição de referência do projeto, pois era quem fazia a ligação com outras instituições públicas, como poder judiciário -, instituição que acompanhava mulheres que sofreram violências, então muitas vezes tinham notícias que as mulheres haviam sido desligadas do serviço por não estar mais em situação de violência, e muito pelo companheiro estar em acompanhamento no grupo, o que era tido como uma vitória, o que também era uma forma de avaliação.

Os encontros eram iniciados com narrativa dos participantes sobre a história de vida até o momento da violência, depois havia reflexão sobre as diversas variáveis que atravessam às violências contra mulheres, trabalhavam a expressão de afetos e emoções, utilizando filmes, momentos lúdicos, o que para o *Psicólogo Militante* era uma das melhores formas de acessar e discutir tais temas com os homens, também era apresentada a Lei Maria da Penha, o movimento feminista, discutia-se o abuso de substâncias psicoativas, autocuidado, identidades de gêneros e questões relativas às sexualidades. No fim ainda fazia uma oficina sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, momento em que os homens podiam levar pessoas próximas e aprendiam a cozinhar, para o entrevistado era um encontro de muito afeto e emoções, por terem contato com as famílias e ouvirem relatos de mudanças desses participantes.

A facilitação era feita pelo entrevistado, um amigo psicólogo e outro assistente social, o primeiro permaneceu durante dois anos e o segundo ficou até 2019, quando o *Psicólogo Militante* passou a facilitar sozinho, teve a passagem também de um pedagogo, mas que saiu depois de um ano. Em alguns temas havia pessoas externas convidadas, quando falavam de algum serviço, como saúde mental.

A base para atuar no grupo vinha da Psicologia Social Comunitária, o grupo não era tido como terapêutico como alguns homens colocavam, mas podia ter efeito terapêutico. No entanto, o entrevistado ressaltou que era um grupo reflexivo, no sentido em que as discussões eram feitas para desestabilizar masculinidades rígidas, que todos os participantes deviam se posicionar, a palavra rodava; como colocou o entrevistado, assim podiam falar e ser escutados em suas demandas. Quando havia demanda individual realizavam encaminhamentos para clínica-escola de Psicologia de uma faculdade da cidade, assim como para UBS.

O entrevistado colocou ter feito leituras sobre gêneros e masculinidades a partir de trabalhos ligados a antropologia. Segundo *Psicólogo Militante* a Psicologia deveria se deselitizar, sair do consultório, da clínica, e ter atuações mais ativas nas políticas públicas, promovendo uma sociedade igualitária, entendendo também que o trabalho com grupos de HAV não deve ser terapêutico/clínico. Além disso, para ele a Psicologia precisa se alinhar a outras ciências, ampliando sua atuação.

A diminuição da reincidência dos homens que participaram dos grupos é o maior avanço neste trabalho, segundo o *Psicólogo Militante*, e em termos profissionais; a humanização e desconstrução enquanto profissional, vivenciar uma realidade que não é vista na graduação, principalmente por ser um trabalho de média e grande complexidade. E existe uma transformação pessoal, de perceber os discursos machistas em falas que passariam despercebidas, de se responsabilizar mais pelo bem-estar do outro. Entre os

obstáculos o entrevistado apontou a falta de recursos, incentivos e interesse do poder público, o posicionamento ainda elitista da Psicologia, falta de pesquisas na área que possam embasar tais ações, e olhar de julgamento da sociedade para com esses homens e os trabalhos com esse público, como se não houvesse uma "solução", torcendo apenas para o aprisionamento. Por isso defende que o trabalho seja feito através do setor público, com profissionais remunerados, preparados, capacitados para esse tipo de ação.

Uma forma de buscar implicação do município nas demandas do projeto com homens foi realizar eventos sobre masculinidades, então fizeram o primeiro fórum de masculinidade da cidade, conseguiram reunir 250 pessoas. Outra forma foi através de publicações em revistas e livros, os quais eram enviados ao setor público para demonstrar a importância do trabalho e que outras ações estavam sendo realizadas.

O *Psicólogo Militante* colocou que o projeto é dividido em três eixos, o primeiro seria os grupos com os HAV; o segundo é a prevenção dessas violências, através de discussões em grupos mistos, com a metodologia psicoeducativa fizeram uma primeira iniciativa junto a uma universidade pública da cidade, teve a participação de homens, mulheres, crianças e adolescentes, o que foi tido como sendo sucesso. E o terceiro eixo é o de pesquisa, o projeto foi cadastrado junto a um grupo de pesquisa que o entrevistado faz parte na universidade pública. Para ele a parceria com a instituição de ensino superior é importante para que pudessem se manter, não sucumbissem a falta de financiamento e para terem base teórica e prática.

A base teórica do projeto é a Filosofia, Sociodrama e Geografia da Saúde, no grupo reflexivo utilizavam também a Psicologia Social Comunitária de Martín Baró. O grupo iniciava com um tema disparador, depois a palavra era passada para cada participante se manifestar, eram apresentados dados sobre o tema para que houvesse mais discussões, depois havia um intervalo e fechamento sobre o tema. Sempre era feito um

pacto com os participantes sobre o horário de início, que não se toleraria atrasos, sobre chegarem alcoolizados ou efeito de outras substâncias psicoativas; e se discutia sobre o formato dos encontros, o que estavam achando, suas demandas sempre eram ouvidas, fazendo com que tivessem maior relação com o grupo.

As supervisões externas eram feitas a cada seis meses com o professor que deu a capacitação inicial, e ao final de cada encontro faziam reunião para discutir o andamento do grupo e fazer algum relatório. Para o *Psicólogo Militante* às violências contra as mulheres têm como base a dependência econômico-financeira e/ou emocional, juntamente com a estrutura patriarcal e machista de nossa sociedade, fazendo com que os corpos sejam generificados e normatizados, tendo uma visão mais social. O grupo com HAV foi paralisado no final de 2019, então não houve limitações pela pandemia nesse sentido, mas outros eixos do trabalho continuaram como o de pesquisa.

9.5 Flávio[45]

Flávio é o quinto a narrar sua vida a partir do trabalho com HAV contra as mulheres. Homem cis, com 59 anos, graduado em Ciências Políticas e Sociais e Psicologia e mestre em Psicologia Social; atualmente tem vínculo com uma OSC. Começou a atuar com questões de gêneros e violências contra as mulheres a partir de 2001, quando foi convidado a participar de um projeto de uma OSC junto à prefeitura de uma cidade da Grande São Paulo. O objetivo era discutir relações de gêneros com a comunidade, então faziam grupos mistos, só com homens e só com mulheres. Essa experiência fez com que tivesse diversas formações na área de gêneros, e contato com mulheres feministas, o que o levou a ter mais contato com Estudos de Gêneros e Feministas.

[45] Nome escolhido pelo entrevistado.

A participação nessa iniciativa rendeu outras parcerias e projetos. Logo em seguida, entre 2002 e 2003, participou de um seminário sobre o trabalho com HAV contra as mulheres no Rio de Janeiro, proposta que era realizada pelo Instituto Noos. Ficou entusiasmado com a ideia e levou o projeto para discussão na OSC que atuava e prefeitura, que aceitaram, nisso teve auxílio de outro profissional para poder iniciar os grupos com HAV, anterior à Lei Maria da Penha.

O projeto inicial teve parceria com a prefeitura, OSC e um promotor de justiça responsável pelos casos de violências, por ainda não ter uma lei específica os homens acabavam não sendo obrigados a participar, quando eram, era por pouco tempo, o que fazia com que não se conseguisse produzir um vínculo entre eles e o grupo. Flávio continuou estudando, e passou a desenvolver uma metodologia própria a partir da experiência de um grupo na Nicarágua, no qual utilizavam dinâmicas com o objetivo dos homens refletirem sobre os machismos que exerciam. Devido à falta de lei específica não conseguiam implantar tal metodologia nos grupos com HAV, só foi possível em um trabalho com guardas municipais, o que para o entrevistado rendeu resultados excelentes, fazendo com que percebessem que tinham excelentes ferramentas para trabalhar com os homens.

Flávio aponta que passou por diversas experiências ao longo do tempo, sempre com início, meio e fim, pois eram contratados das OSCs com as prefeituras, ou dele diretamente com as gestões municipais. Somente em 2014 que teve a possibilidade de implantar o projeto de maneira mais adequada, uma parceria sua com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de um município, junto à juíza do anexo de violência contra a mulher. Em 2017 com a troca de prefeito a secretaria foi extinta e o projeto foi cortado, então as OSCs, com a qual tem vínculo atualmente, passou a tomar conta do programa em parceria com a juíza.

Nessa troca entre o convênio com a prefeitura e as OSCs, Flávio coloca que houve uma perda de infraestrutura, mas um ganho de autonomia no trabalho. Nesse projeto os homens são encaminhados via Suspensão Condicional do Processo (SURSI), uma pena alternativa (com a pandemia o projeto ficou um tempo parado e com lista de espera, não tinham recebido ainda participantes via medida protetiva, proposta na Lei n. 13.984/2020), e são obrigados a participarem dos 26 encontros semanais, de duas horas de duração, sendo os três últimos realizados de maneira quadrimestrais, para acompanhamento mais prolongado.

Segundo Flávio, o grupo é um misto de socioeducativo e reflexivo, porque acreditam que as violências contra as mulheres praticadas por esses homens são atravessamentos sociais e culturais, os quais produzem homens violentos, ou seja, são ensinados desde sempre a utilizarem a violência. Para o entrevistado as violências contra as mulheres ocorrem como uma forma de manutenção do poder, da dominação, na ideia de que sejam possuidores dessas mulheres, algo construído socialmente, dando privilégios ao masculino, gerando desigualdade nas relações de poder, e tendo as violências muitas vezes como ferramentas para manutenção dessa diferença.

Então, para o entrevistado, é necessário que sejam ensinados que existem outras maneiras de ser homem, com isso utilizam o método de educação popular, ouvindo as vivências de cada um e questionando tais visões de mundo, o que pode levar a reflexão, trabalhando com a ideia de que essas/esses participantes são sujeitas/sujeitos ativas/ativos, que se construíram a partir de regimes de verdades fechados e cristalizados, mas que também são produtoras/produtores ativas/ativos de seus mundos. Além das teorias de Paulo Freire, utilizam também a ideia dos grupos operativos, de iniciar com uma tarefa disparadora e depois realizarem discussão entre o grupo, tirando os participantes do lugar de conforto, de pensar sobre determinados assuntos e não só

reproduzirem o que foi dito ou o que aprenderam em suas vivências. O entrevistado aponta que apesar de ser psicólogo, o grupo não é terapêutico, pode ter tal efeito, mas que não é uma sessão de terapia.

A base teórica do projeto é composta por leituras sobre gênero a partir de Scott, Estudos Feministas, Estudos de Masculinidades, como os textos de Connell, e das Teorias sobre ideologia de Thompson. Desta forma entendem que o machismo é uma ideologia, na qual coloca o homem como dominante e as mulheres como submissas, e as violências contra as mulheres como formas de dominação, para que essa relação desigual de poder se perpetue. Então o foco do trabalho é diminuir às violências, defender às mulheres, por isso para Flávio não entram nos grupos de maneira neutra, estão pactuados com as mulheres e não com homens participantes, entendendo que essas estão em um lugar de submissão.

Desde 2015, o projeto também tem realizado cursos de formação de facilitadores e facilitadoras para atuarem em grupos com HAV, isso foi importante porque deixou de ser uma iniciativa individual, até então as ações eram realizadas apenas pelo entrevistado, para um trabalho em grupo, havendo atualmente dez pessoas trabalhando como facilitadoras, e dando oportunidade para que houvesse grupos de maneira simultânea.

Apesar da inspiração ser o grupo Cantera da Nicarágua, o projeto atual se modificou bastante desde então, os grupos são abertos, então os participantes podem entrar a qualquer momento, não precisando esperar uma turma para entrar, são trabalhadas 20 dinâmicas diferentes, com diferentes temas. Quando o grupo tinha somente Flávio e mais um facilitador os participantes encaminhados já eram inseridos no grupo, com a construção da equipe isso mudou, os novos participantes ficam por dois encontros em um pré-grupo, momento que são acolhidos, conhecem as regras, como se dá o trabalho e são colhidas algumas informações básicas de cada homem. Depois desse

pré-grupo são inseridos no grupo, isso ocorreu por perceberem que às vezes a pessoa que entrava estava ainda muito revoltada com a situação e influenciava os outros membros, gerando uma regressão, então o pré-grupo acolhe este homem, preparando-o para participar do grupo maior. Durante a pandemia o grupo passou a ser realizado de maneira remota, como discutiremos melhor abaixo, com isso o pré-grupo serve também para auxiliar o participante a conhecer a ferramenta de videoconferência e testá-la.

No total são 26 encontros que os homens precisam participar; os dois primeiros no pré-grupo, depois 20 encontros com temas variados no grupo, um ao final para autoavaliação, e depois mais três encontros quadrimestrais para acompanhamento por mais um ano. A cada encontro presencial havia a participação de 15 homens, era apresentado o tema do dia, os homens eram divididos em cinco grupos para que realizassem discussões sobre o assunto, tendo maior liberdade, depois voltavam ao grupo inicial para discussões finais e era o momento dos facilitadores fazerem uma síntese sobre o tópico. Flávio tem participado do pré-grupo e do encontro de avaliação atualmente.

Devido à pandemia de Covid-19, os grupos presenciais foram interrompidos em março, mas em abril iniciaram os encontros de maneira remota, para isso houve algumas alterações na metodologia, o número de participantes passou para no máximo de dez homens, as dinâmicas foram alteradas também, os homens não são mais divididos em pequenos grupos para discussão do tema, as conversas são feitas já no grupo inicial e tem sido mais diretivo, com perguntas para falarem sobre o tema. O ganho com o trabalho remoto foi das pessoas estarem mais participativas, implicadas, não precisam se deslocar dos seus lares e a equipe também não precisa se preocupar com o local dos encontros. Uma das dificuldades é com alguns participantes que não conseguem acesso, por não terem equipamento ou internet. Tanto no presencial como no remoto, ao início e término da participação os homens realizam o preenchimento de um questionário, com dados

pessoais e sobre questões de gêneros, também no 23º encontro ocorre uma autoavaliação do participante, feita no grupo, este aponta sua percepção sobre sua participação e recebe *feedback* do grupo e dos facilitadores. Existe uma supervisão coletiva, feita semanalmente, com discussões sobre os grupos, entre os próprios facilitadores.

Financeiramente o grupo se mantém através de acordo com a juíza, a qual transfere valores de penas pecuniárias ao projeto, através de uma conta administrativa, porém não é um recurso permanente ou certo, variando de mês a mês; devido à pandemia não receberam nenhum financiamento em 2020, por isso passaram a cobrar pelos cursos de gêneros e masculinidades que estão ofertando online. Somente Flávio e mais outro facilitador atuam no projeto de maneira exclusiva, por isso quando existem recursos financeiros são os primeiros a receberem, mas depois quando sobra é dividido entre os outros facilitadores, para custeio de despesas.

Os facilitadores são todos do gênero masculino, segundo Flávio a ideia é que precisa ser um trabalho feito por homens e que se apegam a ideia do lugar de fala, que um homem que cometeu violência contra a mulher tende a não ouvir uma mulher falando sobre o assunto, pois pode acreditar que ela está falando em causa própria, mas que quando é outro homem falando absorvem mais, pois entendem que ele não está falando em causa própria. Para se tornar facilitador o entrevistado aponta a necessidade de entender o lugar de privilégios que ocupa por ser homem, passar por formação teórica com base no feminismo e direitos humanos, além de passar pelas dinâmicas que são aplicadas no grupo com HAV, pois assim consegue entrar em contato com os próprios machismos, as violências que possa ter cometido, reconhecendo que já ocupou tal lugar, dessa forma para Flávio não precisa ter uma formação específica para ser facilitador, mas ser homem e ter feito toda essa capacitação.

Como avanço nos trabalhos com homens, Flávio vê a maior divulgação dos trabalhos e com isso o aumento da procura, como obstáculos observa a falta de políticas públicas específicas para essa área, o que leva a muitas ações terem dificuldades de se manterem, entre elas instituições pioneiras que faziam excelentes trabalhos. Para o entrevistado esses projetos deveriam estar vinculados à Secretaria de Segurança Pública, sendo uma política de segurança pública, até porque não interferiria nos recursos financeiros para políticas públicas voltadas às mulheres.

Flávio aponta que utiliza o que aprendeu na graduação em Psicologia, principalmente a questão da escuta ativa, o que para ele é um recurso que os psicólogos do grupo (cinco no total) utilizam e que os outros facilitadores não possuem, além da leitura mais aprofundada sobre o sujeito. Com o contato com as leituras feministas e o trabalho com os homens Flávio conseguiu repensar a ideia de homem e masculino, pois foi criado na ideia de que o homem precisa ser macho, precisa conquistar seu espaço, ser violento, o que para ele era difícil, não via como ideal para ele, mas que reproduzia para não ser excluído. Com as leituras e o grupo, percebeu novas possibilidades de masculinidades, os machismos e as violências que reproduzia, e começou a buscar uma mudança que ainda está ocorrendo.

Dentro do projeto não existe um trabalho com as mulheres, mas na rede sim, em outros projetos. Com o amadurecimento da metodologia desenvolveram uma apostila com 20 técnicas para serem utilizadas nos encontros, lá o facilitador encontra quais materiais usar e como deve desenvolver aquele encontro, a apostila ajuda a terem uma padronização do trabalho, o que ajuda no direcionamento, mas entendem que cada grupo tem seu modo de funcionar, com isso não é um material engessado. Para Flávio é necessário que esses trabalhos com HAV sejam feitos e divulgados, que se construa a ideia que é necessário pensar em justiça restaurativa, que esses homens podem eliminar

as violências de seus comportamentos e crenças, mas é necessária uma mudança social e cultural, que se tenha maior preocupação com as pessoas.

9.6 Gabriel[46]

Gabriel, 52 anos, gênero masculino, graduado e mestre em Filosofia, sua dissertação teve como tema a sexualidade na Grécia Antiga. Atualmente tem vínculo com OSC, do terceiro setor. O trabalho com homens iniciou-se em 1995 em uma OSC, o objetivo era falar com homens em seus diversos espaços de socialização a respeito de saúde e cidadania, foi financiado durante dez anos por diversas instituições internacionais. Depois passou a fazer trabalhos voltados a prevenção de HIV/AIDS a partir de projetos financiados pelo Ministério da Saúde e Coordenação Nacional e Estadual de AIDS.

O trabalho com HAV veio depois, principalmente com a Lei Maria da Penha, mas também porque o entrevistado se incomodava com a ideia de ser visto como potencial agressor, para ele esse foi um dos pontos que o fez buscar essa ação com HAV. Atualmente Gabriel é gestor de um projeto com HAV, que se tornou uma política pública na cidade onde atua também como capacitador de novos facilitadores e facilitadoras. Para ele os grupos reflexivos são uma maneira de gerar transformação nos participantes, que possam olhar para si e para outro e a partir dessa troca se transformarem, se responsabilizando por seus comportamentos e enxergando uma vida sem violência. O objetivo principal do grupo é diminuir a reincidência, pois acreditam que sem a reflexão a possibilidade desses homens voltarem a cometer violências contra a mesma mulher ou outra é muito grande.

[46] Nome escolhido pelo entrevistado.

Os homens são encaminhados para o grupo através da promotoria, juizado especial de violência doméstica, e em 2021 vão passar a aceitar também direcionamentos das delegacias das mulheres e defensoria pública. Dentro do projeto existe duas propostas, uma de grupos fechados e outra grupos abertos. No primeiro, os homens que iniciam permanecem por todos os encontros; no segundo a ideia é que aquelas pessoas que foram encaminhadas já comecem a fazer parte do processo, não aguardando um novo grupo ser montado. Dentro da OSC existe também um grupo com homens, sobre discussão de masculinidades, mas nesse é com homens que desejam rever suas masculinidades e que estejam preocupados com sua saúde mental.

Gabriel aponta que os grupos reflexivos são uma adaptação da metodologia da Tom Andersen, as teorias de Pichon-Rivière e a prática educativa de Paulo Freire, então define que os grupos, no projeto que estão inseridos, como reflexivos com base educativa, a atuação do facilitador e da facilitadora é socioeducativa, não são grupos terapêuticos. Os grupos são formados por 30 participantes, em dez encontros semanais, com duração de duas horas e meia. Existe uma preleção, momento em que o tema do encontro é apresentado, podendo ser através de algum vídeo curto, depois os homens são divididos em cinco ou seis grupos, cada grupo é acompanhado por uma/um facilitadora/facilitador, então fazem discussões sobre os pontos levantados na conversa inicial, tem o intervalo, e depois retornam para o grupo maior, momento em que são apresentadas as discussões feitas nos grupos menores e é realizado um fechamento sobre o tema. Os principais temas discutidos são Lei Maria da Penha, questões de gêneros, tipos de violências, sexualidade, uso e abuso de substâncias psicoativas, Estatuto da Criança e do Adolescente e cidadania. Ao iniciar a participação no grupo, os homens respondem um questionário, no meio do processo respondem outro; e ao final é feita uma nova avaliação, depois são acompanhados por amostragem a cada seis meses, até completar um ano.

Durante a pandemia o serviço ficou parado, mantiveram contato com os participantes via *WhatsApp*, e em dezembro de 2020 iniciaram o grupo de maneira remota, depois de adaptarem a metodologia. Até 2020 o grupo foi realizado de maneira voluntária, depois foi feito um contrato com a prefeitura que se estendeu até o meio do ano de 2021.

A base teórica utilizada dos estudos de gêneros e masculinidade é Kaufman, Kimmel, Connell e Scott. Gabriel atua como supervisor das/dos facilitadoras/facilitadores e tem uma supervisão individual para ele. O entrevistado apontou que para facilitar os grupos HAV contra as mulheres as/os facilitadoras/facilitadores precisam estar confortáveis com as discussões de gêneros, terem uma bagagem nas discussões sobre masculinidades e não terem uma visão punitiva. Existem grupos com facilitação mista e outros só com homens, a ideia é comparar essas duas maneiras, o que está em processo, mas o entrevistado aponta que ambas dão certo. Nos grupos onde a facilitação é só com homens percebem que existe maior facilidade na criação de laços, com a facilitação mista demora um pouco, mas enxergam uma mudança no trato dos homens com as facilitadoras ao longo dos encontros. As pessoas que desejam facilitar os grupos precisam passar por 16 horas de formação, leituras, após 16 horas de trabalhos individuais escrevem uma resenha sobre a motivação para ocuparem tal lugar.

Entre os avanços na área, Gabriel destacou o crescimento e divulgação destes trabalhos com homens e o aumento da percepção das pessoas para importância de se trabalhar com esses homens logo após as violências cometidas; para ele é necessário a prevenção das violências nas escolas e universidades, assim como, a criação de grupos reflexivos nas indústrias, que fossem discutidos os tipos de violências existentes, para gerar maior conscientização sobre a questão. Os obstáculos são a falta de financiamento para esse tipo de trabalho, a visão machista de algumas/alguns magistradas/magistrados

e promotoras/promotores, além do grande número de casos de violências contra as mulheres.

A Psicologia deve desconstruir a ideia de que as violências contra as mulheres são devido às psicopatologias ou questões individuais, além de atuar no cuidado com a saúde mental após as violências. As violências contra as mulheres são entendidas por Gabriel como resultados do patriarcado, sentimento de posse sobre a mulher, do machismo, construção da ideia que a mulher deve ser submissa, que é inferior ao homem, e da masculinidade, criação de valores masculinos inalcançáveis de virilidade, poder e agressividade, fazendo com que os homens busquem se afastar da feminilidade para ser reconhecido.

Atuar com essa temática faz com que o entrevistado repense sua própria masculinidade e comportamentos, pois ao falar com o outro também se vê, então acaba a cada fala, tendo discutido, olhado para suas atitudes nessas questões. Não existe um trabalho com as mulheres dentro do projeto que coordena, mas Gabriel vê como necessário.

9.7 Cristina[47]

A última narrativa que trazemos é de Cristina, gênero masculino, 39 anos, graduado, mestre, doutor e pós-doutor em Psicologia. Sua dissertação de mestrado foi sobre a relação entre masculinidade e paternidade nas gerações, a tese de doutorado teve como tema de pesquisa a produção de subjetividades em grupos reflexivos com HAV contra mulheres. Atualmente tem vínculo com uma instituição de ensino superior pública,

[47] Seu ex-companheiro a fez de refém junto com outros/outras passageiros/passageiras em um ônibus quando ia para o trabalho, ficaram por mais de dez horas trancados. Cristina foi violentada por diversas vezes nesse período, segundo ela, já havia sofrido agressões do ex-marido anteriormente. O caso ficou conhecido como "O drama do 499". Disponível em: < https://extra.globo.com/casos-de-policia/21-historias-de-violencia-contra-mulher-nos-ultimos-anos-23509297.html>. Acesso em: 30 de nov. de 2020.

na qual é coordenador de um projeto de extensão que atua com grupos com HAV em parceria com o Tribunal de Justiça do estado, e supervisor de estágio em Psicologia em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil), realizando grupos também.

Cristina também tem vínculo com uma OSC, alocada atualmente em São Paulo, que atua no desenvolvimento e compartilhamento de práticas sociais sistêmicas na promoção de saúde dos relacionamentos familiares e comunitários. Sua participação nessa OSC, que é pioneira no trabalho com HAV contra as mulheres e famílias a partir da teoria sistêmica; se dá principalmente na editora, revista científica e cursos sobre grupos com HAV, mas também auxilia em pesquisas realizadas pela instituição.

O início de seu interesse pelo trabalho com os HAV se deu no mestrado, ele fazia parte de uma equipe de pesquisa sobre iniciativas pioneiras de grupos com HAV sexual, que depois foi alterado para grupos com autores de violências contra as mulheres, na América Latina. Então viajou para conhecer esses trabalhos no Rio de Janeiro, Nicarágua, Argentina, Honduras e México. Neste último país conheceu o grupo do *CORIAC* que era referência para grande parte das iniciativas na área nos países da América Latina. Outros pesquisadores do grupo também visitaram outros países para realizar as entrevistas. O entrevistado também conheceu grupos pioneiros nos EUA, como o *Emerge*.

Com todas essas vivências e materiais, se interessou por esses trabalhos com HAV, então, após o término do mestrado, montou seu projeto para o doutorado, que tinha como tema os modos de produção de subjetividades em grupos com HAV. Enviou para três universidades, duas no Brasil e uma na Espanha, foi aceito primeiramente nas duas nacionais, escolheu realizar na que era situada no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que estava realizando sua pesquisa voltada ao trabalho com os homens e a Lei Maria da Penha, que havia sido promulgada, se vinculou a uma OSC, da qual ainda faz parte, mas

que atualmente encontra-se em São Paulo, como pesquisador, acompanhava a organização dos grupos com HAV e os atendimentos as famílias a partir da Teoria Sistêmica, a qual também tinha formação.

Depois de seis meses, recebeu o aceite da universidade espanhola, então interrompeu o doutorado no Brasil e com uma bolsa de estudos realizou sua tese em Barcelona, sobre a produção subjetiva nos grupos com HAV, com base no Construcionismo Social. Em sua pesquisa de campo se vinculou a uma OSC, que era contratada pela prefeitura municipal para realizar grupos com HAV contra mulheres. Participou de dois ou três grupos, não soube definir, e um deles serviu de base para sua pesquisa. Conheceu também iniciativas na área em uma cidade do Reino Unido. Após o doutorado realizou pesquisa de pós-doutorado, com bolsa CNPQ, sobre os facilitadores e as facilitadoras dos grupos, as percepções, abordagens teóricas e como se davam as facilitações, e fez a comparação com dados que tinha sobre os trabalhos com HAV nos presídios de Granada, na Espanha.

Na volta ao Brasil, Cristina também retomou sua parceria com a OSC do Rio de Janeiro, atuando em 2008 no mapeamento não exaustivo de grupos com HAV no Brasil, e na atualização da metodologia da OSC no trabalho com grupos, que ampliou para atuação com grupos reflexivos de gêneros.

Após o fim dessas pesquisas, passou em um concurso para docente titular da universidade que está atualmente, quando instituiu a linha de pesquisa sobre masculinidades e violências em um projeto vinculado a universidade. Construiu o convênio com o TJ para realização de grupos através de projeto de extensão (que tem participação de alunas/alunos da graduação e pós-graduação, além de profissionais externos a universidade), e retomou convênio com a Polícia Civil.

O projeto com grupos de HAV contra as mulheres era realizado na clínica-escola de Psicologia da universidade, e na Polícia Civil de uma cidade próxima onde está instituída a universidade, através de estágio. O estágio faz parte das ênfases da graduação em Psicologia, então é opcional a escolha em participar, e o projeto é uma extensão na qual é feita uma seleção para bolsistas e voluntárias/voluntários. O primeiro havia iniciado no meio do ano de 2019, começava a se consolidar quando foi interrompido devido à pandemia de Covid-19, o segundo projeto também foi paralisado, e os homens passaram a ser encaminhados para o primeiro, que retornou de maneira remota.

Os homens são encaminhados através de medida protetiva, a participação não é obrigatória, uma questão que estava e está sendo discutida pelo grupo, segundo Cristina. Os participantes são acolhidos individualmente, é realizada uma entrevista inicial e depois são direcionados aos grupos, os quais são realizados sempre por facilitação mista, um homem e uma mulher, e com a presença de uma equipe reflexiva, que são pessoas que fazem parte do projeto, mas não estão sendo facilitadoras/facilitadores.

Para o entrevistado, é importante que se entenda o papel da equipe reflexiva, a qual se construiu a partir das teorias de Tom Andersen em seu trabalho com terapia familiar sistêmica. No projeto coordenado por Cristina, a equipe reflexiva é apresentada ao início do encontro e apenas observa, ao final é chamada pelo facilitador e pela facilitadora e realizam uma síntese sobre as percepções e sentimentos que tiveram do encontro, mas não direciona a palavra aos homens.

Para Cristina, é importante fazer essa pontuação porque no Brasil a ideia de grupo reflexivo com homens ganhou força e se tornou conhecida a partir do Instituto Noos, o qual utiliza como base a Teoria Sistêmica e as teorias de Tom Andersen. Portanto em sua metodologia grupos reflexivos precisam produzir processos de reflexão, sentidos e significados, uma mudança interna nos participantes, produção de novos modos de

subjetivação, através da participação ativa, externalizando suas crenças, pensamentos, medos, através de perguntas reflexivas; e ao final que exista uma síntese sobre o que foi trabalhado, como o grupo pensou e refletiu sobre o assunto. Isso porque se tornou comum falar em grupos reflexivos com HAV, porém muitos não utilizam essa metodologia do Instituto Noos, ou atuam de maneira distinta, com psicoeducação e palestras.

Neste sentido, o objetivo do projeto é a produção de reflexão sobre as masculinidades e violências, proporcionando a responsabilização pelo ato violento, construção de outras maneiras de resolução de conflitos, de relação empática com as mulheres, de pensar em uma sociedade mais igualitária e com outras possibilidades de masculinidades.

Cristina aponta como base teórica do projeto as teorias pós-estruturalistas, que entende o gênero de forma performática, fazendo uso de teorias do construcionismo social, feministas e de masculinidades, alinhados também ao Instituto Noos, mas não se prendendo, pois para o entrevistado a universidade precisa ser o lugar de novas experimentações, de inovações metodológicas.

O grupo é realizado de maneira semanal, tendo de dez a doze encontros, sendo que cada tem uma duração de duas horas. Menos que oito encontros são vistos como insuficientes para o entrevistado para produzir mudanças significativas. Cada encontro poderia ter de 10 a 20 participantes, mas estava na média de 10, no formato remoto alteraram a metodologia para três a cinco pessoas. Os temas são discutidos a cada grupo, primeiro existe uma discussão inicial sobre os acordos do grupo, termo de convivência, depois é feita uma dinâmica para a escolha dos temas, que podem ser apresentados pelos participantes e facilitadoras/facilitadores, mas ao final precisam ser de escolha do grupo. Após a escolha dos temas a equipe pensa em disparadores para as conversas, conforme o andamento do grupo o planejamento pode ser alterado caso surja outras problemáticas. O

grupo presencial era fechado, na metodologia online está como semiaberto, nas três primeiras sessões podem entrar novos participantes, depois não. Como ainda não tiveram nenhum grupo encerrado não houve acompanhamento dos participantes, mas a ideia do projeto é que exista o acompanhamento e a avaliação.

Para facilitar grupos com HAV é necessário saber escutar e ouvir as demandas do grupo, e aos próprios diálogos e sentimentos, identificar os sentimentos e percepções que se tem sobre determinado tema e sua relevância ao grupo, além de formação para trabalho com grupos, entender o grupo como uma construção social, como um sistema próprio, os processos internos que podem ocorrer e seu funcionamento, por isso, para Cristina, é necessário a profissionalização destes trabalhos, pois precisam ser feitos por pessoas capacitadas. Além disso, é preciso ter formação e leituras sobre Estudos de Gêneros, Masculinidades e Feministas, além de que as crenças, pensamentos, comportamentos e sentimentos dessas pessoas sobre tais temas tenham sido trabalhados, entendendo os gêneros e masculinidades como categorias analíticas, não naturalizadas.

Dentro do projeto, as/os facilitadoras/facilitadores passam por supervisão semanal, momento de discussão teórica e metodológica, na graduação existe disciplina de gênero, corpo e sexualidade, e na pós-graduação o entrevistado leciona uma disciplina voltada as discussões de masculinidades, violências e subjetividades, então muitas/muitos das/dos facilitadoras/facilitadores já passaram por essa formação também.

Entre os obstáculos no tema, Cristina aponta a falta de uma política nacional específica, na qual tenha critérios e recomendações específicos para o trabalho com os HAV, fazendo com que se consolide essa prática no país, tendo financiamento próprio, com profissionais da Psicologia e Assistência Social preparadas/preparados, que realizem formação teórica e metodológica sobre grupos, Estudos de Gêneros, Masculinidades e Feministas, um trabalho com e para as mulheres, sem competir com as políticas para as

mulheres. Essa necessidade se apresenta pelas inúmeras iniciativas de grupos com HAV que não conseguem se sustentar por serem voluntárias, ou ações específicas de uma pessoa em uma instituição, e por trabalhos feitos sem preparo. Outro obstáculo a ser superado é em relação às metodologias de avaliação, essas precisam demonstrar resultados, a eficácia dessas ações. Entre os avanços o entrevistado aponta a alteração da Lei Maria da Penha em abril de 2020, que consolidou a importância do trabalho com os HAV de maneira individual e em grupo, outro avanço seria o maior interesse de pessoas ligadas aos tribunais de justiças no tema.

A Psicologia no trabalho com os HAV deve ser voltada para a Psicologia Social Crítica, Psicologia e Teorias de Grupos e Psicologia e Estudos de Gêneros, não alinhada a psicopatologias, ou individualização das violências, pois para o entrevistado as violências contra as mulheres têm múltiplos fatores, são problemas sociais complexos, não devem ser centralizadas no indivíduo. No projeto utilizam a Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Jurídica, Psicologia Clínica alinhada ao Construcionismo Social, sensível ao social, com as terapias familiares sistêmicas e terapias narrativas e de reflexão colaborativa.

Para Cristina, a violência é uma forma de expressão naturalizada da masculinidade, uma ação enraizada na masculinidade para resolução de conflitos, que ocorre devido à desigualdade de poder e como exercício da dominação masculina, por isso a necessidade de se discutir outras possibilidades de masculinidades. Com isso o trabalho com homens faz com que o entrevistado pense nas possibilidades que existem de ser homem, quais masculinidades quer ao seu redor, e reflita sobre suas ações, comportamentos e pensamentos machistas, além da empatia com as vivências das mulheres e corpos tidos como femininos.

Dentro do projeto não existe trabalho com as mulheres, mas é uma ação que já está sendo pensada e discutida com a Polícia Civil. Durante a pandemia o grupo foi suspenso inicialmente, porém mantiveram as supervisões e discussões, depois de ajustes feitos na metodologia voltaram com os grupos de maneira remota em julho. Nessa vivência remota perceberam que alguns participantes se sentiram mais livres para compartilhar suas vivências quando mediados por um dispositivo tecnológico, mas a desigualdade de acesso à internet e de renda faz com que algumas pessoas tenham dificuldades em participar. Para Cristina, os grupos devem ser feitos em instituições públicas, coloca que não aponta uma ou outra porque isso depende muito de cada estado e suas políticas, mas que a universidade precisa ser incubadora de novas propostas, gerar novas metodologias.

9.8 As iniciativas com os homens de maneira "resumida"

Neste tópico apresentaremos algumas características das iniciativas em que as/os participantes fizeram ou fazem parte, de maneira que fiquem mais resumidas e de fácil entendimento para a/o leitora/leitor. Todavia, alguns pontos apresentados sobre as estruturas e discussões das ações estão mais bem detalhadas na apresentação dos participantes e no capítulo posterior, no qual fazemos as problematizações de alguns dos principais pontos abordados nas narrativas.

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO

NOME	ATIVO	INSTITUIÇÃO
Felipe	Inativo	Organização Da Sociedade Civil
Kátia	Ativo	Secretaria Da Mulher
Cláudia	Inativo	Defensoria Pública

Psicólogo Militante	Inativo	Organização Da Sociedade Civil
Flávio	Ativo	Organização Da Sociedade Civil
Gabriel	Ativo	Organização Da Sociedade Civil
Cristina	Ativo	Instituição De Ensino Superior Pública

Podemos observar, neste primeiro quadro, que três ações com HAV contra as mulheres encontram-se inativas (Felipe, Cláudia e *Psicólogo Militante*), uma devido à pandemia de Covid-19 (Cláudia), a qual fez com que diversos protocolos de segurança surgissem e que as instituições diminuíssem ou interrompessem os atendimentos presenciais. O que foi o caso de Cláudia, que atua na Defensoria Pública, seu trabalho e das/dos outras/outros facilitadoras/facilitadores foi alterado de presencial para remoto, e os serviços presenciais foram suspensos, com isso o grupo com HAV também está paralisado e sem data para reiniciar. Para o entrevistado, a não realização do grupo de maneira remota se justifica pela desigualdade de acesso à tecnologia e conectividade, fazendo com quem muitos dos participantes não pudessem participar.

A iniciativa de Felipe foi interrompida antes dos protocolos de segurança contra a Covid-19 surgirem, mas também tem relação com a pandemia, pois o contrato com o Tribunal de Justiça que tinha como objetivo a execução dos grupos com HAV pela OSC que ele coordena, foi suspenso, pois os recursos passaram ser destinados ao combate do Coronavírus. Para o participante os grupos seriam suspensos de qualquer maneira, pois não tinham uma metodologia para o trabalho remoto, e agora estão aguardando que novas parcerias sejam feitas.

O *Psicólogo Militante* apontou que finalizaram o último grupo de HAV no final de 2019, e decidiram não iniciar uma nova turma como maneira de enfrentamento as

gestões públicas do município, pela falta de apoio financeiro e incentivos para que a ação fosse exercida. Contudo, o eixo dois do projeto foi realizado no início do ano de 2020, sendo paralisado pela pandemia, e o eixo três, o de pesquisa, está ativo.

Kátia apontou que os grupos com HAV estavam sendo realizados antes da pandemia, mas não soube informar se estão ativos no momento, já que está de licença do trabalho. A iniciativa de Flávio foi interrompida durante um mês devido à Covid-19, mas logo retomaram os grupos de maneira remota. O projeto de Gabriel também foi paralisado a partir dos protocolos de segurança estaduais e municipais, e retomaram em dezembro de maneira remota. Os grupos coordenados por Cristina com HAV reiniciaram de maneira remota entre junho e julho de 2020, porém as supervisões não foram interrompidas devido à pandemia, e a metodologia foi transformada para o novo modelo.

Das pessoas entrevistadas, três atuaram ou atuam nos grupos com HAV a partir de instituições públicas (Kátia, Cláudia e Cristina), como Defensoria, Secretaria da Mulher e Instituição de Ensino Superior. As outras quatro fazem ou fizeram parte de iniciativas de OSC (Felipe, *Psicólogo Militante*, Flávio e Gabriel).

QUADRO 2 – RECURSOS

NOME	RECURSOS HUMANOS	RECURSOS FINANCEIROS
Felipe	Facilitadoras/facilitadores eram convidadas/convidados - recebiam por hora trabalhada	Sem no momento, mas eram via parceria com o poder judiciário
Kátia	Funcionárias/funcionários públicas/públicos	Recursos públicos da instituição
Cláudia	Funcionárias/funcionários públicas/públicos	Recursos públicos da instituição

Psicólogo Militante	Militantes	Nunca tiveram, sempre militância
Flávio	Voluntárias/voluntários	Poder judiciário via penas pecuniárias, não é um recurso permanente
Gabriel	Voluntárias/voluntários	Contrato a partir de 2020 com a prefeitura municipal até junho de 2021
Cristina	Discentes de graduação e pós-graduação com e sem bolsas de estudos e pessoas externas	Recursos públicos da instituição

No Quadro 2 apresentamos os recursos humanos e financeiros de cada iniciativa. Temos duas ações, de Cláudia e Kátia, tendo como facilitadoras/facilitadores as/os funcionárias públicas/funcionários públicos, ou seja, fazendo parte de suas atuações o trabalho com os grupos de HAV, no caso de Cláudia um desejo próprio e no de Kátia uma vontade, mas também uma obrigação por estar alocada em tal instituição na época.

O projeto de Cristina tem a participação de graduandas/graduandos, pós-graduandas/pós-graduandos, e pessoas externas, com ou sem bolsas de estudos. Três grupos são realizados por pessoas interessadas no assunto (Flávio, Gabriel e *Psicólogo Militante*), colocamos voluntárias/voluntários em duas, pois os entrevistados apontaram que as/os facilitadoras/facilitadores não recebiam pela participação, porém Flávio apontou que em alguns momentos conseguiu fazer retiradas para seu sustento, já que participa do projeto de maneira exclusiva, e em um caso o entrevistado apontou que apesar de não receberem pela atuação nos grupos (*Psicólogo Militante*), não via como voluntariado, mas como uma militância, por todos enfrentamentos que tinham.

Em uma iniciativa, as/os facilitadoras/facilitadores recebiam pelas horas em que atuavam nos grupos (Felipe). Três projetos tinham como recursos financeiros acordos firmados com prefeituras e Tribunais de Justiça (Felipe, Flávio e Gabriel), não sendo estáveis e permanentes, dependendo de gestoras/gestores e juízas/juízes. Três tinham recursos públicos institucionais (Kátia, Cláudia e Cristina), não sendo voltados diretamente para os projetos. E uma ação nunca recebeu apoio financeiro (*Psicólogo Militante*).

QUADRO 3 – TIPOS DE GRUPOS

NOME	GRUPOS	ABERTOS/FECHADOS
Felipe	Grupos reflexivos	Abertos
Kátia	Grupos reflexivos	Fechados
Cláudia	Grupos reflexivos	Fechados
Psicólogo Militante	Grupos reflexivos	Semiabertos
Flávio	Grupos reflexivos e socioeducativos	Abertos
Gabriel	Grupos reflexivos com base educativa	Ambos (existem grupos abertos e fechados)
Cristina	Grupos reflexivos	Fechados, na pandemia abertos nos três primeiros encontros

No Quadro 3 apresentamos o caráter dos grupos e sua metodologia, então todas/todos entrevistadas/entrevistados apontaram que realizam ou realizavam grupos reflexivos com HAV contra as mulheres, sendo que dois apontaram também trabalhar

com grupos socioeducativos e educativos (Flávio e Gabriel), não tendo o caráter apenas reflexivo.

Os grupos de Cláudia e Kátia eram fechados, os participantes só eram autorizados a participarem dos grupos logo no início, depois de iniciado precisavam aguardar a formação de uma nova turma. Dois eram/são abertos (Felipe e Flávio), podendo entrar em qualquer momento, já que o grupo não tem um momento de encerramento, porém, Flávio aponta que os participantes só eram inseridos nos grupos após entrevista inicial e se os facilitadores percebessem que estavam prontos, algo semelhante ao que apontou o *Psicólogo Militante*, mas ele definiu o grupo em que participava como semiaberto. Gabriel apontou que na instituição a qual faz parte, existem os dois modelos, grupos abertos e fechados. Nos grupos que Cristina supervisiona, quando presenciais eram fechados, mas na metodologia dos grupos remotos, até o terceiro encontro é aberto e depois passam a ser fechados.

QUADRO 4 – CONVÊNIOS E VÍNCULOS

No Quadro 4 temos os convênios e vínculos dos projetos, assim como o número de participantes por grupo. Seis programas tiveram ou tem acordo de cooperação com Tribunais de Justiça (Felipe, Cláudia, *Psicólogo Militante*, Flávio, Gabriel e Cristina), um com a Polícia Civil (Cristina), dois com prefeituras (Cláudia e Gabriel), um com o

NOME	VÍNCULOS/CONVÊNIOS	VINCULAÇÃO DOS HOMENS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Felipe	Sem no momento	Ordem judicial	15 a 20 participantes
Katia	Ministério Público	Ordem judicial e demanda espontânea	Até 15 participantes
Cláudia	Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e Prefeitura	Ordem judicial	Mínimo cinco e máximo 15 participantes. Irão mudar para 12
Psicólogo Militante	Tribunal de Justiça, CREAS, CRAS, UBS, ESF e IES pública	Ordem judicial, demanda espontânea e encaminhamentos de CREAS, CRAS, UBS e ESF	Máximo 15 participantes
Flávio	Tribunal de Justiça	Ordem judicial	Até 15 participantes
Gabriel	Prefeitura e Tribunal de Justiça	Ordem judicial	Até 30 participantes
Cristina	Tribunal de Justiça e Polícia Civil	Encaminhamento via medida protetiva e polícia civil	10 a 20 participantes, na experiência remota de três a cinco

CREAS, CRAS, UBS, ESF e IES pública (*Psicólogo Militante*), dois com o Ministério Público (Kátia e Cláudia) e um com a Defensoria Pública (Cláudia). Todas as ações recebem os homens via ordem judicial, mas também um por direcionamento da Polícia Civil (Cristina), dois por demanda espontânea (Kátia e *Psicólogo Militante*) e um por encaminhamentos de CREAS, CRAS, UBS e ESF (*Psicólogo Militante*).

A quantidade de participantes e encontros variam entre as iniciativas, como podemos verificar nos Quadros 4 e 5. A maioria aceitava/aceitam até 15 pessoas (Kátia, Cláudia, *Psicólogo Militante* e Flávio), um aceita até 30 (Gabriel), e dois até 20 participantes (Felipe e Cristina). Entretanto, no projeto remoto de Cristina, o número foi reduzido para no máximo cinco homens, e no grupo de Claudia quando retomarem será para até 12 pessoas, devido às recomendações estaduais.

QUADRO 5 – CARACTERÍSTICAS

NOME	FACILITAÇÃO	QUANTIDADE DE ENCONTROS
Felipe	Mista	16 encontros semanais
Kátia	Sem regra	10 a 12 encontros semanais, mais entrevistas individuais
Cláudia	Um encontro só com homens e outros mistos	Cinco encontros semanais
Psicólogo Militante	Só com homens	18 e 20 encontros semanais, mais entrevistas individuais
Flávio	Só com homens	Dois encontros pré-grupo, 20 encontros semanais do grupo, um encontro pós-grupo, e mais três encontros quadrimestrais
Gabriel	Mista e só com homens	10 encontros semanais

Cristina	Mista	10 a 12 encontros semanais, mais entrevistas individuais

Como apontado acima, a quantidade de encontros varia de grupo para grupo, assim como a realização de entrevistas iniciais e facilitação. Dois participantes apontaram que a facilitação era/é mista (Felipe e Cristina), homens e mulheres, dois grupos só homens atuavam/atuam como facilitadores (*Psicólogo Militante* e Flávio), um grupo não havia uma regra (Kátia), pois quem atua como facilitadoras/facilitadores são as/os funcionárias/funcionários da unidade, então quem estiver trabalhando naquele núcleo deve realizar o grupo. Cláudia apontou que no projeto em que atua existe a participação de homens e mulheres, porém o encontro é feito somente entre homens, ou seja, só os dois psicólogos participam, a assistente social que faz parte da equipe atua em outros momentos. E o projeto de Gabriel tem as duas experiências, grupos mistos e outros só com homens, o entrevistado apontou que estão utilizando como experiências, mas que ainda não existem resultados sobre a diferença.

No número de encontros existe uma grande variação, tendo dois grupos que realizam de 10 a 12 encontros semanais (Kátia e Cristina), além dos individuais, um grupo com 10 (Gabriel) e outro com 16 encontros semanais (Felipe), ambos não apontaram o uso de entrevistas individuais, um projeto que tem de 18 a 20 encontros (*Psicólogo Militante*), mais entrevistas individuais, outro que tem 20 encontros em grupo (Flávio), mais dois pré-grupo, e três pós-grupo quadrimestrais e uma entrevista individual; e um grupo que destoou por ter cinco encontros. Todos os grupos realizam os encontros semanalmente, e um que tem três encontros quadrimestrais para acompanhamento dos participantes (Flávio).

QUADRO 6 – OBJETIVOS E AVALIAÇÃO

NOME	OBJETIVOS	AVALIAÇÃO
Felipe	Uma intervenção que visa à responsabilização, segurança das mulheres e a tratar hierarquias de gênero, lugares de poder, [...] A qualidade de vida também dos homens, autocuidado dos homens.	Avaliação qualitativa, feita no grupo, momento de troca entre os participantes que estão saindo e os novos.
Kátia	O principal objetivo do grupo que tá até na nossa missão, né, isso tudo, é a responsabilização dos homens.	Entrevista individual e *follow-up*, entrevista depois de seis meses
Cláudia	Combater a reincidência na violência doméstica.	Ao final de cada encontro o participante responde um questionário sobre sua percepção do encontro, no último encontro faz uma autoavaliação, relata sobre sua percepção da participação no grupo e possíveis mudanças que ocorreram
Psicólogo Militante	Fortalecer os laços sociais com seus semelhantes	Ao final do 18º ou 20º encontro era realizada uma autoavaliação e discussão no grupo sobre as percepções dos participantes
Flávio	Diminuir as violências contra as mulheres	Autoavaliação em grupo, sobre suas percepções sobre sua participação e mudanças, percepção dos outros homens e facilitadores, respondem um questionário no início e ao final, e acompanhamento quadrimestral por um ano

Gabriel	O objetivo do grupo é diminuir a reincidência	Os participantes respondem um questionário ao iniciar, no meio e ao final da participação, são acompanhados por amostragem durante seis meses
Cristina	Produzir reflexão sobre masculinidade e violência, e responsabilização também, sobre seus atos, é para pensar outras formas de produção, de outras formas de resolução de conflitos que não seja a violência.	Ainda não realizaram por não ter nenhum um grupo finalizado, mas já está sendo discutida

Os objetivos dos trabalhos com HAV contra as mulheres são múltiplos, segundo as narrativas colhidas. Podemos destacar a responsabilização dos homens como algo comum em três iniciativas (Felipe, Kátia e Cristina), assim como o combate às violências contra as mulheres e a reincidência (Cláudia, Flávio e Gabriel), depois os objetivos acabam por se diversificar. Felipe aponta que, além da responsabilização, os grupos também visam à segurança das mulheres, a discussão das relações de poder e de gêneros, mas também o autocuidado dos homens, para ele esses objetivos se unem e não são excludentes.

Para o *Psicólogo Militante*, o objetivo dos grupos com HAV era o fortalecimento dos laços entre os semelhantes, que os homens pudessem olhar as outras pessoas de maneira mais empática, se humanizando, observando os impactos de suas atitudes na outra pessoa. Na narrativa de Cristina foi possível observar a reflexão sobre as masculinidades, violências e resolução de conflitos como objetivos do projeto com HAV, além da responsabilização.

Em relação à avaliação, três participantes (Felipe, *Psicólogo Militante* e Flávio) apontaram que realizavam/realizam no grupo, através de autoavaliação do participante e apontamentos dos outros homens e facilitadoras/facilitadores sobre a percepção que tiveram de quem está encerrando sua participação no grupo. Flávio colocou também que aplicam questionário no início e final da participação do homem no projeto, e realizam três encontros quadrimestrais para acompanhamento por um ano desses homens pós-grupo. No projeto coordenado por Gabriel os homens respondem, também, questionário ao iniciar, no meio e ao final da participação, e é feito um acompanhamento pós-grupo, por seis meses, por amostragem. A entrevistada Kátia apontou que utilizam entrevista individual ao final e depois de seis meses da participação nos grupos. Como o projeto de Cristina é recente ainda não houve nenhuma avaliação, mas é uma discussão que já está sendo realizada.

QUADRO 7 – ABORDAGEM PSICOLÓGICA E BASE TEÓRICA

NOME	ABORDAGEM PSICOLÓGICA	BASE TEÓRICA
Felipe	Psicologia Social, a partir das Perspectivas de gêneros	Estudos de Gêneros, Feministas e de Masculinidades, e Teorias de Grupo
Kátia	Psicologia Social, a partir das Perspectivas de Gêneros	Psicologia Social e Estudos de Gêneros
Cláudia	Teoria Cognitivo-Comportamental	Lei Maria da Penha, Psicologia Jurídica, Intersecção de Gêneros, Piaget, Beck e Desenvolvimento Moral
Psicólogo Militante	Psicologia Social Comunitária	Filosofia, Sociodrama e Psicologia Social Comunitária

Flávio	Psicologia Social	Scott, Connell e Thompson e Teorias Feministas
Gabriel	Nenhuma	Scott, Connell, Kaufman eKimmel
Cristina	Psicologia Social Crítica, Construcionismo Social, Psicologia Social Jurídica e Psicologia Social e Saúde	Construcionismo Social, Teorias Feministas e de Masculinidades

A abordagem psicológica mais utilizada pelas pessoas entrevistadas quando atuavam/atuam nos grupos com HAV é a Psicologia Social (Felipe, Kátia, *Psicólogo Militante*, Flávio e Cristina), variando entre a Crítica e Comunitária (Cristina e *Psicólogo Militante*), Cláudia utiliza da Teoria Cognitivo-Comportamental e Gabriel nenhuma, por não ser graduado em Psicologia. Outras abordagens apontadas foram Perspectivas de Gêneros (Felipe e Kátia), Construcionismo Social, Psicologia Social Jurídica e Psicologia Social e Saúde (Cristina).

Em relação à base teórica dos projetos com HAV, também tivemos algumas variações, os Estudos de Gêneros são encontrados nas falas de duas/dois participantes (Felipe e Kátia), a autora Joan Scott é apontada por dois entrevistados (Flávio e Gabriel), as Teorias Feministas aparecem em três narrativas (Felipe, Flávio e Cristina), os Estudos de Masculinidades foram identificados em duas entrevistas (Cristina e Felipe), e as autoras/autores (Connell, Kimmel e Kaufman) sobre masculinidades foram apontadas/apontados, também, por dois entrevistados (Flávio e Gabriel), as teorias da Psicologia Social são à base dos projetos de *Psicólogo Militante* e Kátia. Outras teorias apontadas de maneiras isoladas foram: Construcionismo Social (Cristina), Teorias sobre Ideologia de Thompson (Flávio), Filosofia e Sociodrama (*Psicólogo Militante*), Teorias

de Grupos (Felipe) e a Lei Maria da Penha, Psicologia Jurídica, Intersecções de Gêneros, Piaget, Beck e Desenvolvimento Moral (Cláudia).

Podemos identificar nas narrativas a multiplicidade dos grupos com HAV contra as mulheres espalhados no Brasil, alguns pontos se encontram, outros se distanciam, fazendo com que as experiências, percepções e resultados sejam variadas, se adaptando aos seus territórios e realidades, assim como a partir das vivências e possibilidades que tiveram. No próximo capítulo pretendemos discutir as narrativas e vivências que nos foram contadas e nossas interpretações e análises, partindo do pressuposto que foram atravessamentos distintos, com menos ou mais intensidade, por isso acabam sendo possibilidades de leituras de tantas outras possíveis.

10. DISCUSSÕES POSSÍVEIS

Neste capítulo realizarei possíveis discussões sobre alguns pontos que se destacaram nas narrativas realizadas. Colocamos a ideia de possíveis, pois entendemos que essas análises e tópicos levantados o são com base em pontos de vistas e outras leituras e destaques são possíveis quando realizadas por outras/outros pesquisadoras/pesquisadores, assim como à medida que fundamentada por outras bases teórico-metodológicas. Então, parti do uso da Análise Temática, a qual está interessada no conteúdo do que foi narrado e na organização dos temas a partir de assuntos comuns.

O objetivo deste trabalho é a problematização dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres e quais ligações podem ser feitas com as Psicologias. A princípio, buscamos observar nas narrativas o motivo pelo qual as pessoas entrevistadas se interessaram pelas discussões de gêneros e masculinidades e como chegaram aos grupos com HAV. Esse levantamento é importante para ajudar a pensar na motivação para o trabalho neste campo, pois, como discutiremos, essa é uma área que ainda não se

tem tanta visibilidade e financiamentos. Após essas problematizações, adentraremos as questões relacionadas especificamente aos grupos, como surgiram, metodologias utilizadas, bases teóricas para realização dos trabalhos, entre outras; esse tópico é relevante para que pudéssemos compreender melhor como estão ocorrendo essas ações no Brasil, além da literatura consultada, pois existem inúmeras especificidades em cada projeto relatado, o que também auxilia para discussões sobre como as Psicologias podem contribuir e como estão sendo utilizadas nos grupos com HAV.

A base para as discussões serão os materiais revisados nos capítulos que sustentam e dão forma a essa tese, os quais permitem problematizar alguns pontos que atravessam com maior intensidade as narrativas realizadas, escutadas, (re)escutadas, transcritas, lidas e relidas.

10.1 Interesse na área de gêneros e masculinidades e a entrada nos grupos com homens autores de violências contra as mulheres

O interesse pelas discussões sobre gêneros foi distinto entre as pessoas entrevistadas, algumas/alguns apontaram que tiveram contato com os Estudos de Gêneros durante a graduação, em Psicologia ou Filosofia. Já o *Psicólogo Militante* colocou que durante o curso de Psicologia não teve contato com nenhuma discussão relacionada aos temas gêneros e sexualidades; seu interesse surgiu após a realização de estágio em um hospital psiquiátrico, momento em que teve contato com mulheres que haviam sofrido violências de seus ex-companheiros, o que gerou o desejo de estudar as questões de gêneros e das violências contra as mulheres. Flávio narrou que sua entrada nas discussões de gêneros e questões feministas foi depois que cursou uma especialização sobre violências contra crianças:

> [...] fui chamado para participar dessa equipe, né, um programa, a pessoa que me convidou achou que eu tinha perfil de trabalhar às questões de gênero, [...]

> a gente tinha um movimento feminista muito forte, e eu participei de várias formações com elas, então muitas palestras, muitos cursos, uma formação intensa que a gente fazia, a equipe era muito boa, tinha na equipe dois homens e três mulheres, e as três eram feministas, então eu aprendi muito com essas mulheres. (FLÁVIO).

Esses fragmentos nos recordam o que foi apontado por Barreto (2016) em sua tese de doutorado: a falta das teorias de gêneros e sexualidades serem abordadas nas ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Poucas/poucos profissionais terminam o curso sabendo o mínimo das discussões nesses temas e quais os efeitos que esses regimes de verdade têm sobre os corpos e a vida das pessoas.

A falta de conhecimento sobre os Estudos de Gêneros e Sexualidades pode fazer com que tenhamos profissionais atuando de maneira despotencializante e que, muitas vezes, não conseguem pensar as demandas dos sujeitos a partir da interseccionalidade das categorias sociais que fazem parte do processo de subjetivação dessas pessoas. Sendo assim, em vez de acolher, acabam produzindo mais violências, estigmatizações e sofrimentos a certas populações que já são vulnerabilizadas como as mulheres, pessoas pretas, LGBTQIA+ e tantas outras (CFP, 2019).

A/o psicóloga/psicólogo e tantas/tantos outras/outros profissionais de diversas áreas, se não tiverem o olhar a partir das lentes da interseccionalidade das categorias de gêneros, sexualidades, cor, raça, etnia, classe social e outros marcadores sociais, podem estar limitando as potencialidades e o olhar sobre as demandas de alguns seres humanos. Ou seja, a falta do conhecimento que a cor da pele de uma pessoa pode fazer com que ela seja ou se sinta alvo de preconceitos e discriminações, faz com que seu sofrimento seja diminuído e que políticas públicas não sejam construídas para alterar tal realidade. Pode-se pensar a mesma ideia para as relações de gêneros pois enquanto não tivermos profissionais com conhecimento sobre essa questão continuaremos tendo atuações reducionistas e violentas, como as que foram relatadas em um livro organizado pelo

Conselho Federal de Psicologia (2019), que contém narrativas de diversas pessoas LGBTQIA+ e suas vivências em atendimentos psicológicos.

A cristalização dos gêneros a partir das genitálias produziu – e continua produzindo - violências e limitações, e a não abordagem dessas questões nos cursos de graduação em Psicologia e, tantos outros, faz com que essas demandas sejam analisadas de maneira simplista, individualizadas, enfatizando a ideia de que ser mulher não importasse para o sofrimento que possa existir ou que se fazer homem não tem ligação com as violências contra as mulheres. Então, se algumas/alguns das/dos participantes deste trabalho não tivessem certas vivências, poderiam não estar atuando com grupos de HAV pois existiria a possibilidade de estarem engessadas/engessados em teorias de papéis sexuais, na naturalização do sexo e gênero. Por isso, é necessário que tenhamos mais discussões sobre gêneros e sexualidades em nossas universidades, promovendo olhares ampliados para as demandas sociais e fazendo com que tenhamos discussões acerca de grupos com HAV, masculinidades, feminilidades, violências, pessoas LGBTQIA+, entre outros temas.

Também é necessário destacar a invisibilidade das discussões sobre masculinidades, como apontou Felipe. Seu contato com os Estudos de Masculinidades ocorreu quando começou a participar dos grupos de HAV, mesmo que já tivesse na graduação e pós-graduação estudado sobre as questões de gêneros. Isso também ficou visível no estudo de Simon (2016), o qual identificou grande diferença no número de publicações de pesquisas sobre masculinidades no Brasil e no mundo.

A falta de pesquisas e discussões sobre as masculinidades e os homens refletem nas propostas de políticas públicas voltadas a esse público, que acabam sendo direcionadas, muitas vezes, ao homem enquanto “agressor” ou descumpridor das leis, como apontaram Banin e Beiras (2016). O termo homem, enquanto categoria de gênero,

ainda é pouco problematizado e discutido nas ciências. Isso ocorre pelo fato de tal termo ter sido tratado como sinal de universalização, de "natural" (homem era tido como natural e a mulher seria o "homem invertido") (LAQUEUR, 2001), colocado como ponto de referência, fazendo com que as leis e sociedades girassem ao seu entorno, assim como a história da humanidade. Essa dominação masculina, perpetuada pelo dispositivo de sexualidade, impôs ao masculino o lugar de centralidade (FOUCAULT, 2015). Com isso, no início dos estudos feministas, as discussões sobre o "homem" eram muitas vezes rejeitadas por entenderem que já este ocupou e ocupava o lugar de destaque, não sendo necessário ser problematizado (OLIVEIRA, 1998).

Ainda acerca da ideia de dominação masculina, podemos pensar que a falta de políticas públicas na área da assistência social e da saúde - voltadas aos homens - também tem ligação com o fato de estarem no topo da hierarquia, fazendo com que as Políticas públicas sejam voltadas às populações que foram e são vulnerabilizadas pelas relações desiguais de poder, como no caso das mulheres e crianças (OLIVEIRA, 1998). É importante destacar a pluralidade das masculinidades, do fazer-se homem, pois muitas pessoas que performam tais atos podem não estar dentro das masculinidades hegemônicas e, a partir disso, também sofrerem com esses regimes de verdade. Sendo assim, é preciso pensar em múltiplas masculinidades, que podem ter suas aproximações, mas que não são universais ou homogêneas. Precisamos ampliar as políticas públicas para que sejam voltadas à todas as populações, entendendo as múltiplas categorias sociais e seus atravessamentos sobres os corpos e subjetividades, não cristalizando e normatizando as/os sujeitas/sujeitos a partir de sua genitália, sexualidade, cor, raça, etnia e/ou classe social.

A inserção nos grupos com homens autores de violências contra as mulheres se deu de diferentes maneiras e momentos entre as/os participantes da pesquisa devido aos

diferentes períodos históricos e sociais que vivenciaram. Como apontado em capítulos anteriores, essas ações com HAV iniciaram-se nos EUA, nos anos de 1970 (AMADO, 2017; TONELI et al., 2010b). Já no Brasil tais ações iniciaram-se a partir dos anos 2000, ou seja, tais propostas são recentes, fazendo com que ainda tenhamos poucos projetos desenvolvidos sobre este tema (INSTITO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019). Iniciaremos com a fala de Flávio, o primeiro entre as/os participantes a ter contato com grupos com HAV:

> [...] então o primeiro contato que tive com grupo de homens autores de violência foi em 2002 ou em 2003, não tenho certeza, quando existia no Rio de Janeiro uma política pública realizada pelo Noos, era uma política de estado, era feito grupos reflexivos com homens no estado do Rio de Janeiro, e aí eu fui lá conhecer essa experiência, e eu gostei do efeito que dava, e quando voltei [...] comecei a falar com o pessoal da prefeitura, tinha a coordenadoria especial das mulheres e começamos a pensar em montar o grupo de homens [...]. Conversei na ONG também e montamos o grupo de homens, [...]. (FLÁVIO).

Flávio pode ser considerado um dos pioneiros no trabalho com homens autores de violências contra as mulheres, pois seu trabalho com grupos se deu antes da Lei Maria da Penha, na mesma época em que instituições pioneiras no Brasil passaram a realizar tais atividades quando ainda não se tinha grande preocupação social e política com o tema (MISTURA; ANDRADE, 2017). O entrevistado teve contato com a ideia de grupos através do Instituto Noos - um dos primeiros grupos na área - através de um *workshop* realizado no Rio de Janeiro, demonstrando a importância da divulgação dos grupos, mas também dos cursos e capacitações existentes. Nesta época, ele já fazia parte de uma OSC que atuava, junto a uma prefeitura municipal, no trabalho a comunidade para a discussão de questões de gêneros e cidadania. Quando conheceu a prática do Instituto Noos, dificilmente teria iniciado tal trabalho caso não fizesse parte dessa OSC pois era um momento que ainda pouco se discutia sobre as violências contra as mulheres, e muito menos sobre práticas com HAV.

Gabriel já realizava trabalhos com homens antes de ter contato com os grupos de HAV pois atuava junto a uma OSC em um protejo que promovia discussões sobre saúde, cidadania e autocuidado em locais de socialização masculina, como grupos de sociedade de amigos de bairro, sindicatos, entre outros. Além desse trabalho, também participou de campanhas sobre HIV/AIDS realizadas por instituições nacionais e estaduais. Como ele mesmo citou, após "[...] veio a Lei Maria da Penha, a gente já trabalhava com essa temática da violência e foi só dar continuidade ao trabalho de prevenção e responsabilização da violência contra mulher." (GABRIEL). Assim como Flávio, Gabriel passou a atuar com grupos de HAV por já fazer parte de uma rede e de trabalhos com questões de gêneros, fato que o aproximou de projetos na área. Algo similar apresentado por Edmundo Perez Ruiz em sua entrevista a Beiras (2010e), o qual passou a atuar com esses projetos após sancionada lei de combate às violências domésticas em seu país (Honduras) e por seu contato com o *Comité Hondureño de Mujeres Por la Paz-Visitacion Padilla*. Assim sendo, ele já tinha proximidade com discussões sobre gêneros e, por isso, foi convidado a participar da iniciativa de grupos com HAV. Como apontado, a falta de discussões sobre o assunto favorecia que pessoas ligadas a trabalhos sobre a temática de gêneros e sexualidade tivessem acesso a essas iniciativas.

Em sua narrativa, Cristina colocou que passou a ter conhecimento dos grupos com HAV quando cursava o mestrado e participou paralelamente de uma pesquisa sobre grupos com HAV na América Latina, em 2006. Com isso, visitou diversas iniciativas que atuavam com esse tema no Brasil, México, Nicarágua, Honduras e EUA, momento em que se aproximou da temática. Depois, fez doutorado discutindo os processos subjetivos de homens que participavam de grupos com HAV. Sua vivência se aproxima das anteriores, de já estar envolvida em trabalhos sobre gêneros antes de conhecer e participar de grupos com HAV; se aproximando, ainda, do que foi relatado por Oswaldo Montoya,

que conheceu iniciativas na área durante o mestrado, quando teve contato com o *Emerge*, uma iniciativa pioneira no tema que fica nos EUA (BEIRAS, 2010f), o que também assemelha-se com o que foi narrado por Felipe, o qual foi convidado a participar dos grupos após ter contato com as discussões de gêneros em 2008, dois anos após a Lei Maria da Penha ser instituída, mas a OSC, da qual ainda faz parte, iniciou os grupos antes da lei, sendo também uma das pioneiras no Brasil.

Katia teve seu primeiro contato com grupos de HAV no mestrado, quando estava na Argentina, e um docente da instituição estava implantando a iniciativa que havia conhecido no Canadá. Ela participou como observadora de alguns encontros, achando a iniciativa interessante pois ainda não tinha pensado sobre a atuação com os homens. Em sua vivência laboral também teve encontros que a levaram a atuar com grupos de HAV, primeiro quando atuava com famílias cadastradas no programa Bolsa Família, nas quais via diversas mulheres e homens em situações de violências e, com isso, realizava palestras sobre a Lei Maria da Penha; depois quando foi atuar em uma unidade que atendia famílias e autores de violências doméstica passou a facilitar os grupos com HAV, fazendo parte de suas obrigações na instituição.

Ao ter contato com uma mulher que havia sofrido violência do marido e ter percebido a naturalização dessa prática em instituições policiais, Cláudia buscou iniciativas que atuassem para prevenção das violências contra as mulheres e, no próprio serviço, descobriu discussões para a formação de grupos com HAV dentro do sistema judiciário. As vivências de Katia e Cláudia até suas inserções nos grupos também foi encontrada por Clímaco (2010b) quando entrevistou Christian Eloy Guzmán Mazuelos, que como psicólogo forense e, após inúmeros contatos com mulheres que haviam sofrido violências de seus companheiros, passou a pesquisar sobre questões de gêneros, participou de um grupo com HAV e se tornou facilitador; então, as vivências fizeram com

que fossem atravessadas/atravessados pelas violências e, assim, tivessem motivação para atuarem nos grupos, algo comum em outras áreas.

Essas experiências de inserção e conhecimento sobre os grupos com HAV demonstram a necessidade de divulgação destes trabalhos para que mais iniciativas surjam e para que outras pessoas com interesse no tema possam se alinhar a esse "movimento", fazendo com que não continue restrito a pessoas com interesse em pesquisas e discussões sobre gêneros, sexualidades, masculinidades e/ou aquelas que tenham contato com situações de violências contra as mulheres. No entanto, mais pessoas querendo realizar tais ações não reduz a necessidade de se construir uma política pública específica para esse tema pois precisamos que esses projetos possam ser bem estruturados, com diretrizes para construção e manutenção, dando possibilidade para que sejam realizados por pessoas capacitadas e motivadas.

10.2 A criação dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres

A criação dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres se deu por diferentes causas, assim como as diferenças que apontamos anteriormente sobre o motivo para as/os participantes aturarem nessas iniciativas. Duas narrativas se assemelham, a da Katia e do *Psicólogo Militante*:

> [...] surgiu como uma demanda das mulheres da casa abrigo, então a gente já tinha a casa abrigo e aí surgiu das falas das mulheres, um pouco, da fala mesmo dessas mulheres, de bom, seria bom para o meu companheiro ouvisse isso, porque ele que precisava ouvir isso, porque isso daqui eu sei, mas ele não sabe, essa coisa, né, que surgiu esse fenômeno mesmo no grupo das mulheres, e a partir daí os profissionais, né, que estavam ali envolvidos na época, surgiu essa proposta [...]. (KATIA).

> [...] fiz o meu estágio no CREAS, né, e eu tinha um projeto de pesquisa de ver a possível resiliência de mulheres em situação de violência doméstica. [...] ouvindo as mulheres comecei a entender que as mulheres desejavam que seus parceiros mudassem o comportamento, porque elas alimentavam sentimentos, né, que dizem respeito a relação intima, a relação a dois, a relação de casamento, então elas queriam permanecer com eles, [...] então gostaria que ele mudasse, ele não é agressivo toda hora, só em alguns momentos, foi quando comecei a me sentir tocado por esse trabalho, essa possibilidade, em ouvir o

> homem, [...] foi quando eu soube que já existia essa discussão aqui na rede mulher, que é uma rede composta por vários serviços aqui na cidade, então ela tem defensoria, delegacia da mulher, ministério público, os serviços do CREAS, serviços da Saúde, proteção básica, proteção especial, Conselho Tutelar, então já existia essa discussão desde 2009, mas não tinham pessoas que pudessem fazer esse trabalho com os homens. E aí, eu e mais um grupo de dois amigos a gente se ofereceu [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

Em ambas, podemos perceber que a demanda surgiu a partir da escuta das mulheres e do desejo delas de que seus companheiros pudessem mudar. Esse dado é importante para pensarmos na construção dos trabalhos com homens porque uma das resistências encontradas para que essas iniciativas sejam realizadas era/é em relação a divisão de recursos financeiros e humanos com os trabalhos com as mulheres e a necessidade/urgência das ações com as vítimas (AMADO, 2017; CALAZANS; CORTES, 2011). Não estamos querendo diminuir ou minimizar os trabalhos voltados às mulheres que sofreram violências, estes trabalhos devem ser ampliados, tendo mais instituições de acolhimento e voltadas para os atendimentos as mulheres, juntamente com ações tendo o objetivo de prevenção e irradicação destes atos de violência. Mas ligada a ideia anterior, o que se pensa nos grupos com homens autores de violências contra as mulheres é o fim da reincidência e agravamento das agressões, junto com a mudança de comportamentos, crenças, pensamentos e nas relações sociais destes homens, ou seja, o trabalho também é voltado para melhor qualidade de vida das mulheres.

Outro ponto a ser pensado nessas falas é a escuta da demanda por parte das/dos profissionais que atenderam essas mulheres, pois poderiam ter apenas ouvido e pensado em como trabalhar para que essas mulheres rompessem os vínculos com seus companheiros, limitando as vivências nas situações de violências e não problematizando outras linhas que as atravessam, como o dispositivo amoroso, pontuado por Zanello (2018). O dispositivo amoroso seria a maneira como as mulheres são subjetivadas em nossa sociedade, a partir do ser amada por um homem, ou seja, ao longo de toda a vida elas aprendem que o importante é serem escolhidas e amadas por um homem. Desta

história saem discursos que as prendem a esse dispositivo, como “mulher para casar”, “precisa se arrumar/cuidar para o homem”, entre outros. São necessárias ações para que essas mulheres sejam empoderadas e quebrem essas linhas duras, mas também é preciso trabalhar com os homens para que tenham uma mudança de crença. Além disso, para que algumas mulheres não sofram ou continuem sofrendo violências uma vez que muitas não conseguem se desenvincilhar dessas amarras, pois são inúmeras linhas que as prendem a situações de violências – família, cultura, religião, machismos, entre outras. Então, a preocupação das/dos profissionais em escutar a demanda de maneira atenta foi importante para que fossem construídos os grupos com HAV. Além disso, o fato do *Psicólogo Militante* ter o desejo e a iniciativa para organizar o grupo também é um ponto que deve ser discutido, pois, assim como ele, os entrevistados Cláudia e Flávio também narraram essa questão:

> [...] eu trabalhei inicialmente numa comarca da região metropolitana, [...] essa comarca ela já tinha a recém inaugurado o juizado especial para violência doméstica, então tinha um juizado especial para isso, e era de desejo do juiz, dos promotores, dos defensores públicos que a gente tivesse algum tipo de projeto que levasse em consideração também o autor de violência doméstica [...]. Então lá começamos um projeto, que ainda existe lá, eu não cheguei a atuar nesse projeto, [...] por conta de necessidades particulares, familiares, eu vim para o interior [...], chegando aqui essa mesma coisa que eu queria implantar lá, [...] eu queria fazer aqui [...]. Só que demorou um ou dois anos para gente conseguir fazer o projeto, porque tem aquela coisa de você achar a pessoa certa para que alavanque, né, seu programa [...]. (CLÁUDIA).

> Até que a gente chegou nessa experiência que temos hoje, foi em 2014, a prefeitura [...] tinha uma Secretaria de Políticas para Mulheres que já conhecia meu trabalho, que a gente tava com essa ideia de trabalhar com os homens, e a gente fez uma articulação, eu fui convidado para trabalhar na prefeitura então para executar esse projeto, e aí outubro de 2014 a gente implantou [...]. [...] quando a prefeitura [...] mudou, isso foi em 2016, trocou o prefeito da cidade e a gestão que entrou não quis continuar o projeto, sabe, fechou a Secretaria de Políticas para Mulheres e não quis manter o projeto. (FLÁVIO).

Essas duas narrativas, juntamente com a do *Psicólogo Militante*, demonstram a importância do interesse no tema para que os grupos com HAV fossem/possam ser construídos uma vez que ainda não observamos devida preocupação por parte do Estado em construir uma política pública específica, apesar da demanda existir e a Lei Maria da

Penha já prever os atendimentos aos homens através de grupos (BRASIL, 2006). As iniciativas são, muitas vezes, produzidas a partir do interesse de pessoas e instituições isoladas, podendo serem encerradas nas trocas de gestões ou pela falta de financiamento.

A falta de financiamento, do interesse das gestões públicas e privadas, do olhar ainda punitivo para com os HAV e do desconhecimento da possibilidade dessas ações são dificuldades ainda existentes para a criação dos grupos (BEIRAS, 2014), o que ficou ressaltado nas narrativas das/dos participantes, fazendo com que os grupos surgissem a partir dos seus interesses e/ou de pessoas que atuavam na área.

10.3 Os objetivos dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres

Os objetivos que norteavam/norteiam os grupos com HAV contra as mulheres são múltiplos, como apontamos na apresentação das/dos participantes. Essa realidade também foi encontrada na pesquisa realizada por Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) tendo como principais objetivos o combate e prevenção das violências e a responsabilização e diminuição da reincidência. Três das/dos sete entrevistadas/entrevistados apontaram o combate às violências e à reincidência como objetivos das ações, "[...] objetivo principal, assim operacional, nosso é combater a reincidência na violência doméstica [...]." (CLÁUDIA); "O objetivo do grupo é diminuir a reincidência, porque nós notamos que quando não há uma orientação, não há um processo reflexivo, a tendência, a possibilidade dele reincidir com a mesma mulher ou com a próxima mulher é muito, muito grande." (GABRIEL). Tais narrativas exemplificam a importância dessas ações para combate e prevenção às violências contra as mulheres, sendo que o foco não é amenizar as ações cometidas por esses homens, e sim ser mais uma ferramenta para erradicação das violências contra mulheres e de gêneros.

Gabriel trouxe em sua fala outro apontamento importante: quando os HAV não passam por atendimento em grupo ou individual tendem a voltar a cometer mais violências. Apenas punir não gera a reflexão sobre seus comportamentos porque muitos não reconhecem tais ações como "erradas", mas entendem que a Lei Maria da Penha é que "protege" muito as mulheres; assim, a crença de que as mulheres devem ser submissas continuará, junto a ideia de que sua companheira ou a próxima podem acabar sofrendo. Essa realidade também foi a base para a criação do grupo *Emerge - Couseling and Education to Stop Domestic Violence*, em Boston (EUA), onde observaram que após as mulheres denunciarem seus companheiros por violências cometidas contra elas, esses acabavam retornando para o convívio familiar e voltavam a cometer novas agressões (GONÇALVES, 2017; TONELI et al., 2010b).

Nesse mesmo sentido, a fala de Flávio corrobora com a ideia apresentada: "[...] então a gente não entra neutro no projeto, a gente não tá em uma posição neutra, a gente tá no enfrentamento a violência contra mulher [...]", o que se assemelha com o que foi dito por Roberto Octavio Garda Salas, em entrevista a Beiras (2010a), de que o trabalho é com os homens, mas a aliança é com as mulheres, no sentido em que os grupos devem se posicionar no enfrentamento às violências que estas sofrem e o bem-estar das mulheres deve estar entre os objetivos principais, fato também apontado por Geldschläger et al. (2010). Com isso, queremos dizer que a aliança/união é com as mulheres, e não pelas mulheres (no sentido que essas precisam ser defendidas), pois estaríamos reproduzindo as relações desiguais de poder que o machismo proporciona, enfatizando as mulheres enquanto frágeis, indefesas e que precisam ser protegidas e resgatadas. A ideia é sempre de atuar em conjunto com outras ações de combate às violências contra as mulheres e violências de gêneros.

Outro ponto de destaque é em relação a responsabilização dos homens, que também foi apontada na pesquisa de Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) e que deve ser um dos objetivos principais, segundo as diretrizes apresentadas na cartilha "Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres" (BRASIL, 2011). Essa ideia foi narrada por três participantes, como apontou Katia: "Acho que o principal objetivo do grupo que tá até na nossa missão, né, isso tudo, é a responsabilização dos homens, dos autores de violência doméstica, acho que esse é objetivo, vamos dizer, estrutural, de trabalhar com a responsabilização.". Esse objetivo também era apresentado nos primeiros projetos de atendimentos a HAV, como no caso do *The Amend Model*, os quais buscavam que os homens se responsabilizassem pelas violências cometidas e, com isso, houvesse a diminuição desses atos (GONÇALVES, 2017; TONELI et al., 2010b). Também encontramos os referidos objetivos em diversas iniciativas da América Latina, como a de Marcos Antonio Moreno García: *Consejería de Familia del Departamento de Salud Mental del Gobierno de Honduras* (BEIRAS, 2010c) e os *Grupos Psicoeducativos de la Conducta Violenta*, da Argentina (ARAÚJO, S. A., 2010). No entanto, pouco se discute sobre o que seria a responsabilização. Para Felipe:

> Responsabilização, acho, que pode ser entendida em alguns graus, temos um grau inicial que é não posso fazer isso, né, que vamos dizer assim é a internalização de uma norma negativa, mas o grau que se deseja enquanto objetivo no grupo é a responsabilização que vem acompanhada de um movimento intersubjetivo, de se colocar no lugar da outra, isso especialmente se tratando de masculinidades, né, com todos os arranjos defensivos das identidades masculinas, é uma tarefa dificílima [...]. (FELIPE).

A responsabilização não seria apenas assumir que cometeu um ato ilegal, ideia de responsabilidade jurídica, mas a reflexão sobre o motivo de tal comportamento ser considerado "condenável", o porquê cometeu e quais as consequências que as violências causaram e podem causar a outra pessoa. Para que isso ocorra, é necessário que exista uma reflexão acerca das masculinidades, dos machismos, do patriarcado e do sexismo, como apontou Marcos Antonio Moreno García em entrevista a Beiras (2010d); que

aconteça a desconstrução da ideia de que só existe uma possibilidade de masculinidade; que tenha que ser violenta e dominante, como narrou Cristina; que um dos objetivos dos grupos seja "[...] produzir reflexão sobre masculinidade e violência, [...] pensar a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária, [...] e repensar formas de masculinidades dentro da tua virilidade, da sua existência, de expressões de modos de vida masculinos.". Ou seja, para que tenhamos a responsabilização apontada por Felipe e a reflexão colocada por Cristina é preciso que os homens possam construir novas imagens sobre as masculinidades. A fala do *Psicólogo Militante* se aproxima com a ideia apresentada acima. Para ele, "O principal objetivo, [...] é fortalecer o laço social do homem para com seus semelhantes [...].", isto é, que esses homens possam conviver socialmente de maneira que reflitam seu papel na sociedade e sua responsabilidade para com a/o outra/outro, a construção de empatia a/ao próxima/próximo.

Indo ao encontro com tal discussão explicitada anteriormente, é preciso que essas intervenções tenham como um referencial "[...] tratar hierarquias de gênero, lugares de poder [...]." como apontou Felipe. Para isso, é necessária a desconstrução de uma única possibilidade de ser homem, dos regimes de verdade produtores de atos de gêneros que perpetuam as relações sociais desiguais de poder (FOUCAULT, 1987). Esse ponto é muito importante no trabalho com os HAV, como citou Salas (BEIRAS, 2010a), as violências contra as mulheres e as violências de gêneros são ferramentas para manutenção do poder, para que as relações sociais e de gêneros continuem sendo hierárquicas, nas quais os homens mantenham seus privilégios; ao trabalharmos apenas o controle da raiva, do comportamento violento, ou tratar as violências contra as mulheres e de gêneros como psicopatologias, individualmente, continuaremos a ter desigualdades.

Por fim, uma questão pontuada apenas por um entrevistado foi o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida aos homens: "[...] depois de muitos anos, também

tenho a tranquilidade de dizer que visa a qualidade de vida também dos homens, autocuidado dos homens e essas coisas não são nada excludentes entre si, pelo contrário são complementares." Para Felipe, esse também deve ser um ideal para os grupos com HAV – fato também apontado indiretamente por outros participantes – uma vez que os grupos acabavam por proporcionar bem-estar para esses homens, pois se desvencilhavam de normas de gêneros, o que também era um dos objetivos do trabalho de Edmundo Perez Ruiz, entrevistado por Beiras (2010e). A desconstrução de uma única masculinidade, que é viril, impenetrável e que não pode ser frágil, faz com que os homens tenham melhor qualidade de vida, pois passam a ter autocuidado, se preocupando com a saúde e tendo momentos de lazer (MAUX, 2014), como narrou o *Psicólogo Militante*: "[...] lembro do primeiro rapaz que a gente acolheu, né, e ele nunca tinha tido um momento de lazer com a família, por trabalhar bastante, por estar numa cultura completamente alienada de si, do autocuidado [...]."; questões estas que são geradas pela performatividade da masculinidade dura, cristalizada, a qual, para ser nomeado homem, é preciso não se cuidar, não expressar sentimentos ou emoções.

Então, os grupos com HAV podem proporcionar, quando exercidos de maneira ampliada, melhor qualidade de vida aos seus participantes, mas que isso não seja lido de maneira "negativa"; não é um abrandamento das violências cometidas, e sim mais uma linha molecular, a qual gera fissura na molaridade que processa a masculinidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Assim, acreditamos que os grupos com homens autores de violências contra as mulheres precisam ter, como objetivos, o combate às violências e à reincidência, alinhados ao processo reflexivo por parte dos participantes sobre seus comportamentos, crenças e pensamentos, refletindo e construindo novas possibilidades de masculinidades, resolução de conflitos e relações sociais e de gêneros, responsabilizando-se, assim, por seus atos e não apenas cumprindo a lei. Com isso, tendo

melhor qualidade de vida no atravessamento dessas linhas e que atuem problematizando as relações sociais de poder, para que tenhamos uma sociedade mais equalitária.

10.4 Nomeações e enfoques dos grupos

Em todas as narrativas observa-se a nomeação das iniciativas como "grupos reflexivos", sendo que Flávio colocou o termo "grupos reflexivos e socioeducativos" e Gabriel nomeou como "grupos reflexivos com base educativa". Entretanto, durante as narrativas as/os participantes alteraram esse discurso, desconstruindo a ideia de serem "grupos reflexivos", conforme apontamento de Felipe:

> Grupos reflexivos, essa noção nasce da psicologia, de uma abordagem sistêmica, né, de Andersen, que ele fala, né, desenvolve a noção de equipe reflexiva, perguntas reflexivas e isso acabou se tornando uma tradição na medida em que os grupos funcionam muito a partir dessa provocação reflexiva [...]. (FELIPE).

No Brasil, criou-se a ideia de que grupos com homens autores de violências contra as mulheres é sinônimo de grupos reflexivos, ou seja, grande parte dos projetos com HAV nomeiam-se "grupos reflexivos". No entanto, não atuam com base em teorias de Processos Reflexivos e/ou não tem esse enfoque. Como apontou Cristina:

> [...] o nome de grupos reflexivos no Brasil passou a se consolidar, e ser conhecido pelo Instituto Noos, porque o Instituto Noos chamava de grupos reflexivos, e muitos grupos se chamam de reflexivo, mas não necessariamente com essas epistemologias, acabam chamando por sinônimo a grupos psicoeducativo os grupos de homens [...]. (CRISTINA).

Como discutimos no capítulo sobre grupos com HAV, o Instituto Noos foi um dos pioneiros nessa área no Brasil, atuando a partir da Terapia Familiar Sistêmica e Processos Reflexivos de Tom Andersen, o que gerou essa tradição em chamar grupos com HAV de grupos reflexivos (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004). Entretanto, é necessário observar os objetivos e enfoques dos trabalhos para poder analisar se são, de fato, reflexivos ou não. Para isso, vamos apresentar de maneira individual cada iniciativa, colocando como são entendidas por quem as narrou.

> [...] a gente estaria um pouco entre uma oficina e um grupo operativo, [...] não chega a ser um grupo operativo porque é direcionado, o papel dos coordenadores ele é mais firme do que de um grupo operativo, mas ele tem muito essa função de transformação no sentido mais amplo, como o grupo operativo, né, do Pichon-Rivière. E um o grupo, né, uma oficina, pegando bem esse conceito de oficina da Lucia Afonso, né, e também que tem uma certa, um certo direcionamento, um enquadre mais fechado, número de encontros, um objetivo a ser atingido, então, claro né, como todo grupo, toda oficina, ele tem um braço psicoeducativo, apesar de eu não chamar de grupo psicoeducativo, mas tem um braço, porque em alguns momentos do grupo é importante assim apresentar também algumas questões de gênero, até mesmo da lei Maria da Penha, [...] e tem um braço terapêutico, também não chamaria de grupo terapêutico por questões ideológicas, principalmente, de não entender que se trata de algo a ser curado, né, mas [...] como todo grupo ele tem um efeito terapêutico que é muito claro, assim, de acontecer. (FELIPE).

Felipe nomeou a iniciativa da qual faz parte como "grupo reflexivo" pela questão da tradição chamar grupos com HAV de reflexivos e, também, por acreditar que exista reflexão ao longo dos 16 encontros em que os homens vivenciam. Apontou, ainda, que o grupo não tem base nas teorias de Tom Andersen, como o Instituto Noos, mas nas teorias de Pichon-Rivière sobre os grupos operativos. Essa modalidade de grupo surge com Pichon-Rivière na Argentina, onde o psicanalista já se interessava no estudo de grupos a partir da observação do funcionamento das famílias de suas/seus pacientes. No entanto, a ideia de grupos operativos surgiu quando passou por uma greve de enfermeiras/enfermeiros em um hospital e, sem profissionais para atender as pessoas que estavam internadas, Pichon-Rivière recrutou as/os pacientes menos debilitadas/debilitados para auxiliarem nos cuidados das/dos mais comprometidas/comprometidos. A experiência funcionou e o psicanalista percebeu que essa vivência fez com essas pessoas criassem maior vínculo entre elas, gerando conhecimento sobre uma determinada situação e integração (BASTOS, 2010).

O objetivo dos grupos operativos é atuar de maneira objetiva, sendo voltados ao ensino-aprendizagem. Estes poderiam se encaixar nos grupos de reflexão, treinamento de grupos, e outros, com a ideia de formar pessoas que saibam como aprender e assim pensar. Ou seja, os grupos operativos podem e devem gerar mudanças de comportamentos,

formando pessoas que saibam como aprender e que tenham um olhar crítico para as diversas situações (BASTOS, 2010; ZIMERMAN, 1993). Neste sentido, os grupos operativos funcionam com a ideia de que, ao ter um objetivo comum, as/os participantes do grupo se relacionam de maneira ativa, criativa e crítica, transformando suas realidades e enxergando novas possibilidades através da construção de vínculos e do trabalho de reflexão de questões internas (angústias, medos e defesas) e externas (objetivo comum ao grupo) (AFONSO, 2002).

Em contradição ao que Felipe apontou, Bastos (2010) cita que a/o coordenadora/coordenador do grupo pode ser interventiva/interventivo, gerando questões/discussões sobre os discursos apresentados, atuando de maneira ativa. Em outro aspecto, Bastos (2010) e Zimerman (1993) se aproximam do que foi pontuado por Felipe: que o grupo pode ter efeito terapêutico porque proporciona às/aos participantes um lugar de fala, expressão e reflexão sobre suas crenças e pensamentos, o que pode ser associado a ideia de terapia.

Felipe ainda cita que o grupo teria como base a ideia de oficinas de Lucia Afonso. Para esta autora, as oficinas seriam o trabalho com um grupo de pessoas com um objetivo comum, buscando reflexão ampliada sobre o tema, sendo uma intervenção psicossocial e trabalhando com vivências das/dos sujeitas/sujeitos que tenham ligação com seu tema. Para Afonso (2002), não se deve atuar com oficinas de maneira isolada, mas é necessário conhecer outras teorias de grupos. As oficinas podem ser organizadas a partir de um aquecimento, reflexão e elaboração do tema, sistematização e avaliação do trabalho (AFONSO, 2002), muito semelhante com a estrutura que são os encontros narrados por Felipe.

Assim, apesar de não atuar com as teorias conhecidas junto ao termo “Grupos Reflexivos”, entendemos que o trabalho realizado por Felipe condiz com sua nomeação,

pois, como colocou Zimerman (1993), os grupos operativos podem também ser conhecidos como grupos de reflexão e as oficinas devem gerar reflexão integral nos participantes, como apontou Afonso (2002). Com base na leitura de Afonso e Coutinho (2006) e do próprio Zimerman (1993), poderíamos definir este grupo enquanto psicoeducativo, principalmente devido ao papel mais ativo da/do facilitadora/facilitador, como apontado por Felipe, fazendo com que muitas vezes centralize o conhecimento.

Katia não apresentou nenhuma teoria de grupo que embasasse o projeto com os HAV contra as mulheres, mas narrou seu olhar para essa vivência e nos dá pistas para discussão sobre este trabalho.

> [...] eu entendo esses grupos como espaços de reflexão, né, e de responsabilização, acho que essa é uma palavra bastante importante, né, acho que eles não são grupos para falar das questões específicas, né, dos homens e da masculinidade, mas ele é um grupo para falar sobre violência, né, sobre masculinidade nessa perspectiva da violência, da construção da violência, e são espaços acho que de reflexão, responsabilização e transformação da forma de se relacionar, principalmente consigo e na relação com as mulheres. [...] a gente trabalha também nessa proposta mais reflexiva, né, de ir menos, né, educativa, assim então, eu acho, que não acredito [...] numa proposta acho que mais punitiva, né, apenas assim, em um primeiro nível de mudança que é ok, isso aqui tá errado, [...] mas a gente acredita que é preciso ir além mesmo, que é preciso gerar um processo reflexivo sobre construção de masculinidade e implicação disso na violência [...]. (KATIA).

Apesar de não apontar uma linha teórica que era seguida pela iniciativa em que participava, Katia aposta na ideia de reflexão como um dos pontos chaves para que o trabalho tenha êxito. A proposta do grupo nos parece muito semelhante com a ideia apresentada por Afonso e Coutinho (2006) dos grupos psicoeducativos, por seu caráter inicial de promover educação para comportamentos tidos como ilegais, “errados” e por possibilitar o debate, a problematização sobre as masculinidades e violências, buscando uma mudança de comportamento, de crenças e pensamentos, não ficando presas a ideia de responsabilização ético-jurídica, mas buscando a transformação social, o que também aproxima a iniciativa aos grupos operativos (ZIMERMAN, 1993). O objetivo de buscar reflexão sobre masculinidades e violências vai ao encontro do que sugerem diversos

estudos consultados (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; GELDSCHLÄGER et al., 2010), que citam a necessidade de uma revisão, mudança social e cultural desses homens, atuando para que se tenham relações sociais e de gêneros menos desiguais.

Cláudia também nomeou a iniciativa, em que faz parte, como grupo reflexivo: "Em termos técnicos é um grupo de reflexão para autores de violência doméstica, com intuito de combater a reincidência, e educar e fazer uma educação em direito sobre a Lei Maria da Penha e os seus desdobramentos." (CLÁUDIA), mas em sua narrativa pôde-se observar que o projeto está mais próximo a ideia de grupos cognitivo-comportamentais, os quais partem da ideia que a/o participante precisa ter consciência de seus comportamentos para que possa mudar suas condutas, pensando em reeducação e entendendo que as violências contra as mulheres seriam crenças disfuncionais construídas ao longo das vivências dos indivíduos, fazendo com que não entendam tais comportamentos como "errados" (ANTEZANA, 2012; ZIMERMAN, 1993). Algo semelhante com o que foi apontado por Cláudia:

> [...] da minha leitura de como eu trabalho aqui, que elas são um efeito colateral do desenvolvimento e da criação, criação em termos de criar um filho, então a violência doméstica ela é o efeito colateral da maneira como nós criamos as nossas filhas, de como nós criamos nossos homens [...]. (CLÁUDIA).

Esta aproximação também se dá por ter como base teórica a Teoria Cognitivo-Comportamental e essa fazer parte de seu olhar para os grupos, como afirmou em outro momento, diferente de outras/outros participantes que apontaram a Psicologia Social como base dos grupos. Tal aporte teórico de Cláudia também reverbera na estrutura dos grupos com HAV, pois atua de maneira mais diretiva e com poucos encontros. Com isso, pode-se entender que a ideia de grupos reflexivos se dá mais pela tradição brasileira e não por questões teóricas e metodológicas. O *Psicólogo Militante* nomeou a iniciativa como "grupo reflexivo":

> Ele é um grupo reflexivo, e, que, à medida que foi acontecendo tem efeitos terapêuticos. [...] a gente sempre pensou em trabalhar com esses homens na

> modalidade de grupo reflexivo, porque, no sentido de desestabilizar, né, toda essa masculinidade rígida, engessada e ser um grupo de reflexão, mesmo para que a gente de repente também conseguisse escutar como que eles constroem essa masculinidade, qual é a reflexão por trás dessa dinâmica, desse pensamento. Então a gente sempre definiu que sempre foi um trabalho, né, um grupo reflexivo, né, então, e acabou por ter efeitos terapêuticos, né. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

A proposta apresentada por *Psicólogo Militante* vai ao encontro do que foi apontado por Afonso e Coutinho (2006) sobre grupos reflexivos, isto é, a ideia de conhecer as crenças, os pensamentos e comportamentos dos participantes, principalmente, em relação às masculinidades e, a partir de então, produzir a reflexão, a desconstrução de regimes de verdade despotencializadores, produzindo rachaduras/quebras dessas linhas duras identitárias.

Os objetivos buscados com o grupo de reflexão sobre as masculinidades é um dos pontos apontados por Geldschläger et al. (2010), que devem ser trabalhados nos grupos com HAV. O efeito terapêutico que o grupo pode causar nos participantes é outra fala recorrente entre as pessoas que narraram suas vivências, como apontamos anteriormente. Este fator pode ocorrer por ser um dos únicos momentos que tais homens conseguem falar sobre suas vivências, expressar sentimentos e emoções, algo que não ocorre em outros grupos/momentos de socialização masculina (BEIRAS, 2012).

Flávio nomeou a ação em que atua como "grupo reflexivo socioeducativo", pois atuam com as duas ideias, de reflexão e reeducação, novo aprendizado sobre masculinidade. Para isso, apontou que utilizam as teorias de Paulo Freire e dos Grupos Operativos:

> [...] a gente chama ele sempre de grupo reflexivo porque um pouco a proposta que a gente tem é de fazer os homens refletirem, então isso é uma coisa. Uma outra questão que a gente chama de socioeducativo porque a gente não lida com, apesar da gente ser psicólogo, a gente não trabalha como terapia, porque a gente acredita que o problema desses homens é um problema de construção social, eles aprenderam a serem violentos, uma cultura que ensina os homens a serem violentos, como é ensinado, como é apreendido eles podem aprender diferente, e o que a gente procura fazer com eles é o processo socioeducativo, a gente trabalhar a educação mesmo, usamos método de educação popular, no sentido de ver a realidade de cada um, de discutir, de fazer muita pergunta, de fazer eles refletirem, então ele é um misto dessas coisas, então é um grupo

> socioeducativo e reflexivo que acaba tendo um efeito terapêutico também, né, apesar de não ser terapia ele acaba produzindo esse efeito. [...] A gente trabalha um pouco, tem essa lógica do grupo operativo, também, a gente trabalha muito com essa questão de tarefas, a gente sempre propõe uma tarefa, eles têm que responder uma pergunta e discutir aquela pergunta, e responder aquela pergunta, e aí a gente abre aquela conversa para o plenário, colocar eles nesse lugar de ativo, de um cara que está pensando, e está tentando construir uma ideia [...]. (FLÁVIO).

O funcionamento e o objetivo do grupo com HAV organizado por Flávio também se assemelha com o que Zimerman (1993) chama de "grupos operativos", pelo caráter diretivo e educativo que o grupo apresenta. A proposta de Educação Popular tem como base o teórico Paulo Freire e sua ideia central é a valorização dos conhecimentos prévios de todas as pessoas envolvidas no processo de aprendizagem, estimulando uma educação libertária, a qual se dá através da problematização a partir do momento em que educanda/educando-educadora/educador se abrem ao inesperado, ou seja, quando saem do imaginário que somente a/o segunda/segundo detém o conhecimento. Então, o conhecimento é gerado na relação e trocas entre as pessoas e, com isso, vão aprendendo a conhecer o mundo e a se conhecer no mundo (AFONSO, 2002; SILVA, 2016). A Educação Popular também é utilizada como referencial teórico dos grupos de gêneros do Instituto Noos (BEIRAS; BRONZ, 2016). Essa narrativa de Flávio aproxima-se, também, do que é citado nas "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor" (BRASIL, 2011), onde fala que os grupos precisam pensar em práticas educativas e pedagógicas para conscientizar os homens das violências cometidas, de maneira responsabilizante.

Podemos discutir, então, que o grupo de HAV em que Flávio faz parte atua com os princípios de reflexão, sendo caracterizado enquanto "grupo operativo" e usufruindo das ideias de Paulo Freire. Outra vez, é apontado o efeito terapêutico do projeto nos participantes, mas com a ressalva de que não é o objetivo do grupo já que não entende as violências contra as mulheres enquanto uma psicopatologia ou algo individual, sendo que

essa posição está de acordo com a compreensão de outras/outros teóricas/teóricos (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; GELDSCHLÄGER et al., 2010). A fala de Gabriel é muito semelhante ao que colocou Flávio:

> Os grupos reflexivos de homens autores de violência é um processo de adaptação da metodologia criada por um norueguês, chamado Tom Andersen, com um pouco metodologia de Pichon-Rivière e da prática educativa de Paulo Freire. Então os grupos reflexivos partem do princípio do processo de transformação, que todo homem ali está passível de olhar para si mesmo e olhar para o outro e nessa troca pode acontecer a transformação, e essa transformação ela é responsabilizante, essa transformação mostra para esses homens a possibilidade de uma vida sem violência. (GABRIEL).

Gabriel faz a mesma associação, já apontada neste trabalho por Felipe, sobre a ideia, muito difundida no Brasil, de que os grupos reflexivos têm como base as teorias de Tom Andersen, o que foi muito propagado pelo Instituto Noos (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004). Tal proposta vai ao encontro do apontamento de Flávio: utilizar a metodologia dos Grupos Operativos de Pichon-Rivière e da Educação Popular de Paulo Freire com a intenção de promover a reflexão, mudança de crenças e comportamentos é o que se espera atingir ao utilizar tais teorias (AFONSO, 2002; SILVA, 2016; ZIMERMAN, 1993). Veremos, adiante, que mesmo utilizando bases teóricas e metodológicas similares, os funcionamentos dos grupos com HAV de Flávio e Gabriel divergem, fato observado em comparação as/aos outras/outros participantes; existem aproximações e afastamentos em todos os processos dos projetos, demonstrando a diversificação de propostas na área. Por fim, temos o trabalho realizado por Cristina, o qual narrou sua experiência enquanto "grupo reflexivo":

> Para a gente entender, até o nome de grupos reflexivos no Brasil passou a se consolidar, e ser conhecido pelo Instituto Noos, [...] e muitos grupos se chamam de reflexivo, mas não necessariamente com essas epistemologias, acabam chamando por sinônimo a grupos psicoeducativo os grupos de homens, mas quando ele é vinculado a ideia do Instituto Noos, a metodologia, a gente está se referindo a processos de reflexão, a gente está se referindo a produção de sentidos e significados, a observar e sentir os diálogos internos, dentro de um contexto grupal, ele tem toda uma base teórica nesse sentido, a gente procura fazer aqui é colocar realmente na prática o que é o processo de reflexão, isso que consolida a base teórica-epistemológica, [...] para ser grupos reflexivos os participantes precisam ter, uma metodologia, é participar de uma metodologia ativa, em que eles falam, colocam suas crenças, seus valores, seus

> medos, seus anseios, em que se faz perguntas reflexivas e disparadores de temas de reflexão, em que se faz uma síntese no final para dialogar o que o grupo reflexivamente pensou sobre aquele tema e produziu em cima daquilo, aí sim a gente entende como um grupo de reflexão. (CRISTINA).

Cristina também pontuou a importância do Instituto Noos para a construção da ideia de grupos reflexivos no Brasil, legitimando que fala de que a instituição foi uma das pioneiras na atuação com homens autores de violências contra as mulheres e inspirou muitas ações na área (MISTURA; ANDRADE, 2017). A iniciativa de Cristina foi a única que observamos que segue o modelo do Instituto Noos, utilizando as teorias e metodologias de Tom Andersen, pensando em processos reflexivos e tendo a prática com o uso da equipe reflexiva (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; ANDERSEN, 2002). A fala do entrevistado também vai ao encontro do objetivo dos grupos reflexivos: a transformação dos participantes a partir da escuta e do debate dos regimes de verdade construídos ao longo de suas vivências (AFONSO; COUTINHO, 2006).

Assim, podemos pensar que, apesar das divergências teóricas e metodológicas, grande parte das pessoas entrevistadas narraram como base das iniciativas a reflexão, buscando uma mudança ampliada e não focada apenas em combater as violências contra as mulheres, mas a transformação das crenças, pensamentos e comportamentos destes homens, atuando para mudanças nas relações de poder, para que atuem também na transformação da sociedade. Observou-se que grande parte dos trabalhos são pautados nos Grupos Operativos de Pichon-Rivière, com uma única ação mais destoante, a qual atua a partir de Grupos Cognitivo-Comportamentais.

10.5 Organização e funcionamento das ações com homens autores de violências contra as mulheres

A organização e funcionamento dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres variaram bastante nas narrativas coletadas, mas grande parte se

encaixa no que é apontado como “ideal” pelas/pelos teóricas/teóricos (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; GELDSCHLÄGER et al., 2010). A quantidade de encontros diversificou-se de cinco a 26, sendo que o número mais baixo foi apontado por Cláudia com a justificativa que “[...] não é possível por conta do mundo do trabalho e da economia você propor grupo maiores na minha comarca, porque se eu falo para o cara que vai ficar aqui metade do ano comigo, ele prefere ir preso a ficar ali no grupo [...]”. Nessa iniciativa, os grupos são realizadas no período vespertino, o que pode gerar dificuldades para os homens participarem por ser um horário no qual muitos estão trabalhando. Para Cláudia, não é possível a mudança para o período noturno pois a facilitação é realizada por servidoras/servidores públicas/públicos. Assim, a atuação nesse trabalho faz parte da carga horária que deve ser cumprida em horário administrativo (de funcionamento das instituições).

Para algumas/alguns estudiosas/estudiosos da área, o número mínimo de encontros deve ser de 10 (BEIRAS; BRONZ, 2016), enquanto outras/outros apontam a permanência de, pelo menos, um ano (GRUPO 25, 2006). A pouca quantidade de encontros pode fazer com que as/os participantes não criem vínculos entre si e com o grupo, além de não ser possível trabalhar os diversos temas que atravessam as masculinidades e os comportamentos violentos, limitando a atuação e o potencial de transformação que essas ações podem e devem proporcionar (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; CEPIA, 2016).

Esse número reduzido tem ligação com o enfoque cognitivo-comportamental que o grupo tem, sendo mais diretivo e pensando em mudança de crenças disfuncionais, e não uma transformação ampliada, discutindo as relações de poder. Para essa abordagem, as violências contra as mulheres são convicções aprendidas ao longo da vida; com isso, precisam atuar para que os HAV reconheçam esses comportamentos e pensamentos como

“errados” (ANTEZANA, 2012). A partir desta ideia, o projeto de Cláudia se dá em cinco encontros; no primeiro é realizada a explicação, por pessoas do sistema judiciário, sobre o motivo para serem encaminhados ao grupo, o objetivo deste e os aspectos legais da ação; no segundo momento as/os facilitadoras/facilitadores apresentam a Lei Maria da Penha, alguns dados sobre violências contra as mulheres e é feito o cadastro dos participantes; no terceiro encontro é realizada uma roda de conversa entre os facilitadores (a facilitadora mulher não participa) e os participantes, então existe a discussão sobre masculinidades; no quarto encontro, as/os profissionais da rede de atendimento da Assistência Social e da Saúde do município apresentam as instituições e os trabalhos que são realizados e como os homens podem ter acesso aos diversos serviços prestados; e no último encontro é realizado um fechamento sobre os encontros anteriores, com a participação das/dos facilitadoras/facilitadores.

Podemos notar que o grupo não se encaixa na ideia de grupos reflexivos ou operativos (AFONSO, 2002; ZIMERMAN, 1993), se aproximando da ideia de grupos cognitivo-comportamentais por seu caráter diretivo e não ampliado, não tendo discussões sobre relações de poder, questões sociais e culturais, sendo mais individualizante (ANTEZANA, 2012). Além disso, esse formato pode não produzir reflexão quanto a responsabilização, apenas do que é certo ou errado, o que podem ou não fazer, um primeiro “sermão” antes da punição pela repetição (VELOSO; NATIVIDADE, 2013).

Vale ressaltar que, em 2020 no estado do Paraná (no qual Cláudia se encontra), foi publicada a Lei n. 20.318, que estabelece princípios e diretrizes para a implantação de grupos reflexivos e responsabilizantes para autores de violências doméstica e familiar em todo o estado. Com isso, também foram lançados dois guias práticos sobre o assunto: um apresentando questões teóricas sobre essas iniciativas e pesquisas na área e outro apontando como construir grupos com HAV (TRIBUNAL DE JUSTIÇÃ DO ESTADO

DO PARANÁ, 2020a, 2020b). Ambos utilizam publicações já apontadas neste trabalho, como os de Beiras e Bronz (2016) e Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), construindo uma abordagem teórica-metodológica alinhada aos Estudos de Gêneros e com caráter reflexivo, distanciando-se do que é proposto por Cláudia; fato que também podemos observar na indicação da quantidade de encontros de, no mínimo, doze encontros (TJEP, 2020b).

No projeto em que Felipe faz parte, ocorrem 16 encontros semanais, cada um tendo duas horas de duração; já no de Gabriel, são 10 encontros de duas horas e meia cada. Ambos apontaram que não existe uma entrevista individual inicial ou final. O número de encontros, nos dois casos, fica entre o que é esperado na literatura consultada (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; GELDSCHLÄGER et al., 2010). Para Beiras e Bronz (2016), uma prática importante - mas pouco realizada - é a discussão com o grupo em relação ao número de encontros, estabelecendo um número máximo para que exista o fechamento do trabalho, algo que foi apontado por Cristina. No projeto em que atua, é trabalhado a construção, em grupo, do número de encontros, ficando entre 10 e 12, além das entrevistas individuais que ocorrem quando os homens chegam ao projeto.

A realização de entrevistas iniciais também foi apontada por Katia, *Psicólogo Militante* e Flávio. A primeira apontou que o uso da entrevista inicial individual é para conhecer melhor o participante que chega ao grupo e para a anotação de seus dados pessoais. Já para o *Psicólogo Militante* e para Flávio, esse primeiro contato inicial serve, para além do que apontou Katia, para preparar o participante, acolhendo-o e fazendo com que este entre no grupo entendendo o objetivo do trabalho e menos revoltado com a situação, conforme apontaram:

> [...] no primeiro momento o homem ele era escutado individualmente, então era feito um trabalho de entrevista, uma anamnese, vamos dizer assim, para trazer todos os dados deste homem, dados de identificação, dados de saúde, dados de habitação, socioeconômico, então existia esse movimento, a gente

> fazia uma escuta individual por dois encontros e aí a gente preparava esse homem para falar como que está, o que era o grupo, que nós não estávamos ali para puni-lo [...]. Então eram duas entrevistas e depois a gente avaliava se era o momento de ir para o grupo, se não era necessário antes a gente inserir alguns assuntos individual, né, e para depois ir para o grupo então foi. Então a gente fazia isso, para a gente conseguir também não prejudicar o funcionamento do grupo que estava acontecendo [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

> Hoje como a equipe é grande a gente consegue separar esses momentos, então os dois primeiros encontros a gente faz a parte, ele chega, o homem chega, às vezes chega sozinho, às vezes chega em dois, em três, em quatro, mas a gente faz uma reunião só com esses homens separadamente, que a gente chama de pré-grupo, então a gente faz duas reuniões pré-grupo com esse homem, e esse pré-grupo ele acaba sendo, a gente passa informações de como funciona [...]. Porque antes o problema que a gente tinha é que o homem chegava muito agoniado para primeira reunião, às vezes o grupo estava numa discussão já caminhando, uma discussão boa e esse homem quando chega, ele chega muito revoltado com a lei, chega muito revoltado com a juíza, e ele começava a reclamar, reclamar, falar, falar e o grupo acabava tendo uma regressão. (FLÁVIO).

O uso das entrevistas iniciais vai ao do que apontou Beiras e Bronz (2016) sobre a importância deste processo inicial para o acolhimento dos homens que estão iniciando os grupos, para diminuição das angústias, para melhor conhecimento de suas vivências até aquele momento, para colher dados sobre essas pessoas, apresentar as regras, objetivos e funcionamento do grupo, bem como para avaliar se sua demanda se encaixa ao projeto e se são necessários outros encaminhamentos e demais apontamentos que podem surgir. Então, é válida essa proposta de Flávio e *Psicólogo Militante*, pois também auxilia para que o novo participante não cause regressão ao grupo, quando se trata de grupos abertos.

O número de encontros realizados pelas iniciativas de Flávio e *Psicólogo Militante* foram, também, as mais altas: do primeiro é um total de 26 encontros, sendo dois em pré-grupo, 20 em grupo, um pós-grupo (individual ou em grupo) e três quadrimestrais, enfatizando que os 4 encontros finais são para avaliação e acompanhamentos dos participantes. Os grupos facilitados pelo *Psicólogo Militante* tinham de 18 a 20 encontros, além das entrevistas individuais. Outra especificidade de seu trabalho eram os encontros abertos, nos quais podiam participar familiares dos homens e as/os profissionais do CREAS, com quem mantinham parceria:

> Aí no final a gente sempre agendava um trabalho sobre a divisão sexual doméstica do trabalho, então a gente tinha um espaço da cozinha onde os homens iam aprender a cozinhar, porque tinha homens que falavam, eu não cozinho porque é coisa de mulher, né. Então a gente deixava aberto esses encontros para quem quisesse trazer a sua companheira, sua atual namorada, suas filhas e seus filhos, então eles levavam e cozinhavam, então vivemos esses momentos muito afetivos e muito emocionantes também, porque daí a gente ouvia da família [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

Esse foi o único relato de encontros abertos, no qual outras pessoas podem participar, tornando-se uma experiência que pode gerar humanização no grupo e maior participação dos homens. Algo semelhante vivenciado por Beiras (2010d), em entrevista com Marcos Antonio Moreno García que atuava em Honduras: o entrevistado apontou que tinham como base os grupos de *Coriac* do México, mas, ao final dos encontros, realizavam um evento com a participação das famílias para que pudessem se socializar, aproximando mais o grupo com as realidades vivenciadas por esses homens.

O número de participantes também foi variado, indo de cinco, no mínimo, até 30 participantes, no máximo; no formato remoto o grupo de Cristina que atendia 20 (no máximo), mudou para de três a cinco participantes. Beiras e Bronz (2016) apontam que o "ideal" seria que os grupos tivessem, no mínimo, 10 e, no máximo, 20 participantes, sendo que uma quantidade maior pode inviabilizar a participação ativa de todos os homens. Gabriel foi quem narrou que o máximo permitido é um grupo com 30 pessoas, no entanto, para promover a participação de todos, existe uma divisão dos participantes em cinco ou seis grupos menores, para discussão do tema do encontro, e depois existe o fechamento com todos juntos. Flávio também apontou o uso, quando em grupo presencial, dessa divisão dos homens em grupos menores e depois o trabalho em conjunto, mas em sua iniciativa o número máximo de homens por grupo é de 15 participantes. Essa estratégia é muito utilizada em dinâmicas de grupos como forma de gerar maior socialização entre os participantes e maior proatividade destes (ARAÚJO, S. R. V., 2010).

Em relação a vinculação dos homens autores de violências contra as mulheres com os grupos, seis pessoas narraram que aconteciam por via ordem judicial e de caráter obrigatório. Apenas Cristina apontou o encaminhamento via medida protetiva do Tribunal de Justiça e pela Polícia Civil, mas que não era obrigatório, uma questão que ainda estava sendo discutida. Todas as narrativas apresentaram cooperação dos projetos com o sistema judiciário e isso também pode ser uma explicação para os HAV serem encaminhados, em sua maioria, via medida judicial, algo semelhante ao que apontaram Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) e o que foi encontrado por CEPIA (2016).

A vinculação dos homens via medida judicial gera alguns apontamentos que precisam ser pensados. Primeiro, a necessidade de obrigar tais pessoas a participarem dos grupos. Para algumas pessoas entrevistadas, essa medida fez-se necessária para que os homens fossem a todos encontros, como apontou Flávio:

> Nessa época teve dificuldade do grupo, a gente não conseguia muito vínculo com esse homem, né, o promotor falou que ele, no máximo, podia segurar esse homem três meses, então os homens entravam e saiam e a gente não conseguia dar uma continuidade no projeto. (FLÁVIO).

A necessidade da obrigatoriedade pode ter aproximação com a ideia - que apontamos em outro capítulo - dos homens não buscarem ajuda e não se preocuparem com a sua própria saúde (CADAXA, 2016; MAUX, 2014), porque o autocuidado e/ou a procura de auxílio não seria coisa de homem viril, então irem a grupos de masculinidades, grupos com homens sobre masculinidades e/ou grupos com HAV seria uma demonstração de fraqueza e culpabilização, como apontou Cláudia:

> [...] segundo a resistência da frequência por conta de uma, da pessoa acreditar que ela vai estar presumidamente culpada ao participar do grupo, então uma resistência até por questão de não querer ser visto como o agressor [...]. [...] resistência por conta em participar, também, por conta desta, de uma postura machista, e uma postura negacionista, negar a questão da violência doméstica [...]. (CLÁUDIA).

Esse é outro ponto sobre a obrigatoriedade da participação em grupos com HAV: a negação do cometimento da violência. Muitos homens chegam aos projetos negando

que cometeram qualquer agressão e/ou culpabilizando as mulheres (MARTÍNEZ-MORENO, 2017), uma dificuldade que também tem ligação com a obrigatoriedade. Todavia, essa questão pode ser trabalhada a partir de entrevistas iniciais, como discutimos anteriormente, ou com o acolhimento feito por outros homens do grupo, quando este é aberto.

Tal dificuldade foi apontada em outras narrativas, como pontuou Felipe: "[...] uma das intervenções mais difíceis do campo da Psicologia, como um todo, uma vez que a gente enfrenta uma resistência inicial, eu acho que é dificilmente comparável com outros tipos de intervenção [...]". Para Andersen (2002), essa é uma postura que ocorre quando se relaciona com a/o outra/outro, ao observar com quem está se falando e, assim, avaliando o que deverá ser dito, demonstrado. Sidney Shine (2003) faz uma discussão sobre essa dificuldade – que é muito encontrada - quando profissionais da Psicologia atuam na interface com o sistema de justiça, pois existe o uso de mecanismos de defesa por grande parte das pessoas envolvidas nesses processos, sendo que a/o psicóloga/psicólogo é vista/visto como uma juíza/um juiz, que está a/o julgando; sendo assim, todas as informações passadas serão muito bem pensadas ou de difícil acesso. Por isso, no início do grupo é importante construir um acordo verbal com os participantes sobre as informações e dados que serão enviados para o sistema judiciário, para que se estabeleça um vínculo com o participante e para que se tenha uma postura ética (AMADO, 2017; SHINE, 2003).

O uso de encaminhamentos por medidas judiciais não é uma realidade apenas no Brasil, mas também foram identificadas iniciativas no exterior (ANTEZANA, 2012; ARAÚJO, S. A., 2010; BEIRAS, 2010b, 2010c, 2010e, 2010f). Outro ponto que favorece a vinculação por ordem judicial são os artigos 35 e 45 da Lei Maria da Penha e os incisos VI e VII do artigo 22, incluídos pela Lei n. 13.984/2020 na Lei n.11.340/2006, que dão

às/aos juízas/juízes a possibilidade de direcionar os homens autores de violências contra as mulheres para acompanhamentos individuais ou em grupos como medida protetiva em caráter de urgência, ou seja, esses podem ser encaminhados aos grupos logo que denunciados, não necessitando que todo processo seja realizado, nem como medida substitutiva. Essa medida foi comemorada por Felipe:

> [...] os encaminhamentos são sempre obrigatórios por via judicial, mesmo que em diferentes momentos processuais que esse encaminhamento é feito, né, a gente sempre defendeu e ficou muito feliz com a recente mudança da lei, já debatemos em Brasília, na ONU, na UnB, né, em Porto Alegre, no Maranhão, Sergipe, aí no Mato Grosso do Sul, no interior de Minas, na Espanha, sempre defendendo a inclusão do grupo como medida protetiva, né, e sempre, quase sempre conseguindo convencer os juízes e as pessoas, né, disso, então a gente considera o melhor momento. (FELIPE).

A nova lei pode trazer resultados importantes como a ampliação da oferta de grupos com HAV e o maior interesse público no tema. A busca espontânea por grupos de masculinidades pode ser um fator significativo para a prevenção de violências contra as mulheres, mas também pode ter fatores inconscientes e/ou conscientes de busca por privilégios e/ou servir para que a companheira "aceite" a retomada do relacionamento e a retirada da denúncia (ARAÚJO, S. A., 2010; CHAGOYA, 2014). Então, podem existir dificuldades com as duas formas de vinculação dos homens aos grupos, assim, seria importante a atuação com ambas as iniciativas, tendo grupos com HAV e grupos sobre masculinidades com homens que não tenham sido indiciados, como apontou realizar Gabriel. No entanto, não é uma realidade possível a todos projetos devido a demanda, recursos humanos e financeiros.

Outro ponto de discussão na organização dos grupos se dá em relação a facilitação. Das sete narrativas, duas apontaram que os grupos são facilitados por pessoas do gênero masculino e feminino (mista), duas iniciativas são só com homens facilitando, uma iniciativa tem grupos facilitados só por homens e outros com pessoas do gênero masculino e feminino; outra que a facilitação é mista, mas um encontro é só com homens de

facilitadores, e uma não tem regra definida, quem estiver atuando na unidade deve atuar como facilitadora/facilitador.

> [...] para a gente não importava, assim, a maior parte da equipe era de mulheres, também é uma realidade da Psicologia que tem mais mulheres do que homens, mas não era um critério nosso, e assim, a gente não tem condições que seja, porque assim, como são servidores públicos é a equipe que a gente tem para trabalhar, né, então as equipes que têm homens e mulheres, né, tem profissionais homens e mulheres, a gente tenta fazer uma dupla mista, mas a maior parte não tem. (KATIA).

A realidade apresentada por Katia é um dado importante acerca da atuação com grupos ser quase que uma "imposição" e não uma vontade, algo que vamos discutir quando falarmos sobre capacitação das pessoas para facilitação em grupos com HAV e na proposição de políticas pública específicas. Beiras e Bronz (2016) apontaram que existem vantagens na facilitação mista, pois esta proporciona ao grupo o contato com as mulheres em uma problemática que as envolve e faz com que as discussões sobre gêneros estejam sempre presentes nos encontros, algo semelhante ao que foi apontado por Katia:

> Acho que enquanto facilitadora é desafiador trabalhar com esse tema, enquanto mulher facilitadora é desafiador porque o tempo todo também está sendo confrontada com essa questão de gênero, que também me atravessa, estou lá não como mulher, mas estou lá como profissional, mas também estou lá, e também sou mulher, né, e os homens que chegam antes de me verem como profissional me vem com mulher, né, e trazem uma série de enfrentamentos, e de machismos, e de colocações que eu preciso lidar como facilitadora. (KATIA).

O uso da facilitação mista pode proporcionar, como apontaram Beiras e Bronz (2016), o questionamento sobre as relações de gêneros e poder, pois é algo que está presente no grupo, como citou Katia. A facilitadora será vista primeiro como mulher, pessoa do gênero feminino, e depois como profissional; enfatizando que não estamos falando de maneira hierárquica, mas de potência no encontro, e sua presença poderá trazer sempre os demarcadores, regimes de verdade impostos as relações de gêneros, fazendo com que o grupo se mobilize nesses enfrentamentos.

As narrativas que apontaram utilizar facilitação apenas com homens demonstraram a dificuldade de relação que poderia ocorrer se houvesse uma mulher no

grupo pois os homens, normalmente, são menos ativos em suas participações e, a respeito do lugar de fala, de que estes não "ouviriam" a facilitadora, entendendo que ela estaria falando em causa própria, como apontaram *Psicólogo Militante* e Flávio:

> Então era um grupo fechado, de homens para homens, não era um grupo facilitados por mulheres, era grupos facilitados por homens. [...] existe uma diferença gritante entre o homem escutar um homem para outro homem, [...] um valor que nós temos, né, nós homens [do projeto], é nós homens aqui, você também, as pessoas, os homens que se reconhecem como homens, temos uma dívida histórica, impagável, para com as mulheres, então a gente fazer um grupo de homens para homens é uma forma da gente reparar uma dívida histórica também, no nosso lugar de homem privilegiado pela sociedade [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

> [...] sempre foi uma política de homens para homens, e tem alguns motivos para isso, né, uma delas é que a gente acredita que, assim, que cabe aos homens fazer essa discussão, a gente até pensa no lugar de fala, né, que a Djamila Ribeiro usa muito. Um homem branco não vai ouvir um homem negro sobre a questão do racismo, mas sim um homem branco falar para ele é capaz de ouvir melhor, a mesma questão das mulheres, tem uma mulher falando os homens não escutam, né, a gente vê que os homens tem bastante dificuldade de ouvir essas mulheres, acha que ela está falando em causa própria, acha que ela não entende o que ele tá passando, então esse lugar de fala dos homens, eles escutam o que a gente fala, a gente acha que o fato de ser um homem produz um efeito nesse homem, de identificação, de ouvir, assim, ele tá falando, não tá falando por causa dele, tá falando por causa das mulheres, nessa conscientização dos homens. (FLÁVIO).

As duas narrativas apresentam justificativas similares para o trabalho ser realizado somente com homens. Primeiro, a questão de ser uma maneira dos homens (enquanto facilitadores) "pagarem" uma dívida com as mulheres por todo privilégio que receberam e recebem devido ao gênero. Essa questão é importante, pois se alinha com a ideia do papel dos homens no combate às violências contra as mulheres que as campanhas – como a "Campanha do Laço Branco" - visam, ou seja, a mobilização das pessoas do gênero masculino para o enfrentamento às ações violentas contra as mulheres (LIMA, 2008). Entretanto, essa aliança não justifica a exclusão das pessoas do gênero feminino da facilitação dos grupos com HAV e deve ser expandida na luta por ações afirmativas às mulheres e a todas as pessoas que são vulnerabilizadas pelas normatizações de gêneros.

Outro ponto que deve ser discutido - e que foi narrado por ambos os participantes - é sobre os homens não ouvirem as mulheres enquanto facilitadoras, sendo mais fácil

escutarem outros homens. Pode-se discutir que quando alguns HAV iniciam os grupos e, principalmente, quando são encaminhados por ordem judicial, podem estar revoltados e/ou agressivos pela obrigação de participar dos encontros e, com isso, terem mais dificuldades em ouvirem as facilitadoras, o que pode ser "resolvido" com as entrevistas iniciais, as quais servem para acolhimento, preparação desses sujeitos para entrarem nos grupos e diminuição desses sentimentos negacionistas e de culpabilização das mulheres. Após este momento, a participação das mulheres, enquanto facilitadoras, pode ser fundamental para que exista, de maneira latente, as discussões sobre as relações de gêneros (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Além disso, a presença de pessoas do gênero feminino pode ajudar na conscientização dos HAV do "lugar de fala", como aponta Djamila Ribeiro (2017). Este é um conceito que não é utilizado para o silenciamento dos/das diferentes, mas para a pluralização dos discursos, do (des)silenciamento das minorias, da localização das falas, conscientização de onde se fala, dos privilégios e poderes que se possa ter, a capacidade de ver a/o outra/outro e a si. Então, se entre os objetivos dos grupos com HAV estão a discussão das relações de poder, responsabilização e a construção de laços sociais, a presença das mulheres é necessária pois gera a discussão acerca das relações de poder e de privilégios e, com isso, é fomentada a responsabilização pelas ações cometidas e a produção da empatia com a/o outra/outro, gerando relações sociais e de gêneros menos desiguais (RIBEIRO, 2017). Também podemos citar a ideia de que, a partir do contato com a/o diferente, os afastamentos e diferenciações são repensadas (PEREIRA, 2002), podendo produzir novas formas de se relacionar com a/o outra/outro.

Os grupos com HAV realizados por Cláudia se diferencia dos demais por toda sua organização e estrutura, como já citamos anteriormente. São cinco encontros e em cada um existe uma facilitação/coordenação diferente, configurando uma facilitação mista. Já

o encontro, que é uma roda de conversa e não se configura em formato de palestra, como se parecem os outros, é facilitado por dois psicólogos do gênero masculino, com a justificativa semelhante das que foram apontadas por *Psicólogo Militante* e Flávio:

> [...] eu percebo que num dado momento é necessário isso, no meu grupo, no meu fluxo ali, né, para que, porque a gente aqui cara, é de uma cultura, pensa interior [...], homens criados para serem brutos, rústicos, né, e assim criado para ser aquele tipo de homem que hoje em dia já não cabe mais na sociedade, mas sim, aquele cara que não chora, que não expressa sentimentos, etc, então às vezes está só o Clube do Bolinha, está só aquele pessoal é a chance de eu falar para o cara, olha você pode falar abertamente, você pode expressar, aqui você vai ter voz, a gente vai te escutar. (CLÁUDIA).

A narrativa de Cláudia assemelha-se com a narrativa citada anteriormente por acreditar que os homens só consigam se expressar sem a presença de pessoas do gênero feminino, ideia semelhante ao que se tinha no Instituto Noos (BEIRAS; BRONZ, 2016). Como já discutido, a presença de mulheres nos grupos com HAV é importante para a transformação na relação dos participantes com pessoas do gênero feminino, fato que pode beneficiar para uma mudança de crenças e comportamentos (BEIRAS, 2010f). A dificuldade no projeto de Cláudia pode ser encontrada no número baixo de encontros, principalmente por ter somente um encontro com o intuito mais reflexivo, o que pode limitar e dificultar a construção de vínculo dos homens com o grupo e com as/os facilitadoras/facilitadores (se fosse tentado a facilitação mista). Esta também pode ser uma justificativa para ampliação do número de encontros, gerando a possibilidade de maior vinculação dos HAV, em especial, quando se tem facilitação mista (VELOSO; NATIVIDADE, 2013). Tal ideia se confirma com a narrativa de Gabriel citando que, no projeto em que coordena, existem grupos com facilitação mista e outros só com homens, entretanto, ainda não existe uma conclusão sobre as diferenças, pois ainda estão ocorrendo, mas ele aponta que:

> [...] a gente acha que os dois procedimentos têm valores diferentes, claro que com os homens a gente percebe um maior impacto, uma maior realidade, esses homens diretamente eles conversam com outros homens, a realidade ela vem logo, o grupo de facilitação mista a tendência é um pouco mais demorada, mas

> também tem resultados significativos, onde esse homem ele vai começar a modular a voz para as facilitadoras. (GABRIEL).

Essa narrativa confirma o pensamento de que a proposta com facilitação mista pode funcionar e mesmo que exista resistência inicial por parte dos HAV, com o maior número de encontros, é possível a construção de uma relação entre estes e as facilitadoras, o que pode auxiliar no objetivo final do grupo. Nos grupos coordenados por Cristina, a facilitação é mista e tem como diferencial o uso da equipe reflexiva.

> [...] sempre duplas, sempre duas pessoas, inclui homens e mulheres que facilita o grupo, mas nós também temos uma equipe reflexiva, que resume o que aconteceu no grupo no final do processo, que são também participantes do grupo que possivelmente acabam sendo facilitadores. [...] parte de nossa equipe, que não está sendo facilitador, eles não participam do grupo no início, só observa o grupo e no final ele fala como é, junto, fala com os facilitadores apenas. É uma técnica da terapia de família, a equipe reflexiva é ideia de processos reflexivos que vem do autor Tom Andersen [...]. [...] eles vão apenas observar, não vão falar com eles [participantes] e nem dirigir a palavra para essas pessoas, no final, antes de terminar, os facilitadores chamam esses elementos da equipe e conversam com eles como se os participantes não estivessem lá, é, de uma forma respeitosa e falando basicamente dos sentimentos e dos, falando do, dos diálogos internos, das sensações e sentimentos que vem em relação aos temas e de questões que surgiram na naquela sessão. (CRISTINA).

A narrativa de Cristina é importante pois aponta sobre o funcionamento dos grupos com o uso da equipe reflexiva, qual seu papel e importância. O uso desse tipo de metodologia com os grupos de HAV, no Brasil, se deu a partir do Instituto Noos e, em uma de suas primeiras publicações sobre o tema, a equipe reflexiva está descrita como parte da equipe técnica dos grupos (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004). A equipe reflexiva, pensada por Andersen, tem como um dos objetivos produzir, nos participantes e nas/nos facilitadoras/facilitadores, questionamentos acerca do que foi discutido no encontro, podendo "intervir" em qualquer momento, não somente ao final; fazendo com que possam surgir novas possibilidades de enxergar o mundo (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; ANDERSEN, 2002).

A equipe reflexiva foi retirada das recomendações do Instituto Noos, quando houve a atualização da publicação em 2016, e a justificativa se deu por conta de duas

principais questões. A utilização dessa metodologia requer pessoas preparadas e uma equipe técnica maior, algo difícil de acontecer já que muitos projetos são realizados por uma ou duas pessoas, não tendo a possibilidade de outras/outros participantes. Outro empecilho seria o fato de que uma "equipe" externa ao grupo poderia gerar estranheza e sentimentos de avaliação nos HAV, principalmente quando encaminhados por ordem judicial (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Apenas *Psicólogo Militante*, Cláudia e Gabriel narraram critérios de filtragem para participação dos homens nos grupos. O último colocou que homens que procuravam o projeto de maneira espontânea eram/são encaminhados a um outro grupo, que discute questões sobre masculinidades. Cláudia apontou que homens que cometeram violências "graves" contra as mulheres e aqueles que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas não poderiam participar da ação e, nestes casos, não eram direcionados ao projeto pelo próprio cartório, não precisavam fazer essa filtragem.

> Sim, isso é legal a gente conversar, nós acolhíamos, né, exclusivamente situações de violência doméstica e contra mulher e de gênero, e situação de abuso sexual e estupro a gente não colocava no grupo, porque a gente entende que é um outro tipo de abordagem, é o outro tipo de metodologia [...]. E um outro critério, mas pouco aconteceu era a pessoa em situação de dependência química grave, então às vezes a pessoa podia, né, tá, um comprometimento severo, né, da sua saúde como um todo, não tinha condições de participar do grupo, nós tivemos um encaminhamento de uma UBS, ele foi para o grupo, ele participou de dois encontros, mas ele não conseguia acompanhar a discussão do grupo, né, porque ele era uma pessoa que tava muitos anos dependente químico, ele mesmo chegou e falou, olha, eu não consigo acompanhar vocês, e aí a gente acabou fazendo um trabalho individual, com esse, com esse senhor e ele foi encaminhado para um grupo do CAPS [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

A narrativa do *Psicólogo Militante* vai ao encontro do que Tonelli et al. (2010b) apontou sobre a ocorrência, nas iniciativas internacionais, da exclusão de dependentes químicos dos grupos com HAV devido a debilidade dessas pessoas; mas essa barragem na participação não deve ser definitiva e há necessidade de encaminhamentos a rede de saúde para que esses homens passem por tratamento. CEPIA (2016) aponta que os projetos com HAV deveriam orientar os participantes sobre dependência química, seja

para atendimentos que possam ocorrer na própria instituição ou para encaminhamentos para outras instituições.

Os grupos com homens autores de violências contra as mulheres podem variar também nos temas e na escolha destes, dependendo do enfoque que é dado e abordagens teóricas utilizadas. As ações que têm o caráter reflexivo/operativo tendem a usar perguntas, questões, e/ou dinâmicas disparadoras para iniciarem as discussões, sempre em círculo, para que não tenha um ponto central e todas/todos possam se observar. Nestes grupos, os participantes devem ser ativos, protagonistas e, com isso, também atuam na escolha dos temas:

> Isso se baseia na metodologia do Instituto Noos, a metodologia do Instituto Noos tem um momento depois do acordo de convivência, [...] é feita uma dinâmica de escolha de temas, do que eles gostariam de trabalhar dentro desse aspecto, então a partir dessas sugestões dos próprios integrantes do grupo e algumas sugestões que podem ser colocadas pelos facilitadores, desde que façam sentido sejam escolhidas também pelos homens participantes, a partir daí que nós fazemos a escolha dos temas, [...] então isso pode mudar o tempo todo, né, na realidade estava ali, mas de repente de uma sessão para outra pode ser que possa emergir alguns temas que eles coloquem em questão, ou mesmo pode ser sugerido pelos facilitadores e se trabalha nos seguintes a partir disso. (CRISTINA).

Como narrou Cristina, o Instituto Noos propõe a construção da agenda do grupo e escolha dos temas de maneira grupal, não sendo uma imposição das/dos facilitadoras/facilitadores (BEIRAS; BRONZ, 2016), pois é importante que, em grupos reflexivos, se tenham discussões sobre questões relevantes aos participantes e que sejam temas que não se distanciem dos objetivos do grupo (AFONSO; COUTINHO, 2006). Essa importância da participação ativa dos homens fica exemplificada na fala de *Psicólogo Militante*:

> [...] aí os homens começavam a levar os desenhos que faziam com as filhas, né, vai começar a trazer sugestão de filmes, então a gente assistia filmes também, [...] assistia o filme, debatia o filme, né, e aí era muito legal porque os homens começaram a levar filme, né, ah, eu vi esse filme lá na banquinha eu trouxe para a gente assistir, beleza, mas isso foi pactuado com o grupo porque estamos falando sobre esse assunto, né, então é, e aí eu percebi que era uma forma dos homens também se sentirem inseridos, né, porque eles estavam alimentando também o grupo [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

Esse processo de construção do grupo de maneira comunitária - e não engessada - pode auxiliar para que os homens se sintam parte daquela ação, fazendo com que tenham maior vínculo com o projeto, pois também podem ajudar a pensar e produzir o grupo (AFONSO; COUTINHO, 2006). Contudo, a padronização pode ser interessante para o controle de qualidade e quando se têm inúmeros grupos simultâneos e facilitadoras/facilitadores:

> [...] a gente acabou montando uma apostila com 20 técnicas, então a gente tem um roteiro [...], o roteiro facilita muito na coisa de ter vários facilitadores, sabe, como a gente tem, nós somos em dez, né, então alguém faltou, [...] ele fala o número da oficina e ele entra com roteiro e aplica, então o roteiro facilita para gente, você não precisa ficar pensando o que você vai fazer com o grupo hoje, não, você vai ter um roteiro ali pronto, e as coisas que emergirem lá na hora você vai lidar, nunca é igual, né, cada grupo que você faz é totalmente diferente [...].

A padronização dos temas e técnicas utilizadas pode auxiliar projetos com muitos grupos e facilitadoras/facilitadores, pessoas que desejam construir grupos e quando houver uma política pública específica para trabalhos com HAV, pois ajudaria no controle de qualidade dessas ações; porém, a construção de um modelo não dispensa o processo de treinamento e capacitação das pessoas para facilitação. A ideia de padronização e sua justificativa também foram apontadas por Salas, para quem os grupos com HAV devem seguir manuais, principalmente no início, quando se está em momento de implementação (BEIRAS, 2010a).

Os temas a serem discutidos podem variar a partir da base teórica e metodologia dos grupos, número de encontros, entre outros. Na pesquisa de CEPIA (2016), os temas mais utilizados são a Lei Maria da Penha, papéis de gêneros, sexualidades, violências, paternidade e relações violentas. Partindo de uma leitura de Estudos de Gêneros, Feministas e Masculinidades Felipe aponta que:

> [...] uma série de fatores são necessários para serem percorridos, uma vez que a gente entende que as masculinidades, identidades masculinas tem essa característica fechada, defensiva, né, é preciso trabalhar sobre elas, é preciso trabalhar sobre relação com afeto, formas de resolução de conflitos, escuta, outras significações comuns, sempre aparecem ligados a identidade masculina,

> paternidades, sexualidades, homofobia que é fundamental trabalhar, então tem toda uma série de elementos que vão se tornando necessários para chegar nesse objetivo, outros elementos também, autocuidado dos homens [...]. (FELIPE).

O projeto em que Felipe atua discute as violências contra as mulheres de maneira ampliada, não patologizando ou individualizando tais ações. Com isso, os temas que podem ser utilizados estão em sintonia com os objetivos do trabalho, com a responsabilização por parte dos homens, com a discussão das hierarquias de gêneros e relações de poder e com o autocuidado dos homens. Esse olhar pluralizado sobre os HAV, que a iniciativa de Felipe demonstra, vai ao encontro da ideia de que estamos em processo de subjetivação, e diversas linhas nos atravessam, fazendo com que sejamos múltiplas/múltiplos (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Sendo assim, faz-se necessária a problematização, não só da violência em si, mas de como se deu e se dá estes homens, pois os regimes de verdade atuam nas masculinidades e em diversos aspectos da vida destas pessoas. O que fica bem exemplificado na fala de Katia:

> [...] a gente aborda outras implicações, né, para a saúde mental do homem, né, à questão também das adicções, em alguns grupos isso é muito presente, do uso do álcool para lidar, né, como estratégia para lidar com questões emocionais e muitas vezes eles tem consciência zero disso, né, então acho que tem essa busca de uma ampliação de consciência mesmo, de como as questões de gênero os implicam, né, não só implicam uma companheira, na situação de violência, mas os implicam e os atravessam em inúmeras questões, nas relações como todo e na relação com eles mesmo, né. (KATIA).

Pensar as masculinidades não é só discutir machismos e violências, mas também falar sobre o autocuidado, as relações familiares, a paternidade, problematização de outras possibilidades de ser homem e de escapar de regimes de verdade que estimulam uma única forma de se fazer o gênero masculino. As relações de poder precisam ser discutidas, colocadas em pauta, pois fazem parte do processo das violências contra as mulheres e estão nas relações de gêneros, no fazer dos gêneros (BUTLER, 2003, 2011). Outro participante que narrou esse olhar ampliado foi o *Psicólogo Militante*:

> Então a gente começava com a história de vida, o porquê que ele está ali, né, então os homens partilhavam o porquê eles estavam ali, o que levou a, né, acontecer uma situação em que eles estavam ali e aí a partir disso a gente ia

> aprofundando todas as questões que atravessam a violência de gênero e contra a mulher. Depois disso a gente inseria sobre afetos e emoções, era o momento que a gente levava filmes, a gente levava cartilhas, a gente levava, os momentos lúdicos, que para mim são, foram os momentos de mais contato, de mais intimidade que a gente podia acessar os homens, ai gente ia construindo uma reflexão em cima disso, baseado nas emoções, nos afetos, e a gente entrava com as políticas públicas, informações sobre Lei Maria da Penha, sobre feminismo, uso de substâncias e consumo de substâncias psicoativas, e principalmente depois a gente aprofundava na necessidade do autocuidado masculino, né, e aí a gente entrava nos assuntos sobre identidade de gênero, expressão das sexualidades e etc, etc. Aí no final a gente sempre agendava um trabalho sobre a divisão sexual doméstica do trabalho [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

Esse relato expressa bem o que vínhamos discutindo sobre as diversas linhas que atravessam as/os sujeitas/sujeitos e que precisam ser pensadas e discutidas nos grupos. O primeiro foco pode ser nas violências e na Lei Maria da Penha, mas outros pontos precisam ser problematizados para que linhas duras sejam quebradas/rachadas e para que possibilitem novas masculinidades, as quais vão gerar, não apenas homens não violentos, mas pessoas mais conscientes de si e da/do outra/outro, questionando seus privilégios e as relações de poder e produzindo mudança de crenças, comportamentos e pensamentos, não focando no controle da raiva ou comportamento aprendido através da punição (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; GELDSCHLÄGER et al., 2010). A escolha dos temas, seja na padronização ou com maior abertura para os participantes, é muito importante, pois são uma das variáveis que possibilitam que os objetivos do grupo possam ser alcançados, além de refletirem o enfoque que é dado. A restrição dos temas e do número de encontros pode levar à discussão de uma variável da problemática, enquanto outras vão continuar estáveis, e as violências podem continuar a existir como, por exemplo, o controle da raiva pode ajudar que o sujeito não cometa mais violência física, sexual e/ou patrimonial, mas este pode, em momentos de raiva, cometer agressões psicológicas e morais, além do fator de manter relações desiguais de poder, o que são tão danosas quanto às outras. Assim, os grupos precisam estar alinhados aos Estudos de

Gêneros, Feministas e de Masculinidades, pois dão possibilidades de leituras amplas acerca dessas questões.

Outro ponto de diferença entre as narrativas é em relação a realização dos grupos, se são fechados ou abertos. Na primeira opção, os participantes que iniciam no grupo continuam até o final (sem contar as desistências); na segunda, os homens podem iniciar a participação em qualquer momento, não importa em que encontro ou tema se está. Existe, ainda, uma terceira opção que são os grupos semiabertos, nos quais é possível entrar até um certo momento, depois passa a ser fechado. Foram narrados três grupos fechados, dois abertos, um semiaberto e um projeto com grupos fechados e abertos, além do caso de Cristina, que relatou que os grupos, durante a pandemia, estão sendo semiabertos e não fechados, como aconteciam no modo presencial.

> Nós temos as duas propostas, o grupo fechado, onde esse homem começa, inicia com os mesmos homens durante todo o processo e o grupo aberto, onde ao decorrer da formação homens vão entrando, não importando qual é o tema, não importando qual é o número do encontro, onde o mais importante é que esse homem que cometeu a violência no domingo já na segunda-feira ele possa ser encaminhado para um grupo reflexivo em vez de ficar esperando três, quatro meses para ser incluído no novo grupo. (GABRIEL).

> Ele é um grupo por turmas fechadas. Então assim, a pessoa que entra na primeira, no primeiro encontro vai até o [quinto] [...], porque é um ciclo pensado estrategicamente, que foi dando frutos, né, então é um ciclo, né, a gente até chama de um ciclo [...]. (CLAUDIA).

Para Beiras e Bronz (2016), os grupos fechados são mais recomendados pois permitem aos participantes estarem nos encontros iniciais que são importantes para a construção do grupo, fazendo com que se sintam pertencentes aquele sistema, além de irem acompanhando todas as discussões e temas e conseguirem criar mais vínculos com os outras/outros participantes, uma vez que a dificuldade pode ser quando existem muitas desistências ou faltas.

Os grupos abertos são importantes, como relatou Gabriel, porque permitem que os HAV possam iniciar sua participação logo que são encaminhados, não ficando à espera do início de uma nova turma, o que pode ser necessário em lugares que se tenha grande

demanda e poucas/poucos facilitadoras/facilitadores, gerando pequena quantidade de grupos e pessoas atendidas. Nessas situações, as entrevistas iniciais podem ter relevância pois irão preparar os sujeitos para participarem do grupo, fazendo com que não influencie negativamente os outros participantes. Outro ponto nesse tipo de grupo é a possibilidade de acolhimento pelos membros mais velhos aos que estão iniciando, podendo auxiliar esse novo participante a se entrosar com os demais e com o grupo. Uma dificuldade pode acontecer na construção de vínculo entre os participantes e a expressão de sentimentos e crenças, pela presença de pessoas "novas" (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, 2020b). Ambas as iniciativas têm pontos prós e contras, sendo que a realidade de cada projeto, a demanda e os recursos humanos e financeiros existentes precisam ser pensados. O importante é que os HAV possam participar dos grupos por um período e que sejam trabalhados os diversos temas já apontados.

Demandas individuais podem ocorrer ao longo dos encontros, pois são realizados em sua grande maioria para gerarem reflexão, incômodo, desestabilização das linhas duras e dos regimes de verdade. Por isso, em iniciativas internacionais, há a necessidade de se ter uma equipe para realizar atendimentos individuais e que as demandas individuais possam ser acolhidas, lembrando que um atendimento não exclui o outro (BEIRAS, 2010d; CEPIA, 2016; CLÍMACO, 2010b). Nas narrativas encontramos a seguinte fala:

> A gente já, que aí já se mistura um pouco com as questões funcionais de financiamento, o nosso ideal seria ter a equipe disponível para poder acolher esses casos no próprio instituto, né, já tivemos projetos que tinham financiamento para poder ter alguns atendimentos individuais para cada homem quando isso aparecesse. Depois com mudanças de possibilidades financeiras a gente trabalha com encaminhamento. (FELIPE).

O apontamento de Felipe vai ao encontro do que colocaram *Psicólogo Militante* e Cláudia, quando existe alguma demanda individual, a pessoa é encaminhada para serviços da rede de saúde da cidade ou clínica-escola de faculdades que tenham o curso de Psicologia. Felipe apontou, ainda, que quando existe o encaminhamento para

psicoterapia, é feita uma pesquisa sobre as/os profissionais disponíveis. Para ele, estas/estes profissionais precisam ser pessoas com leituras de gêneros, porque se a/o psicóloga/psicólogo não tem esse conhecimento pode atrapalhar a mudança que pode estar ocorrendo no grupo. É importante que seja pensada e articulada uma rede entre os projetos com os HAV e as instituições públicas, principalmente, as da Assistência Social e da Saúde, pois estas podem dar suporte aos grupos, auxiliando em demandas que extrapolam o que é trabalhado na ação com os homens (CEPIA, 2016).

10.6 Facilitação: treinamento, capacitação e características

Os relatos foram muito variados acerca de como essas pessoas se tornaram facilitadoras, bem como também tiveram muitas variáveis em relação a capacitação para atuação. O treinamento para facilitação de um grupo com HAV é imprescindível para que as pessoas que desejam ser facilitadoras possam ter contato, aprender e conhecer a base teórica dos programas, principalmente, aquelas ligadas aos Estudos de Gêneros, Feministas e de Masculinidades, pois vão dar suporte para que possam olhar as/os sujeitas/sujeitos de maneira ampliada, não limitada a uma patologia, um crime e/ou uma identidade. Além da base teórica, é importante que participem de grupos reflexivos de gêneros, para que possam pensar sobre suas próprias vivências, suas relações, o poder que exercem, os privilégios, questões relacionadas aos gêneros e sexualidades, entre outros temas que possam surgir. Ao vivenciarem os grupos, poderão ter maior contato com as técnicas e metodologias utilizadas, assim como sobre os temas debatidos, o que dá a essas pessoas ferramentas para atuarem nos grupos com HAV (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; BEIRAS; BRONZ, 2016).

No entanto, essa capacitação não foi possível para grande parte das pessoas que narraram suas histórias com os grupos de HAV. Observamos que muitas dessas não

tiveram uma capacitação, algumas tiveram alguns treinamentos antes de iniciarem e outras foram aprendendo junto ao fazer.

> [...] como todas as pessoas que entram até hoje, né, passei um período de alguns meses só como observador do grupo, aí depois comecei a estudar mais masculinidades, né, as próprias intervenções em grupo mesmo [...]. [...] todas as pessoas que entraram lá foram convidadas, nunca tivemos processo seletivo, vamos dizer assim, a gente convida sempre pessoas que tenham trajetória consistente em estudos de gênero, que tenha uma trajetória consistente em estudos e práticas de teoria grupal e que tem algum interesse pelas masculinidades, aí já difícil achar também a pessoa que já tenha essa trajetória consistente nas masculinidades, né, aí a pessoa acaba entrando ao ser convidada para fazer parte da equipe [...]. A gente coloca a pessoa para fazer estágio como observador dos grupos em torno de quatro a seis meses, mesmo pessoas, seilá, que tenha doutorado em gênero, que já saiba, já tenha muitas experiências de grupo, é muito específico manejo com grupo de homens autores de violência, então a gente considera esse período de observação fundamental. [...] Aí depois, nesses quatro, seis meses que a gente vê que a pessoa tá ficando mais ou menos pronta a gente começa a deixar fazer uma intervenção ou outra, aí a gente conversa com a pessoa no final de cada grupo, dar uns toques, analisa as intervenções que foram feitas e assim é um processo até que a pessoa assuma um grupo. Eu acho que em termos assim de formação no sentido mais amplo, é fundamental, acho que, é interessante ter curso de formação específica sobre grupos com homens autores de violência [...]. (FELIPE).

A realidade que Felipe narra não é algo comum nos grupos com HAV no Brasil. Segundo pesquisa da CEPIA (2016), grande parte das iniciativas no país não tem nenhum tipo de treinamento e capacitação para as/os facilitadoras/facilitadores. Já na pesquisa de Beiras, Nascimento e Incrocci (2019) a maior parte dos projetos que responderam ao questionário apontaram alguma capacitação. Nas ações coordenadas por Felipe, assim como nas coordenadas por Cristina, a parte teórica; por ser um pré-requisito para a pessoa ser convidada para ser facilitadora, não aparece na capacitação, mas para o entrevistado é algo que a pessoa deverá estar sempre estudando (Teorias de Gêneros, Feministas, Masculinidades e de Grupos). No caso da equipe do projeto de Cristina, por serem, em sua maioria, estudantes de graduação e pós-graduação já passaram por disciplinas teóricas sobre a temática. É preciso ter experiência como observadora/observador do grupo antes de começar a atuar; o que falta nessa preparação é a revisão, por parte dessas pessoas, de suas questões de gêneros e poder, o olhar para si, antes do olhar para a/o outra/outro, algo

que é comum ocorrer já que são poucos os grupos reflexivos de gêneros no Brasil, sendo que essa análise acaba tendo que ser realizada muitas vezes em terapia individual.

> Então, tem sim e não, é um tema bem complexo, sim e não, muitos dos treinamentos assim foram buscados pelos próprios profissionais, não necessariamente oferecidos pelo serviço, mas o serviço sim também, né, oferece pela demanda dos próprios profissionais alguns espaços, [...] não existe uma capacitação específica para o atendimento de grupos de homens, né, então não é que a pessoa entra no serviço vai ter um treinamento e vai começar atuar, dirigindo e trocando a roda, então as pessoas começam a atuar e recebem apoio da equipe, então normalmente quando alguém entra, entra primeiro observando, participando dos grupos, mas menos diretamente como facilitador responsável, né, muitos grupos, como a gente trabalha com dupla, a gente trabalha com um responsável pelo grupo, né, e o outro como apoio, né, como co-facilitador. [...] eu mesma estava responsável justamente pela construção desse programa de desenvolvimento dos servidores, para que a gente tenha estruturalmente uma formação, formação de grupo, até masculinidade, a gente precisa discutir muito gênero com a própria equipe, também, porque a equipe de especialistas tende a ser mais especializada, assim, mas tem outros profissionais que estão envolvidos no serviço que também precisam ter uma formação específica e que às vezes não tem. Então a gente faz muito treinamento em serviço mesmo, um tema sempre discutido, mas de uma forma pouca estruturada. (KATIA).

> [...] o único treinamento que eu fiz específico para formação de grupos e sobre esta questão foi lá com um psicólogo, mas eu faço, aqui [...] nós temos a força-tarefa infância segura, que é no âmbito da infância, mas que já teve palestras sobre violência doméstica, mas no mais eu fui por iniciativa própria procurar [...]. (CLÁUDIA).

O que foi narrado por Katia e Cláudia assemelha-se com a pesquisa da CEPIA (2016) e é preciso considerar que as/os duas/dois participantes citaram que participavam dos grupos com HAV como parte da carga horária de suas respectivas atividades laborais, já que atuam em instituições públicas. O que se imagina é que, quando realizado por uma instituição pública, os grupos tendem a ter boa qualidade, fruto da boa capacitação das/dos profissionais. Entretanto, não é essa a realidade que foi narrada; não que os grupos tenham baixa qualidade, mas em nenhum dos casos existe a capacitação adequada das pessoas que atuam nos grupos, o que pode levar a dificuldades, como apontou Katia, de ter que aprender na vivência a lidar com questões e conteúdos produzidos no grupo, os quais ela não havia sido preparada, como os machismos e enfrentamentos por ser uma mulher enquanto facilitadora. A capacitação dessas pessoas auxilia para que estejam prontas para

atuarem, conseguindo lidar com os enfrentamentos e conteúdos gerados pelo grupo, que possam "suportar" os ataques e saibam lidar com os obstáculos e paralisações (BEIRAS; BRONZ, 2016).

> Além disso, além do trabalho pessoal do facilitador, de no âmbito de gênero e masculinidades, então como homem ou como mulher, é necessário conhecer teorias feministas, conhecer teorias de masculinidades, conhecer os vetores que estão vinculados a isso, como a homofobia, transfobia, machismos, as questões relacionadas a sexismos, para que a gente não naturalize violências, não naturalize questões de gênero, que possa colocar em suspensão as questões, para isso precisamos olhar para nós mesmos, então esse trabalho é de entender o gênero, como, o gênero como uma categoria analítica e masculinidade também como categoria analítica da análise social, para a gente interpretar, dialogar, pensar e refletir, fazer questões em cima disso também. (CRISTINA).

O desconhecimento das leituras de gêneros, feministas e sobre as masculinidades pode limitar o olhar sobre as violências contra as mulheres, ocorrendo, muitas vezes, a individualização e patologização (NOVAES; FREITAS; BEIRAS, 2018). Outro ponto é o adoecimento das/dos facilitadoras/facilitadores por terem que lidar com conteúdo machistas, sexistas, LGBTQIA+fóbicos, entre outros, algo que foi relato por Molinier (BILLAND; MOLINIER, 2017) quando participou de alguns encontros como facilitador de um grupo com HAV, conforme citou Katia, "[...] é um trabalho que exige da saúde mental [...]". Isso pode ocorrer quando não existe essa autoanálise por parte de quem coordena os grupos, como narrou Cristina. O olhar para si é importante, assim como conhecer as teorias, pois permite analisar os discursos violentos como atravessamentos que foram possíveis naqueles sujeitos até então, e que o grupo pode auxiliar na mudança desse cenário.

O desejo em atuar em grupos com HAV também auxilia na preparação para facilitação, pois faz com que essas pessoas procurem se aprimorar por conta própria, algo que foi relato em diversas narrativas, como apontaram Katia e Cláudia acima. O interesse pelo projeto faz com que as pessoas estudem o tema, o que também foi encontrado na pesquisa da CEPIA (2016), fato muito interessante, mas que não substitui a capacitação.

> [...] a gente todo ano faz um curso de formação para facilitadores, então a gente forma facilitadores. [...] em 2015 a gente já fez o primeiro curso de gênero e masculinidades, então nesse curso a gente foi formando facilitadores. Que na época, quando, nesses grupos anteriores era uma experiência isolada, era só eu, então fazia sozinho esses grupos, então isso também reduziu, foi me formando, foi esse processo que me formou. [...] Precisa ter bastante consciência do lugar de privilégios que ele ocupa por ser homem, no "E agora José" são homens, a gente faz de homem para homem [...]. Então ele tem que, eu acredito que ele tem que ter passado por uma formação, a gente passa essas teorias que a gente acredita, os textos teóricos, então é importante que ele tenha uma formação, uma formação principalmente em Direitos Humanos e em feminismo, nas teorias feministas e que ele tenha bastante, que quando a gente aplica neles no curso de facilitadores, a gente aplica a mesma dinâmica que a gente aplica [...] nos homens, a gente aplica nesses homens que estão estudando ali. E são dinâmicas que a pessoa se envolve na própria vida dele, para ele pensar quais os modelos de homens que ele seguiu, as brincadeiras infantis que ele brincou, os grupos de homens, então ele passa por uma vivência, ele precisa ter contato com próprio machismo, ele tem que ter contato com o próprio machismo, reconhecer esse machismo, reconhecer as violências que praticou contra das mulheres, sejam elas físicas, ou psicológicas, ou simbólicas, né, reconhecer esse lugar. (FLÁVIO).

Em sua narração, Flávio exemplificou o que estamos discutindo e o que a literatura vem apontando (BEIRAS; BRONZ, 2016; CEPIA, 2016). A capacitação ampliada das pessoas que desejam facilitar grupos com HAV tem que passar pelos Estudos de Gêneros, Feministas e Masculinidades, assim como, o olhar para si, e para as próprias relações de poder, gêneros e sexualidades. Algo que foi muito bem apontado por Salas, em entrevista a Beiras (2010a): a necessidade do cuidado de si para poder atuar com as demandas da/do outra/outro, e a conscientização dos privilégios que se têm; essa autorrevisão pode ajudar a não se ter uma postura autoritária enquanto facilitadora/facilitador.

Gabriel narrou que as pessoas que desejam ser facilitadoras dos grupos com HAV precisam passar por uma capacitação presencial de 16 horas, que envolve leituras e atividades, além de uma atividade individual que é finalizada com a escrita de um texto sobre o desejo de atuar nos grupos. A capacitação mais "curta" pode ocorrer por atuar junto a um convênio com a prefeitura, o que muitas vezes não permite que as/os profissionais sejam treinadas/treinados de maneira mais prolongada, já que muitas vezes essas iniciativas são construídas em caráter emergencial.

Além da capacitação, as/os entrevistadas/entrevistados apontaram algumas características para se tornar facilitadora/facilitador. Ter empatia e saber ouvir foram as principais características citadas; na primeira, tem-se a ideia de que as/os facilitadoras/facilitadores precisam compreender os sentimentos, sofrimentos, o clima do grupo e se colocar no papel dos participantes e não de superior, de quem não teria tais comportamentos tidos como errados, entendendo que poderiam também estar naquele lugar (BEIRAS; BRONZ, 2016; ZIMERMAN, 1993), e que por diversos atravessamentos não cometeu violências contra as mulheres, por isso a importância do cuidado de si, porque dá a pessoa a percepção de suas próprias violências (BEIRAS, 2010a; CLÍMACO, 2010a; FOUCAULT, 201).

Já a característica de saber ouvir tem relação com a ideia da observação, escuta atenta e de ouvir os discursos em sua forma manifesta e latente. A/o facilitadora/facilitador deverá estar atenta/atento a quem está falando e aos demais participantes, pois mesmo em silêncio estes estão dizendo algo com seus gestos e comportamentos. A escuta ativa poderá propiciar melhores análises sobre os participantes e sobre o grupo, auxiliando as/os coordenadoras/coordenadores a promoverem os diálogos, as questões reflexivas e fazer com que o grupo possa se movimentar (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; BEIRAS; BRONZ, 2016).

Mais uma característica apontada é o fato de estar confortável com as discussões sobre gêneros e masculinidades, além do conhecimento da Lei Maria da Penha e das teorias e funcionamento dos grupos. Essas especificidades, assim como as citadas anteriormente, podem ser trabalhadas nas capacitações, treinamentos e supervisões, e tais conhecimentos podem ser aprendidos quando se possibilita às/aos facilitadoras/facilitadores o preparo adequado para exercerem tais funções, algo que também foi encontrado em iniciativas internacionais (TONELI et al., 2010c).

Outro ponto a ser elencado é a supervisão, e sua importância é apontada em referências nacionais e internacionais (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; BILLAND; MOLINIER, 2017; GRUPO 25, 2006), pois é momento em que as/os facilitadoras/facilitadores podem trocar as experiências, percepções e sentimentos sobre as atuações, refletindo acerca do andamento do grupo e, quando necessário, pensando e repensando sobre todo o processo.

> [...] assim então por muito tempo aconteceram as "sexta de equipe" que era um momento também de escolher um tema, né, que fosse interessante, [...] tem os estudos de caso, momento de estudo em equipe, já aconteceu por pouco tempo, também, uma supervisão externa e, enfim, foi possível por pouco tempo, depois não aconteceu mais por questão de gestão, enfim, é uma demanda da equipe, mas nesse momento não acontece, então acontece mais uma intervisão e uma busca dos próprios profissionais por capacitação, seja entre a própria equipe, ou buscando, né, profissionais externos. (KATIA).

> A gente sempre fez a supervisão com o [Paulo[48]], né, então a cada seis meses nós fazemos um encontro [...], e aí a gente relatava todo o grupo desses seis meses, quantos grupos foram, quantos homens participaram, quais assuntos nós, né, sentimos mais dificuldade, mais facilidade para conversar, né, e o andamento do grupo, né, então eu acho que esse é um item fundamental, a supervisão de um trabalho dessa magnitude. E aí a gente fazia nossa supervisão semanal entre nós, então o grupo acabava oito e meia, das oito e meia até as nove e quarenta e cinco a gente ia relatar e fazer a supervisão de caso sobre quais foram as nossas dificuldades desse encontro [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

> [...] a gente faz assim, os grupos são feitos na quarta, na quinta a gente faz uma supervisão, não chega a ser uma supervisão, é uma supervisão coletiva, aí uma dupla começa a contar como é que foi o grupo, ah, aconteceu isso, aconteceu aquilo e tals, e aí eles já fazem um pouco dessa reflexão, e aí os outros também falam sobre isso. (FLÁVIO).

As três narrações apresentam um traço comum: a realização da supervisão entre a própria equipe de facilitadoras/facilitadores. Essa iniciativa acontece, muitas vezes, pela falta de recursos financeiros para que se tenha uma pessoa externa para atuar como supervisora, como apontado por Katia. No projeto do *Psicólogo Militante*, conseguiam realizar a supervisão externa a cada seis meses, o que os auxiliava a terem outros olhares sobre as vivências, já que todas/todos as/os facilitadoras/facilitadores estavam atuando

[48] Nome fictício.

nos grupos, o que não ocorria nos projetos de Flávio, Felipe e Gabriel, onde os três estavam atuando enquanto supervisores e não como facilitadores e que ajudava com que tivessem outra imagem sobre os grupos.

Na prática de Cristina, estavam "[...] vinculados a supervisões semanais em que a gente faz discussões teóricas e metodológicas, e a gente produz a partir também da prática formas de realizar sessões de pensar as adversidades e desafios que existem no grupo [...].". O objetivo, em todos os casos, é o mesmo: a produção de reflexão e novos olhares sobre a prática, auxiliando, quando necessário, na quebra de paralisações que possam ocorrer. As supervisões são importantes, também, para que pensamentos e discussões internas possam ser colocadas em discursos, assim como sentimentos e emoções (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; BILLAND; MOLINIER, 2017; GRUPO 25, 2006).

Cláudia citou que as supervisões são realizadas antes do início dos grupos e ao término destes; primeiro, para pensarem na organização e, ao final, para discutirem suas percepções e pensarem em possíveis mudanças. Essa prática tem relação com o funcionamento e organização do projeto, devido aos poucos encontros, os quais quatro destes eram mais diretivos e não eram realizados apenas pelas/pelos facilitadoras/facilitadores permanentes.

10.7 Percepções sobre os resultados alcançados com os grupos, avanços e obstáculos

Os grupos com HAV contra as mulheres nas percepções de algumas pessoas que narraram suas vivências têm obtido resultados excelentes, observam nos participantes mudanças de crenças, pensamentos e comportamentos, alcançando assim os objetivos que muitos grupos se propõem (BEIRAS, 2010d; CEPIA, 2016).

> É uma coisa impressionante, né, porque assim, nós temos nos grupos mais 90% de posturas iniciais de uma resistência absurda, [...] e nós temos mais de 99% de situações nas quais os homens saem realmente agradecendo, falando com aquilo foi importante para a vida deles, como aquilo melhorou e tal, muitos

> pedem para continuar mais alguns encontros depois dos 16 [...]. Acho que de fato eles conseguem mudar algumas concepções sexistas, né, com as quais enxergam as relações, o mundo, até mesmo não apenas relações amorosas, uma série de relações, acho que eles saem com uma capacidade de escutar muito maior, né, que escutar é enxergar o outro [...]. Autocuidado aumenta, reflexão com conflitos e formas de resolução de conflitos também aumenta, mudanças muito consideráveis na paternidade, conseguem exercer paternidades mais amorosas e menos autoritária, [...] claro que tem outros que não tem essa mudança inacreditável, [...] acho quase que impossível de alguém sair do grupo sem ter tido algum tipo de efeito, né, claro que esse efeito tem prazo variável, amplitude variável de acordo com uma série de fatores. (FELIPE).

> Também vejo avanços nos grupos que eu acompanhei, assim no serviço que a gente tem, então é muito gratificante ver que ao final desses encontros os próprios homens vão encontrando sentido em estar ali, tivemos homens que quiseram repetir o grupo, continuar, a gente teve a experiência de fazer um grupo de aprofundamento com homens que tinham participado já de um primeiro ciclo, e para ele era importante espaço de fala, espaço de reflexão, então eu vejo avanços individuais, nos casos concretos, e um maior nível de reconhecimento mesmo da violência, uma responsabilização pelos próprios comportamentos e pela própria mudança, pela mudança que eles querem [...]. (KATIA).

> [...] um dos avanços é dissolver crenças disfuncionais, machistas, homofóbicas e então os avanços diminuir, não digo acabar, mas diminuir a desigualdade de gênero, promover a igualdade de gênero e promover mudanças nas crenças disfuncionais desse sujeito em relação a mulher, e também, por que não, em compartilhar conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, né, fazer com que esse conhecimento seja compartilhado através de quem participou do grupo, acho que isso são avanços que noto, que consigo notar aqui [...]. (CLÁUDIA).

> [...] lembro do primeiro rapaz que a gente acolheu, né, e ele nunca tinha tido um momento de lazer com a família, por trabalhar bastante, por estar numa cultura completamente alienada de si, do autocuidado, e a atual companheira dele falou, nossa é muito bom está aqui com vocês porque ele mudou muito, aí foi quando ela falou a gente não tem esses momentos em casa, não dá tempo. Então esse era o retorno [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

Podemos notar que nas quatro falas o que foi narrado como resultado da participação dos homens nos grupos é uma mudança ampliada, que não se relaciona somente e diretamente com as violências, mas em todas as esferas da vida dos participantes, nas masculinidades, nas relações familiares, no contato com a/o outra/outro e no autocuidado, que reverbera não só no indivíduo, mas em todas/todos ao seu redor, o que também é um dos objetivos dos grupos com HAV, que sejam transformadores, propagadores de uma sociedade sem hierarquias, mais igualitária (ANTEZANA, 2012; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017).

Essa percepção sobre os resultados que se tem com os grupos de HAV serve também como motivação para que essas iniciativas se mantenham, pois ainda muitos projetos não têm incentivos financeiros e sociais para continuar. No entanto, esses frutos colhidos não devem permanecer apenas como "percepções", precisam ser transformados em dados, em resultados de avaliações dos participantes e dos grupos, fornecendo ao Estado e a sociedade civil respostas ao trabalho que é feito, pressionando assim para que mais iniciativas possam ser construídas (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; BRASIL, 2011; CEPIA, 2016).

O que também motiva algumas pessoas que narraram suas vivências são os avanços observados em relação às discussões sobre masculinidades, o crescimento do debate sobre o tema, e o crescente número de grupos com HAV no país. Os grupos nessa área são relativamente recentes no mundo e, principalmente, no Brasil, por isso ainda em muitos lugares temos iniciativas engatinhando nessa discussão, porque apenas recentemente tivemos maior visibilidade sobre o tema (TONELI et al., 2010b).

> Eu vejo avanços, eu vejo que é uma demanda que está crescendo, está um pouco em voga no momento, com mais pesquisa começa a ter mais grupos, ainda que de uma forma descoordenada começa a ter mais grupos, acho que isso aos poucos, né, talvez vá se especializando mesmo, como aconteceu, né, em outras áreas, então acho que eu vejo um avanço no interesse em se falar sobre masculinidades. (KATIA).

> Os avanços eu acho que tem sido de bastante procura, muita gente procurando, tem sido bem divulgado [...]. Os homens procurando, tendo cursos, tendo debates, seminários, essa coisa online mesmo, está tendo bastante interação, então acho que isso é um avanço, a busca disso pelos homens. (FLÁVIO).

> De avanços nós temos avanços de leis, da mudança da Lei Maria da Penha hoje, que fala, hoje, que ele deve ser feito a partir da medida protetiva, o atendimento individual psicossocial com homens autores de violência, isso é interessante, é um avanço e o entendimento que tem havido sobre isso, o interesse maior do tribunal, dos juízes vinculados a violência doméstica, de entender e trabalhar com esse âmbito. (CRISTINA).

As falas são parecidas no que tange aos avanços observados, principalmente, no aumento das discussões sobre masculinidades, construção de novos projetos e a percepção da importância desses trabalhos para prevenção e combate às violências contra

as mulheres, o que refletiu na promulgação da Lei n. 13.984/2020, que faz o trabalho com os homens com medida protetiva ter caráter de urgência, assim como, a Lei n. 20.318/2020 do estado do Paraná que estabeleceu os princípios e diretrizes para a construção de grupos reflexivos e responsabilizantes. O envolvimento dos homens nas discussões sobre as relações de gêneros é recente, e os trabalhos com HAV também, pois ainda se sobressaem ideias punitivas, imediatistas, e das discussões e ações somente voltadas às mulheres, como se somente o empoderamento feminino fosse o suficiente para lidar com um problema social, de segurança e saúde pública (ALAPANIAN; NÓBILE, 2010; TONELI et al., 2010c).

As narrativas dos que atuam/atuaram com os HAV contra as mulheres demonstram a importância desses trabalhos e a necessidade de mais avanços na área. Como apontou Felipe os grupos são fundamentais, por serem "[...] a intervenção que tem maior poder de mudança de uma situação fática, cultural e social de violência contra mulher, claro que precisa estar aliada a outras intervenções, né, dentro de uma rede de enfrentamento a violência [...]", complementando essa fala temos o apontamento do *Psicólogo Militante* "[...] os grupos são um enfrentamento ao patriarcado, [...] a violência de gênero e contra a mulher, a esse patriarcado que tá engessando, né, todas as relações, não só as relações entre homens e mulheres e seus pares, mas a sociedade como um todo.". Essas duas narrativas demonstram a importância destes projetos com HAV, pois visam à mudança social e cultural dos participantes, e da sociedade como um todo.

Para isso, precisamos de mais avanços, da construção de políticas públicas específicas, como apontou Flávio "Eu acho que uma dificuldade sempre é a questão da política pública, a gente não conseguiu até hoje ter uma política pública para isso, existia toda uma lógica de construir esses centros de referência [...].", e Cristina acrescenta:

> Então falta uma política nacional específica que integre essa ação com as ações em rede para as mulheres, para que se perceba que não é um serviço que vai

> competir com o trabalho das mulheres e sim trabalhar com as mulheres, [...] que haja recursos específicos e profissionalização desse trabalho, para que a gente possa fazer com psicólogos, com assistentes sociais, com o pessoal da área, que possa trabalhar nesse âmbito com uma formação de base teórica e metodológica em formação de grupo, saber trabalhar com grupo e com formação de gênero e de masculinidades, então consolidar isso ainda é um desafio do Brasil [...]. (CRISTINA)

A construção de uma política pública específica para o trabalho com os HAV é urgente e necessária, pois permitiria que mais ações pudessem ser realizadas, como profissionais preparadas/preparados, portando recursos financeiros para promover um trabalho de alta qualidade (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019). Entendendo que se defender uma política com diretrizes mínimas para construção, realização e manutenção dos grupos com HAV alinhada a outras ações governamentais de combate às violências contra as mulheres, é formar uma rede, não apenas ações isoladas (GELDSCHLÄGER et al., 2010). Como apontaram Cristina e Flávio, a falta de uma política pública é um obstáculo para que tenhamos o desenvolvimento e manutenção de trabalhos com HAV, pois muitas iniciativas param de funcionar devido à falta de recursos financeiros e humanos, além de existir trabalhos com profissionais sem preparo teórico-metodológico, não conseguindo assim alcançar os objetivos desejados com os grupos (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Contudo, é importante que esteja formalizado nessas políticas a importância da capacitação das/dos profissionais envolvidas/envolvidos, que não seja apenas um trabalho idealizado e imposto nas instituições públicas de maneira simplória, como se fosse apenas mais uma tarefa a se fazer. Kátia aponta que em seu município se construiu uma política pública de atendimento aos homens em uma instituição pública, mas que as/os profissionais que atuavam não passavam por treinamento e capacitações, somente fazia parte de suas funções e deveriam realizar. Essa falta de cuidado com a preparação das pessoas que vão atuar, e com questões teórico-metodológicas fazem com que muitos

grupos não tenham os resultados esperados, podendo ter projetos patologizantes, individualizantes e não alinhados ao combate às violências contra as mulheres, mas em aliança aos homens, a perpetuação do poder, se tornando apenas medidas brandas. Por diversos fatores é importante que tenhamos uma política pública que dê estrutura física, teórica e metodológica para que esses trabalhos possam ser bem desenvolvidos. A falta dessa faz com que se tenham diversas dificuldades, como as narradas abaixo:

> [...] mas o dilema das ONGS a gente não tem ninguém trabalhando nem de dedicação exclusiva e nem mesmo vínculo empregatício, todo mundo trabalha por hora de grupo, o que torna difícil assim ter tempo para fazer outras ações. [...] e agora a gente está tentando alguma fonte de financiamento nova, estamos nessa transição atualmente. (FELIPE).

> [...] a gente fez um enfrentamento político no município de não fazer mais trabalho com os homens justamente pela ausência de recurso financeiro, né, a gente nunca recebeu um dinheiro pelo nosso trabalho, no sentido de organizar minimamente as nossas ações, então sempre foi, eu digo, uma militância, né, e a gente tinha uma ONG que amparava a gente enquanto prédio físico e material para você fazer o trabalho de escritório, trabalho de relato, trabalhos né, que, artísticos, mas a questão de remuneração dos profissionais isso nunca foi possível, o município nunca se interessou [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

> Então, a gente fez uma parceria com a juíza e ela começou a disponibilizar para ONG as penas pecuniárias. Então esse é um recurso que tem, não crimes da Lei Maria da Penha, mas alguns crimes permitem que a pessoa pague em dinheiro a pena dela, [...] não é um recurso permanente e nem certo [...]. Ano passado entrou recurso razoável, esse ano por conta da pandemia não entrou recurso nenhum e esse ano o que a gente fez foi criar o curso de gênero e masculinidades pago, né, as outras cinco edições passadas a gente sempre tinha uma parceria que financiava o curso [...]. (FLÁVIO).

A falta de financiamento faz com que muitos projetos deixem de existir, como ocorreu no caso do *Psicólogo Militante*, os grupos com HAV foram encerrados, e o projeto permaneceu em outras fases, como grupos de discussões de gêneros e como pesquisa, uma problemática nacional e internacional (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017). A inexistência de financiamento além de acabar com algumas iniciativas, pode também fazer com que os projetos se limitem; como apontou Felipe, e outras ações em conjunto com os grupos de HAV que seriam importantes, como atendimentos individuais, sistematização de dados, a questão de treinamento e aprimoramentos das iniciativas e da equipe, outros grupos, entre outros; não possam ocorrer.

> E a outra coisa também foi essa estrutura, quando montou, por ser uma Secretaria de Políticas para Mulheres a gente conseguiu montar em uma estrutura muito boa, [...] então a gente teve um momento muito privilegiado, que depois quando a prefeitura [...] mudou, isso foi em 2016, trocou o prefeito da cidade e a gestão que entrou não quis continuar o projeto, sabe, fechou a Secretaria de Políticas para Mulheres e não quis manter o projeto. E aí a gente recorreu para essa ONG que [...] passou a assumir o projeto, e desde 2017 a gente faz pela ONG o projeto. (FLÁVIO).

Essa fala de Flávio é importante, porque demonstra a dificuldade que se tem quando não existe uma política de estado e sim de governo, a mudança de gestoras/gestores pode fazer com que um projeto seja encerrado, assim como, quando é realizada por iniciativas individuais e pontuais, a ausência da pessoa que idealizou ou apoiou o projeto pode fazer com que seja rapidamente encerrado ou se transforme em uma ação fora dos princípios iniciais, como ocorreu em *Coriac* (BEIRAS, 2010a; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Uma dificuldade para que políticas públicas sejam criadas para estes trabalhos tem relação com a definição da fonte de financiamento público, o que também gerou/gera críticas em relação a esse tipo de ações (CEPIA, 2016). Uma das críticas que se fazia/faz aos grupos com HAV era que estariam/poderiam tirar verbas de ações voltadas às mulheres, o que faz com que muitas pessoas continuem apoiando o aprisionamento dos HAV (AMADO, 2017). Por essa razão, ainda se tem a dificuldade em estabelecer de onde poderia vir o financiamento público, Flávio apontou que "[...] defende que essa política tivesse inserida dentro da Segurança Pública, isso devia ser uma política de segurança pública, que a verba seja Segurança Pública [...].", nas "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor" é apontado o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça como financiador (BRASIL, 2011), é difícil definir de qual Ministério e/ou Secretaria podem sair às verbas, mas é necessário que algum órgão do governo federal assuma a responsabilidade por essas ações, para que possamos ampliar os grupos em todo o país. Isso é importante também para os projetos

que são realizados em instituições públicas, como os de Kátia e Cláudia, pois estes podem não ter dificuldades financeiras direta, mas acabam tendo adversidades em relação a treinamento e estrutura, por não se ter uma diretriz específica nacional.

Nas narrativas também apareceu uma dificuldade específica, a resistência dos participantes. Esse ponto já foi discutido acima, mas vale trazer algumas falas das pessoas que participaram da pesquisa para exemplificar essa questão, como as narrativas de Kátia "[...] então chegam com ódio do serviço, com ódio do serviço público, da justiça, né, isso se transforma ao longo do grupo, digo que no terceiro encontro isso está muito diferente [...].", de Cláudia "Obstáculos, resistência por conta em participar, também, por conta desta, de uma postura machista, e uma postura negacionista, negar a questão da violência doméstica também, então assim a resistência pela negação [...]." e do *Psicólogo Militante*:

> [...] os homens eles eram obrigados a comparecer no grupo reflexível. [...] e aí os homens chegavam lá bravíssimos, odiando, querendo quebrar tudo, não quero estar aqui, porque eu tô aqui por causa daquela lá que me denunciou, etc, etc. Então eles chegavam completamente resistente, completamente irritados, né, sempre senti os homens chegando num grupo muito irritados, e aí eu entendi que essa irritação não era só a irritação frente a uma relação conjugal, mas era uma irritação sobretudo do cotidiano, porque os homens começavam a falar, eu trabalho muito, nossa eu tô cansado, eu trabalhei o dia todo e ainda tenho que vir aqui, eu fiz isso, isso e isso e ainda tenho que vir aqui, o que a gente foi entendendo, que a gente precisava acolher esses homens, então a gente fazia um momento de recepção desses homens, então a gente sempre deixava uma recepção acolhedora [...]. E um outro movimento que foi interessante é que os membros mais antigos do grupo começavam a acolher os novos membros [...]. *(PSICÓLOGO MILITANTE)*.

As posturas de resistência e/ou negação acabam prevalecendo aos primeiros encontros de participação nos grupos, podendo ser pela obrigatoriedade da participação, assim como, a naturalização da violência, por não entenderem seus comportamentos e crenças como "errados" e ilegais (ANDRADE, 2013). Algumas estratégias para lidar com isso são as entrevistas individuais/iniciais, que acabam por acolher os participantes novos, e assim baixando um pouco os mecanismos de defesa, e o acolhimento feito por membros mais antigos do grupo (quando se trata de grupos abertos) (TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DO PARANÁ, 2020b). No entanto, essa resistência inicial é comum quando se atua em instituições ligadas ao sistema de justiça, pois já se tem a ideia de avaliação, julgamento e injustiça, então as/os profissionais precisam estar preparadas/preparados para lidarem com essas situações, buscando intervir de maneira que essa posição defensiva seja quebrada, por isso facilitadoras/facilitadores que não tenham passado por capacitações e trabalho pessoal em relação à masculinidade, podem ter dificuldade na coordenação dos grupos, assim como, aquelas/aqueles que atuam em projetos mais diretivos e de caráter punitivo, pois podem causar conflito entre os participantes e as/os facilitadoras/facilitadores (BILLAND; MOLINIER, 2017; CEPIA, 2016; SHINE, 2003).

10.8 Avaliações e outras questões dos grupos com homens autores de violências contra as mulheres

A avaliação e monitoramento dos grupos com HAV contra as mulheres é uma das grandes problemáticas da área, como apontou a pesquisa de Beiras (2014), maior parte dos projetos dizem realizar algum tipo de avaliação, porém, esses dados não são sistematizados e publicados, devido à falta de recursos financeiros e humanos, assim como, a não preocupação com essa questão por parte das ações, por ser uma prática que ainda está se estruturando no Brasil e no mundo, acaba sendo um problema em diversos países (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; CEPIA, 2016; GELDSCHLÄGER et al., 2010).

Nas narrativas coletadas, o panorama é o mesmo, existem diversas formas de avaliação e monitoramento, mas não existe a sistematização e a publicação dos dados que são coletados, apenas a apresentação de relatórios de presença e ausência aos órgãos judiciais com os quais existem termo de cooperação, e informações informais sobre

reincidência ou não dos homens que participaram dos grupos, algo que também foi encontrado na pesquisa de CEPIA (2016).

> [...] esse momento da avaliação qualitativa de todos que terminam, né, que a gente faz mais ou menos prolongadamente na frente do grupo, ele tem um papel fundamental de quebrar resistência de quem tá chegando. Aí, a gente faz essa avaliação, gostaríamos de conseguir fazer avaliações de acompanhamento periódico em grupos focais um ano depois, dois anos depois, mas aí é outra coisa que esbarra no financiamento. [...] estamos implementando, já implementamos formulários, questionário inicial e também estamos para implementar nos próximos grupos um questionário final para a gente poder, também, fazer uma análise comparativa. (FELIPE).

> [...] depois desse processo ele passa por uma entrevista final, um encerramento, que pode ser isso uma, duas entrevistas, [...] e a gente faz um relatório sobre a participação dele no serviço para o judiciário, enfim, se ele cumpriu, não cumpriu, a nossa percepção [...]. Lá no meu núcleo a gente vinha desenvolvendo protocolo de Follow-Up, depois de seis meses fazia contato de novo com esse homem e, enfim, convidava para uma entrevista e ver como é que ele vem lidando com os temas que a gente trabalhava, se aquilo que a gente, né, trabalhou tem uma retenção disso, se não tem, se tem novas situações de violência, [...] acho que essa é uma das fragilidades ainda do nosso serviço, conseguir de fato fazer, articular com pesquisa mesmo, [...] e comprovar com resultados o que a gente está fazendo, mas a gente não conseguiu isso ainda. (KATIA).

> [...] o homem faz uma certa avaliação quando ele termina o processo, né, quando ele tá terminando, no 22º encontro, ele faz uma auto avaliação dele, fala como foi para ele, e aí os facilitadores e os outros homens também falam o que acharam dele também. Então a gente faz um pouco desse processo de avaliação falado, né, uma avaliação falada. [...] E tem um questionário que a gente passa, a gente passa dois questionários para eles, quando entra e quando saí [...]. Os três últimos encontros a gente faz eles de quatro em quatro meses [...]. (FLÁVIO).

Essas narrativas exemplificam o que foi apontado anteriormente, não existe a sistematização dos dados, como apontou Felipe, devido à falta de pessoas para atuarem nessa área, o que ocorre por não terem recursos financeiros. Concordamos com Beiras e Bronz (2016) que a inexistência de diretrizes para construção, realização e manutenção dos grupos é um dos fatores para que não se tenha este tipo de trabalho, isso fica exemplificado nas "Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor" (BRASIL, 2011) e no "Guia teórico sobre os grupos para autores de violência doméstica" (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, 2020b), que apresentam a importância de se ter métodos avaliativos nos grupos, que demonstrem a

eficácia de tais ações, mas não se aprofundam ou apresentam como podem ser realizadas as avaliações, deixando um vácuo nesse sentido.

Beiras e Bronz (2016) apresentam maneiras de como avaliações e monitoramentos poderiam ser realizadas nos grupos com HAV, através da coleta de dados no início e ao final da participação sobre a percepção dos homens acerca de relações de gêneros, das situações de violências e vivências que tenham ligação com as violências cometidas, além da realização de um grupo focal, sendo facilitado por pessoas externas ao grupo, para que se possa realizar uma avaliação a respeito do grupo, facilitação e se os objetivos foram alcançados. O projeto de Flávio realiza algo muito próximo a essa ideia, com questionário inicial e final, e acompanhamento dos participantes pós-grupo por um ano, algo que não ocorre em grande parte dos grupos.

O projeto de Cristina ainda não tem definido como irão realizar as avaliações, algo que está em discussão. Com Gabriel, existe a aplicação de questionários no início, no meio e ao final da participação dos homens nos grupos, além do acompanhamento por amostragem dos participantes após conclusão do grupo. Na narrativa de Kátia, podemos ver que existe o reconhecimento de que era uma falha não organizarem as informações de maneira que pudesse avaliar cientificamente a eficácia do trabalho que realizavam. O monitoramento e a avaliação dos homens que participaram dos grupos são importantes para que se possa demonstrar a eficácia dos projetos ao Estado e a sociedade, para isso é preciso que os dados coletados sejam sistematizados e publicados (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Em relação ao trabalho com mulheres, apenas duas pessoas narraram que realizavam intervenções com as mulheres em situação de violência (sofreram/sofrem, presenciaram/presenciam e/ou praticaram/praticam), na pesquisa de Beiras (2014) mais da metade dos projetos mapeados apontaram realizar atendimentos com as mulheres,

crianças ou famílias. Gabriel apontou ser importante o trabalho com as mulheres, mas que não era possível por questões estruturais do projeto. As dificuldades em manter os grupos com HAV também pode ser justificativa para não existir o trabalho em paralelo com as mulheres, crianças ou famílias, pois existe a falta de recursos que limitam as ações, como apontado por Felipe.

No mapeamento dos grupos de HAV na América Latina, organizado por Maria Juracy Filgueiras Toneli, Mara Coelho de Souza Lago, Adriano Beiras e Danilo de Assis Climaco, pôde-se perceber que algumas iniciativas tinham como referência os grupos de *Coriac* do México. Em nossa pesquisa o Instituto Noos é tido como referência para o trabalho coordenado por Cristina, mas foi também importante para a entrada de Flávio e Gabriel nas ações voltadas aos HAV, e pudemos ver nas narrativas que é uma instituição tida como referência no Brasil. Felipe colocou que não tiveram uma referência teórico-metodológica quando passaram a realizar os grupos, porque a organização em que atua iniciou os trabalhos na área antes da Lei Maria da Penha, sendo uma das pioneiras também no país, mas que estudaram as iniciativas da Espanha e Canadá para estruturar o projeto, em relação ao número de encontros e temas. Apesar de Flávio ter iniciado sua atuação a partir de um workshop do Instituto Noos, apontou que a base dos grupos que coordenou foi tirada do grupo *CANTERA* de Nicarágua.

No Brasil, o Instituto Noos, que iniciou no Rio de Janeiro e atualmente está em São Paulo, é referência no assunto e é uma das instituições que mais produz materiais sobre grupos com HAV no país, como "Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero: metodologia" (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004) e "Metodologia de grupos reflexivos de gênero" (BEIRAS; BRONZ, 2016), servindo de base para a produção de diretrizes e cartilhas, como as construídas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2020a, 2020b).

O que não tínhamos de cartilha ou recomendações era em relação aos grupos com HAV de maneira remota, mas isso mudou. O ano de 2020 foi marcado pela Covid-19 e o distanciamento físico, o que levou muitos projetos serem paralisados e alguns retomados de maneira remota. Felipe e *Psicólogo Militante* apontaram que antes da pandemia já haviam encerrado os últimos grupos, no caso do primeiro a transferência de verba para o combate a pandemia ajudou para que o acordo com o Tribunal de Justiça do estado fosse finalizado, e os grupos coordenados pelo *Psicólogo Militante* já tinham sido paralisados ao final de 2019 como forma de enfrentamento ao não financiamento do projeto pela gestão pública. Cláudia colocou que paralisaram o projeto devido à pandemia, pois o local em que atua foi fechado para atendimento ao público, passando a trabalhar de maneira remota. Kátia não estava mais atuando com os grupos e não soube informar o que ocorreu com as restrições que a Covid-19 gerou.

> Isso, a gente fez o último presencial em março, foi no dia 10 de março, aí a gente se isolou, né, a pandemia, em abril a gente, eu fiz uma conversa com a juíza, se a juíza, em uma proposta da gente testar, vamos testar a ferramenta, vamos ver se o efeito é bom, e aí a gente fez o teste, avaliou e achamos que valia a pena, começamos com um grupo, depois fizemos dois e agora temos três grupos online, funcionando desde abril. (FLÁVIO).

> Nós fizemos discussões, nós mantivemos as discussões de supervisão durante a pandemia, desde o início, então continuamos reunidos de forma online, discutindo textos, pensando em metodologias, pensando em ajustes, e passamos a fazer novamente as ações entre junho e julho do ano. Então a partir dali a gente começou a fazer grupo novamente. (CRISTINA).

Como pode ser percebido nas narrativas com a pandemia de Covid-19, os grupos foram interrompidos em um primeiro momento, e depois retomados de maneira remota, após um período de adaptação, o mesmo ocorreu com o projeto de Gabriel, que reiniciou de forma *online* em dezembro. Muitas coisas precisaram ser revistas ao longo de 2020 e a execução dos grupos também, Flávio apontou que tiveram que alterar o formato dos encontros, que antes da pandemia ocorriam com a apresentação do tema do dia a partir de alguma dinâmica, e depois os homens eram divididos em grupos menores para

execução de uma tarefa e retornavam ao grupo maior para discussão e fechamento, porém no formato remoto não existe essa divisão e as dinâmicas precisaram ser adaptadas. Cristina narrou que no formato *online* o número de participantes foi alterado, que antes era até 20 e no remoto são no máximo cinco pessoas.

> Suspenso [na pandemia], porque vou te falar, as pessoas podem falar, ah, mas faz por igual a gente está fazendo hoje, por videoconferência, sabe qual é minha dificuldade, já tive pessoas no grupo que não sabiam escrever o próprio nome, então ele assinava a folha de chamada com o dedão, certo, com tinta, né, [...] e aqui é uma região muito pobre. (CLÁUDIA).

> [...] a gente percebeu de momento é que tem homens que sentem mais à vontade de falar questões pessoais e refletir nesse aspecto de estar mediado por uma, por computador, as relações mediadas pelo computador, pelo distanciamento que existe, assim, ao mesmo tempo houve uma necessidade de interação social a partir das problemáticas que estão vivenciando, então viram esse espaço como espaço que eles podiam refletir, por outro lado também tem outros problemas de conexão, de desigualdade de conexão, de não conseguir lugar com privacidade para isso, e de redefinição de acordo de convivência, de regras e etiquetas no formato digital, então tem uma diversidade de variáveis [...]. (CRISTINA).

Nessas duas narrativas podemos ver a dificuldade no trabalho remoto e o quanto a pandemia de Covid-19 escancarou as desigualdades sociais, para muitas pessoas o acesso as tecnologias de informação era algo rotineiro antes das medidas de isolamento social, porém não tínhamos conhecimento, ou melhor, não era visível a disparidade de acesso à internet como ocorreu com a mudança das atividades rotineiras para o formato remoto/online. Segundo pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2020) 28% dos domicílios no país não têm acesso à internet, 26% das/dos brasileiras/brasileiros não acessavam a internet em 2019, e existe uma grande desigualdade no acesso entre as classes A, D e, evidenciando o que foi vivenciado por Cristina e Flávio, e apontado por Cláudia.

Além da não possibilidade de acesso, se tem também como dificuldade a instabilidade das conexões, fazendo com que algumas pessoas não consigam uma conexão estável, sem perda do sinal e/ou com boa qualidade para acessar vídeochamada,

e também, a questão de espaço físico, alguns homens não tinham em suas casas um cômodo que pudessem ter privacidade para participarem dos encontros, esses problemas podem afetar na participação e engajamento dos homens com o grupo, podendo servir como justificativa para a não participação ativa, então é preciso que as/os facilitadoras/facilitadores estejam atentas/atentos a essas questões nos grupos remotos (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020).

Por outro lado, como narrado por Cristina e Flávio, os encontros de maneira remota propiciaram maior participação dos homens, o intermédio dos aparelhos eletrônicos fez com que muitos sentissem mais liberdade para falar, o que também foi encontrado por Beiras, Bronz e Schneider (2020). Flávio também percebeu que a realização dos encontros *online* permitiu que os participantes e facilitadores pudessem estar mais tempo em casa, não precisando gastar o tempo no trânsito para irem até o grupo, o que foi visto como algo positivo. O que ocorreu também no projeto de grupos sobre masculinidades do MEMOH, a realização em plataformas virtuais fez com que pessoas de diferentes localidades pudessem participar; número de inscritos para novas turmas aumentasse e que tivessem menos desistência em relação ao horário de término dos encontros, pois de maneira presencial muitos participantes chegavam em suas casas depois das 22:00 horas, no formato *online* o tempo de deslocamento não existe, então gera menos dificuldades para a participação (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020).

A pandemia de Covid-19 fez com que a rotina e a vida das pessoas fossem modificadas, levando as atividades a terem que ser exercidas em casa, o trabalho remoto virou necessidade, e as violências contra as mulheres e meninas aumentaram em todo o mundo segundo dados da ONU[49]. Com isso iniciativas foram feitas para diminuir esses

[49] Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

dados, uma delas foi um documento elaborado pela Associação Conexus – Atenção, Formação e Investigação Psicossociais e *Generalitat Catalunya* (Barcelona, Espanha), que foi traduzido e adaptado para o português pelo Professor Doutor Adriano Beiras (Departamento de Psicologia/UFSC, Núcleo Margens) e pela Professora Doutora Luciana Zucco (Departamento de Serviço Social/UFSC, Núcleo Nusserge), em parceria com o Instituto Noos, nomeado "Recomendações para homens com antecedentes de violência contra mulheres durante o isolamento"[50].

O documento apresenta algumas sensações negativas que podem ser sentidas por todas/todos nós devido à pandemia de Covid-19 e o que pode ser feito para amenizar essas emoções, como se manter bem-informado, tomar cuidado com saúde física e mental, procurar coisas prazerosas para se fazer, buscar olhar para si e quando necessário procurar profissionais, conversar com outras pessoas sobre o que tem sentido, entre outras recomendações. Em seguida, a carta passa a ser direcionada as pessoas que tem histórico de violência, ou pensamentos que podem terminar em ações violentas, então são apresentadas maneiras de identificar momentos, sentimentos e pensamentos anteriores a um ato violento, sejam sinais físicos, mentais ou emocionais, e o que pode ser feito para que não culminem em alguma violência, como sair de casa por algum tempo, não utilizar qualquer tipo de droga, conversar com alguma pessoa, e outras formas de controle, e quando controlado buscar ajuda profissional. São técnicas que devem ser utilizadas em momentos de emergência, atípicos, não devem ser substitutos aos grupos, ou a busca por profissionais.

Também tivemos ao final de 2020 a publicação de um artigo com apontamentos importantes para adaptação dos grupos sobre masculinidades e com HAV para o formato

[50] Disponível em: <https://margens.paginas.ufsc.br/files/2020/06/RECOMENDA%C3%87%C3%95ES-PARA-HAV-DURANTE-O-ISOLAMENTO-COVID-19.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

remoto de autoria de Adriano Beiras, Alan Bronz e Pedro de Figueiredo Schneider (2020). O principal apontamento é que os grupos mantenham a base teórica a partir dos Estudos de Gêneros, Feministas e Masculinidades, assim como, os objetivos ampliados de discussão das relações de poder, desigualdades de gêneros, combate as violências contra as mulheres, responsabilização, entre outros, para que continue ocorrendo reflexões. Nos grupos virtuais uma primeira discussão sobre o funcionamento do grupo é importante, sendo feita de maneira democrática e ética, pois alguns acordos sobre etiqueta e organização dos encontros devem ser feitos, criando um ambiente colaborativo. Esse artigo teve como base a experiência dos três autores com grupos em formato remoto ao longo de 2020, e ao final apontam a necessidade de troca de conhecimento entre iniciativas nacionais e internacionais para que se possam aprimorar essas ações, buscando enfrentar as dificuldades encontradas, como o acesso a todos/todas com qualidade, e a ampliação das potencialidades que esse "novo" formato permite. Como apontam bem os autores, essa é uma questão nova para todas/todos, então é preciso que pesquisas sejam feitas e que exista a troca de dados e informações entre os projetos (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020).

Atuar em grupos com HAV, remotos ou presenciais, produz novos agenciamentos, novas percepções de mundo, pelas vivências nos grupos, e/ou devido ao aprofundamento em questões de gêneros, como apontam as narrativas. Isso porque estamos sempre em processo, em construção de nossa subjetividade, atravessados por diversas linhas a cada encontro (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

> [...] o grupo contribuiu pessoalmente para mim para ter uma, eu não sei se eu posso dizer em termos assim, né, mas ter uma masculinidade mais saudável, em compreender as questões de gênero, e primeiro o grupo me ajudou a ver onde eu errava antes, então o grupo me auxiliou a refletir sobre o meu papel enquanto homem na sociedade, e como eu vou expressar minha masculinidade, uma forma que eu não venha a ferir ninguém de nenhuma forma. (CLÁUDIA). Então para mim hoje, né, o trabalho com homens foi um trabalho para que eu me humaniza-se, e ter e construir um olhar em cima de um fenômeno que é mundial. Então eu acho que fazer esse trabalho com os homens para mim foi

> um, acho que foi um aprendizado e ainda está sendo aprendizado. Eu trabalho com clínica, né, com psicologia clínica, então eu enxergo hoje assim, quando eu tô escutando, né, alguma pessoa, né, que se identifica como homem, etc, etc, você vê o viés do machismo, você vê a estrutura do machismo presente no discurso, presente nos comportamentos, acho que antes de estar com os homens talvez eu não conseguiria ter essa percepção que hoje eu tenho, então pra mim falo que é uma troca. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).
>
> O grupo interfere porque a todo momento tenho que falar para os homens, mas também estou falando para mim, então no momento em que eu faço uma palestra eu também me coloco como o principal ouvinte dessas situações, desses sistemas que falei. A primeira coisa que penso é como eu me comporto também em relação a cada um desses temas, a cada uma dessas sessões eu tenho que também olhar para a minha própria postura. (GABRIEL).
>
> Atuação com homens, com os grupos reflexivos me faz estar em constante reflexão sobre quais são os modos de vida que eu permito que existam ao meu redor, quais os tipos de masculinidade que eu o permito que existam homens ao meu redor, e também que eu possa me expressar e qual a pluralidade de possibilidades de masculino que eu tenho, né, de produção de subjetividades, então me faz revisar o tempo todo que ações que eu estou fazendo, quando e como eu estou sendo machista, porque, é como eu posso revisar essas questões e as relações e o grau de empatia constante, exercício de empatia com as vivências das mulheres e de corpos entendidos como femininos dentro da sociedade que acaba tendo outras problemáticas diferentes da minha. (CRISTINA).

Essas narrativas demonstram o quanto estar com a/o outra/outro nos atravessa, nos constrói, produz novas maneiras de estar no mundo, nesses encontros é possível a transformação do eu não só para os HAV, mas também para as/os facilitadoras/facilitadores, porque ao estar no grupo também revisitam suas próprias questões em relação aos gêneros, as violências, e tantas outras questões, por isso é necessário o cuidado de si apontado por Salas (BEIRAS, 2010a), para que essas experiências, atravessamentos possam ser amenizados e que a/o facilitadora/facilitador não atue de maneira defensiva ou agressiva com algum participante ou grupo (BILLAND; MOLINIER, 2017).

Estudar questões de gêneros e atuar com estas, principalmente, envolvendo violências contra as mulheres irá afetar diretamente qualquer pessoa, pois produz novos olhares sobre a vida, em relação a própria constituição subjetiva, desconstruindo regimes de verdade que nos aprisionam, que produzem normas identitárias, olhar a/o outra/outro

com os óculos dos Estudos de Gêneros, Feministas e Masculinidades fazem com que tenhamos outras perspectivas sobre a vida, e a performatividade dos gêneros (BUTLER, 2019).

10.9 Abordagens teóricas e olhares para as violências contra as mulheres

A abordagem teórica dos grupos e das/dos profissionais que atuam é importante para que os objetivos possam ser traçados e alcançados, pois dão sustentação ao enfoque utilizado e são as lentes da equipe para o mundo, principalmente, sobre os HAV contra as mulheres. Lima e Büchele (2011) apontaram duas linhas teóricas utilizadas nos grupos com HAV, uma individualizante, que busca no passado do sujeito a justificativa para que a violência tenha ocorrido, e a outra sociopolítica, que vai olhar para o tema a partir das relações de gêneros e poder, entendendo que as violências ocorrem a partir de todo processo social que ainda aponta o homem como dominante e dono da mulher, dando permissão para que utilize dessas ações para continuar no poder, como se fosse comportamentos "naturais" do masculino. Grande parte das narrativas apresentaram como referencial teórico dos grupos as teorias Feministas, de Masculinidades e Gêneros.

> São três bases fundamentais, primeira: estudos feministas e de gênero, segunda estudo grupal, que deve ser muito bem-feito, normalmente pessoas são muito displicentes com os estudos de teoria grupal, leram poucos autores de teoria grupal, e terceiro estudos de masculinidades. (FELIPE).

> Então, algumas linhas que a gente trabalha, a gente trabalha com a teoria de gênero da Joan Scott, a gente trabalha com as questões de masculinidade da Raewyn *Connell*e a gente trabalha a questão de ideologia, a gente usa um teórico de ideologia que é o John Thompson, e a gente trabalha com essa linha da ideologia. (FLÁVIO).

> [...] a base é o construcionismo social e as teorias feministas e teorias de masculinidades. Então ela tem uma visão mais pós-estruturalista de gênero, uma ideia de uma construção de gênero vinculada a performance, performatividade, normas de gêneros, toda proposta é de gênero pós-estruturalista [...]. (CRISTINA).

A base teórica de cinco, das sete narrativas, é de teóricas/teóricos e teorias de gêneros, feministas e de masculinidades, o que vai ao encontro do que é apontado como mais adequado para os grupos com HAV por diversas referências (ACOSTA; FILHO; BRONZ, 2004; BEIRAS; BRONZ, 2016; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; CEPIA, 2016). A adequação dessas teorias se dá por conta do olhar ampliado que permitem, não naturalizando os gêneros, pluralizando as masculinidades e não patologizando e/ou individualizando as violências contra as mulheres.

Os estudos de gêneros, partindo da ideia de Butler (2003), apresentam os gêneros enquanto atos performativos, construções discursivas a partir de regimes de verdade. Com esse entendimento acredita-se que não é na nomeação que se faz a identidade de gênero, mas nas relações, no contato com a/o outra/outro, com as normatizações e cristalizações. Assim podemos desnaturalizar a violência enquanto um comportamento masculino, e as relações de poder desiguais devido a uma superioridade masculina. As teorias de masculinidades pluralizaram as identidades masculinas, problematizando a ideia de uma masculinidade universal, normal e natural, entendendo que existem inúmeras possibilidades de performar os gêneros (CONNELL, 2000). Então se desfazem as cristalizações e padronizações do que é ser homem.

Então, nos grupos com HAV contra as mulheres é necessário que se problematize não apenas o processo de construção dos gêneros, mas principalmente, as masculinidades, as relações de poder, é preciso desconstruir o discurso social de dominação dos homens e submissão das mulheres, a heteronormatividade compulsória, a política identitária, pois são verdades construídas e que dão legitimidade para as violências contra as mulheres, crianças e pessoas LGBTQIA+, assim como, são fontes de aprisionamento dos corpos e desejos, limitando a vida.

O Construcionismo Social apontado por Cristina também é base para as propostas de ações do Instituto Noos, essa teoria tem como base a ideia de que a realidade é construída a partir da linguagem, com isso tudo que é tido como verdade deve ser questionada, pois existe uma pluralidade de imagens sobre um mesmo objeto, ou seja, a verdade não é dada, é construída nas relações sociais (BEIRAS; BRONZ, 2016). Apesar de não ter apontado como referencial teórico os Estudos de Gêneros, Feminismos e Masculinidades, o *Psicólogo Militante* indicou como base a Psicologia Social, a qual tende a ir de encontro com as teorias anteriores, em uma leitura social da realidade. As abordagens teóricas apontadas nas narrativas dão suporte para as/os entrevistadas/entrevistados analisarem as violências contra as mulheres.

> São reflexos de uma cultura patriarcal, heteronormativa, falocêntrica que traz para o processo de produção de subjetividades marcas de relações de poder, marca de relações hierárquicas e a violência aparece como um efeito disso, não acho que a violência tem a explicações no campo da psicopatologia, por mais que possa coincidir um caso ou outro, mas não acho que essa é questão, eu acho que é um reflexo do sistema heteronormativo, de gênero, dos seus binarismos, das suas tenções, dos seus lugares de dominação, de poder e aí violência aparece fundamentalmente como reflexo disso, para mim a principal causa é essa. (FELIPE).

> Então, eu entendo que a violência contra mulher, como eu falei antes, é uma questão social questão estrutural e a nossa sociedade é estruturalmente ainda patriarcal, machista, acho que isso tá mais latente, ou mais evidenciado na violência física, psicológica, na violência doméstica, mas isso está presente, enfim, simbolicamente, psicologicamente em inúmeros contextos, inúmeras formas de violência contra mulher, né, no trabalho, na economia, mulheres recebem menos do que homens nas mesmas funções, mas enfim, esse universo então que existe em nosso país de desigualdade. [...] violência não é uma questão individual, a violência é uma questão social, estrutural, então a gente não trabalha com a individualização, né, da violência, como uma problemática daquele homem específico [...]. (KATIA).

> [...] entender e sentir que é um ser humano que está ali, que foi colonizado por um discurso de toda uma sociedade, que não dá para falar, olha, vai embora, não, não dá para fazer isso, é uma pessoa que também tem direitos, [...] o homem autor de violência ele é a materialidade de uma sociedade que fabricou esse homem para ele ser assim, para ele se construir assim [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

> Então eu sempre coloco essas violências como uma forma de manutenção da dominação masculina, as violências ocorrem muito nessa ideia de posse que os homens tem das mulheres, de acreditar que sejam donos das mulheres, e esse exercício de tentar, que a gente tem esses privilégios e vantagens, de tentar manter, né, de tentar manter esses privilégios e essas vantagens sobre as mulheres, muitas vezes utilizando da violência para isso, numa situação de

> poder, né, que está envolvido nisso é que a sociedade nossa dá mais poder para os homens, um poder simbólico muitas vezes, e é um poder que leva, toda vez que você desiguala o poder você pode criar uma situação de violência [...]. (FLÁVIO).

> [...] a violência ela passa a ser uma forma de resolução de conflitos, [...] uma forma naturalizada de expressão de masculinidade, então por isso uma prevalência da construção social de masculinidade da nossa sociedade, precisamos revisar que não é só essa forma que existe de masculino, de ser homem, então elas acontecem por uma desigualdade das relações de poder, um exercício de dominação masculina, também, quando você pensa no âmbito da violência de gênero, enfim, precisa ser considerado esse eixo de poder, de dominação, isso são pontos importantes para a gente considerar o que é violência. (CRISTINA).

O que podemos ver nessas narrativas é o encontro entre o referencial teórico e o olhar para a violência, todas/todos essas/esses participantes, juntamente com Gabriel, apontaram realizar leituras de teorias de gêneros, masculinidades e feministas, e/ou da Psicologia Social, o que reflete em como entendem as violências contra as mulheres, uma problemática social, construída a partir dos discursos de verdades existentes em nossa sociedade, que colocam o masculino enquanto dominante e todas as outras identidades de gêneros e sexualidades como submissas, assim, dando permissão para que exerçam as violências como maneira de perpetuar as relações de poder existentes (BANDEIRA, 2017), o que foi encontrado nos discursos analisados por Beiras et al. (2020), nos quais os homens tendem a naturalizar as violências, como se fossem comportamentos típicos da identidade masculina, por serem mais fortes fisicamente.

As narrativas vão ao encontro do que pontuou Bandeira (2017): as violências contra as mulheres ocorrem por vivenciarmos uma sociedade patriarcal e machista, servindo para que as relações de poder entre os gêneros sejam mantidas, servindo para que a qualquer sinal de perda de seu "direito" sejam utilizadas para disciplinar e manter tal ordem. Essa ideia também pode ser utilizada para discutir as violências contra pessoas LGBTQIA+, as quais são resultados de uma série de questões, mas entre elas está a perda de privilégios, a necessidade de manter essas pessoas no lugar de "anormais",

“pecaminosas”, ou seja, se dão por conta da manutenção do poder na hierarquia social, muito bem apontada por Rubin (1989) em sua “pirâmide erótica”, e no caso das masculinidades a homofobia é utilizada para que se mantenha o distanciamento com tudo que é feminino, evidenciando assim as desigualdades e diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres (WELZER-LANG, 2001). Outro olhar sobre a violência é de maneira mais psicologizante, individualizante, que foi narrado por Cláudia:

> Eu particularmente vejo, eu vejo da minha leitura de como eu trabalho aqui, que elas são um efeito colateral do desenvolvimento e da criação, criação em termos de criar um filho, então a violência doméstica ela é o efeito colateral da maneira como nós criamos as nossas filhas, de como nós criamos nossos homens, de como que a gente espera o que a gente espera dos nossos homens [...]. (CLÁUDIA)

Essa visão é apontada por Lima e Büchele (2011) como uma abordagem individual e psicológica, a qual revisa a vida do sujeito para compreender a violência cometida. Cláudia atua a partir da Teoria Cognitivo-Comportamental de Beck, então essa visão sobre a violência está em conformidade com sua base teórica, que entende a violência como “[...] um problema dos pensamentos, crenças e condutas das pessoas mais do que uma questão de poder e controle sobre [outra pessoa].” (ANTEZANA, 2012, p. 14). Esse olhar sobre as violências é comumente utilizado nos grupos na Europa (GELDSCHLÄGER et al., 2010), no Brasil foi pouco encontrado nos projetos com HAV (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019), uma problemática desse olhar para as violências estar na postura de poder da/do facilitadora/facilitador, que pode se colocar como detentora/detentor da verdade, construindo uma relação desigual de poder (ANTEZANA, 2012), outro ponto é a individualização, o não entendimento da violência como um produto social, que perpetua o desequilíbrio das relações de gêneros, assim a mudança que se pretende alcançar é limitada, não propiciando uma transformação da sociedade.

Tal olhar pode levar a estigmatização das pessoas que cometeram violências contra as mulheres, como já ocorre nas leis brasileiras (BANIN; BEIRAS, 2016). Esse pensamento, punitivo e individualizante, se dá muitas vezes pela construção dos HAV como “monstros”, “doentes” e/ou pessoas perigosas, inimigos sociais (FOUCAULT, 2002), como se não fizessem parte da sociedade, por isso o perigo de individualizar as violências, pois não se problematiza, não é levado em conta as relações desiguais de poder, as hierarquias de gêneros, que estão atreladas as violências. O mesmo ocorre com outros crimes, como o tráfico de drogas, não se problematiza as desigualdades sociais, a diferença gigantesca de renda e oportunidades entre as classes, apenas se culpabiliza a pessoa que cometeu o ato ilícito, desta forma, “os monstros” são os homens que cometeram violências contra as mulheres, não a revista que cultua a mulher como mãe, dona do lar, sem desejo sexual, passiva e que esteja dentro dos padrões de beleza impostos, por isso a mudança precisa ser social e cultural, não somente individual ou ao controle da raiva.

10.10 A Psicologia e os grupos com homens autores de violências contra as mulheres

Como ressaltamos em capítulos anteriores, ainda são poucas as pesquisas que relacionam a Psicologia com os grupos de HAV contra as mulheres, e essa junção é pouca ou mesmo invisível nos cursos de graduação em Psicologia, assim como, a Psicologia Jurídica, que vem ganhando maior visibilidade nos últimos tempos. Com isso temos profissionais atuando na interface com a justiça sem preparo, sem conhecimento a respeito do que pode ser feito e quais devem ser suas funções, muitas vezes servindo apenas aos interesses das/dos magistradas/magistrados, realizando avaliações psicológicas que subsidiam as tomadas de decisões destas/destes (ROVINSKI, 2009; SHINE, 2003). Isso ocorre devido ao processo de construção da Psicologia junto ao

Direito, mas temos visto a ampliação dessas atuações, com psicólogas/psicólogos problematizando as perícias e enxergando outras possibilidades de atuação, que envolvem direitos humanos e saúde mental (BRITO, 2012), não focadas/focados na normatização, enquadramento da vida (VICENTIN; OLIVEIRA, 2019), isso tem ocorrido pela ampliação das abordagens teóricas utilizadas nessa área, saindo do uso preferencial da Psicanálise e Teoria Cognitivo-Comportamental. Podemos perceber nas narrativas que a disciplina mais utilizada e que embasa as atuações junto aos grupos com HAV é a Psicologia Social.

> Certamente Psicologia Social, muito nessa interface de estudos de gênero e estudos de masculinidade, estudos de teoria grupal, eu sou psicanalista também, não digo que eu uso da psicanálise nas intervenções, mas digo que algo da psicanálise me ajuda para entender meu objeto de intervenção, na medida em que me ajuda a entender as identidades masculinas, mas enquanto ferramenta de intervenção, né, é a Psicologia Social. (FELIPE).

> Assim [a instituição] em si não tem um direcionamento de abordagem, qual é minha abordagem, eu sou Gestalt-terapeuta, mas lá eu não estava fazendo Gestalt-terapia, como tem outros profissionais lá de outras área, então eu, assim, lá eu estou trabalhando com psicologia social, trabalhando com condução de grupo, então também é a minha experiência e formação clínica como terapeuta de grupos me ajudou muito a conduzir os grupos, mas é isso, lá não estou fazendo clínica, então a gente não trabalha com Psicologia Clínica, então estamos trabalhando com uma perspectiva de psicologia social, e principalmente com uma perspectiva de gênero, que não é uma linha da psicologia, mas enfim, talvez seja o eixo em comum. (KATIA).

> [...] nós trabalhamos com Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Jurídica, e a Psicologia Clínica que está sensível e vinculada ao social, que essas terapias pós-modernas, Psicologia Social e Saúde, voltada para o âmbito pós-moderno, que trabalha com pós-estruturalismo, que trabalha com a ideia com o Construcionismo Social, das terapias familiares sistêmicas contemporâneas, terapias narrativas e de reflexão e colaborativa, que produzem a ideia da comunicação não violenta, que também trabalha com a ideia de produção do diálogo e da colaboração. (CRISTINA).

Apesar de algumas/alguns participantes terem formações e especializações em outras teorias, as narrativas apontam que a Psicologia Social é a ferramenta mais utilizada nas atuações com os grupos de HAV, como colocou o *Psicólogo Militante* "[...] não é terapia, então enquanto metodologia e teoria a gente se baseava na Psicologia Social Comunitária [...].". Entre as sete narrativas coletadas nessa pesquisa, em cinco se observa

essa teoria como disciplina de suporte, isso pode ocorrer devido a Psicologia Social se alinhar aos estudos de gêneros, feministas e masculinidades, não tendo uma visão individualizante sobre a vida, entendendo que somos sujeitos psicossociais (LANE, 2004).

> O exercício da Psicologia Social tem uma atuação que "valoriza a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana" (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, 2008). Nesta direção, Bicalho (2005) propõe que uma das responsabilidades dos psicólogos seria firmar diversidade de subjetividades, com suas variadas conexões, de modo que seja revista a naturalidade dos objetos e sujeitos, produzindo um ambiente democrático que permite outras formas de estar no mundo. (NOBREGA et al., 2018, p. 152).

Essa citação exemplifica e justifica o motivo da Psicologia Social ser a principal disciplina psicológica utilizada junto aos grupos de HAV dentro das narrativas coletadas. Ela dá subsídios para que as/os profissionais de Psicologia atuem não individualizando e/ou patologizando as violências contra as mulheres, que interpretem essa problemática de maneira múltipla, não apontando uma ou outra variável como responsável, assim possibilitando enxergar as relações de poder existentes nessas crenças e comportamentos, assim como, os regimes de verdade que limitam e cristalizam a vida (BEIRAS; CARDOSO, 2020).

O suporte dado pela Psicologia Social se alinha com o que o foi narrado por essas/esses cinco participantes em relação ao enfoque e objetivos dos grupos, que seria a responsabilização, combate as violências contra as mulheres, reflexão sobre masculinidades e relações de gêneros, discussão sobre relações de poder, e também, vai ao encontro do que apontaram sobre o uso das violências como recurso para manutenção das hierarquias de gêneros e poder, ocorrendo a partir da construção social, histórica e cultural. Então não é surpresa que essa abordagem da Psicologia tenha sido apontada pela maioria das/dos participantes. Cristina colocou também o uso da Psicologia Social Jurídica, que pode ser definida como:

> A Psicologia Social Jurídica representa um campo interdisciplinar entre a Psicologia Social e o Direito, sendo responsável pela observação das normas jurídicas estatais que são garantidoras de direitos. A observância da relação entre o sujeito (indivíduo ou grupo) com as normas jurídicas criadas pelo Estado que regulam os comportamentos permite vislumbrar formas de intersecção entre Psicologia e Direito. Pretende-se ampliar a concepção da Psicologia Jurídica, abordando o diálogo da Psicologia na segurança pública a partir de um viés que não se reduz à repressão, e nem mesmo à judicialização. Dentro desse contexto jurídico, o psicólogo deve "estar sempre atento para a vinculação da psicologia com os mecanismos de ordenamento social, com as subjetividades que o próprio saber psicológico ajuda a naturalizar" (Bicalho, Kastrup & Reishoffer, 2012). (NOBREGA et al., 2018, p. 152-153). (CRISTINA)

Como apontou Foucault (2002) o sistema de justiça há muito tempo disciplina os corpos, construindo regimes de verdade, que servem para controle da população, dos corpos e desejos. E a Psicologia é uma das ciências utilizada como ferramenta da ortopedia social, principalmente na área jurídica, pois com suas avaliações constrói a ideia do normal *versus* anormal, correto *versus* errado, apto *versus* inapto, impondo a população como devem pensar, agir, desejar e se comportar, seja na avaliação psicológica para casos de adoção, disputa de guarda, exames criminológicos, entre outras. Então concordamos com o apontamento de que a Psicologia precisa se livrar do pensamento que só se atua na interface com a justiça através da perícia, as/os psicólogas/psicólogos precisam estar atentas/atentos para atuarem de maneira ética, política e emancipatória.

Por isso a crítica ao uso de teorias que individualizam e psicologizam as violências, como a Teoria Cognitivo-Comportamental, apontada por Cláudia como sua referência, porque podem fazer com que a/o profissional atue como detentora/detentor do saber e da verdade, impondo comportamentos e crenças que entende como corretos, simplificando o problema da violência a vivências passadas e/ou comportamentos e crenças disfuncionais aprendidas (ANTEZANA, 2012).

Como apontou Cristina, “[...] a Psicologia de Grupos, Psicologia vinculada a gênero, Psicologia e Estudos de Gêneros, Psicologia Social, Psicologia e Teorias de Grupos, Psicologias voltadas em um diálogo, Psicologia Crítica, Psicologia Social

Crítica, todas elas estão dentro do trabalho com homens.", ou seja, não estamos apontando somente a Psicologia Social como ferramenta para atuação nos grupos com HAV, pois existem outras abordagens psicológicas que podem também ter esse olhar ampliado para essa problemática, alinhando-se aos estudos de gêneros, sexualidades, feministas e de masculinidades, evidenciamos a abordagem social por ter sido apontada nas narrativas e nas diversas referências utilizadas (BEIRAS; BRONZ, 2016; BEIRAS; CARDOSO, 2020).

Em relação à Psicologia, para parte das pessoas entrevistadas essa pode ter papel fundamental na atuação com grupos de HAV, devido à base teórica sobre processos de subjetivação, manejo clínico e atuação com grupos que a graduação proporciona. Na revisão bibliográfica encontramos apenas dois documentos que apontam profissionais da Psicologia, junto a outras profissões, como preferenciais para atuarem com grupos de HAV (BRASIL, 2011; GRUPO 25, 2006), no mapeamento da América Latina não foi encontrada essa preocupação com a formação por parte das pessoas entrevistadas (TONELI et al., 2010c).

> O papel é total e absoluto, fundamental, né, porque a psicologia é a ciência que tem condições de formar metodologias de intervenção que levem em conta as subjetividades, que tem um preparo de manejo, né, clínico e grupal que é fundamental para que os objetivos sejam alcançados e que tenha as condições de estudar os processos de formações das identidades masculinas, e esse estudos, esse entendimento é fundamental para que o objetivo seja alcançado. (FELIPE).

> Então, eu acho que a psicologia é fundamental nesse serviço, assim o nosso serviço ele foi essencialmente construído por psicólogos, então a gente tem, enfim, esse olhar da Psicologia muito presente [...], como eu acho que a psicologia contribui, eu acho que ela contribui, e é importante para alcançar, porque ela traz essa especificidade do olhar da questão de gênero na subjetividade, sabe, para além dos papéis sociais, acho que a assistência social, enquanto formação mesmo, ela tendeu a ir mais para os papéis sociais, assim, para organização socioeconômica, estruturação social da família, das pessoas, né, e acho que a Psicologia traz esse olhar, bom, de como que as questões de gênero constrói a minha subjetividade, né, como que tem questões identitárias [...], esse olhar muito específico da psicologia, esse olhar mais profundo mesmo sobre as questões de gênero não só sobre os papéis sociais, mas como isso constrói desejos, comportamentos, crenças e a partir dessas crenças que a gente constrói comportamentos, né. Então eu acho que esse é um papel fundamental, eu acho que outro papel muito importante também, outro recurso

> que a Psicologia traz, que outras áreas não trazem, acho que é com a facilitação de grupos mesmo, de compreender a dinâmica de grupo, de compreender esse jogo que acontece mesmo, de projeções, de intervenção em grupo, de que como conduzir um grupo, que não é simples, grupos temáticos, grupos, enfim, como aprofundar as falas no grupo, acho que esse é um papel do psicólogo importante, que não é, não é clínico, mas que ele é de intervenção mesmo no processo grupal. (KATIA).
>
> A Psicologia ajuda porque a psicologia de grupos e dinâmicas de grupo auxilia a pensar o grupo, [...] e também a questão de uma espécie de abrir a palavra, né, porque na Psicologia de uma maneira geral, independente da linha, a gente abre a palavra para pessoa, né, então esse abrir a palavra é uma coisa muito da psicologia. (CLÁUDIA).
>
> [...] eu acho que é uma das vantagens de ter feito Psicologia é ter algumas ferramentas para fazer trabalho esse trabalho. [...] então são cinco psicólogos na equipe e cinco não psicólogos, e a gente vê diferença no olhar, né, acho que o psicólogo, o fato da faculdade de Psicologia a gente é muito centrado nisso do pensamento, de ouvir a pessoa, dessa escuta ativa, né, que a gente faz, então isso dá umas ferramentas para gente trabalhar com os homens melhor do que os outros facilitadores, acho, eu acho que a gente entra já com algumas vantagens, né, e essas ferramentas a gente usa assim, para criar o vínculo, você não julgar a pessoa, você aceitar incondicionalmente o que o cara coloca, então tudo isso acho que facilita para a gente ter uma atuação mais profunda. (FLÁVIO).

Podemos observar nas narrativas pontos que levam a se pensar em psicólogas/psicólogos como profissionais com habilidades/conhecimentos para atuarem junto aos grupos com HAV. Características e conhecimentos que apontamos ao longo de todo o trabalho como importantes para se atuar junto às ações, o entendimento dos gêneros como atos performativos e marcadores sociais, que produzem relações de poder desiguais (BUTLER, 2003), as identidades masculinas como plurais e sociais (CONNELL, 1995), o grupo como construção social, dispondo de diversas maneiras para ser trabalhado e gerido (AFONSO, 2002; ZIMERMAN, 1993). A graduação em Psicologia pode dar às/aos profissionais preparo para atuar nesta área, porém isso não exclui a necessidade de capacitação, já que esse tipo de atuação durante a formação ainda é raro ou mesmo inexistente.

Todavia, não se defende a exclusividade da atuação à Psicologia, por acreditarmos que outras profissões também tenham muito a contribuir na área, então este trabalho, como tantas outras funções na interface com a justiça, deve ser

interdisciplinar/transdisciplinar, fruto de conhecimentos e práticas múltiplas (VICENTIN; OLIVEIRA, 2019). O que apontamos é que os projetos com HAV devem ser locais em que a Psicologia precisa se inserir, estar presente; pois com os conhecimentos na área social, de grupos e jurídica pode auxiliar para que essas ações alcancem seus objetivos, como apontou o *Psicólogo Militante*:

> Eu trabalho com clínica, [...] então eu enxergo hoje assim, quando eu tô escutando, né, alguma pessoa, né, que se identifica como homem, [...] você vê a estrutura do machismo presente no discurso presente nos comportamentos, acho que antes de estar com os homens talvez eu não conseguiria ter essa percepção.

A Psicologia tem muito a contribuir aos grupos com HAV, mas também pode ser construída, reconstruída junto a essa prática. A/O psicóloga/psicólogo por já estarem inseridas/inseridos em grande parte das instituições públicas de atendimento à população, como no CREAS, teria maior facilidade para propor tais ações, juntamente com Assistentes Sociais e outras/outros profissionais interessadas/interessados, como ocorreu com a equipe de referência do CREAS de Balneário Camboriú, a qual se posicionou para construção de atendimentos aos HAV contra as mulheres na instituição da assistência social do município ao observarem a demanda da população (BEIRAS; CARDOSO, 2020). Contudo, algumas ressalvas são importantes:

> O que eu procuro colocar um alerta é que a gente não traga visões individualistas para esse trabalho, Psicologia muito voltada para o contexto individual, mental e estritamente patológico ou psicopatológico, essa é uma crítica que faço na tese de doutorado, porque eu entendo que são problemas sociais amplos e complexos, então podemos considerar questões individuais, cognitivas, patológicas, mas não podemos centrar nisso, não é uma explicação única, violência e gênero são as categorias complexas, múltiplos fatores e vetores [...]. (CRISTINA).

> [...] o papel da Psicologia é deselitizar, o papel da psicologia é sair dessa construção histórica, clínica, elitista e se debruçar nas políticas públicas, que sejam de fato potentes, para uma outra sociedade, ou uma sociedade com é de fato que deveria ser, igualitária, com equidade. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

Essas também foram pontuadas por Gabriel, único entre as/os entrevistadas/entrevistados que não tinha graduação em Psicologia, “O papel da

psicologia, desnaturalizar a violência como doença, retirar as ideias que a violência contra mulher é um processo psicológico.". A/O psicóloga/psicólogo não deve atuar nos grupos de maneira clínica ou terapêutica, pois seria reduzir à violência a patologia, questão psicológica (ANTEZANA, 2012; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019). Então a Psicologia, representada por suas/seus profissionais, deve pluralizar, ampliar os olhares para a vida, para as problemáticas que nos atravessam diariamente, as violências contra as mulheres, a LGBTQIA+fobia, as desigualdades sociais, os racismos, discriminações, as vulnerabilizações da vida, enfrentando regimes de verdade que impõem o que se pode ou não fazer, desejar e falar. Necessitamos de psicólogas/psicólogos alinhadas/alinhados com os estudos de gêneros, feministas, masculinidades, raciais, mas que além disso estejam prontas/prontos para as batalhas, lutas, militando em favor da potencialização da vida, estremecendo e quebrando as linhas duras que limitam a vida das mulheres, que ainda as colocam como submissas, donas do lar, cuidadoras da casa e da família, passivas, fracas, impotentes, reféns dos desejos, pensamentos e comportamentos dos homens, desvalorizadas e desumanizadas. Que tenhamos Psicologias servindo de ferramenta para o empoderamento, equidade e luta.

10.11 Outras linhas potentes

Ao ouvir e reler as narrativas, diversas linhas nos atravessaram e as discussões foram sendo feitas, outras em suas especificidades, e potentes também devem ser problematizadas. A primeira foi apontada por Cláudia e *Psicólogo Militante* sobre a produção de ações em paralelo aos grupos com HAV contra as mulheres, com o intuito de prevenção e transformação social, "[...] tenho um grupo de educação em Direito que a gente vai às escolas, que a gente trabalha com pessoal do terceiro colegial, racismo, violência, machismo, etc [...]." (CLÁUDIA).

> [....] então nós tínhamos o eixo 1 que era o grupo reflexivo, o eixo 2 que era fazer o trabalho de prevenção à violência e aí o nosso objetivo era misturar homens e mulheres, não ser um grupo só de homens para homens, mas com intuito de psicoeducativo, aí a gente já muda a nossa metodologia, né, nossa conversa, não é um grupo reflexivo, é um grupo psicoeducativo, a gente começou esse eixo ano passado aqui na universidade pública, né, onde homens e mulheres e a gente teve crianças participando desse grupo [...]. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

Essas iniciativas têm como propósito a prevenção das violências, mas também a construção de uma sociedade mais igualitária, como já propunha o Instituto Noos, o qual construiu a metodologia para trabalhos com grupos reflexivos de gêneros para que fossem implantados em diversos locais e para diferentes grupos (mulheres, adolescentes, em escolas, empresas, e outras) (BEIRAS; BRONZ, 2016), assim fazendo parte de um conjunto de iniciativas para o fim das violências de gêneros e contra as mulheres, propondo mudanças sociais e culturais, desconstruindo hierarquias de gêneros e sociais, assim como, relações mais justas de poder (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Outro ponto que nos atravessou foi em relação à importância do alinhamento dos projetos com HAV e as universidades, para que estes possam ser atualizados e visibilizados, demonstrando a importância e o valor dessas iniciativas, para que assim possam ser valorizados e instituídos pelo poder público. Esse apontamento também é feito por Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), colocam que não se tem pesquisas de impacto, com desenhos rigorosos que demonstrem a eficácia dos grupos com HAV, o que acaba por dificultar que tenhamos a ampliação desses programas.

> [...] uma forma que eu encontrei de resistir foi publicar, né, publicar e tornar como conhecimento público e aí o que eu faço, encaminho artigos escritos, encaminho o capítulo de livro escrito no e-mail do judiciário, está acontecendo, o eixo 1 não está acontecendo, mas o eixo 2 está acontecendo e é isso, estamos com esses resultados, mas o eixo 1 não está acontecendo, né, não temos verba, mas né, a gente tá aqui com o eixo 2 acontecendo. E o eixo 3 do estudo e da pesquisa, então a gente cadastrou [o projeto] na universidade pública, ele tá cadastrado em grupo de biogeografia e geografia da saúde. (*PSICÓLOGO MILITANTE*).

A publicação cientifica foi uma maneira para tentar visibilizar o projeto com HAV e sua importância, mas também pode ser uma forma de buscar atualizar as metodologias e teorias dessas ações, como colocou Cristina "[...] a gente está em uma universidade, então nós precisamos produzir novas metodologias, pensar em inovação, produzir pesquisa de ponta sobre isso para auxiliar o trabalho de intervenção fora das universidades.". Em tempos de negação da ciência[51] e corte de verbas para pesquisa científica[52] estar na universidade é enfrentamento e resistência, como apontou o *Psicólogo Militante*, e por isso é necessário que continuemos produzindo pesquisas e trabalhando para demonstrar a importância das ciências, em especial, das ciências humanas, pois assim apresentamos o valor dessas práticas para a sociedade e pressionamos as/os gestoras/gestores políticas/políticos para maior investimento na pesquisa e construção de políticas públicas específicas para atuação com HAV. Por isso também a importância de se construir tecnologias para avaliação e monitoramento dos grupos, assim produzindo dados que podem, principalmente, em conjunto com as universidades serem sistematizados e publicados (BERIAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019; CEPIA, 2016).

Para finalizarmos as discussões desta pesquisa, trouxemos a fala do *Psicólogo Militante*, que nos trouxe uma narrativa que não foi ouvida/lida nas outras histórias, que diz respeito a facilitação dos grupos com HAV por pessoas que se definem como homossexuais.

> Então tinha grupos que eu identificava que os homens se incomodavam com minha presença e depois eles me falavam isso, então isso foi um dado que

[51] Disponível em: <http://adunicamp.org.br/novosite/negacao-da-ciencia-cresce-no-brasil-e-e-uma-ameaca-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.
Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-negacionismo-da-ciencia-compromete-o-futuro-do-brasil/>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.

[52] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.
Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.

> começou a me chamar a atenção. Esse rapaz mesmo, né, que ficou um tempo comigo na clínica, né, ele tinha uma questão que ele não conseguia conviver com um cara afeminado, ele era homofóbico, assim ele já disse, e ele foi entendendo que isso era uma perda de tempo, é o que ele dizia, os outros dois membros do grupo também eram gays, cis, são gays, eu me identifico como um homem gay, cis [...]. [Um participante perguntou] você é gay, eu falei assim, sou gay, aí ele falou assim, mas você então não é homem, eu falei olha, eu quero que você anote, já tinha acabado o grupo, quero que você anote todas as suas dúvidas porque isso com certeza tá acontecendo também no grupo essa dúvida.

Como apresentamos no capítulo sobre masculinidade, a homofobia é umas das linhas que atravessa a produção de subjetividades masculinas, uma violência com o intuito de se distanciar de tudo que é tido como feminino, e assim como as violências contra as mulheres, tem a finalidade de manutenção do poder, das relações desiguais entre os gêneros, assim como, para preservação da heteronormatividade (ANDRÊO et al., 2016). Algo que se apresenta nos discursos dos homens nos grupos (NOTHAFT, 2020), e ajuda a reafirmar a importância de se trabalhar com base nos estudos de gêneros, feministas e de masculinidades, pois deve se buscar a eliminação de todos os tipos de violências e relações de poder desiguais (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

A desconstrução da naturalização dos gêneros e sexualidades é importante para que não tenhamos discursos como os apresentados acima, os quais ainda unificam a genitália ao gênero e aos desejos e afetos sexuais, além de produzirem uma única masculinidade possível, heterossexual, violenta e dominante. Assim, os grupos com HAV se apresentam em conjunto a outras iniciativas para o combate as violências de gêneros, contra as mulheres e a uma sociedade machista, LGBTQIA+fóbica, misógina, racista, discriminatória e desigual, ampliando os olhares, produzindo relações mais afetivas e empáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia na interface com a Justiça não é uma área nova para mim, passei a conhecer e vivenciar esse campo prático e teórico a partir de 2010, momento em que realizei estágio extracurricular em uma penitenciária de regime fechado e no anexo de detenção provisória da cidade de Assis. A partir de então os livros e teorias de Foucault passaram a fazer parte do dia a dia, principalmente, "Vigiar e Punir" (1987), "A verdade e as formas jurídicas" (2002) e "Microfísica do Poder" (2007), por darem subsídio teórico para ter olhares problematizadores a respeito da realidade, e saindo dá ideia punitiva e do aprisionamento que é tão difundida em nosso país, ainda mais em tempos em que "Bandido bom é bandido morto" se torna lema de grande parte das/dos brasileiras/brasileiros.

Essa vivência possibilitou contato com uma área da Psicologia que não tinha como disciplina na graduação, algo que Rovinski (2009) e Brito (2012) apontam como realidade nos cursos de Psicologia no Brasil ainda falta disciplinas obrigatórias e/ou optativas que dêem suporte prático e teórico para as/os profissionais atuarem na interface com a Justiça, fazendo com que não se limitem no exercício profissional e/ou atuem de modo reducionista, em favor das normatizações, da criminalização, estigmatização e dos regimes de verdade. Precisamos que as/os profissionais de Psicologia e tantas outras ocupações possam pluralizar seus afazeres, que sejam em prol dos direitos humanos, do bem-estar físico e psicológico de todas as pessoas, e diminuição das desigualdades sociais, econômicas, de gêneros, racial, de cor e tantas outras.

O contato com as teorias de Foucault se deu inicialmente a partir da disciplina de Psicologia Social, o que mostrou a importância de olhar os processos sociais, principalmente, os regimes de verdade que são construídos nas práticas jurídicas, e como esses nos atravessam na produção de sujeitas/sujeitos e corpos dóceis e úteis. Essas

questões me levaram a problematizar sobre as pessoas que estavam presas por tráfico de drogas, quais foram suas vivências até o momento do aprisionamento, as linhas que as atravessavam para terem cometido tal ato infracional, entre várias; a de masculinidade nos saltou aos olhos, o fazer-se homem foi uma das variáveis que levaram algumas das pessoas entrevistadas a participarem do tráfico de drogas, pois estavam engessadas na ideia de apenas uma masculinidade possível, atravessadas pelo dispositivo de eficácia (ZANELLO, 2018), em que para se ter o título de "homem" precisa estar trabalhando e ser o provedor da casa, algo que não faziam antes de iniciarem/retornarem o/ao comércio de drogas ilícitas, então foi um primeiro momento em que as discussões sobre masculinidades nos atravessaram que tivemos contato com autoras/autores do tema (BORIS, 2011; CONNELL, 1995; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; WELZER-LANG, 2001).

Todavia, para saber olhar as entrevistas e enxergar as linhas de gêneros foi preciso antes passar por uma disciplina que nos apresentou os Estudos de Gêneros e Feministas (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2015; RUBIN, 1975, 1989), além de estágio específico que tinha como base essas teorias alinhadas aos filósofos da diferença (DELEUZE; GUATTARI, 1995, 1996). Essa base possibilitou observar as entrevistas da iniciação científica de forma mais ampliada, entendendo os gêneros enquanto uma linha no processo de subjetivação dessas pessoas, um marcador social que tem relação com nossas crenças, pensamentos e comportamentos.

Além da visão para a pesquisa científica, essa base teórica nos possibilitou olhar nossos próprios processos de subjetivação, como as masculinidades nos atravessavam/atravessam com seus regimes de verdade, olhando o quanto ao longo da vida nossos corpos, desejos, sensações e sentimentos foram moldados, construídos a partir da masculinidade hegemônica, cisheteronormativa, e dos dispositivos de

sexualidade e eficácia. Essas amarras, ainda presentes, se tornaram menos invisíveis e naturais com o contato que tivemos com as teorias de gêneros, feministas e de masculinidades.

Outro ponto que me atravessou antes de chegar ao doutorado foi a pesquisa de mestrado, a qual tinha como objetivo problematizar as atuações das/dos psicólogas/psicólogos nas instituições penitenciárias no estado de São Paulo. Como apontamos ao longo desse trabalho, a Psicologia Jurídica se construiu no Brasil a partir das avaliações psicológicas, principalmente, as realizadas em instituições prisionais (ROVINSKI, 2009), algo que se naturalizou como sendo única função das/dos psicólogas/psicólogos quando atuam nesse campo, eternizada pela Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984) que cita a Psicologia apenas quando se trata de exames criminológicos. E o que cartografamos nas entrevistas feitas com as/os profissionais é a perpetuação dessa ideia, a limitação do conhecimento psicológico para as avaliações. Algumas pessoas entrevistadas apresentaram possíveis fugas desse aprisionamento da Psicologia, através da atuação com grupos e projetos de leitura, e o enfretamento para que houvesse o tempo necessário para uma avaliação psicológica ampliada, não reducionista e limitada.

Esses foram alguns dos atravessamentos que nos fizeram chegar à discussão pensada nessa tese, primeiro a necessidade que ainda temos de mais trabalhos e pesquisas sobre a Psicologia na interface com a justiça, e que é preciso discutir e ampliar as possibilidades de atuações que as/os psicólogas/psicólogos podem ter ao estarem em instituições que tenham ligação com o sistema de justiça, seja nos fóruns, CREAS, nas penitenciárias, entre outras, produzindo atuações além das avaliações psicológicas, ampliando o olhar profissional. Em segundo lugar, a importância de se construir grupos com HAV contra as mulheres, pois o aprisionamento em massa não produz

transformação, mudanças sociais significativas, e é uma ferramenta mais utilizada para a criminalização da pobreza, então as ações com os homens podem ter esse efeito transformador, construindo novas vivências.

Terceiro ponto é que tenhamos mais discussões a respeito das masculinidades, questionando a respeito das problemáticas que são produzidas pelos regimes de verdade que atravessam as relações e as identidades de gêneros, demonstrando a importância das problematizações com os HAV contra as mulheres, pois estes não são "monstros", pessoas perigosas, pessoas infames, ou seja, são sujeitos esquecidos pela sociedade, invisíveis para a população, e mesmo que se tente colocar que não fazem parte do corpo social são produtos e produtores das relações sociais, as violências cometidas não são por questões individuais e/ou patológicas, mas pela produção de relações de poder desiguais, da dominação masculina, da crença de superioridade e poder do masculino sobre todas as outras identidades de gêneros.

Assim, discutir sobre os grupos com HAV contra as mulheres e sua interface com a Psicologia é importante para que possamos construir mais iniciativas e que essas tenham profissionais preparadas/preparados, atuando a favor da mudança social e cultural desses homens. Buscamos com esse trabalho e a partir das sete narrativas que foram contadas discutir como essas pessoas passaram a atuar juntos aos grupos com HAV, como esses se construíram, se organizam e estruturam, desde questões teóricas, metodológicas, até a parte financeira e humana, e, por fim, a relação dos conhecimentos psicológicos e da Psicologia com essas ações.

Podemos considerar que os projetos com HAV são importantes ferramentas para o combate as violências contra as mulheres, não substitutos, mas em parceria, como um dos elementos da rede de enfrentamento. Alinhados as discussões de gêneros, feministas e de masculinidades podem produzir mudanças nas crenças pensamentos e

comportamentos dos participantes, o que pode diminuir a reincidência e fazer com que esses homens sejam transformadores de suas realidades e das pessoas ao seu redor, algo que Nothaft (2020) verificou em relatos de mulheres que os companheiros estavam participando de grupos com HAV, mudança não só na relação conjugal, mas com as/os filhas/filhos e a família.

No entanto, é necessário que as/os facilitadoras/facilitadores tenham capacitações e treinamentos para atuarem com os grupos, além de terem revisitado suas próprias questões de gêneros, violências sofridas e cometidas, compreendendo assim seus limites, desconstruindo e desestabilizando linhas duras de gêneros, enraizadas em regimes de verdade. Essa preparação é necessária para que se tenham pessoas preparadas para atuarem junto aos HAV, não tendo olhar punitivo e estigmatizador, e que não se construa relações desiguais de poder, que a/o facilitadora/facilitador não se coloque enquanto detentora/detentor da verdade e do saber, como se o comportamento violento não as/os atravessasse; além disso, o cuidado de si é importante para que essas pessoas não adoeçam ao lidarem com os conteúdos que são expostos nos grupos. A capacitação com base em teorias de gêneros, feministas, de masculinidades, estudos de grupos, assim como, a apresentação dos princípios e as dinâmicas do grupo são importantes para que se tenham trabalhos reflexivos, que visem à discussão das relações de poder, as hierarquias de gêneros e a possibilidade de outras masculinidades, fazendo com que os homens tenham mais consciência de si e da/do outra/outro.

A construção de uma política pública específica pode fazer com que tenhamos profissionais preparadas/preparados para atuarem nos grupos, sendo capacitadas/capacitados, tendo recurso financeiro e estrutural para a construção e manutenção dessas iniciativas, e que se tenha diretrizes com recomendações para

construção dos grupos com critérios bem definidos, teóricos e metodológicos, fazendo com que essas iniciativas possam ter cada vez mais qualidade.

Consideramos, assim, que após o referencial teórico consultado, as narrativas ouvidas e lidas, e as discussões feitas nesse trabalho, que os grupos com HAV contra as mulheres precisam ter como perspectiva a reflexão, seja a partir das ideias de Pichon-Rivière, Tom Andersen, Paulo Freire e tantas/tantos outras/outros teóricas/teóricos, porque com esse enfoque é possível pensar em uma mudança ampliada, não só na não violência, mas na produção de uma sociedade mais igualitária. Tendo como base as Teorias de Gêneros, Feministas, de Masculinidades, e os estudos sobre grupos, por pensarem a realidade de maneira crítica, não naturalizada, determinista, cristalizada e acabada, assim entendo os HAV como parte das relações desiguais de poder e das hierarquias de gêneros, pensando as masculinidades enquanto atos performativos, que podem ser repensados, mudados, transformados a partir de uma visão ampla da vida. Os estudos sobre grupos são importantes para se pensar os processos, as dinâmicas e as relações existentes, compreendendo o grupo como uma nova organização, com seus princípios e funcionamento.

Os objetivos precisam estar alinhados a essas ideias, de combate as violências contra as mulheres e a reincidência, responsabilização, discussão das identidades masculinas e seus regimes de verdade, e as relações de poder e de gêneros existentes em nossa sociedade, que ainda permitem a dominação masculina e submissão feminina, naturalizando e retificando as violências. Assim, estando em aliança com as mulheres, na busca de uma sociedade mais justa, sem violências contra as mulheres e de gêneros.

Para alcançar esses objetivos, concordamos com os apontamentos de Beiras e Bronz (2016), que são necessários no mínimo dez encontros de até duas horas e meia, além de encontros iniciais para acolher os sujeitos, conhecer suas vivências, apresentar à

dinâmica e as regras do grupo, além de prepará-lo para a entrada no grupo. Essa postura permite que as principais variáveis das violências contra as mulheres, das masculinidades e relações de poder possam ser trabalhadas, além da construção de laço entre os participantes e destes com os grupos, assim construindo a possibilidade para a reflexão.

Acreditamos que a facilitação mista seja mais adequada para esse tipo de ação, pois traz a cada tema a possibilidade do olhar ampliado, a discussão sobre as relações de gêneros e poder, mesmo que de modo latente, fazendo com que já no grupo os homens possam construir outras possibilidades de relações com pessoas do gênero feminino. É importante que os grupos possam construir ferramentas para avaliação e monitoramento dos participantes e dos projetos, podendo ser via questionário/entrevista inicial e ao final da participação nos encontros, construção de grupos focais e/ou encontros periódicos com egressos para acompanhamento, ou outras possibilidades que possam existir e surgir a partir da realidade de cada projeto (BEIRAS; BRONZ, 2016).

A Psicologia tem espaço dentro dos grupos, a partir de suas abordagens teóricas, como a Psicologia Social e Psicologia de Grupos, assim como, os conhecimentos teóricos e práticos que podem ser construídos e desenvolvidos na graduação, escuta ativa, entender os processos de subjetivação como construtos psicossociais, assim compreendendo as linhas que atravessam e compõem as pessoas, interferindo em suas crenças e comportamentos. Com isso, consideramos que a Psicologia Social com base nas teorias de Gêneros, Feministas e Masculinidades, é a principal abordagem para atuação junto aos grupos com homens autores de violências contra as mulheres, pelos motivos já levantados na tese, principalmente, pelo seu olhar ampliado para a realidade e os processos de produção de subjetividades.

O que também contribui é que as/os psicólogas/psicólogos já fazerem parte das equipes de instituições públicas que tem possibilidade de receber tais grupos, como o

CREAS e os fóruns; os grupos com HAV são iniciativas que a Psicologia pode e deve "meter a colher", construindo seu espaço, mas não de maneira isolada, o trabalho multidisciplinar é importante, pois cada ciência/profissão tem seu olhar diferenciado para a mesma realidade. Mas que seja Psicologias alinhadas ao compromisso social, crítica, não individualizante ou psicologizante, que se mantenha crítica aos processos de normatização e cristalização da vida, limitando nossos corpos e desejos.

Ponderamos, após as narrativas ouvidas e lidas, que este tem sido um trabalho de resistência, enfrentamento, luta e paixão por aquelas/aqueles que o fazem, pois está muitas vezes indo contra a maré, lutando por mudanças em uma sociedade que tem admirado os machismos, naturalizado as violências e legitimado as relações de poder desiguais; além disso, algumas iniciativas sobrevivem sem financiamento, e reconhecimento por parte do Estado. Esperamos ter demonstrado a importância dos grupos com HAV no combate às violências contra as mulheres, das relações desiguais de poder e as hierarquias de gêneros, entendendo que devam fazer parte de uma rede de enfrentamento e não ações isoladas.

Que essa tese possa auxiliar a se pensar na Psicologia na interface com a Justiça com outros olhares, a busca pela efetivação dos direitos humanos, qualidade de vida e bem-estar a todas/todos, não só como sinônimo de avaliação psicológica, laudos e psicologização da vida. Que consigamos construir, em breve, uma profissão ainda mais alinhada aos direitos humanos, problematizadora dos marcadores sociais, dos regimes de verdade e das desigualdades de gêneros, sexualidades, raça, cor, etnia, econômica, social e tantas outras, e que possamos ver cada vez mais grupos com HAV contra as mulheres, mas que depois possam ser transformados em grupos sobre masculinidades, e com isso possamos ter pluralizado a vida, os desejos e não as violências.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, C.; ARCOVERDE, L. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. **G1 SP e GloboNews**, São Paulo, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/29/casos-de-feminicidio-aumentam-76percent-no-1o-trimestre-de-2019-em-sp-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-cai.ghtml>. Acessado em: 30 abr. 2019.

ACOSTA, F.; FILHO, A. A.; BRONZ, A. **Conversas homem a homem**: grupo reflexivo de gênero: metodologia. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

AFONSO, M. L. M (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo**: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

AFONSO, M. L. M.; COUTINHO, A. R. A. Metodologias de trabalho com grupos e sua utilização na área da saúde. In: AFONSO, M. L. M. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo**: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 59-84.

AGUIAR, L. H. M. de. **Gênero e masculinidades**: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. 2009. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALAPANIAN, S.; NÓBILE, C. S. R. Poder judiciário e direitos sociais. In: CONSTANTINO, E. P. (org.). **Psicologia, estado & políticas públicas.** Assis: UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", p. 109 - 126, 2010.

AMADO, R. M. O que fazer com os homens autores de violência contra as mulheres? Uma análise sobre os serviços destinados aos homens processados pela Lei Maria da Penha. In: BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (orgs.). **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017, p. 216 – 238.

ANDERSEN, T. **Processos reflexivos**. Rio de Janeiro: Instituto Noos: ITF, 2002.

ANDRADE, L. F. Grupos de homens e homens em grupo: novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, E. (coord). **Feminismos e Masculinidades**. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2013, p. 117-137.

ANDRÊO, C. et al. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estud. Pesqui. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 46-67, 2016.

ANTEZANA, A. P. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 9-27, abr., 2012.

ARAUJO, K. A. **Perspectivas feministas e de masculinidades**: o papel do Poder Judiciário na desconstrução da violência contra a mulher. 2016. 243 f. Dissertação (Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

ARAÚJO, S. A. Marta Inés Lucioni: Grupos Psicoeducativos de la Conducta Violenta, Buenos Aires-Argentina. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010, p. 159-167.

ARAÚJO, S. R. V. de. **Representações acerca da dinâmica de grupo em contexto de treinamento, desenvolvimento e educação (TD&E)** – inquietações. São Cristóvão, 2010. 113f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

ARBOIT, J. et al. Atenção à saúde de mulheres em situação de violência: desarticulação dos profissionais em rede. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 51, e03207, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100408&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2018. Epub 03-Abr-2017. http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2016113303207.

AZEVEDO, M.; MEDRADO, B.; LYRA, J. Homens e o Movimento Feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 54, e185414, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000300504&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2019. Epub 20-Dez-2018. http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800540014.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C. et al. (Orgs). **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 14-35.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 12ªed., 2006.

BANIN, S. A.; BEIRAS, A. A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 523-535, jul./set., 2016.

BARROS, C. T. et al. "Mas se o homem cuidar da saúde fica meio que paradoxal ao trabalho": relação entre masculinidades e cuidado à saúde para homens jovens em formação profissional. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 423-434, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000200423&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902018166057.

BARUFALDI, L. A. et al. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2929-2938, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902929&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017.

BASTOS, A. B. B. I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de dez. de 2020.

BEIRAS, A. Roberto Octavio Garda Salas – Hombres Por La Equidad, A. C. México. In: **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010a, p. 62-83.

BEIRAS, A. Manuel Fuentes Pangtay, CUAUHTLI – Salud y Género – Ciudad del México, DF-México. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010b, p. 85 - 94.

BEIRAS, A. Emma Lucía García y Edgar Rinaudo: Dirección de Violencia Familiar. Ministerio de Justicia Gobierno de la Provincia de Córdoba, Córdoba-Argentina. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010c, p. 169-175.

BEIRAS, A. Marcos Antonio Moreno García: Consejería de Familia del Departamento de Salud Mental del Gobierno de Honduras, Tegucigalpa-Gonduras. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010d, p. 187-195.

BEIRAS, A. Edmundo Perez Ruiz: Programa do Governo de Honduras, Tegucigalpa-Honduras. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010e, p. 177-185.

BEIRAS, A. Oswaldo Montoya: Save the Children, Managua-Nicaragua. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010f, p. 197-210.

BEIRAS, A. Xavier Muñoz: Asociación de Hombres Contra la Violencia, Managua-Nicaragua. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010g, p. 211-228.

BEIRAS, A. Carlos Eduardo Zuma. Instituto Noos (Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais) – Rio de Janeiro – Brasil. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010h, p. 51-61.

BEIRAS, A. **La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas**. Barcelona, 2012. 378f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Departamento de Psicología Social, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.

BEIRAS, A. **Relatório Mapeamento de Serviços de Atenção Grupal a Homens Autores de Violência Contra Mulheres no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.

BEIRAS, A. et al. Narrativas que naturalizam violências: reflexões a partir de entrevistas com homens sobre violência de gênero. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, p. 01-22, jan./dez. 2020.

BEIRAS, A. BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BEIRAS; A.; BRONZ, A.; SCHNEIDER, P. de F. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 29, n. 68, p. 61-75, dez., 2020.

BEIRAS, A.; CANTERA, L. M. Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: BLAY, E. A. (Org.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 29 – 44.

BEIRAS, A.; CARDOSO, D. T. Diálogos entre teorias feministas e construcionismo social nas intervenções sobre violências: implicações para uma Psicologia Social Jurídica. In: SAMPAIO, C. R. B. et al. (Orgs.). **Psicologia social jurídica**: novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça. Curitiba: CRV, 2020, p. 133-152.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. Grupos reflexivos com homens autores de violência contra as mulheres: desafios teóricos, metodológicos e políticos contemporâneos. In: BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (orgs.). **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017, p. 216 – 238.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262-274, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019170995.

BILLAND, J. S. J. **Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?** Etnografia de um grupo reflexivo. 2016. Tese (Doutorado em Medicina

Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.5.2017.tde-06022017-094542. Acesso em: 2019-10-15.

BILLAND, J.; PAIVA, V. S. F. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2979-2988, set. 2017. Disponível em; <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902979&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.13742016.

BILLAND, J.; MOLINIER, P. O trabalho da masculinidade: exigências subjetivas da facilitação e da pesquisa em um grupo reflexivo para homens autores de violência contra mulheres. In: BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (orgs.). **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017, p. 140 – 171.

BILLERBECK, L. M. de O. **Subjetividades masculinas** – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná. 2018, 222f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BORIS, G. D. J. B. **Falas de homens:** a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume, 2011.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. **Educação e Realidade**, v.20, n.2, jul./ dez., 1995.

BOURDIEU, P. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008a, p. 11-14.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008b, p. 693-732

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher.** Pesquisa DataSenado, 2017. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acessado em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.984**, de 3 de abril de 2020. Brasília, DF, 2020.

BRITO, L. M. T. de. Anotações sobre a psicologia jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. esp. 32, p. 194-205, 2012.

BRITO, L. T. de. **Enunciações de masculinidade em narrativas de jovens atletas de voleibol**: leituras em horizonte queer. Rio de Janeiro, 2018. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

BRITO, L. T. de; LEITE, M. Sobre masculinidades na Educação Física escolar: questões teóricas, horizontes políticos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 481-500, maio/ago., 2017.

BROCKMEIER, J.; HARRÉ, R. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 525-535, 2003.

BRUNER, J. A construção narrativa da realidade. **Critical Inquiry**, v. 18, n.01, p. 1-21, 1991.

BUENO, A. G. **Percepção de clientes sobre a Terapia Familiar com Equipe Reflexiva**. 2018. 232f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BUTLER, J. **Problema de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Actos performativos e constituição de gênero – um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, A. G.; RAYNER, F. (orgs.). **Género, cultura visual e performance**: antologia crítica. Ribeirão: Húmus, 2011, p. 69-88.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CADAXA, A. **Saúde do homem**. Outras ações. Brasília: Agência Saúde, Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: < http://www.saude.gov.br/images/pdf/2016/abril/26/saude-do-homem-outras-acoes-26042016.pdf>. Acesso em: 06 de ago. de 2020.

CAIAFA, Janice. **Aventuras das cidades:** ensaios e etnografia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CAIRES, M. A. de F. **Psicologia jurídica:** implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.

CALZANS, M.; CORTES, I. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 39-63.

CARDOSO, D. T.; BEIRAS, A. Psicólogo na assistência social: o lugar do homem e diálogo epistemológicos feministas na prática profissional. **Revista Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, e56983, 2018a.

CARDOSO, D. T.; BEIRAS, A. Política pública de Assistência Social: um lugar para o trabalho com homens autores de violência. **Rev. Est. de Políticas Públicas**, v. 4, n. 2, 41-53, jul./nov., 2018b.

CARNEIRO, J. B. et al. Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas(os). **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000400214&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0346.

CATIE, T. **Serviço em Blumenau trabalha com homens que cometeram violência doméstica**. NSC Total, 23 de fev. de 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/servico-em-blumenau-trabalha-com-homens-que-cometeram-violencia-domestica>. Acesso em: 05 de jun. de 2019.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **TIC Domicílios 2019**: principais resultados. CETIC, 2020.

CHAGOYA, M. F. Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: algunas provocaciones a propósito del "cambio" en los hombres. **Conexões Psi**, v.2, n. 1, p.31-56, 2014.

CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO. **Relatório de Pesquisa** - Violência contra as mulheres os serviços de responsabilização dos homens autores de violência. Rio de Janeiro, CEPIA, 2016.

CLÍMACO, D. de A. A. R. Miguel Angel Ramos Padilla: Programa Hombres Que Renuncian a Su Violencia – Lima-Peru. In: **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010a, p. 95 - 131.

CLÍMACO, D. de A. Christian Eloy Guzmán Mazuelos: Programa Hombres que Renuncian a su Violencia, Lima-Peru. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010b, p. 133-139.

CLÍMACO, D. de A. Christian Eloy Guzmán Mazuelos: Como Facilitador, Lima-Peru. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010c, p. 141-157.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez., 1995.

CONNELL, R. W. Organización social de la masculinidade. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. **Masculinidad/es, poder y crisis**. Santiago: Flacso, 1997, p.31-48.

CONNELL, R. W. Understanding men: Gender sociology and the new international research on masculinities. **University of Sidney**, set., 2000. Disponível

em: <http://www.europrofem.org/contri/2_04_en/research-on-masculinities.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 241-282, jan./abr., 2013.

CONRADO, M.; RIBEIRO, A. A. M. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 73-97, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100073&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p73.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher situação de violência.** Brasília: CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília, DF: CFP, 2019.

CÓRDOBA, David. Teoría *Queer*: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidad. Hacia una politización de la sexualidad. In: CÓRDOBA, David.; SAÉZ, Javier.; VIDARTE, P. **Teoría *Queer*:** políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Editorial Egales, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Rio de Janeiro, editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Rio de Janeiro, editora 34, 1996.

DIAS, T. de J. de O. **A construção do masculino em discursos midiáticos:** as identidades no espaço discursivo das revistas masculinas. 2009. 201 f. Tese (Doutorado em Linguística)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

DUARTE, J.. Entrevista em profundidade. In: BARROS, A.; DUARTE, J. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 62-75.

ECCEL, C. S. **Subjetividades contemporâneas, trabalho e masculinidades**. 2009. 186 f. Tese (Doutorado em Administração)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

EIRADO, André; PASSOS, Eduardo. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. da. (Org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FIGUEROA-PEREA, J.-G. Alguns reflexiones sobre el estudio de los hombres desde el feminismo y desde los derechos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 371-393, jan./abr., 2013.

FIORINI, M. C.; GUISSO, L. O trabalho com equipes reflexivas: revisão de literatura. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 57, p. 85-102, abr., 2017.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Tradução: Ligia M. Pondé Vassalo. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GARCIA, A. L. C. **Reflexão sobre família, ética e moralidade da ação violenta em narrativas de homens autores de violência**. 2018. 214f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GARCIA, A. L. C.; BEIRAS, A. A Psicologia Social no Estudo de Justificativas e Narrativas de Homens Autores de Violência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n.spe 2, e225647, p. 45-58, 2019.

GELDSCHLÄGER, H. et al. Programas Europeos de Intervención para hombres que ejercen violencia de género: Panorámica y criterios de calidad. **Intervención Psicosocial**, v. 19, n. 2, p. 181-190, 2010.

GERGEN, K. **Realidades y relaciones**: aproximaciones a la construcción social. Barcelona: Paidós, 1996.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 01, p. 47-57, 2005.

GOMARIZ, E. Los Estudios de Género y sus Fuentes Epistemológicas: periodización y perspectivas. **Série Estudios Sociales**, n. 38, FLACSO-Programa Chile, 1992.

GOMES, N. P. et al. Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. **Psicologia USP**, São Paulo, v.25, n.01, p. 63-69, 2014.

GONÇALVES, J. P. B. As contribuições da noção de interseccionalidade e dos estudos feministas pós-coloniais para o campo das intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. In: BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (orgs.). **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017, p. 216 – 238.

GRUPO 25. **Criterios de calidad**: para intervenciones com hombres que ejercen violência en la pareja (HEVPA). Madrid: Cuadernos para el Debate Grupo 25, 2006.

GUATTARI; Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas:** cartografias do desejo. Petropolis: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, M. C. **A formação pessoal de psicólogos/as e o trabalho com violência doméstica contra a mulher**. 2014. 128f. Dissertação (Mestrado em Processo de Desenvolvimento Humano e Saúde)- Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

HANADA, H.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 33-60, Apr., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de nov. de 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100003.

HEILBORN, M. L.; CARRARA, S. (1998). Em cena os homens... **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 06, n. 02, p. 370-374, 1998.

INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH. **Como conversar com homens sobre violência contra as mulheres**. INSTITUTO AVON; PAPO DE HOMEM; INSTITUTO PDH, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. SENADO FEDERAL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: pesquisa DataSenado**. INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO, OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA, SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA, SENADO FEDERAL, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso em: 28 de jul. de 2020.

INTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

INSTITUTO NOOS. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro, Instituto Noos, 2014.

JAEGER, A. A.; JACQUES, K. Masculinidades e docência na educação infantil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 545-570, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200545&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p545.

KEHL, M. R. **A mínima diferença**: masculino e feminino na cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KIMMEL, M. La Producction Teórica sobre la Masculinidad: Nuevos aportes. In: ISIS INTERNATIONAL – EDICIONES DE LAS MUJERES, 17. **Fin de Siglo**: Género y Cambio Civilatorio, ISIS, 1992, p. 129-138.

KIMMEL, M. S. A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 9, outubro 1998.

LABS, M. S.; GRANDESSO, M. Processos reflexivos: ampliando possibilidade para terapeutas que atendem sem equipe. **Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 58, p. 98-113, ago., 2017.

LAGO, M. C. de S.; RAMOS, M. E.; BRAGAGNOLO, R. I. Enfrentamento da violência doméstica e familiar na legislação brasileira: Lei Maria da Penha. In: TONELI, M. J. F.; LAGO, M. C. de S.; BEIRAS, A.; CLÍMACO, D. de A. (Orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra mulheres: experiências latino Americanas**. 1ed. Florianópolis: UFSC/CFH/NIPPE, 2010, p. 25-49.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 10 - 19.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LÁSZLÓ, J. **The Science of Stories**: An Introduction to Narrative Psychology. New York: Routledge, 2008.

LEITE, F. M. C. et al. Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2971-2978, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902971&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.25702016.

LEMOS, A. P. et al. Saúde do homem: os motivos da procura dos homens pelos serviços de saúde. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 11, supl. 11, p. 4546-4553, nov., 2017.

LIMA, D. C. **Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher**: desafios e possibilidades. Florianópolis, 2008. 118p. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

LIMA, D. C.; BUCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721-743, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000200020&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020.

LIMA, D. C.; BUCHELE, F.; CLIMACO, D. de A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200008.

LIMA, M. M. de. **Entre elas:** cartografias dos devires amorosos. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), 2009.

LIMA, V. H. B. **Produção de sentido em um grupo reflexivo para homens autores de violência**. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

LODETTI, A. S. et al. A VIDA PSÍQUICA DO HOMEM E A MORTE DE MULHERES. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, e161068, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100230&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2019. Epub 03-Dez-2018. http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30161068.

LONNGI, L. B. **Identidad, masculinidad y violencia de género** - un acercamiento a los varones jóvenes mexicanos. Madrid, 2005. 320f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicología Social, Universidad Complutense de Madrid, 2005.

LOPEZ, E. M. Y. **Manual de Psicologia Jurídica.** Buenos Aires: Editorial "El Ateneo", 1961.

MADUREIRA, A. B. et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 600-606, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 out. 2019. http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140085.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110 - 117, 2009.

MARGARITES, A. F.; MENEGHEL, S. N.; CECCON, R. F. Feminicídios na cidade de Porto Alegre: Quantos são? Quem são?. **Rev. bras. epidemiol**., São Paulo, v. 20, n. 2, p. 225-236, jun., 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2017000200225&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201700020004.

MARTÍNEZ-MORENO, M. J. O duplo registro do "gênero" dos facilitadores de grupos reflexivos para homens autores de violência. In: BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (orgs.). **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017, p. 172 – 195.

MAUX, A. A. B. **Masculinidade à prova**: um estudo de inspiração fenomenológico-hermenêutico sobre a infertilidade masculina. 2014. 161f. Tese (doutorado em Psicologia)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 03, p. 809-840, set./dez., 2008.

MEDRADO, B.; LYRA, J. **Produzindo memórias para alimentar utopias**: Narrativas sobre uma organização feminista brasileira que, desde 1997, ousa trabalhar com homens e sobre masculinidades. Recife: Instituto PAPAI, 2014.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In: BLAY, E. A. (org.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 55 – 74.

MENEGHEL, S. N. et al. Feminicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2963-2970, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902963&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.22732015.

MISTURA, T. F.; ANDRADE, L. F. Mensagem aos outros homens: a contribuição de ex-participantes do grupo reflexivo de homens. In: BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.

(orgs.). **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017, p. 239 – 271.

MONTEIRO, A. C. **Autores de violência doméstica e familiar**: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/DF. Brasília. 2014. 183f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MOURA, E. **Perfil da situação de saúde do homem no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Fernandes Figueira, 2012.

NARVAZ, G. M.; KOLLER, H. S. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **PSICO**, Porto Alegre, v. 37, p. 7-13 Jan/abr. 2006.

NASCIMENTO, M.; CONNELL, R. Reflecting on twenty years of Masculinities: an interview with Raewyn Connell. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3975-3980, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021203975&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 15 abr. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172212.27242016.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. A Psicologia Feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espações terapêuticos. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 43-64, jul./dez., 2003.

NOBREGA, L. M. de A. et al. Caracterizando a psicologia policial enquanto uma psicologia social jurídica. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 148-165, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 07 de jan. de 2021.

NOBREGA, V. K. de M. et al. Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2659-2666, jul. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000702659&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 out. 2019. Epub 22-Jul-2019. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018247.16342017.

NOLASCO, S. A. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NOTHAFT, R. J. **Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência**. 2020. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)- Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019.

NOVAES, R. C. de P.; FREITAS, G. A. P.; BEIRAS, A. A produção científica brasileira sobre homens autores de violência - reflexões a partir de uma revisão crítica de literatura. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 51, p. 154-176, jan./jun., 2018.

OLIVEIRA, A. E. C. de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher**: lacunas, desafios e perspectivas. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

OLIVEIRA, D. C.; SOUZA, L. de. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 34-50, 2006.

OLIVEIRA, E. C. S. "Eu também sei atirar"!: reflexões sobre a violência contra as mulheres e metodologias estético políticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 03, p. 555-573, 2014.

OLIVEIRA, I. V. de. '**Homem é homem**': narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-23082016-133509. Acesso em: 2019-10-15.

OLIVEIRA, J. de. **Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres**: retrato de um serviço. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018.

OLIVEIRA, P. P. de. Discursos sobre a Masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 06, n. 01, p. 01-22, 1998.

OLIVEIRA, P. P. M. de. Crises, valores e vivências das masculinidades. **Novos estudos**, n. 56, p. 89-110, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso: 01 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global and regional estimates of violence against women:** prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. OMS, 2013.

PAIXAO, G. P. do N. et al. A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000200327&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 out. 2019. Epub 21-Jun-2018. http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018003820016.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei n. 20.318**, de 10 de setembro de 2020. Curitiba, PR, 2020.

PENEDO, S. L. **El laberinto *Queer*:** la identidad en tiempos de neoliberalismo. Barcelona: Editorial Egales, 2008.

PINTO, L. S. S. et al. Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1501-1508, maio 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002501501&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.33272016.

PORTO, M. **Mulheres em situação de violência e políticas públicas de atendimento psicológico**: experiências e desafios da Psicologia. 2013. 249f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura)- Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PRATES, P. L. **A pena que vale a pena**: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.6.2013.tde-10102013-102151. Acesso em: 2019-10-15.

RAFAEL, R. de M. R. et al. Perfil das violências por parceiro íntimo em Unidades de Saúde da Família. **Rev. Bras. Enferm**., Brasília, v. 70, n. 6, p. 1259-1267, dez., 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000601259&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0007

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIESSMAN, C. K. Analysis of personal narratives. In: GUBRIUM, J. D.; HOLSTEIN, J. A. (Eds.). **Handbook of interview research**: Context and method. Thousand Oaks, CA: SAGE Publishings, Inc, 2002, p. 695-710.

RIESSMAN, C. K. Performing identities in ilness narrative: masculinity and multiple sclerosis. **Qualitative Research**, London, v. 3, n. 1, p. 5-33, 2003.

RIESSMAN, C. K. Narrative Analysis. In: KELLY, N; HORROCKS, C.; MILNES, K; ROBERTS, B.; ROBINSON, D. (Eds.). **Narrative, Memory & Everyday Life**. University of Huddersfield, Huddersfield, 2005, p. 1-7.

RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the human sciences**. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

RIESSMAN, C. K. Ruptures and sutures: time, audience and identity in an illness narrative. **Sociology of Health & Illness**, v. 37, n. 7, p. 1055-1071, 2015.

RIESSMAN, C. K.; QUINNEY, L. Narrative in social work: a critical review. **Qualitatitve Social Work**, v. 4, n. 4, p. 391-412, 2005.

ROVINSKI, S. L. R. Psicologia Jurídica no Brasil e na América Latina: dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica. In: ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (eds). **Psicologia Jurídica:** perspectivas teóricas e processos de intervenção. São Paulo: Vetor, p. 11-22, 2009.

RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, R. (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975, p. 27-62.

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad. In: VENCE, C. S. (Org.). **Placer y peligro**: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Talasa, 1989, p. 113-190.

SAÈZ, J.; CARRASCOSA, S. **Por el culo:** políticas anales. Madrid: Editorial Egales, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFITOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero:** poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, B. F. Os números da violência contra mulheres no Brasil. **Exame**, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>. Acessado em: 26 fev. 2018.

SANTOS, H. B. dos; NARDI, H. C. Entre o Trabalhador e o Vagabundo: Produção de Masculinidades na História da Saúde no Brasil. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 2299-2316, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000402299&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019. http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.4-21pt.

SANTOS, M. do C. C. dos. **Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino**: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens. 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SÃO PAULO. Câmara Municipal de São Paulo. **Lei n. 16.732**, de 1º de novembro de 2017. São Paulo, SP, 2017.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei n. 16.659**, de 12 de janeiro de 2018. São Paulo, SP, 2018.

SCOTT, J. B. **Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher**: limites e potencialidades. 2018. 141f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SEFFNER, F. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. 261 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SHINE, S. O Psicólogo em Avaliação para Determinação de Guarda. IN: SHINE, S. **A espada de Salomão:** a psicologia e a disputa de guarda de filhos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 78-107.

SILVA, J. B.; VASCONCELLOS, P. A.; FIGUEIREDO, V. C. N. **Trabalho e sofrimento**: desafios da saúde mental de profissionais da Assistência Social. Psicol. Estud., Maringá, v. 23, e39108, mar., 2020.

SILVA, J. M. M. da; LIMA, M. de C.; LUDERMIR, A. B. Violência por parceiro íntimo e prática educativa materna. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 34, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102017000100225&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051006848.

SILVA, L. F. **Educação Popular e Processos de Subjetivação**: uma análise do programa "Educação Ambiental Popular" do Município de Suzano - Estado de São Paulo. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Instituto de Biociência de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SIMON, L. C. S. Fundamentos para pesquisas sobre masculinidades e literatura no Brasil. **Revista Estação Literária**, Londrina/PR, v. 16, p. 8-28, jun., 2016.

SOARES, V. A. de S. F. **"-Mas tem gente que não entende assim."//"-É. É por isso que a gente tá aqui."**: a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades. 2018. 893f. Tese Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOUZA, A. C. T. C. de. Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1297-1312, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2017000301297&lng=pt&nrm=iso>. Acessos
em: 15 abr. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1297.

SOUZA, S. J. e; ALBUQUERQUE, E. D. P. e. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 109-122, Dec., 2012. Available from:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732012000200008&lng=en&nrm=iso>. Access on: 09 Sept. 2020.
https://doi.org/10.1590/S2176-45732012000200008.

STÖCKL, H. et al. The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. **Lancet**, v.382, n.9895, p.859-865, 2013.

SZYMANSKI, H.; SZYMANSKI, L. O encontro reflexivo como prática psicoeducativa: uma perspectiva fenomenológica. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 19, n. 1, jan./jul., 2014.

TOKUDA, A. M. P.; PERES, W. S. As relações de gêneros e os sujeitos que atuavam, atuam, no comércio de drogas ilícitas. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 104-124, mai.-ago., 2018.

TONELI, M. J. F. et al. (Orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres**: experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010a.

TONELI, M. J. F. et al. Por que pesquisar serviços destinados a homens autores de violência contra as mulheres? In: **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010b, p. 11-24.

TONELI, M. J. F. et al. Serviços de atendimentos a homens autores de violência latino americanos: limites e possibilidades. In: TONELI, M. J. F. et al. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres:** experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010c, p. 229-244.

TONELI, M. J. F.; BEIRAS, A.; RIED, J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. **Revista de Ciência HUMANAS**, Florianópolis, v. 51, n. 1, p. 174-193, jan.-jun., 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Guia teórico sobre os grupos para autores de violência doméstica**. Curitiba: COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA E FAMILIAR DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TJPR, 2020a.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Guia prático para formação e condução dos grupos para autores de violência doméstica**. Curitiba: COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA E FAMILIAR DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TJPR, 2020b.

VASCONCELOS, A. C. de S. e et al. Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. **Saude soc.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 186-197, Mar. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000100186&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Nov. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902016145555.

VELOSO, F. G. C. **Programa de atenção a homens autores de violência contra a mulher**: possibilidades a partir da vivência de casais em situação de violência conjugal. 2011. 178f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

VELOSO, F. G. C.; NATIVIDADE, C. Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. In: LEITE, F.; LOPES, P. V. L. (orgs.). **Atendimento a homens autores de violência doméstica**: desafios à política pública. Rio de Janeiro: ISER, 2013, p. 45-64.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VENTUROZA, I. Masculinidade tóxica: o que há para além dela? **Coletivo Feminista**, Núcleo de Masculinidades, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.mulheres.org.br/masculinidade-toxica-o-que-ha-para-alem-dela/>. Acesso em: 05 de mai. de 2020.

VERAS, É. V. C. de O. **A masculinidade no banco dos réus**: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha. 2018. 207f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

VICENTIN, M. C. G.; OLIVEIRA, R. G. O processo de trabalho in(ter)isciplinar e em rede como modo de ativação da dimensão pública do fazer política pública. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. São Paulo, v. 4, n. 22, p. 20-31, 2019.

VIGARELLO, G. Introdução: a virilidade, da Antiguidade à modernidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p. 11-16.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. *9*, n. 2, p. 460-482, 2001.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processo de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1993.

APÊNDICE 1

TÓPICOS DISPARADORES

Como deseja ser nomeado/nomeada:

Idade:

Sexo:

Gênero:

Formação:

Titulação acadêmica:

Instituição a qual tem vínculo:

Conte como tem sido seu trabalho com homens autores de violência:

Defina o que são estes grupos com HAV, quais objetivos? (Quais são os princípios? Quais são as principais características para facilitar um grupo? Quais avanços e obstáculos?)

Qual Psicologia utiliza em sua atuação? Qual o papel da Psicologia no desenvolvimento e alcance dos objetivos com o trabalho com os homens?

Como analisa as violências cometidas contra as mulheres?

APENDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado/convidada a participar da pesquisa "A PSICOLOGIA E OS GRUPOS DE ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES", sob a responsabilidade do pesquisador ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA, RG nº 43.349.011-1.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do/da participante e a outra via em poder do pesquisador responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderá ser esclarecida no telefone (18) 3302-5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com o pesquisador no telefone (18) 98114-1484 ou e-mail andremasao@hotmail.com.

A pesquisa:

Esta pesquisa tem por objetivo: Temos como objetivo nesta pesquisa cartografar a atuação de psicólogas e psicólogos em grupos com homens autores de violências contra mulheres, qual o posicionamento e relevância da Psicologia nesta área, qual o embasamento teórico e metodológico das/dos profissionais para atuarem nesses grupos.

Procedimentos:

Os procedimentos que participará são os seguintes: A abordagem será realizada em local sugerido pelos/pelas participantes, ou na instituição a qual o pesquisador tem vínculo (UNESP – campus de Assis), desde que este possibilite a realização da entrevista sem prejuízo ao/a entrevistado/entrevistada e ao entrevistador. Os/as colaboradores/colaboradoras serão convidados/convidadas a falar sobre suas atuações, funções, vivências e pesquisas em relação a grupos com homens autores de violências contra mulheres, em uma entrevista, ou mais, caso seja necessário, tecendo assim, juntamente com eles/elas, as cartografias dessas atuações, sendo importante que

estes/estas conheçam claramente os objetivos do estudo. Essa entrevista será gravada a partir da assinatura dessa autorização, a participação se fará de forma anônima.

Riscos/desconfortos:

Dentro da proposta das realizações da entrevista acreditamos que os/as entrevistados/entrevistadas não serão vulnerabilizados/vulnerabilizadas e muito menos terem as medidas protetoras alteradas, dado que só será possível a entrevista a partir de autorização prévia para realização desta investigação. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu orientador, desta forma não há riscos quanto participação nesta pesquisa. No entanto caso aconteçam, desconfortos emocionais ou algum tipo de riscos todos os cuidados serão tomados para adequar o procedimento às suas necessidades, ou, interromper a pesquisa para atendê-lo. Os pesquisadores o ajudarão no que for necessário, sendo responsáveis pelo acompanhamento e assistência.

Liberdades/garantias:

O/a participante tem direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo, sem prejuízo, que não sofrerá quaisquer sanções ou constrangimentos, caso necessário poderá entrar em contato com o comitê de ética em pesquisa mencionado para tomada de medidas cabíveis.

Sigilo/anonimato:

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu orientador, desta forma não há riscos quanto participação nesta pesquisa.

Despesas:

A pesquisa será realizada no local sugerido pelo/pela participante, ou na instituição a qual o pesquisador tem vínculo (UNESP – campus de Assis), desta forma entendemos que o/a voluntário/voluntária não terá nenhuma despesa na participação nesta pesquisa, caso haja será ressarcido/ressarcida.

Publicação:

Informamos que o resultado da pesquisa poderá ser publicado em revistas da área, colaborando, assim, na construção do conhecimento teórico-científico e na melhoria na viabilização de atuação desta natureza.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como sujeito, da pesquisa "A PSICOLOGIA E OS GRUPOS DE ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES". Fui devidamente informado/informada e esclarecido/esclarecida pelo pesquisador ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que ( ) concordo / ( ) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data _____, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura

Eu, ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA, pesquisador responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do/da participante para a participação na pesquisa.

_____

Assinatura do Pesquisador

ANEXO 1

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS DE ASSIS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PSICOLOGIA E OS GRUPOS DE ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES

Pesquisador: André Masao Peres Tokuda

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 28350020.3.0000.5401

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.856.721

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de Doutorado que apresenta, inicialmente, estudos indicativos das categorias sexualidade e gênero, assinalando o segundo como uma construção social que, muitas vezes, cristaliza e define modos de ser e estar no mundo, admitindo a ideia da existência de uma maneira correta de ser homem ou mulher, limitando-se, também, a essa binaridade. Tal prerrogativa desqualifica todas as outras maneiras de existir, determinando as violências de gêneros, principalmente contra as mulheres, gays, lésbicas, travestis, trans, bissexuais, dentre outras expressões de gêneros e sexualidades. Segue apresentando a categoria masculinidade como uma construção/processo que ancora uma concepção constituída de atributos e atitudes, esperados em diferentes contextos culturais, que vão definir práticas sociais do que é ser "homem", ou ainda uma "masculinidade hegemônica", definida como um conjunto de práticas e valores com a função de garantir a posição dominante dos homens sobre as mulheres. O trabalho profissional também emerge como um importante significado para a construção do masculino, ter um emprego que garanta o sustento da família é uma das principais bases de sustentação da subjetividade e da condição de ser homem. No bojo dessa constatação apresenta o tema da pesquisa, que vai privilegiar a psicologia e os grupos de atendimento a homens autores de violências contra mulheres (HAV). Formula a hipótese de que os grupos com homens autores de violências contra mulheres auxiliam no combate as violências, e que a Psicologia tem papel importante nessa atuação devido a todo conhecimento teórico-metodológico desenvolvido até

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br

hoje.

Objetivo da Pesquisa:

Cartografar a atuação de psicólogas e psicólogos em grupos com homens autores de violências contra mulheres, o posicionamento e relevância da Psicologia nesta área, bem como o embasamento teórico e metodológico das/dos profissionais para atuarem nesses grupos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A partir da proposta de efetivação das entrevistas, o pesquisador afirma que os riscos serão mínimos. Entretanto, caso aconteçam desconfortos emocionais, ou algum tipo de risco, todos os cuidados serão tomados para adequar o procedimento às necessidades dos participantes, ou mesmo interromper a pesquisa para atendê-los. Os pesquisadores o ajudarão no que for necessário, sendo responsáveis pelo acompanhamento e assistência. Os benefícios se referem à construção de conhecimentos sobre o funcionamento dos grupos de apoio aos homens que cometeram violência contra as mulheres (HAV), e como a Psicologia se apresenta nessa proposta de trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa afirma que a noção do que é ser homem se constrói por meio da dinâmica familiar, social e das relações econômicas, culturais e políticas, que abarcam uma crença na superioridade do gênero masculino, podendo derivar daí a violência contra a mulher, fenômeno bastante antigo. Entretanto, as discussões e a judicialização ainda são recentes. Em âmbito internacional somente a partir de 1945 é que se começa a discutir sobre esse tipo de violência e, no Brasil, as discussões jurídicas tiveram início somente com a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (LAGO; RAMOS; BRAGAGNOLO, 2010). Mapeando a legislação brasileira, se pode afirmar que, depois da Constituição Federal do Brasil, de 1988, somente em 1995 aparece a primeira lei que trata da violência contra as mulheres. A Lei n. 9.099/1995 foi promulgada com o objetivo de ampliar o acesso à justiça e acelerar as ações penais e, finalmente, em 2006 é sancionada a Lei n. 11.340 – Lei Federal de Violência Doméstica ou Familiar contra Mulher, nomeada "Lei Maria da Penha". Após mais de dez anos de sua promulgação, ainda carece de orientações práticas, o que contribui para que as taxas de violência continuem aumentando. Desta forma, os grupos de apoio aos homens que cometeram violência contra as mulheres (HAV) tornam-se alternativas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Os programas atuais têm trabalhado com problematizações de gêneros, discutindo as ideias de uma superioridade masculina sobre a feminina e de questões relativas ao patriarcado, que permanecem cristalizadas em nossas

sociedades, o que dá direito de dominação aos homens sobre as mulheres. Dentre outros aspectos, o pesquisador aponta que os grupos se distinguem quanto à metodologia, pois alguns realizam grupos com HAV que chegam as instituições de forma voluntária, outros só com aqueles encaminhados pela justiça; o número de encontros varia entre os programas e a parte teórica também pode se alterar entre abordagens cognitivo-comportamentais, psicanálise, sistêmica, entre outras.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador informa que o critério de inclusão dos participantes será feito a partir da identificação dos estudiosos e/ou estudiosas sobre o tema selecionados/selecionadas a partir dos dados encontrados na revisão de literatura. Pretende entrevistar cinco pessoas atuantes como facilitadoras em grupos com HAV, priorizando aquelas com graduação em Psicologia, e cinco pesquisadores/pesquisadoras sobre o tema, os quais são denominados Especialistas, totalizando dez participantes.

Para tanto utilizará a cartografia, no modo tradicional - "ciência dos mapas" – a qual busca mostrar as características de uma determinada população, representando um território de trabalhos acadêmicos voltados para grupos com HAV, para que possa mapear estudiosos/estudiosas sobre o tema e programas com ações nessa área. No tocante a realização das entrevistas com pessoas ligadas aos grupos com HAV, irá mapear essas ações a partir de pesquisa no Google, com os descritores "grupo com homens autores de violência", dados encontrados na literatura e possíveis indicações. As entrevistas só serão realizadas após apresentação e assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos – TCLEs –. O pesquisador informa que a abordagem será realizada em local sugerido pelos/pelas participantes, ou na instituição com a qual o pesquisador tem vinculo (UNESP – campus de Assis), desde que este possibilite a realização da entrevista sem prejuízo ao/a entrevistado/entrevistada e ao entrevistador. Os/as colaboradores/colaboradoras serão convidados/convidadas a falar sobre suas atuações, funções, vivências e pesquisas em relação a grupos com homens autores de violências contra mulheres, em uma entrevista, ou mais, caso seja necessário, tecendo assim, juntamente com eles/elas, as cartografias dessas atuações, sendo importante que estes/estas conheçam claramente os objetivos do estudo. As entrevistas serão gravadas a partir da assinatura do TCLE e a participação se fará de forma anônima.

O pesquisador também apresenta dois documentos contendo tópicos disparadores para as entrevistas, cada um deles dirigido a um grupo específico de participantes: psicólogos(as) e pesquisadores(as)/especialistas.

Recomendações:

Recomenda-se a alteração da redação abaixo, incluída no TCLE, pois da maneira como se lê entende-se que o pesquisador poderá arcar com possíveis despesas advindas da participação na pesquisa.

"A pesquisa será realizada no local sugerido pelo/pela participante, ou na instituição a qual o pesquisador tem vínculo (UNESP – campus de Assis), desta forma entendemos que o/a voluntário/voluntária não terá nenhuma despesa na participação nesta pesquisa, caso haja será ressarcido/ressarcida.

Também recomenda-se a inclusão de uma DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA da Faculdade de Ciências e Letras - FCL - UNESP, instituição com a qual o pesquisador mantém vínculo acadêmico e que poderá ser espaço de efetivação das entrevistas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendência, mas será necessário anexar a declaração de infraestrutura do local da efetivação das entrevistas.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. O RELATÓRIO FINAL deverá ser postado na Plataforma como NOTIFICAÇÃO em formulário estabelecido pelo CEP (http://www.assis.unesp.br/#!/comite-de-etica/humanos/formularios/) em ABRIL/2021. No relatório Final deverá se informado como foi realizada a devolutiva aos participantes da pesquisa. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1498876.pdf	23/01/2020 10:00:32		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	23/01/2020 10:00:14	André Masao Peres Tokuda	Aceito

Outros	TOPICOS2.doc	16/01/2020 10:53:27	André Masao Peres Tokuda	Aceito
Outros	TOPICOS1.doc	16/01/2020 10:53:11	André Masao Peres Tokuda	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO.doc	16/01/2020 10:52:03	André Masao Peres Tokuda	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	16/01/2020 10:51:53	André Masao Peres Tokuda	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

ASSIS, 26 de Fevereiro de 2020

Assinado por:
CLAUDIO EDWARD DOS REIS
(Coordenador(a))